

ex æquo

ex æquo

Revista semestral • N° 51, 2025 • preço: 15€

Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres – APEM

Edições Afrontamento

2025

ex æquo – Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres
Revista semestral • N.º 51, junho 2025

Diretora

Virgínia Ferreira – Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra

Diretoras/es Associadas/os

Cristina C. Vieira – Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade de Coimbra

Maria João Silveirinha – Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra

Lina Coelho – Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra

Rosa Monteiro – Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra

Carla Cerqueira – Universidade Lusófona do Porto

Edna Falorca da Costa – Departamento de Ciência Política, Universidade do Minho

Diretoras de Secções

Cristina C. Vieira – Recensões; Maria João Silveirinha – Estudos e Ensaios

Diretoras Anteriores

Virgínia Ferreira (1999-2003); Helena Costa Araújo (2003-2007); Teresa Pinto (2007-2014)

Revisão: Teresa Mourinho Tavares

Coordenação do dossier: Virgínia Ferreira, Universidade de Coimbra; Teresa Tavares, Universidade de Coimbra

Propriedade do Título: Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres – APEM

NIPC: 502914513

N.º Registo no ex-ICS, atual ERC – Entidade Reguladora para a Comunicação Social: 123506

ISSN: 0874-5560; ISSN eletrónico: 2184-0385

Depósito Legal: 136336/99

Sede da Redação: Centro Maria Alzira Lemos – Casa das Associações, Parque Infantil do Alvito, Estrada do Alvito, 1300-054 Lisboa

Telefone: 962730527 **E-mail:** apem1991@gmail.com

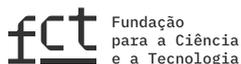
URL: <http://exaequo.apem-estudos.org/>

Edição: Edições Afrontamento

Sede da Editora: Edições Afrontamento, Rua de Santa Catarina, 895 – 2º Dtº – 4000-455 Porto / geral@edicoesafrontamento.pt

Capa: Departamento Gráfico/Edições Afrontamento

Publicação apoiada por:



A ex æquo é uma revista com dupla arbitragem científica, sob anonimato.

DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2025.51.00>

Indexação: SCOPUS – <https://www.scopus.com/sources>;

SciELO Citation Index da Thomson Reuters: *SciELO Citation Index*

http://wokinfo.com/products_tools/multidisciplinary/scielo/;

SciELO/Portugal – Scientific Eletronic Library Online:

http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_serial&pid=0874-5560&lng=pt;

DOAJ (Directory of Open Access Journals) – <https://doaj.org/toc/2184-0385>

SHERPA/RoMEO: <http://www.sherpa.ac.uk/romeo/issn/0874-5560/pt/>

Catálogo Latindex – Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal:

<http://www.latindex.unam.mx/latindex/ficha?folio=14734>;

ERIH PLUS (European Reference Index for the Humanities):

<https://dbh.nsd.uib.no/publiseringskanaler/erihplus/periodical/info?id=482587>;

Qualis CAPES (Brasil): <https://qualis.capes.gov.br/>

Nota: Ver Estatuto Editorial e composição do Conselho Científico no final da revista.

ÍNDICE

Editorial	5
<i>Virgínia Ferreira e Teresa Tavares</i>	
Dossier: Perspetivas interseccionais sobre violência contra populações especialmente vulneráveis	
Machismos virtuais: discursos masculinistas em canais <i>Red Pill</i> brasileiros de <i>YouTube</i>	12
<i>Verónica Ferreira</i>	
Medo de assédio sexual em contexto de transporte público	30
<i>Tatiana Lopes, Samuel Moreira e Inês Sousa Guedes</i>	
Dominio masculino y discriminación en el deporte. Reflexiones desde las teorías de masculinidades y corrientes feministas	46
<i>Loreto Chihuailaf-Vera, Carlos Matus-Castillo y Bárbara Álvarez-Olavarría</i>	
De casas grises a hogares arcoíris. Una revisión de los alojamientos de apoyo específicos para personas LGTBIQ+ en situación de sinhogarismo en Europa.....	61
<i>Tamara Gámez Ramos y Ana Alcázar-Campos</i>	
Expressão de género e utilização de casas de banho e balneários escolares: perceções de estudantes de um curso de formação inicial de professoras/es	81
<i>Marcus Pereira Junior, Filomena Teixeira e Ana V. Rodrigues</i>	

Estudos e Ensaios

Linguagem sensível ao género – ou a língua reinterpretada.....	99
<i>Antónia Coutinho</i>	
Militância no feminino no movimento sindical português: a persistência das desigualdades de género 50 anos depois de abril	116
<i>Paulo Marques Alves</i>	
Transições e resistências de género no espaço de opinião: temáticas e perceções de mulheres colunistas dos jornais <i>Expresso</i> e <i>Público</i>	135
<i>Bárbara Carvalho e Maria João Cunha</i>	
Interromper o estigma: imagética do aborto nas obras de artistas portuguesas	154
<i>Teresa Melo e Dalila Cerejo</i>	
O cinema de Tila Chitunda como autoetnografia.....	176
<i>Catarina Sales Oliveira</i>	
La inclusión de mujeres matemáticas relevantes en el aula. Una experiencia con futuro profesorado de educación primaria	197
<i>María Santágueda-Villanueva y María José Madrid Martín</i>	
El videoclip <i>Formation</i> de Beyoncé para la formación feminista interseccional del profesorado	216
<i>Laura Triviño-Cabrera</i>	

Recensões

<i>Religion, Gender, and Populism in the Mediterranean</i> , organizado por Alberta Giorgi, Julia Garraio e Teresa Toldy. London: Routledge, 2023	237
Monise Martinez	
<i>Género, violência e ódio online: conceitos e representações</i> , coordenado por Rita Basílio de Simões. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2024	242
Carla Martins	
Estatuto Editorial.....	245
Normas de preparação, publicação e submissão de artigos.....	246
Direitos de publicação	252
Declaração de ética e de boas práticas da <i>ex æquo</i>	253
Conselho Científico/Scientific Board	257

Os conteúdos dos textos publicados são da responsabilidade de quem os assina, não refletindo, necessariamente, a posição da APEM ou da Direção da *ex æquo*.

**DIAMOND
OPEN
ACCESS**



A *ex æquo* integra a categoria de *Open Access Diamond Journals*, por ser de acesso livre para quem lê e para quem nela publica (sem qualquer pagamento) / *ex æquo* is an *Open Access Diamond Journal* – free of charge for readers and for authors.

Relembramos que a *ex æquo* está indexada nas seguintes plataformas:

Scopus

SciELO Portugal

DOAJ DIRECTORY OF OPEN ACCESS JOURNALS

ERIH PLUS
EUROPEAN REFERENCE INDEX FOR THE HUMANITIES AND SOCIAL SCIENCES

Clarivate
Analytics
Web of Science
Trust the difference

latindex
Sistema Registado de Informação em Língua para Revistas Científicas de América Latina, El Caribe, Espanha y Portugal

EDITORIAL

 *Virgínia Ferreira**

 *Teresa Tavares***

Os textos selecionados para o número 51 da *ex æquo* foram submetidos enquanto propostas extratemáticas. Refletindo, porém, a proeminência das questões relacionadas com a violência nas suas múltiplas facetas, alvos e efeitos, algumas propostas foram agrupadas num separador com o título de *Perspetivas interseccionais sobre violência contra populações especialmente vulneráveis*. Foi nosso entendimento que em si constituem um conjunto que aborda coerentemente, com recurso a metodologias qualitativas, vivências de pessoas em posições sociais de vulnerabilidade, ainda que de diferente natureza.

A violência é, com efeito, um fenómeno que não conhece divisões sociais, atravessando classes, idades, etnias, sexos e géneros, etc. Os textos analisam vivências de violência contra as mulheres, pessoas sem-abrigo e pessoas LGBTQI+ em contextos diferenciados desde o espaço digital, o desporto, o transporte público, as casas de acolhimento e estabelecimentos escolares. Passando de imediato à apresentação dos textos incluídos nesta temática, o conjunto abre com um texto de Verónica Ferreira, sobre os **“Machismos virtuais: origem e caracterização de discursos masculinistas presentes em canais *Red Pill* brasileiros de *YouTube*”**. A Teoria *Red Pill*, a filosofia central da machosfera, inspira-se no filme *Matrix* para definir os seus símbolos: a pílula vermelha (*Red Pill*) é vista como o despertar para a opressão feminista sobre os homens, enquanto a pílula azul representa a ignorância, e a pílula preta, usada pelos solteiros involuntários (*incels*), revela a aceitação do seu estado “terminal” de celibato. Através da análise de um canal de *YouTube*, o *Redcast*, o artigo examina as narrativas de género e as dinâmicas socioeconómicas que caracterizam a produção de conteúdo masculinista, refletindo

* Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, 3000-995 Coimbra, Portugal.

Endereço postal: Colégio de S. Jerónimo, Largo D. Dinis, Apartado 3087, 3000-995 Coimbra, Portugal.

Endereço eletrónico: vf.virginiaferreira@gmail.com

** Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, 3004-530 Coimbra, Portugal.

Endereço postal: Largo da Porta Férrea, 3000-370 Coimbra, Portugal.

Endereço eletrónico: tete2554@gmail.com

uma subjetivação social e política neoliberal tanto dos influenciadores quanto do seu público, e um alinhamento com narrativas conservadoras radicais. A tão proclamada crise da masculinidade acaba por reforçar a vitimização masculina e as representações misóginas.

As mulheres acabam por ser as vítimas destes discursos de ódio, destilados *online*. Será que o feminismo falhou um dos vaticínios formulados por Floyd Dell, em 1914? Membro da Liga dos Homens pelo Sufrágio das Mulheres, Dell afirmou em texto intitulado “Feminism for Men” (1914, 19): “O feminismo tornará possível, pela primeira vez, que os homens sejam livres” (tradução nossa).¹ Segundo Dell, libertados da repressão emocional, os homens ficariam livres para dar e receber amor e cuidados, para amar e cuidar das suas crianças, etc. Em vista do machismo extremista que hoje grassa nas sociedades ocidentais, esta opinião, desde sempre presente nos discursos feministas, tem tido pouca recetividade da parte de quem dela seria beneficiário.

O segundo texto, da autoria de Tatiana Lopes, Samuel Moreira e Inês Sousa Guedes, aborda o “**Medo de assédio sexual em contexto de transporte público**”, por parte das mulheres, os principais alvos desta violência sexual. Escolher caminhos e meios, em questões de mobilidade, implica para as mulheres ter em conta o enquadramento hostil que enfrentam. No texto, é feita uma apresentação e discussão de várias teorias que têm enquadrado a definição do problema do “medo do assédio sexual”, colocando em confronto as diversas perspetivas que ajudam a compreender as razões pelas quais os ofensores são maioritariamente homens e as vítimas mulheres. No texto, da responsabilidade de criminologistas, encontramos um contributo importante para enquadrar o debate sobre as estratégias de criação de carruagens de metro ou de comboio para mulheres, em muitas cidades do mundo (no Brasil, Japão, Índia, Egito, Indonésia e México, por exemplo) e, de igual modo, sobre os problemas suscitados pela utilização destes recursos, frequentemente identificados com o “cor-de-rosa”.

No ensaio sobre “**Dominio masculino y discriminación en el deporte. Reflexiones desde las teorías de masculinidades y corrientes feministas**”, da autoria de Loreto Chihuailaf-Vera, Carlos Matus-Castillo e Bárbara Álvarez-Olavarria, interpela-se o campo desportivo como dispositivo patriarcal que discrimina as mulheres, reproduz estruturas de poder e reforça a masculinidade hegemónica. Desde a Grécia Clássica, o desporto tem sido visto como um meio de glorificar o corpo masculino e as lentas mudanças que têm ocorrido não alteram radicalmente a sua natureza. O desporto feminino avançou muito lentamente, intensificando-se apenas no último quartel do século XX. No ensaio, as autoras mostram como o dispositivo desportivo continua a reproduzir as relações sociais de género.

Tamara Gámez Ramos e Ana Alcázar-Campos analisam os recursos de apoio a pessoas LGBTQ+ sem abrigo, disponibilizados a nível europeu, no texto intitulado “**De casas grises a hogares arcoíris. Una revisión de los alojamientos de apoyo específicos para personas LGBTQ+ en situación de sinhogarismo en Europa**”. Enquadrando a questão no atual momento de reação conservadora e aumento dos discursos de ódio contra estas pessoas em particular condição de vul-

1 No original, “Feminism will make it possible for the first time for men to be free”.

nerabilidade, as autoras chamam a atenção para o elevado risco de estar em causa a garantia do direito universal à habitação. Na ausência de um levantamento sistemático, as autoras ensaiam o mapeamento da situação em vários países europeus recorrendo a múltiplas abordagens (pesquisa bibliográfica, *desk surveys* e entrevistas). Os números a que chegaram – um total de 125 alojamentos e 865 vagas, geridas por 41 entidades sociais diferentes, em 14 países da União Europeia – são alarmantes e não respondem de modo algum às necessidades existentes. O estudo mostra a urgência de incluir estas pessoas nas quantificações de sem-abrigo, nas políticas sociais e projetos de intervenção.

Tendo um subgrupo desta mesma população discriminada como referência, Marcus Pereira Junior, Filomena Teixeira e Ana V. Rodrigues, num estudo exploratório focado na **“Expressão de género e utilização de casas de banho e balneários escolares: percepções de estudantes de um curso de formação inicial de professoras/es”**, abordam uma das questões que mais polémicas tem suscitado nas políticas para a inclusão das pessoas transexuais e transgénero. O objetivo do estudo foi auscultar a opinião de estudantes de um curso de formação inicial de docentes sobre o acesso a casas de banho e balneários unissexo nas escolas e sobre a adequação dos espaços escolares a essa configuração. A metodologia qualitativa mobilizada permitiu aferir o quão divergentes e normativos são os discursos produzidos sobre a questão. Interessante é também a diferenciação de posicionamentos quanto às casas de banho e aos balneários, num quadro em que estes são interpretados como espaços em que o controlo das corporeidades é particularmente apertado.

Na abertura à secção de **Estudos e Ensaios**, com o ensaio de Antónia Coutinho intitulado **“Linguagem sensível ao género – ou a língua reinterpretada”**, damos continuidade à temática da inclusão, mas agora ao nível da linguagem, já explorada em diversas das suas facetas no dossier sobre **“Género e linguagem: perspetivas e desafios”**, incluído no **número 49** da *ex æquo*. Linguagem sensível ao género é a expressão que, na opinião da autora, melhor se adequa às exigências que fazemos à linguagem para que diminua o viés que torna sobressaliente determinado tipo de pessoas invisibilizando todas as outras. Na perspetiva linguística de base interacionista social, adotada neste artigo, a recriação da linguagem será determinada pelos usos que dela serão feitos. Encontramos aqui apoios para as análises que vão sendo feitas sobre as alternativas ao masculino genérico.

No segundo artigo desta secção, dá-se igualmente continuidade ao debate já entabulado sobre temáticas em números anteriores da *ex æquo*. Paulo Marques Alves prolonga, com efeito, as abordagens do dossier do número 50 sobre **“Transições democráticas, direitos das mulheres e igualdade de género – de onde partimos e onde estamos”**, com que assinalámos os 50 anos da Revolução de Abril de 1974 e os 25 anos da revista. No texto sobre **“Militância no feminino no movimento sindical português: a persistência das desigualdades de género 50 anos depois de Abril”**, o autor confronta-nos com a evidência empírica sobre a participação das mulheres portuguesas nas estruturas sindicais em Portugal, ao longo dos últimos 50 anos. Como se anuncia no título, as desigualdades da participação analisada persistem, embora bastante mais atenuadas, por via das políticas proativas de promoção da igualdade entre mulheres e homens, como sejam a criação de

comissões de mulheres, a reserva de lugares e as quotas, por exemplo, e apesar das resistências e dos efeitos perversos causados por estas medidas. Pode, sem dúvida, afirmar-se que a análise incidente sobre as estruturas sindicais pode ser extrapolada para muitas outras áreas da política, e não só.

Com algumas pontes para o diálogo com este estudo, encontramos o seguinte da autoria de Bárbara Carvalho e Maria João Cunha sobre **“Transições e resistências de género no espaço de opinião: temáticas e perceções de mulheres colunistas dos jornais *Expresso* e *Público*”**. Nele apercebemo-nos dos custos suportados pelas mulheres derivados da sua participação minoritária no espaço público androcêntrico dos jornais. Observamos a perpetuação da menorização dos seus contributos e problemáticas e a reprodução das resistências à sua participação que as mantém em posições segregadas horizontal e verticalmente.

Nesta mesma secção, destacamos dois textos que nos remetem para o campo da representação artística. Em **“Interromper o estigma: imagética do aborto nas obras de artistas portuguesas”**, Teresa Melo e Dalila Cerejo analisam três obras visuais produzidas entre 2004 e 2023 que assumem uma posição crítica relativamente à estigmatização do aborto em Portugal. Com base nesta análise, as autoras refletem sobre o papel da arte como meio de visibilização e consciencialização da realidade e, em última análise, como potencial agente de transformação social. No segundo artigo, intitulado **“O cinema de Tila Chitunda como autoetnografia”**, Catarina Sales Oliveira explora o modo como esta realizadora e produtora audiovisual usa o método autoetnográfico para problematizar não só a sua história pessoal, mas também a história coletiva, abordando questões centrais do mundo contemporâneo, como mobilidades e migrações, identidade e desigualdade social.

A fechar a secção de Estudos e Ensaaios, incluímos dois textos que se debruçam sobre questões pedagógicas. O primeiro sugere-nos que refletimos sobre as vantagens da integração da perspetiva de género no ensino, constituindo uma excelente demonstração de que até no ensino primário e na matemática essa estratégia compensa. O outro texto avalia uma experiência de recurso à cultura audiovisual, mostrando que esta estratégia pedagógica facilita a aquisição de competências de crítica feminista na formação de docentes.

O artigo de María Santágeda-Villanueva e María José Madrid-Martín sobre **“La inclusión de mujeres matemáticas relevantes en el aula. Una experiencia con futuro profesorado de educación primaria”** insere-se nos debates atuais sobre questões de género e competências socioafetivas, socorrendo-se da importância didática da História da Matemática. O seu interesse decorre de um duplo ponto de vista: da não assunção, por parte da comunidade educativa, das vantagens desta estratégia pedagógica, e dos ataques à integração das perspetivas de género na educação (Ferreira *et al.* 2024).

Laura Triviño-Cabrera aborda o desafio que constitui hoje a formação feminista do pessoal docente de História, Geografia e Filosofia no artigo **“El videoclip *Formation* de Beyoncé para la formación feminista interseccional del profesorado”**. A autora descreve a sequência de atividades em que mobiliza o videoclip anunciado no título, mostrando como este pode ser usado como uma ferramenta didática inovadora e capaz de captar o interesse estudantil. Este texto será de grande utilidade para docentes, pelo menos assim o esperamos.

As sugestões de leitura deste número estão limitadas a duas publicações. Monise Martinez guia-nos através da coletânea publicada pela Routledge, sobre *Religion, Gender, and Populism in the Mediterranean*, organizada por Alberta Giorgi, Júlia Garraio e Teresa Toldy. Carla Martins, por seu turno, revê a coletânea coordenada por Rita Basílio de Simões, editada pela Imprensa da Universidade de Coimbra, sobre *Género, violência e ódio online: conceitos e representações*. Fechamos assim com a temática de abertura – a violência no mundo digital, que não é menos insidiosa do que a que ocorre *offline*.

Referências bibliográficas

Dell, Floyd. 1914. "Feminism for Men." *The Masses* (July): 19-20.

Ferreira, Virgínia, Mónica Lopes, Cristina C. Vieira, Rosa Monteiro, & Caynnã de Camargo Santos. 2024. *Guia para a Integração da Perspetiva de Género no Ensino Superior*. Coimbra: CES. Disponível em <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/116780>

Como citar este texto:

[Segundo a norma Chicago]:

Ferreira, Virgínia, & Teresa Tavares. 2025. "Editorial da *ex æquo* 51." *ex æquo* 51: 5-9. DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2025.51.01>

[Segundo a norma APA adaptada]:

Ferreira, Virgínia, & Tavares, Teresa (2025). Editorial da *ex æquo* 51. *ex æquo* 51, 5-9. DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2025.51.01>



Este é um artigo de Acesso Livre distribuído nos termos da licença Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivs (<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>), que permite a reprodução e distribuição não comercial da obra, em qualquer suporte, desde que a obra original não seja alterada ou transformada de qualquer forma, e que a obra seja devidamente citada. Para reutilização comercial, por favor contactar: apem1991@gmail.com



Dossier

Perspetivas interseccionais sobre
violência contra populações
especialmente vulneráveis

MACHISMOS VIRTUAIS: DISCURSOS MASCULINISTAS EM CANAIS RED PILL BRASILEIROS DE YOUTUBE

 Verónica Ferreira*

Resumo

Este artigo propõe-se a explorar as origens e os contextos que marcaram o surgimento do machismo e, em particular, da teoria *Red Pill*. Criada no mundo anglo-saxónico entre as décadas de 1970/80 e 1990, encontrou um terreno fértil para a sua importação e adaptação por influenciadores digitais brasileiros nas transformações tecnológicas e comunicacionais dos últimos vinte anos e no contexto cultural, social e político brasileiro pós-2013. Através da análise de um canal de *YouTube*, o *Redcast*, o artigo examina as narrativas de género e as dinâmicas socioeconómicas que caracterizam a produção de conteúdo masculinista, refletindo uma subjetivação social e política neoliberal tanto dos influenciadores quanto do seu público, e um constante diálogo com a direita radical.

Palavras-chave: *Red pill*, género, neoliberalismo, Brasil, antifeminismo.

Abstract

Virtual Machismos: Origin and Characterization of Masculinist Discourses on Brazilian Red Pill YouTube Channels

This article sets out to explore the origins and contexts that marked the emergence of machismos and, in particular, Red Pill theory. Created in the Anglo-Saxon world between the 1970s/80s and 1990s, it found fertile ground for its importation and adaptation by Brazilian influencers in the technological and communication transformations of the last twenty years and in the Brazilian cultural, social and political context after 2013. By analysing a YouTube channel, the *Redcast*, the article examines the gender narratives and socio-economic dynamics that characterise the production of masculinist content, reflecting a neoliberal social and political subjectivisation of both the influencers and their audiences, and a constant dialogue with the radical right.

Keywords: Red pill, gender, neoliberalism, Brazil, antifeminism.

* Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP), São Paulo – SP, 05508-020, Brasil.

Endereço postal: Rua Prof. Lúcio Martins Rodrigues, 310, Cidade Universitária, Butantã, São Paulo – SP, 05508-020, Brasil.

Endereço eletrónico: vipferreir@usp.br

Resumen

Machismos virtuales: origen y caracterización de los discursos masculinistas en los canales de YouTube brasileños *Red Pill*

Este artículo se propone explorar los orígenes y contextos que marcaron el surgimiento del masculinismo y, en particular, de la teoría de la Píldora Roja. Creada en el mundo anglosajón entre las décadas de 1970/80 y 1990, encontró terreno fértil para su importación y adaptación por *influencers* brasileños en las transformaciones tecnológicas y de comunicación de los últimos veinte años y en el contexto cultural, social y político brasileño después de 2013. Mediante el análisis de un canal de YouTube, el *Redcast*, el artículo examina las narrativas de género y las dinámicas socioeconómicas que caracterizan la producción de contenidos masculinistas, reflejando una subjetivización social y política neoliberal tanto de los *influencers* como de sus audiencias, y un diálogo constante con la derecha radical.

Palabras clave: Píldora Roja, género, neoliberalismo, Brasil, antifeminismo.

1. Introdução

No dia 13 de fevereiro de 2023, a atriz brasileira Lívia La Gatto publica um *reel* no seu Instagram satirizando o *coach* e influenciador digital Thiago Schutz, conhecido pela sua defesa da teoria *Red Pill* e pelos seus discursos machistas. O vídeo foi reproduzido mais de 1,5 milhões de vezes, continuando na página da atriz embora sem áudio. O *coach* pediu, prontamente, à atriz que retirasse o vídeo dentro de 24 horas, caso contrário seria “processo ou bala.”¹ A denúncia deste episódio de ameaça foi feita no final de fevereiro de 2023 por parte de Lívia La Gatto e da cantora e sambista Bruna Volpi, ameaçada pelo influenciador no mesmo dia, e culminaria no arquivamento do processo (09/11/2023), não obstante a sua cobertura mediática. As diversas publicações em jornais digitais tiveram o mérito de chamar a atenção e dar visibilidade ao problema dos influenciadores e *coaches* digitais da *Red Pill* no Brasil (Castellano & Miguel 2023, 119).

A *Red Pill* é uma teoria sociocultural cujas linhas discursivas são, como veremos, importadas dos EUA e (re)produzidas por influenciadores brasileiros com uma certa subjetividade neoliberal – por vezes economicamente libertários – e que entram em diálogo constante com os conservadores e membros da direita radical a partir das suas pautas de género.

O artigo que aqui se apresenta é composto por uma breve contextualização do surgimento da teoria *Red Pill* no contexto anglo-saxónico, descrevendo algumas das características dos seus discursos, seguida de uma reflexão sobre os fatores contextuais específicos que contribuíram para a (re)produção deste discurso

¹ Lívia não foi a única a receber ameaças – também a cantora Bruna Volpi foi ameaçada no mesmo dia que La Gatto. Ver <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/03/22/thiago-schutz-se-torna-reu-por-ameaca-e-violencia-psicologica-contra-livia-la-gatto-e-bruna-volpi.ghtml> (último acesso a 7/1/2025).

no Brasil. Por fim, a terceira parte analisa os discursos (re)construídos pelos *hosts* e seus convidados do canal de *YouTube Redcast*, especialmente aqueles que incidem sobre as alegadas falsas acusações de violência doméstica que, por sua vez, redundam na crítica à Lei Maria da Penha² – lei que estabelece o ordenamento jurídico penal da violência doméstica e familiar contra a mulher no Brasil –, utilizando como guia metodológico a análise feminista pós-estruturalista do discurso, conforme proposta por Judith Baxter (2008).

2. Do movimento pela libertação dos homens à machosfera

2.1. Movimento pela libertação dos homens

Os discursos masculinistas não nascem com a Internet. As suas raízes são mais profundas e podemos encontrá-las, de forma genérica, nas concepções sociais acerca do que é ser homem no mundo ocidental contemporâneo. No entanto, por mais irónico que possa parecer, o que mais tarde se chamaria “movimentos pelos direitos dos homens” ou “ativistas pelos direitos dos homens” (*Men’s Rights Activists*) nasce a partir das bases de contestação do movimento feminista que se havia formado nessas duas décadas contra uma sociedade patriarcal marcada por rígidos papéis de género. Estes homens inspiravam-se nos esforços emancipatórios das mulheres e propunham uma luta pela sua libertação em relação ao patriarcado e às suas normas (Coston & Kimmel 2012, 369). O *men’s liberation movement* (movimento de libertação dos homens) reivindicava uma política de reconhecimento do sofrimento dos homens e acoplava-se à crítica feminista dos anos 60 e 70. Para eles, as noções tradicionais de masculinidade e de feminilidade eram igualmente tóxicas, pois, entre outras coisas, impossibilitava-os de expressar sentimentos e emoções, associados ao género feminino, e transformava-os em corpos dispensáveis ao serviço do Estado.

Nancy Fraser retrata metaforicamente esta segunda onda de feminismo (anos 1960 e 1970) como um drama em três atos. O primeiro ato, de acordo com a académica, é marcado por um posicionamento mais radical associado a uma nova esquerda que pugnava por justiça social. Após este período de radicalização, “as energias utópicas começa[ra]m a declinar [e] a segunda onda do feminismo foi atraída para a órbita da política de identidade. [...] Passando ‘da redistribuição para o reconhecimento’, o movimento deslocou sua atenção para a política cultu-

² Maria da Penha é uma farmacêutica brasileira cuja história de sobrevivência inspirou a Lei Maria da Penha (Lei n.º 11.340/2006). Antes deste ordenamento jurídico a violência doméstica contra a mulher era considerada como um crime de menor potencial ofensivo. Não ultrapassava um ano de pena e, na maioria dos casos, resultava no pagamento de cestas básicas ou em trabalho comunitário para o agressor (Lei n.º 9.099/1995).

ral, bem no momento em que um neoliberalismo em ascensão declarava guerra à igualdade social” (2024, 11).

É na segunda metade dos anos 1970, neste segundo ato, que o movimento feminista começa a questionar não apenas o sistema patriarcal, mas também os comportamentos dos homens e as instituições por eles criadas e/ou moldadas, e.g., estupro, violência doméstica, prostituição e pornografia, a partir das obras de referência de autoras como Susan Brownmiller (1993 [1975]), Catharine A. MacKinnon (1979; 1994 [1993]), Andrea Dworkin (2025 [1974]), entre outras. Estas alterações conjunturais contribuíram para a separação do movimento de libertação masculina em relação ao movimento de libertação das mulheres (Coston & Kimmel 2012, 370; Vilaça & D’Andréa 2021, 414-415), e, posteriormente, à partição do movimento pela libertação dos homens em três cursos de ação, dois deles igualmente preocupados em atingir uma “masculinidade curada,” embora seguindo caminhos distintos. Os mitopoéticos – separatistas de gênero – procuravam, através de retiros e do isolamento masculino, chegar a uma versão mais profunda da masculinidade.³ Os pró-feministas continuaram a inspirar-se no movimento das mulheres e a defender uma sociedade mais justa para ambos. Por último, os antifeministas acusavam as mulheres de serem protegidas pela sociedade – as verdadeiras privilegiadas –, retratando-as a partir de estereótipos misóginos como oportunistas, consumistas e interesseiras, e culpando o movimento feminista pelos males que os assolavam (Coston & Kimmel 2012, 371-72).

Ora, continuando na linha proposta por Nancy Fraser, os anos 1980 foram marcados pela relativa vitória política da democracia liberal face a alternativas mais progressistas de esquerda. O nascimento do neoliberalismo, a ascensão do conservadorismo da época de Ronald Reagan e o desenvolvimento das políticas de reconhecimento identitário (Fraser 2024) pós-Clinton marcaram também o surgimento da reação masculin(ist)a. Neste sentido, os *Men’s Rights Activists* ou MRAs, surgidos em meados dos anos 1970 e com crescimento substancial nos anos 1980/90, são resultado das dinâmicas sociopolíticas da época.

Há neles um ressentimento nascido do triunfo relativo dos direitos civis e políticos dos grupos historicamente marginalizados, ressentimento esse que se constitui como o componente central das dinâmicas de vitimização na cultura americana contemporânea (Horwitz 2018). A política da vitimização é criada a partir de uma identidade que se autovitimiza em relação a um inimigo particular. Para eles – geralmente homens brancos e de classe média ou alta –, as políticas de reconhecimento geram regalias que beneficiam grupos “minoritários” – negros, população LGBTQIA+ e mulheres no geral – e, conseqüentemente, retiraram-lhes o estatuto de grupo privilegiado. A percepção de perda de privilégios, agregada a uma cultura de vitimização, torna-se visível em determinadas estratégias discursivas.

³ Podem ser associados à atual comunidade misógina MGTOW – *Men Going Their Own Way* –, homens que escolheram não se relacionar com mulheres.

sivas, e.g., “what about men?” O livro de Warren Farrell *The Myth of Male Power* (1993) é um exemplo desta primeira leva de ativistas masculinistas.⁴

Mais recentemente, o *Straight Pride*, embora exemplo anedótico de pouca expressão, permite-nos pensar a interligação existente entre a defesa da heteronormatividade, da homofobia e da submissão das mulheres a partir das reflexões de Monique Wittig em *Straight Mind* (2022 [1992]). De acordo com Wittig, a heterossexualidade é um regime político que estabelece a diferença sexual a partir de uma relação de dominação do homem em relação à mulher, assim como se constitui em relação à sua “perversão” – a homossexualidade. Destarte, o questionamento de um dos quatro elementos – heterossexualidade, homofobia, diferença sexual e submissão das mulheres – implica o enfraquecimento dos restantes. A dominação masculina requer um regime de heterossexualidade compulsória que abomina outras formas de amar.

2.2. *Machosfera*

Traçados os antecedentes das comunidades masculinistas digitais nas últimas duas décadas e meia, vale ressaltar que a sua continuidade é também pautada por mudanças técnicas, como o surgimento da Internet, o conseqüente aceleração da comunicação global e a anonimidade permitida por algumas das plataformas digitais mais utilizadas.

Foi nas ditas “guerras culturais” virtuais, da última metade do primeiro decénio e da primeira metade do segundo decénio do século XXI, que os discursos misóginos ganharam visibilidade. Segundo Angela Nagle (2017), fóruns como o *4chan* foram prolíficos na construção de memes e outros mecanismos de *cyberbullying* contra mulheres, e.g., *trolls* (trolagens).⁵ Refira-se a este propósito o *troll* e as ameaças diretas a Zöe Quinn⁶ e a Anita Sarkeesian⁷ durante o *Gamergate* (Nagle 2017; Fisher 2023).

⁴ Nele, o autor fala sobre a ilusão que é pensar que os homens têm poder, já que existe uma cultura de dispensabilidade dos corpos masculinos e de proteção dos corpos femininos.

⁵ Forma de antedebate, cujo objetivo é desconversar de forma a irritar o oponente. É um processo discursivo que nasce nos *chans*, mas que se expande para as redes sociais *mainstream* a ponto de se tornar uma das estratégias mais usadas de (des)argumentação nessas plataformas.

⁶ O *Gamergate* começou em agosto de 2014 com a violação de dados da criadora de videogames Zoë Quinn pelo seu ex-namorado Eron Gnoji. O programador acusava a sua ex de ter tido um caso com um jornalista de videogames para que ele avaliasse o seu recente jogo de forma positiva. Com isto, os *gamers* começaram uma campanha de difamação contra Quinn, numa cruzada misógina contra a suposta corrupção do mundo dos videogames.

⁷ No turbilhão do *Gamergate*, a blogueira Anita Sarkeesian tornou-se um alvo por ter publicado um vídeo sobre a misoginia no mundo dos videogames. Sarkeesian foi vítima de ataques cibernéticos que incluíram ameaças de morte e violação e a levaram a cancelar uma palestra na Universidade do Utah nesse mesmo ano. O *Gamergate* permitiu vislumbrar a misoginia no mundo dos *gamers*, em específico, e na machosfera, no geral.

Para além do *cyberbullying*, a história destes grupos é marcada por práticas de apropriação de referências simbólicas de outros contextos culturais ao criar as suas próprias referências identitárias. Mais especificamente, a *red pill* (pílula vermelha) foi apropriada do filme *Matrix* por grupos masculinistas, em particular, e pela *alt-right*, em geral, como um alerta contra o “feminismo” e o “esquerdismo.” No filme, a personagem Morpheus dá a escolher a Neo duas cápsulas: 1) a azul, que permite a Neo seguir a sua vida a partir de uma ilusão de normalidade e 2) a vermelha, que lhe permite ver o mundo como realmente é. Embora para as realizadoras, as irmãs Wachowski – duas mulheres trans –, a *red pill* seja uma metáfora para a transição de género (Vilaça & D’Andréa 2021, 412-413), para as comunidades masculinistas simboliza o processo através do qual se passa a ver a realidade sem o filtro “prejudicial” do feminismo.

A chamada “ideologia de género” – termo criado e desenvolvido por católicos e evangélicos e usado por setores política e socialmente conservadores para gerar pânico moral na população – é a denominação pejorativa dada *lato sensu* tanto aos estudos académicos sobre género como às pautas e políticas sociais de inclusão, reconhecimento e proteção das mulheres e da comunidade LGBTQIA+, vistos como ameaça à família tradicional/divisão sexual. Assim, ao tomarem a *red pill*, os homens deixam de ver o mundo sob as lentes desta “ideologia”, do feminismo e do esquerdismo e, por conseguinte, descobrem que as mulheres são hipergâmicas – ou seja, sentem-se atraídas por homens de estatuto socioeconómico e aparência superiores e, por isso, de valor social e sexual superior ao seu. Isto também lhes permitirá compreender que as relações amorosas e/ou sexuais se regem por princípios do mercado, ou seja, que as pessoas são classificadas de acordo com o seu valor sexual de mercado, avaliado, por sua vez, a partir da sua genética. Desta forma, os homens que as mulheres procuram são sobretudo aqueles 20% com melhor aparência – os *Chads* –, deixando 80% dos homens – os *normies* (ou homens dentro da norma), os betas (ou homens vistos como passivos, fracos e submissos, o oposto dos ideais de masculinidade hegemónica defendidos pela *Red Pill*) e os *incels* – com acesso limitado ou sem acesso aos seus corpos. O sucesso amoroso do homem depende de se ser *Chad* ou, para não deterministas, da mestria no *game* – jogo da sedução –, seguindo os ensinamentos de *Pick-Up Artists* (PUAs) para se ser um macho-alfa.

Para Roosh V – o famoso influenciador que escreveu o livro *Game* –, as mulheres, além de hipergâmicas, são dúplices, fodíveis, mas não passíveis de amor. Os homens têm, portanto, de se concentrar sobretudo em si próprios – físico, carreira e conta bancária – se querem ter sucesso com as mulheres sem que sejam manipulados, já que a estratégia delas é ter relações sexuais e/ou amorosas com machos alfa, mas casar com betas que lhes supram as necessidades económicas e securitárias.

É importante sublinhar que existem várias crenças no mundo da machosfera, dependendo do posicionamento identitário dos homens da *Red Pill*. Os *incels*, por

exemplo, são os mais fatalistas e, por isso mesmo, os que demonstram maior ressentimento em relação às mulheres. De acordo com Debbie Ging (2017), os grupos masculinistas são heterogêneos e podem ser divididos em várias identidades que partilham as mesmas referências, mas divergem em determinados pontos da narrativa descrita, e.g., os MRAs, os MGTOW, os PUAs, os conservadores cristãos, os *incels* e elementos da cultura *geek* e *gamer*.

3. A formação do discurso masculinista brasileiro

Em 2018, realizou-se o 1.º Congresso Antifeminista do Brasil⁸ (Gomes & Alano 2020, 64), organizado por Sara Giromini no Rio de Janeiro, O evento inseriu-se na campanha que levou à eleição de Jair Bolsonaro como Presidente da República. O discurso antifeminista e contra a chamada “ideologia de gênero” vinha sendo construído internacional e nacionalmente por grupos evangélicos e conservadores (Gallego 2018) durante a primeira e segunda décadas deste século, a partir de uma confluência de fatores que deram visibilidade e consequente poder a uma direita que juntava libertarianismo, fundamentalismo religioso, antiesquerdismo e antifeminismo, mas atinge o seu auge no programa eleitoral do candidato Bolsonaro.

Este processo foi influenciado por fatores transnacionais e internacionais como o reforço de uma subjetividade pós-neoliberal que funde elementos do libertarianismo e do conservadorismo social sulista norte-americano (Cooper 2021), bem como a visibilidade da contestação conservadora no mundo digital – sobretudo redes sociais – a partir, sobretudo, de 2015 (Vilaça & D’Andréa 2021, 417). No Brasil, embora os grupos conservadores tenham feito parte da construção da democracia que se seguiu à Constituição Federal de 1988, o recrudescimento da força do seu discurso deu-se, principalmente, a partir das manifestações populares de 2013 (Biroli 2020, 135-137) e enraizou-se com o *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016.⁹

Para além de impulsionado pelo crescimento de um discurso conservador de direita, os grupos masculinistas digitais foram estimulados pelo setor em crescimento da autoajuda, à semelhança do que aconteceu nos EUA. A produção edito-

⁸ Houve um outro 1.º Congresso Antifeminista organizado pela deputada estadual de Santa Catarina, e assumida antifeminista, Ana Campagnolo, no Estado de Santa Catarina a 8 de março de 2024, numa clara disputa por visibilidade no Dia Internacional da Mulher.

⁹ O segundo mandato de Dilma Rousseff, ex-presidente da República Federativa do Brasil, termina abruptamente a 31 de agosto de 2016 após um polémico processo de *impeachment*. A acusação foi construída a partir da imputação do crime de responsabilidade, num processo contestado e apelidado de golpe, onde o ambiente era de ataques misóginos (e até homofóbicos) contra Dilma por parte dos setores ligados ao conservadorismo e fundamentalismo religioso evangélico. O *impeachment* reforçou as forças políticas de direita, resultando na nomeação de Michel Temer como presidente não eleito e, posteriormente, na eleição de Jair Bolsonaro em 2018, cujo discurso misógeno e conservador é sobejamente conhecido.

rial deste setor foi, também ela, um fenómeno da cultura americana para potenciar lógicas de eficiência e produtividade – núcleo de subjectivização neoliberal – que evoluiu para a “cultura de aconselhamento”, conceito de Zygmund Bauman, expandido pelas redes sociais com o surgimento de *coaches* e influenciadores digitais (cit. em Castellano & Miguel 2023, 120-122). O livro internacional que, de acordo com a presente pesquisa, mais influenciou os *redpillers* brasileiros foi *The Rational Male* de Rollo Tomassi.

Este fenómeno surgiu no cenário social e cultural brasileiro ao longo dos anos 1990 e 2000. O primeiro escritor de livros de autoajuda sobre relações no Brasil, dentro da linha masculinista, é Nessahan Alita, pseudónimo de autor desconhecido. Alita publicou, a partir de 2004, uma série de livros sobre como lidar com o sexo feminino. Neles aborda o “sofrimento amoroso do homem” causado pelas mulheres – essencializadas como “ser[es] desprovido[s] de história e cultura, que simplesmente passa[m] a existir com a função de atrapalhar o homem” (Castellano & Miguel 2023, 124). As mulheres são, nesta leitura misógina e monolítica, naturalmente perigosas, manipuladoras, demoníacas e de natureza irracional. A mulher, no geral, é um parasita emocional que manipula o homem no ensejo de obter vantagens pessoais, e as feministas, em particular, além de manipuladoras, são limitadas.

Outros influenciadores e pretensos *coaches* seguiram o mesmo caminho de Alita, como Bruno Giglio, Thiago Shutz ou Sedutor Afro. Estes homens oferecem cursos, mentorias (Fig. 1) e vídeos no *YouTube*, sendo que todos esses conteúdos são monetizados. No caso do *YouTube*, “os vídeos são monetizados pelo próprio serviço de partilhamento de acordo com a quantidade de visualizações (*views*) que recebem” (Maciel 2021, 23), bem como através de *SuperChats* e patrocinadores comerciais.

Figura 1

Valor dos programas de cursos de Thiago Schutz

Programa	Valor	Duração	Garantia	Forma de Pagamento
ACESSO MENSAL	R\$ 97/mês	30 dias de acesso	Garantia de 7 dias	Por cartão de crédito
ACESSO VITALÍCIO	R\$ 297	365 dias de acesso	Garantia de 7 dias	Por PIX, cartão e boleto

MasterClass Exclusivas
 Como Superar Sua Ex
 Como Conquistar a Mulher que Quiser
 Como Consentir Seu Relacionamento

Cursos Exclusivos
 Construindo Valor Masculino
 Networking de Elite
 Red Pill & Dinheiro [breve]
 Linguagem Corporal [breve]
 Alisar Mulheres [breve]

Entrar Agora

Fonte: *Print screen* próprio. Imagem disponível em <https://elitemasculina.com.br> (último acesso a 12/09/2024).

O canal de *YouTube Redcast*, criado em 2021 por Júnior Masters e coapresentado por Miguel Moreira, tem 135 mil subscritores. O seu conteúdo é composto por temas como relacionamentos, vida financeira, *fitness*, política e fofocas sobre a vida das celebridades a partir das suas pautas masculinistas. A maioria das pessoas convidadas partilham pelo menos uma de suas pautas. É o caso de mulheres conservadoras como a católica Pietra Bertolazzi ou a evangélica antifeminista Ana Campagnolo, que, não obstante a crítica feita por masculinistas a mulheres conservadoras – “dissimuladas e conservadas” –, são convidadas por partilharem entre si o antifeminismo; de libertários conservadores como Paulo Kogos, que defendem as mesmas posições económicas; ou de setores políticos da direita radical brasileira, como Arthur do Vale (Movimento Brasil Livre) e Pablo Marçal, candidato à Prefeitura de São Paulo nas eleições de 2024, também empresário, *coach* de desempenho pessoal e financeiro, assumidamente conservador, antiesquerda e conhecido pelos seus discursos polémicos – muitas vezes fraudulentos e frequentemente misóginos.

Bruna Lima e Silva e Alexandra Chacham (2024) fazem uma análise empírica sobre blogues e grupos masculinistas do *Telegram* que se mostra fundamental ao sublinhar a existência de uma masculinidade hegemónica que se liga ao discurso da direita radical. Não obstante, embora exista o intuito de alcançar um determinado tipo de masculinidade, que influenciadores *Red Pill* pretendem hegemónica, e de reproduzi-la através da prática dos seus ensinamentos, muitos dos seguidores destes conteúdos também performam outros tipos de masculinidades, algumas delas marginalizadas ou subalternas. Os homens que vão aderindo à teoria são muito heterogêneos e é precisamente a incapacidade de performar totalmente a tal masculinidade hegemónica – de homem em boa forma física, economicamente bem-sucedido, racional, focado em si e que atrai as mulheres mais bonitas sem se deixar manipular por elas – que os leva ao consumo desses conteúdos. Ora, o conceito de masculinidade hegemónica (Connell & Messerschmidt 2005) aplicado de forma essencialista e acrítica a estes homens oculta mais do que explica o processo de produção das masculinidades e a sua natureza grandemente heterogênea. Isso é problemático quando olhamos para a variedade de manifestações dentro destes grupos compostos por masculinidade(s) híbrida(s), conceito de Angela Nagle (2017) e Debbie Ging (2019). São masculinidades cúmplices, com elementos tanto marginalizados/subalternos como hegemónicos, que constituem a *manosphere* (machosfera), cenário que no contexto brasileiro é patente devido à importância de marcadores como a classe e a raça (i.e., racialização de mais de metade da população do país). Sublinhe-se que os discursos misóginos destes homens são tanto intrínsecos aos guiões discursivos da *Red Pill* como também se apresentam como estratégias de engajamento, i.e., dizer coisas polémicas gera mais visualizações e, consequentemente, atrai mais subscritores, segundo o próprio Júnior Masters.¹⁰

¹⁰ Vídeo disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=5yU7gFijnMw> (último acesso a 12/09/2024).

Os *hosts* oferecem também cursos e mentorias, escrevem e editam livros. *Hackeando o mercado sexual: o mínimo que você precisa saber sobre RedPill* (2023), de Masters, é um livro que se situa na mesma linha dos livros de autoajuda, aconselhando outros homens sobre relacionamentos e aperfeiçoamento pessoal e apresentando “soluções práticas para problemas masculinos e femininos”.¹¹ As interações entre mulheres e homens – aqui entendidos enquanto homens e mulheres cisgênero – são tidas como produto de uma natureza biológica pré-política e a-histórica, processo regido por regras extraídas da teoria econômica aplicada ao mundo da sexualidade.

Os livros de Moreira também refletem essa redução da complexidade humana através de generalizações dentro de grupos-tipo mais ou menos arbitrários e divididos por gênero. O agora ex-apresentador do *Redcast* escreveu dois livros sobre “arquetipos.” A descrição de *A Bíblia dos Arquetipos: o guia definitivo dos Arquetipos Masculinos*¹² no seu *website* mostra-nos como este “primeiro livro ilustrado sobre desenvolvimento pessoal masculino fundamentado dos conhecimentos da pílula vermelha!” é um manual que reproduz uma visão benevolente das sociedades tradicionais regidas pela natureza primitiva dos indivíduos e baseada numa hierarquia social que determina o objetivo, a função e o propósito do homem. Isto é, há uma crítica explícita a conceitos como a igualdade entre homens e mulheres e a equidade social, enquanto partes de uma concepção social e política da sociedade que aceita a possibilidade de mudança/progresso social. Daí a sua aproximação a projetos de direita radical que veem qualquer alteração à divisão e hierarquia de gênero como uma “ideologia” que pretende acabar com a diferença entre homens e mulheres e, por consequência, com a família tradicional e/ou dominação masculina. Uma direita com visões misóginas, homofóbicas, racistas e classistas, mas que, ao contrário da extrema-direita, (ainda) aceita o jogo da democracia liberal.¹³

4. A Lei Maria da Penha e os “Direitos dos Homens”

4.1. Metodologia

Com o objetivo de apresentar um exemplo empírico dos discursos (re)produzidos pelos diversos convidados que frequentam o *Redcast*, usei o MAXQDA

¹¹ Informação retirada de <https://pay.kiwify.com.br/F8byL4u> (último acesso a 12/09/2024).

¹² Não foi possível identificar o ano de publicação. Para mais informações, consultar <https://hot-mart.com/pt-br/marketplace/produtos/a-biblia-dos-arquetipos/L70325501U> (último acesso a 12/09/2024).

¹³ No caso dos influenciadores *Red Pill* com maior visibilidade nas redes sociais, como aqueles que frequentam o *Redcast* no *YouTube*. Existem outros estudos que demonstram, a partir de casos empíricos, que plataformas mais reservadas como o *Telegram* abrigam masculinistas com discursos de extrema-direita (cf. Velho 2024).

para encontrar referências à Lei Maria da Penha. Assim, comecei por pesquisar a expressão “Maria da Penha” e a expressão “Falsa Denúncia” nas transcrições dos 442 vídeos disponíveis no canal *Redcast* até ao final de outubro de 2024. Ao todo, o *software* encontrou a expressão “Maria da Penha” 81 vezes, entre vídeos e comentários, e a expressão “Falsa Denúncia” 20. Do cruzamento de ambas as referências, retirando os comentários, foram apurados nove vídeos. Desses nove foram analisados apenas três vídeos representativos da discussão sobre a lei e a sua alegada relação com falsas denúncias de violência doméstica (Tabela 1). A seleção foi feita com base na presença de advogados – autorreferenciados como advogados de “direito do homem” –, já que a sua presença oferece uma legitimação adicional às afirmações feitas no âmbito desta questão.

Tabela 1

Resultados da análise de conteúdo no MAXQDA,
a partir dos dados recolhidos pela autora

Expressões	Resultados	Em comum	Final
Maria da Penha	81	9	3
Falsa Denúncia	20		

Após a primeira fase de recolha quantitativa, na linha da análise de conteúdo, os excertos com referências foram alvo de uma análise de discurso feminista pós-estruturalista. Optou-se por esta teoria metodológica pois coloca ênfase na construção de um determinado regime de verdade por discursos que se (re)produzem em determinado contexto social. Neste sentido, e na senda de Michel Foucault, a vontade de verdade é também uma vontade de poder, no caso, de reforço do poder patriarcal defendido pelos masculinistas. Os discursos são práticas sociais inseridas num determinado contexto histórico-espacial caracterizado pela sua complexidade, pluralidade, ambiguidade, diversidade, funcionalidade e transformação. O valor da perspectiva feminista é sublinhar como a diferenciação de género é um discurso dominante no espaço digital, a partir de um discurso que reforça o sistema de poder sistemático de estereotipagem e discriminação entre seres humanos baseado na sua identidade de género (cf. Baxter 2008).

4.2. Análise e discussão dos dados

Relativamente à análise dos dados, a maioria dos vídeos – seis em nove – aborda como tema principal o caso mediático de Ana Hickmann, modelo e apresentadora da *Record*, e do seu ex-marido Alexandre Côrrea. A participação de Côrrea nos seis episódios do *videocast* é enquadrada numa narrativa segundo a qual a denúncia de agressão feita por Hickmann é falsa, sendo ele, consequentemente, apresentado como a verdadeira vítima de violência patrimonial e moral e de alienação

parental. Em dois dos seis vídeos em que Côrrea participa, as convidadas são advogadas que trabalham em casos da Lei Maria da Penha, os quais alegam serem, na sua maioria, casos de acusações falsas contra homens. Estes dois vídeos¹⁴ foram considerados importantes do ponto de vista argumentativo pela legitimidade jurídica e pela experiência profissional das advogadas em casos de violência doméstica.

Advogada I: Eu sou advogada desde 2009. Criminalista, adoro a parte criminal. Só que com o passar do tempo *eu comecei a observar essa quantidade cada vez mais crescente de homens que eram vítimas de falsa acusação*, que isso parece uma coisa rara. Você conversa com alguém na rua, a pessoa fala: será que acontece? Por que quais são os números que são divulgados? São os números de violência, só que esse número aí entra toda essa quantidade de denúncia falsa, então, na prática, *conhecendo então a minha vontade de trabalhar nessa área, ela tem nome, foram os meus primeiros clientes*. E eu comecei a gostar, eu comecei a sentir aquela emoção de falar: pera aí, *agora eu realmente [es]tou fazendo a defesa de um inocente de um injustiçado* e isso é muito bom, uma satisfação pessoal.¹⁵

Relativamente ao último vídeo, o convidado é um jovem com Síndrome de Asperger que afirma ter sido vítima de um golpe que culminou na denúncia alegadamente falsa da sua ex-companheira contra si. O jovem aparece acompanhado pelo seu advogado.¹⁶ No geral, estes três vídeos caracterizam-se pelo tom confessional dos relatos, apelando ao lado emocional e afetivo do público. As narrativas dos convidados, que se afirmam vítimas de falsas acusações, apresentam-se como histórias de injustiça fundamentadas em percepções e experiências pessoais. Ora, são estes casos anedóticos que validam o caráter alegadamente verdadeiro da existência de “vários casos” de denúncias falsas sob a Lei Maria da Penha. O relato na primeira pessoa confere credibilidade afetiva ao conteúdo proferido pelos homens-vítimas. Aliás, faz parte das estratégias de grupos antifeministas a apropriação de estéticas e práticas feministas como o uso e a partilha do testemunho, e.g., #MeToo (cf. Banet-Weiser & Kay 2025).

As outras estratégias discursivas utilizadas para deslegitimar e desacreditar as denúncias feitas por mulheres são compatíveis com a linha discursiva da teoria *Red Pill* ao representarem de forma misógina e essencialista as mulheres como seres mentirosos, interesseiros, vingativos, golpistas e com a capacidade de destruírem um homem apenas com a força das suas palavras. Segundo a narrativa, as mulheres utilizam a lei como uma arma de vingança, extorsão, controlo patrimonial e alienação parental:

¹⁴ Vídeos disponíveis em <https://www.youtube.com/watch?v=GGVzD87qgw0> e em <https://www.youtube.com/watch?v=NQ84xBqYXaM> (último acesso a 9/12/2024).

¹⁵ Ênfase da autora. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=NQ84xBqYXaM> (último acesso a 7/1/2025).

¹⁶ Vídeo disponível em https://www.youtube.com/watch?v=hJ_svuZoNEc (último acesso a 7/1/2025).

Host: E a mulher falava que ela só pegava assalariado porque ela pegava cara de baixa autoestima...

Advogado: Hum!

Host: ... que era mais fácil de dar o golpe. Então, o cara [es]tá com a autoestima lá em baixo, velho, *uma golpista*.

Convidado: Não, o meu match foi o perfeito. Junta *uma narcisista, borderline, psicopata*, sei lá, com um cara autista. É *uma mentirosa patológica* com um cara que tem uma tendência a ser feito... a acreditar em mentira patológica. É o encontro perfeito!¹⁷

Os discursos aqui analisadas são os mesmos dos já veteranos ativistas dos direitos dos homens. Defendem o combate à violência física, psicológica e patrimonial praticada contra os homens, que é, segundo eles, desvalorizada pela sociedade e, por conseguinte, não é acompanhada de redes de apoio, legislação e instituições que garantam a sua proteção; assim como o combate à alienação parental por parte das mães e o apoio à saúde mental dos homens. Constroem uma subjectivização autovitimizante, sendo que a sua condição de vítima resulta de uma suposta violência perpetrada contra si que se materializa em problemas psicológicos, e.g., vícios, depressão e até suicídio.

Alexandre Côrrea (AC): [...] para se tentar um *suicídio* é muito pouco que falta, para você desistir da vida é muito pouco que falta, para você cair no *alcoolismo* é muito pouco que falta, para você *fazer uma bobagem se enroscar inteiro e parar na prisão* é muito pouco que falta. Então, enquanto o outro lado tem a espada na mão você fica apenas o tempo todo tomando espetada dessa espada. É uma coisa nojenta.¹⁸

A presença de homens acusados de algum tipo de violência doméstica é frequente, e todos eles alegam ter sido falsamente acusados. A partir destes exemplos anedóticos e respaldando-se em dados não consultáveis, oficialmente inexistentes e recolhidos a partir de critérios problemáticos, as advogadas defendem que a maioria das denúncias de violência doméstica é, na verdade, falsa. Não obstante a sua natureza duvidosa, este tipo de estimativas, feitas por juízes e psicólogos forenses, são comumente difundidas na Internet.^{19 20}

¹⁷ Ênfase da autora. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=hJ_svuZoNEc (último acesso a 7/1/2025).

¹⁸ Vídeo disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=5yU7gFijnMw> (último acesso a 12/09/2024).

¹⁹ Disponível em <https://www.conjur.com.br/2022-jun-03/fernanda-tripode-exito-depp-ensina-aos-homens/#:~:text=Várias%20são%20as%20denúncias%20falsas,80%25%20das%20denúncias%20são%20falsas> (último acesso em 13/11/2024).

²⁰ A diretora do Departamento Geral de Atendimento à Mulher da Secretaria de Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro afirma que, das 16 mil queixas apresentadas por violência doméstica, apenas 38 são falsas (0,3%). Dados apresentados em audiência pública da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), 22 de agosto de 2023.

AC: *Doutora com base que 80% das denúncias de agressão são falsas... Isso, né? Tem aquele famoso vídeo da juíza que faz essa afirmação, a doutora, inclusive, Fernanda...*

[...]

Advogada II: [...] ... tu falou [sic] em 80%. Quando eu fiz a entrevista com o Conselheiro do CNJ em 2000... esqueci se foi em 2019, 2020... os dados e os cálculos que eu fiz com outro professor, estava chegando a 96 tantos por cento... [Es]tá. *E baseado na palavra do Conselheiro do CNJ seria falsa acusação o inquérito policial arquivado ou o homem conseguindo a sua absolvição, então dos 100% dos casos que foram registrados em 2019, 2020... 2020! se não falte a memória, 2020, 96% deles foi arquivado ou o homem foi absolvido.* Então, por isso, que eu [es]tou te perguntando que ano foi esses dados porque pode ter sido antigo e aí ter até aumentado [para] maior do que 80%.²¹

Os discursos de influenciadores da *Red Pill* no *YouTube* brasileiro desafiam o discurso feminista, já consolidado como discurso de verdade, sobre os dados de violência doméstica no Brasil, ignorando a inexistência de dados oficiais, a subnotificação de casos e a dificuldade que as mulheres enfrentam no processo judicial durante e após a denúncia.²² Trata-se de uma disputa de regimes de verdade. Todas as estratégias discursivas aplicadas concorrem para levar a cabo uma tentativa, que se tem mostrado relativamente bem-sucedida, de descredibilizar e silenciar o testemunho das mulheres, bem como, em última análise, substituir o discurso feminista. As alegações de denúncias falsas e a defesa do aumento de pena em processos por falso testemunho têm o mesmo objetivo dos processos de difamação que se seguiram aos testemunhos de mulheres no âmbito do #MeToo (cf. Gray 2024).

Dito isto, a necessidade de problematizar estes discursos advém da gravidade do contexto brasileiro, onde “[n]o ano de 2023, 1.463 mulheres foram vítimas de feminicídio no Brasil, taxa de 1,4 mulheres mortas para cada grupo de 100 mil, crescimento de 1,6% comparado ao mesmo período do ano anterior” (Bueno *et al.* 2024, 3).

Considerações finais

Procurou-se, neste breve artigo, explorar as origens e características dos discursos masculinistas presentes na comunidade *Red Pill*. Sob o mote “compreender para educar,” traçou-se uma linha comum entre o surgimento destes grupos

Disponível em <https://www.brasilefato.com.br/2023/08/24/primeiro-semester-de-2023-registra-16-mil-casos-de-violencia-contra-mulheres-no-rio-de-janeiro> (último acesso em 7/1/2025).

²¹ Itálico nosso. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=GGVzD87qgw0> (último acesso a 7/1/2025).

²² Informação disponível em https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151209_obstaculos_violencia_mulher_rm (último acesso em 10/1/2025).

e contextos de crescimento de movimentos político-sociais conservadores. Foi esse mesmo contexto que permitiu o crescimento do conteúdo e da visibilidade de comunidades *Red Pill* no Brasil.

A análise dos discursos presentes no canal *Redcast* e noutros conteúdos dos apresentadores revelou como esses discursos misóginos se alicerçam numa subjetivação neoliberal, que junta desenvolvimento pessoal, estratégias de monetização e conselhos financeiros com elementos de vitimização masculina, representações misóginas e alinhamento com narrativas conservadoras da direita radical brasileira.

A teoria *Red Pill*, importada de contextos anglo-saxónicos e adaptada ao cenário cultural e político brasileiro, reproduz estruturas discursivas antifeministas, frequentemente disfarçadas sob o argumento de defesa dos “direitos dos homens”. Essas narrativas, reforçadas pela utilização de estratégias retóricas como o apelo à experiência pessoal e ao tom confessional, assim como o apelo à autoridade de especialistas – cujos discursos são frequentemente fundamentados em dados não verificáveis e anedóticos – têm contribuído para a deslegitimação da palavra da mulher e das conquistas feministas, bem como para a perpetuação de estereótipos de género que justificam a dominação masculina. O estabelecimento deste novo regime de verdade, não apenas reforça preconceitos contra mulheres, mas também desinforma o público, criando uma base de apoio para discursos antifeministas e negacionistas da violência de género.

É também importante ressaltar que, embora a análise contribua para o estabelecimento de relações entre os discursos *Red Pill*, difundidos na machosfera, e a construção de uma subjetividade neoliberal, amparada por crenças conservadoras relativamente aos papéis sociais de género, à dominação masculina e à LGBTQIA+fobia, o objetivo deste breve artigo é incentivar o aprofundamento do estudo das conexões (causais?) entre o discurso das alegadas falsas denúncias da Lei Maria da Penha e a produção jurídica conservadora no Brasil.

Até que ponto o discurso masculinista influencia profissionais que lidam com políticas públicas e processos criminais? A pesquisa implicaria a realização de uma etnografia junto da comunidade jurídica, assim como seria de suma importância estudar a receção deste discurso por parte de jovens homens. Estudos quantitativos e qualitativos abrangentes sobre a adesão de jovens até aos 30 anos aos discursos aqui analisados permitiriam perceber a extensão do problema e pensar em planos estatais (ou mesmo nacionais) de educação para relações de igualdade, cuidado e respeito.

Agradecimentos

Financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo n.º 2024/01549-0, através do projeto “Construindo a demo-

cracia no dia-a-dia: direitos humanos, violência e confiança institucional” (CEPID-FAPESP) do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo.

Conflito de interesses

A autora declara não existirem conflitos de interesse.

Referências bibliográficas

- Banet-Weiser, Sarah, & Jilly Boyce Kay. 2025. “Through the Looking Glass: Feminism and Reactionary Politics in the Digital Hall of Mirrors.” *European Journal of Cultural Studies* 0(0): 1-9. DOI: <https://doi.org/10.1177/13675494241310721>
- Baxter, Judith. 2008. “Feminist Post-structuralist Discourse Analysis: A New Theoretical and Methodological Approach?” Em *Gender and Language Research Methodologies*, editado por Kate Harrington, et al., 243-255. London: Palgrave Macmillan.
- Biroli, Flávia. 2020. “Gênero, ‘valores familiares’ e democracia.” Em *Gênero, neoconservadorismo e democracia*, escrito por Flávia Biroli, Maria das Dores Campos Machado, & Juan Marco Vaggione, 135-188. São Paulo: Boitempo.
- Brownmiller, Susan. 1993. *Against Our Will: Men, Women and Rape* [1975]. New York: Fawcett Books.
- Bueno, Samira, et al. 2024. *Feminicídios em 2023*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública.
- Castellano, Mayka, & Vinícius Machado Miguel. 2023. “‘O sofrimento amoroso do homem’: misoginia e discurso de ódio na literatura masculinista de autoajuda.” *RuMoRes* 17(34): 116-135. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-677X.rum.2023.214389>
- Connell, R. W., & James W. Messerschmidt. 2005. “Hegemonic Masculinity: Rethinking the Concept.” *Gender & Society* 19(6): 829-859. DOI: <https://doi.org/10.1177/0891243205278639>
- Cooper, Melinda. 2021. “The Alt-Right: Neoliberalism, Libertarianism and the Fascist Temptation.” *Theory, Culture & Society* 38(6): 29-50. DOI: <https://doi.org/10.1177/0263276421999446>
- Coston, Bethany M., & Michael Kimmel. 2013. “White Men as the New Victims: Reverse Discrimination Cases and the Men’s Rights Movement.” *Nevada Law Journal* 13(2): 368-385. Disponível em <https://scholars.law.unlv.edu/nlj/vol13/iss2/5>
- Dworkin, Andrea. 2025. *Woman Hating* [1974]. London: Penguin Classics.
- Fisher, Max. 2023. *A máquina do caos: como as redes sociais reprogramaram nossa mente e nosso mundo*. Traduzido por Érico Assis. São Paulo, SP: Todavia Editora.
- Fraser, Nancy. 2024. *Destinos do feminismo: do capitalismo administrado pelo Estado à crise neoliberal*. Traduzido por Diogo Fagundes. São Paulo, SP: Boitempo.
- Gallego, Esther Solano (Org.). 2018. *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo.
- Ging, Debbie. 2017. “Alphas, Betas, and Incels: Theorizing the Masculinities of the Manosphere.” *Men and Masculinities* 22(4): 638-657. DOI: <https://doi.org/10.1177/1097184X17706401>
- Gomes, Simone da Silva Ribeiro, & Roberta Alano. 2020. “‘A mentira feminista do patriarcado’: repertórios de confronto antifeministas no Brasil.” *Cadernos de Estudos Sociais e Políticos* 9(17): 63-81.

- Gray, Mandi. 2024. *Suing for Silence: Sexual Violence and Defamation Law*. Vancouver: UBC Press.
- Horwitz, Robert B. 2018. "Politics as Victimhood, Victimhood as Politics." *Journal of Policy History* 30(3): 552-574. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0898030618000209>
- Lima e Silva, Bruna C. S., & Alessandra Sampaio Chacham. 2024. "De 'merdalheres' a 'conservadoras': o discurso de ódio masculinista." *Plural: Revista de Ciências Sociais* 31(1): 252-275. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcs.2024.223289>
- MacKinnon, Catharine A. 1979. *Sexual Harassment of Working Women: A Case of Sex Discrimination*. New Haven: Yale University Press.
- MacKinnon, Catharine A. 1994. *Only Words* [1993]. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Maciel, Maria Fernanda. 2021. "A figura viril do homem com H no YouTube brasileiro." *Revista Ensaios* 19: 22-38. DOI: <https://doi.org/10.22409/ensaios.v19.47581>
- Nagle, Angela. 2017. *Kill All Normies: The Online Culture Wars from Tumblr and 4chan to the Alt-Right and Trump*. Winchester, UK: Zero Books.
- Velho, Eduardo Gabriel. 2024. "Núcleos de informações prejudiciais: relações entre machosfera e extrema-direita nas redes brasileiras de Telegram." Tese de Doutorado em Processos e Manifestações Culturais. Novo Hamburgo: Universidade Feevale. Disponível em <https://pergamum.feevale.br/acervo/287628>
- Vilaça, Gracila, & Carlos D'Andréa. 2021. "Da *manosphere* à machosfera: Práticas (sub)culturais masculinistas em plataformas anonimizadas." *Revista ECO-Pós* 24(2): 410-440. DOI: <https://doi.org/10.29146/ecopos.v24i2.27703>
- Wittig, Monique. 2022. *O pensamento hétero e outros ensaios* [*Straight Mind*, 1992]. Traduzido por Maíra Mendes Galvão. Belo Horizonte, MG: Autêntica.

Verónica Ferreira. Doutorada em Discursos: História, Cultura e Sociedade pela Universidade de Coimbra, no âmbito do projeto ERC 715593, "CROME: Memórias Cruzadas, Políticas do Silêncio". É licenciada em Ciência Política e Relações Internacionais, com mestrado em Relações Internacionais pela Universidade NOVA de Lisboa. Possui uma pós-graduação em Estudos Estratégicos e de Segurança pelo IDN/NOVA e, atualmente, é investigadora em pós-doutoramento no Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo.

Artigo recebido a 21 de janeiro e aceite para publicação a 14 de março de 2025.

Como citar este artigo:

[Segundo a norma Chicago]:

Ferreira, Verónica. 2025. "Machismos virtuais: discursos masculinistas em canais *Red Pill* brasileiros de *YouTube*." *ex æquo* 51: 12-29. DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2025.51.02>

[Segundo a norma APA adaptada]:

Ferreira, Verónica (2025). Machismos virtuais: discursos masculinistas em canais *Red Pill* brasileiros de *YouTube*. *ex æquo*, 51, 12-29. DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2025.51.02>



Este é um artigo de Acesso Livre distribuído nos termos da licença Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivs (<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>), que permite a reprodução e distribuição não comercial da obra, em qualquer suporte, desde que a obra original não seja alterada ou transformada de qualquer forma, e que a obra seja devidamente citada. Para reutilização comercial, por favor contactar: apem1991@gmail.com



MEDO DE ASSÉDIO SEXUAL EM CONTEXTO DE TRANSPORTE PÚBLICO

 *Tatiana Lopes**

 *Samuel Moreira***

 *Inês Sousa Guedes****

Resumo

Na última década, o assédio sexual (AS) em espaços públicos tem recebido uma considerável atenção em razão da sua prevalência generalizada. Não obstante, a dimensão deste fenómeno, os locais onde ocorre e as formas como se processa ainda carecem de evidência empírica, especialmente em contexto de transporte público. Neste contexto, o AS é, erroneamente, entendido como parte do quotidiano das mulheres, apresentando repercussões na sua mobilidade. Este artigo procura elucidar o modo como as condutas de AS neste contexto refletem atitudes e comportamentos discriminatórios que perpetuam a desigualdade de género, e que, em última análise, impossibilitam o reconhecimento, a prevenção e uma resposta adequada a este fenómeno.

Palavras chave: Medo, assédio sexual, transporte público, género, mobilidade.

Abstract

Fear of Sexual Harassment in Transit Environments

Over the past decade, sexual harassment (SH) in public spaces has garnered considerable attention due to its widespread prevalence. Nevertheless, its extent, where and how it occurs, still lack empirical evidence, especially in transit environments. In these environments, SH is erroneously perceived as part of women's daily lives, having repercussions on their mobility. This article seeks to elucidate how SH behaviors in this context reflect discriminatory attitudes and behaviors that perpetuate gender inequality, ultimately hindering the recognition, prevention, and appropriate response to this phenomenon.

Keywords: Fear, sexual harassment, public transportation, gender, mobility.

* Faculdade de Direito da Universidade do Porto (FDUP), 4050-123 Porto, Portugal.
Endereço postal: Rua dos Bragas, n.º 223, 4050-123 Porto, Portugal.
Endereço eletrónico: up201807941@up.pt

** Faculdade de Direito da Universidade do Porto (FDUP), 4050-123 Porto, Portugal.
Endereço postal: Rua dos Bragas, n.º 223, 4050-123, Porto, Portugal.
Endereço eletrónico: smoreira@direito.up.pt

*** Faculdade de Direito da Universidade do Porto (FDUP), 4050-123 Porto, Portugal.
Endereço postal: Rua dos Bragas, n.º 223, 4050-123 Porto, Portugal.
Endereço eletrónico: iguedes@direito.up.pt

Résumé

Peur du harcèlement sexuel dans le contexte du transport public

Au cours de la dernière décennie, le harcèlement sexuel (HS) dans les espaces publics a reçu une attention considérable en raison de sa prévalence généralisée. Néanmoins, ses dimensions, où et comment il se manifeste, manquent encore de preuves empiriques, notamment dans le contexte du transport public. Dans ce contexte, le HS est erronément perçu comme faisant partie du quotidien des femmes, ce qui a des répercussions sur leur mobilité. Cet article cherche à expliquer comment les comportements de HS dans ce contexte reflètent des attitudes et des comportements discriminatoires qui perpétuent l'inégalité entre les sexes, et qui, en fin de compte, empêchent la reconnaissance, la prévention et une réponse appropriée à ce phénomène.

Mots-clés: Peur, harcèlement sexuel, transports publics, genre, mobilité.

Introdução

Na última década, o assédio sexual (AS) em espaços públicos tem recebido maior atenção em virtude da sua prevalência generalizada (Gardner, Cui & Coiacetto 2017; Nalla 2020). Não obstante, a sua extensão, os locais em que ocorre e as formas que assume carecem de evidências empíricas, dado que esta problemática está vinculada ao contexto particular em que se desenrola (Loukaitou-Sideris & Ceccato 2020a). O AS é variado nas suas formas, alvos e origens, podendo ocorrer em locais públicos ou privados, incluindo mesmo o ciberespaço (Loukaitou-Sideris 2014; Burn 2018). A categorização dos comportamentos de AS em contexto de transporte público é complexa, dado que muitos estudos não especificam os tipos de AS, além de que a sua natureza espacial, social e temporal influenciam de forma única a experiência e a ocorrência deste tipo de comportamentos (Gardner, Cui & Coiacetto 2017; Lewis, Saukko & Lumsden 2020).

Apesar de o AS no espaço privado ser amplamente reconhecido como uma violação dos direitos humanos, o AS em locais públicos é, erroneamente, entendido como parte do quotidiano da mulheres (e.g. Pain 1991; Mellgren, Andersson & Ivert 2017; Organización de Naciones Unidas – Mujeres 2017). Assim, em virtude da universalidade do AS neste contexto e do facto de o sentimento de insegurança relatado pelas mulheres interferir com a sua mobilidade, o foco dos estudos permanece nas mulheres (e.g. Pain 1991; Madan & Nalla 2016; Jauregui & Vozmediano 2021). Desta forma, torna-se relevante elucidar como as condutas de AS em contexto de transporte público refletem atitudes e comportamentos discriminatórios que perpetuam a desigualdade de género existente na sociedade e que, em última análise, impossibilitam o reconhecimento, a prevenção e uma resposta adequada a este fenómeno (e.g. Jafarova 2014; Russell & Oswald 2015).

Definição do objeto de estudo: o assédio sexual em contexto de transporte público

O conceito de AS é abstrato e incerto, possibilitando diferentes interpretações dependendo da entidade, autor e até da cultura de cada país (Holland & Cortina 2016). A cultura nacional é um elemento essencial a considerar quando se analisam as experiências de AS, dado que, em sociedades marcadas por grande individualismo e diferenciais de poder, os homens parecem ser mais inclinados a assediar sexualmente as mulheres (Pain 1991; Holland & Cortina 2016). Em razão disto, a *European Union Agency for Fundamental Rights* (2014), após examinar as distintas definições de AS, concluiu que este constitui uma violação do princípio da igualdade de tratamento entre homens e mulheres e sua realização prática, sendo reconhecido como discriminação em razão do sexo. No Código Penal Português, o AS não é considerado um crime autónomo; todavia, entende-se que este está englobado no Artigo 170.º referente à importunação sexual.

O AS é um fenómeno multifacetado (Ceccato & Loukaitou-Sideris 2022) e abrange uma multiplicidade de “comportamentos interpessoais com conotação sexual”¹ (Diehl, Rees & Bohner 2016, 2), que podem manifestar-se sob três formas: não verbal, verbal e física (e.g. Bendixen & Kennair 2017; Ceccato & Loukaitou-Sideris 2022). Na primeira forma estão incluídos comportamentos sexuais que não englobam contacto físico ou indicações verbais, ou seja, consiste na utilização de linguagem corporal hostil e intrusiva ou envio de imagens e vídeos de teor sexual. Os comportamentos sob forma verbal compreendem tanto o uso de escrita como da fala, por exemplo, provocações sexuais indesejadas pelas vítimas. Por fim, o AS físico integra comportamentos de contacto físico intrusivo (e.g. Bowman 1993; Holland & Cortina 2016; Organización de Naciones Unidas – Mujeres 2017).

O contexto de transporte público não se restringe ao percurso realizado no interior do meio de transporte público, mas abrange a multiplicidade de locais até ao mesmo. Neste sentido, compreende também as proximidades das paragens ou estações, ou seja, o trajeto que o indivíduo fará para chegar a estas, bem como as próprias. Considera-se, assim, uma perspetiva abrangente e holística do percurso, contemplando os distintos ambientes aos quais o/a passageiro/a está exposto/a ao longo da deslocação (Loukaitou-Sideris & Ceccato 2020b). Assim sendo, para o propósito desta análise, o AS em contexto de transporte público integra todos os comportamentos de AS que ocorrem neste contexto abrangente, integrando distintos meios de transporte público, por exemplo, o autocarro e o metro. A literatura aponta que nenhuma das configurações inserida neste contexto está imune ao AS, ainda que não seja evidente qual a mais vulnerável, posto que está sempre condicionado pelos fatores ambientais, sociais e contextuais em que se enquadra (Loukaitou-Sideris & Ceccato 2020a). Não obstante, os nós de transporte revelam-

¹ No original, “interpersonal behaviors with a sexual connotation”.

se locais onde existe um grande fluxo de pessoas (Uittenbogaard & Ceccato 2014; Loukaitou-Sideris & Ceccato 2020a) e, como tal, podem atrair ofensores na procura de alvos e locais oportunos ao cometimento de AS, uma vez que possibilitam a convergência de trajetos entre vítimas e ofensores (Uittenbogaard & Ceccato 2014; Natarajan *et al.* 2017).

1. Relação entre género e medo de assédio sexual em contexto de transporte público

A literatura académica aponta que as características sociodemográficas, com ênfase no género, podem influenciar a vulnerabilidade de vitimação e, deste modo, o medo de AS (Loukaitou-Sideris *et al.* 2009; Gouveia, Frias & Jacinto 2020). Efetivamente, diversos estudos constataam que as mulheres apresentam um maior sentimento de insegurança em contexto de transporte público, comparativamente aos homens (e.g. Abenzoa *et al.* 2018; Stark & Meschik 2018).

A violência contra as mulheres e a violência de género têm sido alvo de muita atenção nos últimos anos, em virtude da sua contraposição ao princípio da igualdade de género, constituindo assim um comportamento discriminatório que pode ser percecionado como parte de uma opressão sistemática que “reduz a identidade da mulher à de objeto sexual e reforça a identidade do homem como agressor”² (Franke 1997, 696). Um estudo realizado pela *European Union Agency for Fundamental Rights* (2014), com 42.000 mulheres dos 28 Estados-Membros da União Europeia (UE), evidenciou que aproximadamente 83 a 102 milhões das mulheres da UE, isto é, 45% a 55%, foi assediada sexualmente, pelo menos uma vez, desde os seus 15 anos. Esta investigação demonstrou que a violência assente no género afeta desproporcionalmente as mulheres, comportando uma violação dos direitos humanos (e.g. Berdahl 2007).

A Convenção de Istambul, reconhecendo a violência contra as mulheres como uma expressão do poder desigual entre mulheres e homens, define-a, no seu artigo n.º 3, como “uma violação dos direitos humanos e como uma forma de discriminação contra as mulheres e significa todos os atos de violência baseada no género que resultem, ou sejam passíveis de resultar, em danos ou sofrimento” (Conselho da Europa 2011, 4). Englobando no conceito de género os papéis que são socialmente construídos e atribuídos ao sexo masculino ou feminino, a violência de género é intrínseca à estrutura patriarcal da sociedade e atribui à mulher uma posição de vulnerabilidade e subordinação. Assim, o AS reforça a masculinidade dos homens e coage as mulheres a assumirem a feminilidade que os papéis de género incutem (Franke 1997; Conselho da Europa 2011).

² No original, “reduces women’s identity to that of a sex object, and reinforces men’s identity as that of a sexual aggressor”.

Os crimes sexuais recaem desproporcionalmente sobre as mulheres, convertendo o género no principal fator de risco para a vitimação (Mellgren, Andersson & Ivert 2017). Por exemplo, o estudo supracitado concluiu que a maioria dos atos de AS são executados por homens contra mulheres (European Union Agency for Fundamental Rights 2014). Assim, diversas perspetivas são apresentadas para justificar o facto de os perpetradores de AS serem maioritariamente homens e as vítimas serem mulheres.

A **hipótese da vítima vulnerável** afirma que as vítimas de AS são, reiteradamente, indivíduos de baixo poder e *status* sociocultural, o que pode constituir uma explicação para o facto de os homens serem mais propícios a serem ofensores e as mulheres mais suscetíveis a serem assediadas (McLaughlin, Uggen & Blackstone 2012; Burn 2018). Esta perspetiva constata ainda que indivíduos com vulnerabilidade real ou percebida, como as mulheres, apresentam maiores níveis de medo (Popovich & Warren 2010).

A **teoria da evolução** sugere que o AS é fundamentalmente motivado sexualmente e o ofensor pode não tencionar que a conduta seja hostil. Portanto, não se pode desconsiderar a possibilidade de a conduta poder estar interligada à expressão do interesse sexual ou romântico por parte deste (Berdahl 2007; Bendixen & Kennair 2017). Por conseguinte, as “diferenças entre o comportamento percebido e o pretendido podem [...] lançar luz sobre os motivos do assediador”³ (Bendixen & Kennair 2017, 4), ou seja, a conduta é concebida como inadequada porque é indesejável para a vítima; contudo, se a solicitação fosse desejável não seria entendida como AS. Finalmente, esta teoria conceptualiza o assédio sexual como um mal-entendido entre homens e mulheres, derivado das diferenças de género nos comportamentos sociossexuais (Diehl, Rees & Bohner 2016; Bendixen & Kennair 2017).

Por último, segundo a **perspetiva do poder-sexo**, existe uma conexão automática entre os conceitos de poder e sexo nos ofensores masculinos de AS. Primeiramente, o poder está presente em qualquer situação social, desencadeando a falta de consciência de alguns indivíduos do sexo masculino sobre a essência dos seus comportamentos de AS. Ao mesmo tempo, o AS será justificado pela atração que estes sentem, ou seja, muitos homens poderão perceber atitudes amigáveis por parte das mulheres como uma indicação da sua atração, impulsionando avanços sexuais aversivos e indesejados. Assim, verifica-se um ciclo vicioso em que a conceção de sexo é ativada a partir do conceito de poder, fazendo com que o homem compreenda uma determinada situação como *flirt* quando não o é (Bargh *et al.* 1995; Popovich & Warren 2010).

Berdahl (2007) afirma que o AS é uma forma de depreciar as mulheres, constatando-se uma ampla prevalência do mesmo no contexto de transporte público. Na Colômbia, 84,3% das mulheres que utilizam o transporte público reportaram

³ No original, “differences between perceived and intended behavior might [...] shed light on harasser’s motives”.

ter sofrido AS (Quinones 2020), 83% no Egito (Hassan 2008) e 77% em Nova Iorque (Natarajan *et al.* 2017). O medo de AS limita a mobilidade das mulheres, permeando as suas decisões quotidianas (e.g. Bowman 1993; Gardner, Cui & Coiacetto 2017; Quinones 2020), culminando na criação de um estado de insegurança e mal-estar (Pain 1991, 421) que, de igual modo, evoca medo de ataques sexuais mais graves (Pain 1991).

2. Estudos empíricos sobre o medo de assédio sexual em contexto de transporte público

Aponta-se que o medo do crime restringe a mobilidade dos indivíduos, o que, paralelamente, interfere com as decisões de viagem e reduz o uso de transporte público (e.g. Gardner, Cui & Coiacetto 2017; Loukaitou-Sideris 2014; Jauregui & Vozmediano 2021).

Ainda não existe uma definição unanimemente aceite para o conceito de medo do crime (Warr 2000). De acordo com Warr (2000: 453), o medo é “uma emoção, um sentimento de alarme ou pavor causado por uma consciência ou expectativa de perigo”⁴. Ferraro & Grange (1987, 72) afirmam que o medo “é uma reação emocional negativa ao crime ou aos símbolos associados ao crime”⁵. Deste modo, os indivíduos podem sentir medo como uma antecipação de eventuais ameaças, antecedidas por pistas ambientais, que denotem risco (Warr 2000).

A literatura indica que, embora os homens sejam, de um modo geral, mais vítimas de crime, as mulheres têm mais medo do crime do que estes (e.g. Ferraro 1996; Lane, Gover & Dahod 2009). Neste sentido, existem variadas explicações que procuram elucidar este paradoxo medo-vitimização. A **hipótese da vulnerabilidade física** sugere que as mulheres têm mais medo devido à crença enraizada de que são fisicamente mais fracas, não se podendo defender de um potencial ataque (e.g. Hale 1996; Smith, Torstensson & Johansson 2001). A **perspetiva subjetiva** afirma que a socialização de género é permeada por ‘lembretes’ de uma sociedade patriarcal que perpetua a desigualdade de género (e.g. Smith, Torstensson & Johansson 2001), criando um medo sempre presente de que podem vir a ser vítimas de um crime (Hale 1996). A maioria dos/as investigadores/as concorda que as taxas de vitimação das mulheres são alvo de uma grave **subnotificação nos inquéritos de vitimação** (e.g. Junger 1987; Hale 1996), uma vez que estes não são capazes de captar a natureza e extensão total da vitimação enfrentada pelas mulheres (Hale 1996), o que origina uma taxa de vitimação oculta (e.g. Junger 1987; Smith, Torstensson & Johansson 2001). A **hipótese da sombra da agressão**

⁴ No original, “fear is an emotion, a feeling of alarm or dread caused by an awareness or expectation of danger”.

⁵ No original, “fear of crime is a negative emotional reaction to crime or the symbols associated with crime”.

sexual postula que, ao longo da vida das mulheres, o risco de se tornarem vítimas de agressão sexual nunca se reduz a zero, existindo sempre receio de que esta possa ocorrer, permeando o temor em relação a outras formas de vitimação pessoal (e.g. Ferraro 1996; Lane, Gover & Dahod 2009). Não obstante este paradoxo, existem estudos que sugerem que os/as passageiros/as que já foram vítimas de crime invariavelmente sentem-se menos seguros/as do que aqueles/as que nunca sofreram vitimação (e.g. Ferraro & Grange 1987; Abenoza *et al.* 2018).

Diversos elementos físicos e humanos influenciam o medo de AS em contexto de transporte público (Loukaitou-Sideris 2016; Ceccato *et al.* 2020). A evidência empírica comprova que uma boa iluminação das paragens ou estações e ruas adjacentes (e.g. Uittenbogaard & Ceccato 2014; Orozco-Fontalvo *et al.* 2019), uma boa visibilidade (e.g. Loukaitou-Sideris *et al.* 2009; Sundling & Ceccato 2022), a manutenção e limpeza dos espaços (e.g. Loukaitou-Sideris 2014; Ceccato, Gaudalet & Graf 2022) e a presença de câmaras CCTV (e.g. Loukaitou-Sideris 2014; Gekoski *et al.* 2015) contribuem para a sensação de segurança dos/as passageiros/as. De igual forma, a presença de outros indivíduos influencia o medo, em função do seu comportamento (Sundling & Ceccato 2022). A presença de elementos de vigilância formal, como elementos da polícia ou de segurança privada, aumenta o sentimento de segurança dos/as passageiros/as (e.g. Gardner, Cui & Coiacetto 2017; Natarajan *et al.* 2017). No que respeita ao fluxo de pessoas em contexto de transporte público, embora a sobrelotação crie condições facilitadoras do AS (e.g. Lewis, Saukko & Lumsden 2020; Quinones 2020), os/as passageiros/as sentem-se menos seguros/as em ambientes isolados (e.g. Stark & Meschik 2018; Sundling & Ceccato 2022), em razão do medo de ninguém lhes poder prestar auxílio. Enquanto a maioria dos indivíduos sente maior segurança quando outros/as passageiros/as estão presentes (Loukaitou-Sideris *et al.* 2009), a presença de incivildades sociais, como mendicidade, indivíduos embriagados (e.g. Mahmoud & Currie 2010; Gouveia, Frias & Jacinto 2020) ou sob o consumo de substâncias, incrementam o medo de AS (e.g. Stark & Meschik 2018; Ceccato *et al.* 2020).

Ainda referente ao contexto, o local específico onde o indivíduo se encontra influencia o medo de AS (Abenoza *et al.* 2018). Ceccato e Loukaitou-Sideris (2021) e Quinones (2020) concluíram que os indivíduos experienciam maior segurança quando se encontram dentro dos transportes, seguido das estações ou paragens e do trajeto até às mesmas. Não obstante, nos diversos estudos, os/as passageiros/as revelam que o AS ocorre com mais frequência no interior dos veículos, seguido das paragens ou estações (e.g. Natarajan *et al.* 2017; Stark & Meschik 2018; Ding, Loukaitou-Sideris & Agrawal 2020).

A prevalência e o medo de AS em contexto de transporte público leva os/as passageiros/as a adotarem mecanismos de precaução que afetam os seus padrões de mobilidade (Bowman 1993; Loukaitou-Sideris 2014). As estratégias de evitamento são as mais usadas, integrando mecanismos comportamentais como restringir o uso de transporte público ou evitar determinados trajetos, linhas ou paragens

específicas (e.g. Loukaitou-Sideris *et al.* 2009; Loukaitou-Sideris & Ceccato 2020b). Além destas, os indivíduos optam também pelo uso de estratégias de gestão de risco (e.g. Natarajan 2016; Quinones 2020) como viajar acompanhado/a, viajar somente durante o dia, procurar locais iluminados (e.g. Loukaitou-Sideris 2014; Ceccato & Loukaitou-Sideris 2022), sentar-se perto do/a motorista no autocarro, alterar o seu vestuário ou até mesmo levar consigo um objeto para se defender (e.g. Quinones 2020; Ceccato & Loukaitou-Sideris 2022). Outras estratégias prendem-se com a utilização de transportes alternativos, como o transporte individual e remunerado de passageiros em veículos descaracterizados, ou de veículos de transporte pessoal (e.g. Loukaitou-Sideris 2014; 2016; Loukaitou-Sideris *et al.* 2009).

3. Teorias explicativas da vitimação e do medo de assédio sexual

Diversas teorias criminológicas e sociológicas oferecem uma base teórica que ajuda a elucidar as razões subjacentes à ocorrência de AS em contexto de transporte público, procurando explicar quais os elementos do ambiente físico e social que podem incrementar ou reduzir o medo e o risco de vitimação. Neste artigo, serão exploradas três: a teoria sociocultural, a teoria das atividades de rotina e a teoria *Broken Windows*, sendo que cada uma delas fornece contributos valiosos para compreender melhor esta temática.

4.1. Teoria sociocultural

Com o advento da segunda onda do movimento feminista, relatos de mulheres vítimas de AS na rua começam a revelar-se frequentes em jornais populares. Assim, feministas radicais trabalharam para compreender a relação entre a desigualdade de género e o AS, alegando que este último está instaurado num *continuum* de violência sexual que opera para exacerbar o medo das mulheres nos espaços públicos (Bowman 1993; Franke 1997; Natarajan *et al.* 2017). As teorias feministas sustentam que o AS é o resultado da interiorização do processo de socialização e conseqüente aprendizagem dos papéis de género que reforçam a ideologia misógina e a manutenção do poder e controlo dos homens (Pain 1991; Bargh *et al.* 1995; Diehl, Rees & Bohner 2016). A estrutura patriarcal imposta na sociedade, derivante do conjunto de crenças, tradições e valores de desigualdade social, restringe as mulheres ao espaço privado, contribuindo para a divisão privado-público (Popovich & Warren 2010; Russell & Oswald 2015; Organización de Naciones Unidas – Mujeres 2017). Desta forma, o AS nos locais públicos incrementa a dependência das mulheres relativamente aos homens, prejudicando a igualdade e favorecendo a hostilidade entre eles (Bowman 1993). As ativistas feministas acreditam que o medo que as mulheres sentem de vitimação de AS no espaço público inibe a sua participação

em atividades públicas, passando mais tempo na esfera privada, o que se reflete em taxas superiores de violência sexual e em repercussões no estudo do AS na esfera pública (Pain 1991; Loukaitou-Sideris 2014). Esta teoria sugere, ainda, que o AS é um meio utilizado para censurar os indivíduos que se afastam dos papéis de género tradicionais (e.g. Franke 1997; McLaughlin, Uggen & Blackstone 2012; Burn 2018). Nesta senda, Berdahl (2007) verificou que as mulheres que quebram os ideais femininos têm mais probabilidade de serem assediadas. Portanto, é possível constatar-se que o AS é uma confirmação da discriminação sexual que ajuda a manter a dominância dos homens (Pain 1991; Leskinen, Rabelo & Cortina 2015; Russell & Oswald 2015).

4.2. Teoria das atividades de rotina

Com o desenvolvimento económico, a posição social da mulher atravessou diversas mudanças, como a entrada na educação e no mercado de trabalho e, conseqüentemente, no espaço público. Assim, em virtude do estilo de vida, do uso de transporte público, dos fatores económicos e da falta de vigilância existente, o AS em espaços públicos tornou-se inevitável para muitas mulheres (e.g. Horii & Burgess 2012; Madan & Nalla 2016; Natarajan 2016). Cohen e Felson (1979) desenvolveram a teoria das atividades de rotina, segundo a qual a modificação das atividades quotidianas originou um aumento de oportunidades para o crime e um enfraquecimento do controlo social. De acordo com os autores, é necessário que convirjam no tempo e no espaço três elementos interdependentes para ocorrer um crime: "(1) ofensores motivados, (2) alvos adequados e (3) ausência de guardiães capazes de impedir uma violação"⁶ (589). A ausência de qualquer um destes elementos normalmente é suficiente para impedir que o crime ocorra. Assim, é possível verificar que as atividades e hábitos da vítima são uma parte crucial da explicação da ocorrência de AS, dado que as redes de transporte são locais frequentados pelas mulheres no seu dia-a-dia e que reúnem uma variedade de indivíduos, o que possibilita a convergência de trajetos entre vítimas e ofensores (e.g. Mellgren, Andersson & Ivert 2017; Natarajan *et al.* 2017; Abenoza *et al.* 2018). Estes espaços são caracterizados por uma natureza transitória (Lewis, Saukko & Lumsden 2020), criando cenários de interações breves, facilitando o anonimato e reduzindo o risco para o ofensor. Tal situação, agregada a cenários de superlotação, aumenta a vulnerabilidade das vítimas (e.g. Gardner, Cui & Coiacetto 2017; Horii & Burgess 2012; Nalla 2020). Aliado a isto, a falta de supervisão e intervenção de autoridades ou passageiros (e.g. Natarajan 2016; Quinones 2020) gera um ambiente propício ao AS. Uma investigação realizada na cidade de Nova Iorque, com 1.790 utentes do

⁶ No original, "(1) motivated offenders, (2) suitable targets, and (3) the absence of capable guardians against a violation".

metro, determinou que 63% destes/as já tinham sofrido AS no metro, sendo que mais de 99% deste grupo eram de género feminino (Stringer 2007). De igual modo, um questionário aplicado pela associação *Osez le Féminisme* (2014) a 150 mulheres no metro parisiense revelou que 94% das mesmas já tinha sido alvo de AS⁷.

4.3. Teoria de Broken Windows

Nos últimos anos, tem-se discutido a relação entre as incivildades físicas e sociais e o medo do crime (Loukaitou-Sideris *et al.* 2009). Diversas características do ambiente podem aumentar o medo e a perceção de risco, designadamente, a falta de manutenção ou danos à propriedade em contexto de transporte público (Gekoski *et al.* 2015). Paralelamente, manifestações visíveis e/ou ruidosas nas paragens ou estações dos meios de transporte, como indivíduos embriagados ou toxicodependentes, podem passar a mensagem de que não existe controlo naquele local, o que poderá atrair crimes para o mesmo (Yates & Ceccato 2020). Nesta lógica, pode destacar-se a Teoria *Broken Windows*, de Wilson e Kelling (1982), que propõe que, se não se der resposta atempada às desordens físicas e sociais, desenvolve-se uma espiral de desordens e crimes cada vez mais graves. Estas desordens geram medo nas/os cidadãs/ãos, que, em função deste, se retiram dos espaços públicos, repercutindo-se no enfraquecimento dos vínculos sociais e do controlo social informal, funcionando como um sinal de encorajamento para os ofensores que percecionam um terreno fértil onde existem oportunidades criminais (Wilson & Kelling 1982). Deste modo, constata-se que o controlo social formal e informal se revelam essenciais na definição do número de crimes que poderão ocorrer nos nós de transporte, dado que, se este controlo se verificar, previne-se a desordem e deterioração física (Uittenbogaard & Ceccato 2014). Simultaneamente, o mesmo irá encorajar comportamentos positivos e incrementar o sentimento de segurança (Loukaitou-Sideris 2014).

Reflexões finais

A banalização dos comportamentos de AS vincula as mulheres a uma posição subordinada e a um poder coercivo por parte dos homens, afetando a sua dignidade, autonomia e liberdade. Verifica-se uma lacuna na resposta à violência contra as mulheres, sendo que a proteção contra o AS e a discriminação que dele advêm são questões de dignidade humana. A subnotificação do AS subestima a sua real prevalência e incidência e dificulta a intervenção. Grande parte das vítimas de AS

⁷ Ver relatório de atividades desta associação (pp. 4-5) disponível em https://issuu.com/osezlefe-minisme/docs/rapport_d_activite_olf_2014-2015 [Consultado em 17 de outubro de 2021].

não denuncia o ocorrido, fazendo com que este fenómeno se torne encoberto na sociedade e propiciando impunidade aos assediadores, acreditando que não existem consequências para os seus atos. Tudo isto demonstra a imprescindibilidade de terminar com o silêncio relativo ao AS e de procurar soluções para diminuir a sua incidência.

É essencial compreender a incidência do AS e as condições situacionais, ambientais e socioculturais que propiciam a sua ocorrência em contexto de transporte público. Ademais, são necessários mais estudos para identificar como os contextos específicos de transporte público influenciam o medo e a perpetuação de AS, recorrendo a metodologias que recolham novos dados e 'lancem luz' sobre esta temática. Na mesma linha, também seria útil averiguar quais os impactos do AS para as vítimas e para indivíduos que receiam a vitimação, tanto a curto como a longo prazo.

Embora o impacto do género seja consistente na literatura, é preciso apurar se a idade, o *status* socioeconómico, a etnia e a orientação sexual dos indivíduos influencia a experiência de AS. A maioria dos trabalhos existentes foca-se no AS cometido por homens a mulheres, portanto, pesquisas futuras devem ser dirigidas para avaliar o AS noutros grupos potencialmente vulneráveis. É também essencial compreender quais as motivações dos comportamentos de AS. Por fim, seria relevante que futuras análises se concentrassem em descobrir quais as melhores soluções para diminuir as oportunidades de AS, avaliando as diversas práticas aplicadas em contexto de transporte público globalmente.

Três limitações principais foram encontradas aquando da realização desta revisão bibliográfica. Primeiramente, verificou-se uma dificuldade em encontrar estudos empíricos realizados na Europa, demonstrando a existência de uma lacuna neste continente. Outra limitação encontrada foi que a maior parte dos estudos existentes se foca no AS cometido por homens heterossexuais a mulheres, pelo que, em estudos futuros, seria útil perceber qual a incidência do AS em outros grupos sociais. Em terceiro lugar, revelou-se um desafio encontrar estudos sobre o medo de ser vítima de AS em contexto de transporte público. Deste modo, é fundamental a elaboração de novas investigações que colmatem estes défices.

Contributos das/os autoras/es

TR: Concetualização; investigação; metodologia; redação do rascunho original.

SM: Concetualização; metodologia; redação – revisão e edição; supervisão.

IG: Concetualização; metodologia; redação – revisão e edição; supervisão.

Conflito de interesses

Declara-se que não existem conflitos de interesses.

Referências bibliográficas

- Abenoza, Roberto F., et al. 2018. "Individual, Travel, and Bus Stop Characteristics Influencing Travelers' Safety Perceptions." *Transportation Research Record* 2672(8): 19-28. DOI: <https://doi.org/10.1177/0361198118758677>
- Bargh, John A., et al. 1995. "Attractiveness of the Underling: An Automatic Power – Sex Association and Its Consequences for Sexual Harassment and Aggression." *Journal of Personality and Social Psychology* 68(5): 768-781. DOI: <https://doi.org/10.1037/0022-3514.68.5.768>
- Bendixen, Mons, & Leif Edward Ottesen Kennair. 2017. "Advances in the Understanding of Same-Sex and Opposite-Sex Sexual Harassment." *Evolution and Human Behavior* 38(5): 583-591. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.evolhumbehav.2017.01.001>
- Berdahl, Jennifer L. 2007. "The Sexual Harassment of Uppity Women." *Journal of Applied Psychology* 92(2): 425-437. DOI: <https://doi.org/10.1037/0021-9010.92.2.425>
- Bowman, Cynthia Grant. 1993. "Street Harassment and the Informal Ghettoization of Women." *Harvard Law Review* 106(3): 517-580. DOI: <https://doi.org/10.2307/1341656>
- Burn, Shawn Meghan. 2018. "The Psychology of Sexual Harassment." *Teaching of Psychology* 46(1): 96-103. DOI: <https://doi.org/10.1177/0098628318816183>
- Ceccato, Vania, & Anastasia Loukaitou-Sideris. 2022. "Fear of Sexual Harassment and Its Impact on Safety Perceptions in Transit Environments: A Global Perspective." *Violence Against Women* 28(1): 26-48. DOI: <https://doi.org/10.1177/1077801221992874>
- Ceccato, Vania, Nathan Gaudelet, & Gabin Graf. 2022. "Crime and Safety in Transit Environments: A Systematic Review of the English and the French Literature, 1970–2020." *Public Transport* 14(1): 105-153. DOI: <https://doi.org/10.1007/s12469-021-00265-1>
- Ceccato, Vania, et al. 2020. "The Importance of the Transit Environment: Does it Affect the Risk of Sexual Victimization?" In *Transit Crime and Sexual Violence in Cities*, editado por Vania Ceccato e Anastasia Loukaitou-Sideris, 253-275. New York & London: Routledge.
- Cohen, Lawrence, & Marcus Felson. 1979. "Social Change and Crime Rate Trends: A Routine Activity Approach." *American Sociological Review* 44(4): 588-608. DOI: <https://doi.org/10.2307/2094589>
- Conselho da Europa. 2011. Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica. Disponível em <https://rm.coe.int/168046253d> [Consultado em 18 de outubro de 2021].
- Diehl, Charlotte, Jonas Rees, & Gerd Bohner. 2016. "Predicting Sexual Harassment From Hostile Sexism and Short-Term Mating Orientation: Relative Strength of Predictors Depends on Situational Priming of Power Versus Sex." *Violence Against Women* 24(2): 123-143. DOI: <https://doi.org/10.1177/1077801216678092>
- Ding, Hao, Anastasia Loukaitou-Sideris, & Asha Weinstein Agrawal. 2020. "Sexual Harassment and Assault in Transit Environments: A Review of the English-Language Literature." *Journal of Planning Literature* 35(3): 267-280. DOI: <https://doi.org/10.1177/0885412220911129>
- European Union Agency for Fundamental Rights. 2014. "Violence against Women: An

- EU-Wide Survey – Main Results.” Disponível em <https://fra.europa.eu/en/publication/2014/violence-against-women-eu-wide-survey-main-results-report> [Consultado em 30 de novembro de 2021].
- Ferraro, Kenneth F. 1996. “Women’s Fear of Victimization: Shadow of Sexual Assault?” *Social Forces* 75(2): 667-690. DOI: <https://doi.org/10.1093/sf/75.2.667>
- Ferraro, Kenneth F., & Randy L. Grange. 1987. “The Measurement of Fear of Crime.” *Sociological Inquiry* 57(1): 70-97. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1475-682X.1987.tb01181.x>
- Franke, Katherine M. 1997. “What’s Wrong with Sexual Harassment?” *Stanford Law Review* 49(4): 691-772. DOI: <https://doi.org/10.2307/1229336>
- Gardner, Natalie, Jianqiang Cui, & Eddo Coiacetto. 2017. “Harassment on Public Transport and Its Impacts on Women’s Travel Behaviour.” *Australian Planner* 54(1): 8-15. DOI: <https://doi.org/10.1080/07293682.2017.1299189>
- Gekoski, Anna, et al. 2015. “What Works’ in Reducing Sexual Harassment and Sexual Offences on Public Transport Nationally and Internationally: A Rapid Evidence Assessment.” Project Report. London: Middlesex University; British Transport Police; Department for Transport. Disponível em <https://southsudan.safeguardingsupporthub.org/documents/what-works-reducing-sexual-harassment-and-sexual-offences-public-transport-nationally-and> [Consultado em 1 de janeiro de 2022].
- Gouveia, Pedro Homem de, Maria João Frias, & Rita Jacinto. 2020. “Lisbon, Portugal.” In *Transit Crime and Sexual Violence in Cities*, editado por Vania Ceccato & Anastasia Loukaitou-Sideris, 176-184. New York & London: Routledge.
- Hale, Chris. 1996. “Fear of Crime: A Review of the Literature.” *International Review of Victimology* 4(2): 79-150. DOI: <https://doi.org/10.1177/026975809600400201>
- Hassan, Rasha Mohammad. 2008. “‘Clouds in Egypt’s Sky’ – Sexual Harassment: From Verbal Harassment to Rape.” Cairo: Egyptian Center for Women’s Rights. Disponível em https://www.endvawnow.org/uploads/browser/files/ecrw_sexual_harassment_study_english.pdf.pdf [Consultado em 22 de novembro de 2021].
- Holland, Kathryn J., & Lilia M. Cortina. 2016. “Sexual Harassment: Undermining the Well-being of Working Women.” In *Handbook on Well-Being of Working Women*, editado por Mary L. Connerley, & Jiyun Wu, 83-101. Dordrecht: Springer. DOI: https://doi.org/10.1007/978-94-017-9897-6_6
- Horii, Mitsutoshi, & Adam Burgess. 2012. “Constructing Sexual Risk: ‘Chikan’, Collapsing Male Authority and the Emergence of Women-Only Train Carriages in Japan.” *Health, Risk & Society* 14(1): 41-55. DOI: <https://doi.org/10.1080/13698575.2011.641523>
- Jafarova, Tarana. 2014. “AZE : Rapid Assessment on Sexual Harassment in the Baku Metro Rail. Final Report.” Manila, Philippines: Asian Development Bank. Disponível em <https://www.adb.org/projects/documents/regional-azerbaijan-44067-012>
- Jauregui, Carlota, & Laura Vozmediano. 2021. “Miedo al delito experimentado por las mujeres: relevancia de una perspectiva entrada en el contexto.” *International E-Journal of Criminal Sciences* 16: 1-23. Disponível em <https://ekoizpen-zientifikoa.ehu.es/documentos/621728b0b180c333d5659f36> [Consultado em 2 de fevereiro de 2024].
- Junger, Marianne. 1987. “Women’s Experiences of Sexual Harassment: Some Implications for Their Fear of Crime.” *British Journal of Criminology* 27(4): 358-383. DOI: <https://doi.org/10.1093/oxfordjournals.bjc.a047688>
- Lane, Jodi, Angela R. Gover, & Sara Dahod. 2009. “Fear of Violent Crime Among Men and Women on Campus: The Impact of Perceived Risk and Fear of Sexual Assault.” *Violence and Victims* 24(2): 172-192. DOI: <https://doi.org/10.1891/0886-6708.24.2.172>
- Leskinen, Emily A., Verónica Caridad Rabelo, & Lilia M. Cortina. 2015. “Gender Stereotyp-

- ing and Harassment: A 'Catch-22' for Women in the Workplace." *Psychology, Public Policy, and Law* 21(2): 192-204. DOI: <https://doi.org/10.1037/law0000040>
- Lewis, Sian, Paula Saukko, & Karen Lumsden. 2020. "Rhythms, Sociabilities and Transience of Sexual Harassment in Transport: Mobilities Perspectives of the London Underground." *Gender, Place & Culture* 28(2): 277-298. DOI: <https://doi.org/10.1080/0966369X.2020.1734540>
- Loukaitou-Sideris, Anastasia. 2014. "Fear and Safety in Transit Environments from the Women's Perspective." *Security Journal* 27(2): 242-256. DOI: <https://doi.org/10.1057/sj.2014.9>
- Loukaitou-Sideris, Anastasia. 2016. "A Gendered View of Mobility and Transport: Next Steps and Future Directions." *Town Planning Review* 87(5): 547-565. DOI: <https://doi.org/10.3828/tpr.2016.38>
- Loukaitou-Sideris, Anastasia, et al. 2009. *How To Ease Women's Fear of Transportation Environments: Case Studies and Best Practices*. MTI Report 09-01. San José, CA: Mineta Transportation Institute – San José State University. Disponível em <https://transweb.sjsu.edu/sites/default/files/2611-women-transportation.pdf> [Consultado em 5 de março de 2022].
- Loukaitou-Sideris, Anastasia, & Vania Ceccato. 2020a. "Sexual Harassment on Transit: Evidence from the Literature." In *Transit Crime and Sexual Violence in Cities Examined*, editado por Vania Ceccato & Anastasia Loukaitou-Sideris, 12-23. New York & London: Routledge.
- Loukaitou-Sideris, Anastasia, & Vania Ceccato. 2020b. "Sexual Violence in Transit Environments: Aims, Scope, and Context." In *Transit Crime and Sexual Violence in Cities*, editado por Vania Ceccato & Anastasia Loukaitou-Sideris, 3-11. New York & London: Routledge.
- Madan, Manish, & Mahesh K. Nalla. 2016. "Sexual Harassment in Public Spaces: Examining Gender Differences in Perceived Seriousness and Victimization." *International Criminal Justice Review* 26(2): 80-97. DOI: <https://doi.org/10.1177/1057567716639093>
- Mahmoud, Sarah, & Graham Currie. 2010. "The Relative Priority of Personal Safety Concerns for Young People on Public Transport." In *Proceedings of the 33rd Australasian Transport Research Forum (ATRF)*, 1-11. Canberra: Australasian Transport Research Forum.
- McLaughlin, Heather, Christopher Uggen, & Amy Blackstone. 2012. "Sexual Harassment, Workplace Authority, and the Paradox of Power." *American Sociological Review* 77(4): 625-647. DOI: <https://doi.org/10.1177/0003122412451728>
- Mellgren, Caroline, Mika Andersson, & Anna Karin Ivert. 2017. "'It Happens All the Time': Women's Experiences and Normalization of Sexual Harassment in Public Space." *Women & Criminal Justice* 28(4): 262-281. DOI: <https://doi.org/10.1080/08974454.2017.1372328>
- Nalla, Mahesh K. 2020. "Sexual Harassment in Public Spaces in India: Victimization and Offending Patterns." In *Crime and Fear in Public Places*, editado por Vania Ceccato & Mahesh K. Nalla, 232-249. London & New York: Routledge.
- Natarajan, Mangai. 2016. "Rapid Assessment of 'Eve Teasing' (Sexual Harassment) of Young Women during the Commute to College In India." *Crime Science* 5(6): 1-11. DOI: <https://doi.org/10.1186/s40163-016-0054-9>
- Natarajan, Mangai, et al. 2017. "Sexual Victimization of College Students in Public Transport Environments: A Whole Journey Approach." *Crime Prevention and Community Safety* 19: 168-182. DOI: <https://doi.org/10.1057/s41300-017-0025-4>

- Organización de Naciones Unidas – Mujeres. 2017. “Ciudades Seguras y Espacios Públicos Seguros. Informe de Resultados Globales.” *ONU Mujeres*. Disponível em <https://www.unwomen.org/es/digital-library/publications/2017/10/safe-cities-and-safe-public-spaces-global-results-report> [Consultado em 6 de abril de 2022].
- Orozco-Fontalvo, Mauricio, *et al.* 2019. “Women’s Perceived Risk of Sexual Harassment in a Bus Rapid Transit (BRT) System: The Case of Barranquilla, Colombia.” *Journal of Transport & Health* 14: 100598. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jth.2019.100598>
- Pain, Rachel. 1991. “Space, Sexual Violence and Social Control: Integrating Geographical and Feminist Analyses of Women’s Fear of Crime.” *Progress in Human Geography* 15(4): 415-431. DOI: <https://doi.org/10.1177/030913259101500403>
- Popovich, Paula M., & Michael A. Warren. 2010. “The Role of Power in Sexual Harassment as a Counterproductive Behavior in Organizations.” *Human Resource Management Review* 20(1): 45-53. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.hrmr.2009.05.003>
- Quinones, Lina Marcela. 2020. “Sexual Harassment in Public Transport in Bogotá.” *Transportation Research Part A: Policy and Practice* 139: 54-69. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.tra.2020.06.018>
- Russell, Brenda L., & Debra Oswald. 2015. “When Sexism Cuts Both Ways: Predictors of Tolerance of Sexual Harassment of Men.” *Men and Masculinities* 19(5): 524-544. DOI: <https://doi.org/10.1177/1097184X15602745>
- Smith, William R., Marie Torstensson, & Kerstin Johansson. 2001. “Perceived Risk and Fear of Crime: Gender Differences in Contextual Sensitivity.” *International Review of Victimology* 8(2): 159-181. DOI: <https://doi.org/10.1177/026975800100800204>
- Stark, Juliane, & Michael Meschik. 2018. “Women’s Everyday Mobility: Frightening Situations and Their Impacts on Travel Behaviour.” *Transportation Research Part F* 54: 311-323. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.trf.2018.02.017>
- Stringer, Scott M. 2007. “Hidden in Plain Sight: Sexual Harassment and Assault in the New York City Subway System.” *Office of the Manhattan Borough President*. Disponível em https://www.nytimes.com/packages/pdf/nyregion/city_room/20070726_hidden-inplainsight.pdf?pagewanted=a [Consultado em 20 de janeiro de 2024].
- Sundling, Catherine, & Vania Ceccato. 2022. “The Impact of Rail-Based Stations on Passengers’ Safety Perceptions. A Systematic Review of International Evidence.” *Transportation Research Part F: Traffic Psychology and Behaviour* 86: 99-120. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.trf.2022.02.011>
- Uittenbogaard, Adriaan, & Vania Ceccato. 2014. “Safety in Stockholm’s Underground Stations: An Agenda for Action.” *European Journal on Criminal Policy and Research* 20: 73-100. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10610-013-9212-8>
- Warr, Mark. 2000. “Fear of Crime in the United States: Avenues for Research and Policy.” *Criminal Justice* 4: 451-489. Disponível em https://www.ojp.gov/criminal_justice2000/vol_4/04i.pdf [Consultado em 18 de outubro de 2023].
- Wilson, James Q. & George L. Kelling. 1982. “Broken Windows: The Police and Neighborhood Safety.” *The Atlantic Monthly*, 1-8. Disponível em https://media4.manhattan-institute.org/pdf/_atlantic_monthly-broken_windows.pdf [Consultado em 19 de outubro de 2023].
- Yates, Anna, & Vania Ceccato. 2020. “Individual and Spatial Dimensions of Women’s Fear of Crime: A Scandinavian Study Case.” In *Crime and Fear in Public Places*, editado por Vania Ceccato & Mahesh K. Nalla, 265-287. London: Routledge.

Tatiana Ribeiro. Licenciada em Criminologia pela Faculdade de Direito da Universidade do Porto. Estudante de Mestrado de Criminologia na mesma instituição. As suas áreas de interesse são estudos de género, *transit environments* e medo do crime.

Samuel Moreira. Doutorado em Criminologia pela Faculdade de Direito da Universidade do Porto (FDUP). Professor Auxiliar Convidado da FDUP e Professor Auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade Lusíada do Porto. Investigador Colaborador no CIJ (Centro de Investigação Interdisciplinar em Justiça) e Investigador Integrado no CEJEIA (Centro de Estudos Jurídicos, Económicos, Internacionais e Ambientais). As suas principais áreas de lecionação e investigação são a (in)segurança, o policiamento e o cibercrime.

Inês Sousa Guedes. Doutorada pela Faculdade de Direito da Universidade do Porto. Professora Auxiliar da mesma instituição. Investigadora integrada do Centro de Investigação Interdisciplinar em Justiça (CIJ) e colaboradora no CEJEIA (Centro de Estudos Jurídicos, Económicos, Internacionais e Ambientais). Vice-Presidente do Conselho Pedagógico e membro da Comissão de Ética da FDUP. Incorpora o Conselho Diretor da Associação Internacional de Criminologia de Língua Portuguesa (AICLP). As suas áreas de interesse são cibercrime, medo do crime e insegurança urbana.

Artigo recebido em 27 de março de 2024 e aceite para publicação em 12 de julho de 2024.

Como citar este artigo:

[Segundo a norma Chicago]:

Lopes, Tatiana, Samuel Moreira, & Inês Sousa Guedes. 2025. "Medo de assédio sexual em contexto de transporte público." *ex æquo* 51: 30-45 DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2025.51.03>

[Segundo a norma APA adaptada]:

Lopes, Tatiana, Moreira, Samuel, & Guedes, Inês Sousa (2025). Medo de assédio sexual em contexto de transporte público. *ex æquo*, 51, 30-45 DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2025.51.03>



Este é um artigo de Acesso Livre distribuído nos termos da licença Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivs (<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>), que permite a reprodução e distribuição não comercial da obra, em qualquer suporte, desde que a obra original não seja alterada ou transformada de qualquer forma, e que a obra seja devidamente citada. Para reutilização comercial, por favor contactar: apem1991@gmail.com



DOMINIO MASCULINO Y DISCRIMINACIÓN EN EL DEPORTE. REFLEXIONES DESDE LAS TEORÍAS DE MASCULINIDADES Y CORRIENTES FEMINISTAS

 Loreto Chihuailaf-Vera*

 Carlos Matus-Castillo**

 Bárbara Álvarez-Olavarría***

Resumen

Los movimientos feministas han promovido la inclusión de mujeres en ámbitos tradicionalmente dominados por hombres. El deporte no solo enfrenta la resistencia patriarcal, sino que también refleja su rigidez simbólica. Desde una metodología ensayística, basada en las teorías de las masculinidades y los feminismos, se analiza el deporte como dispositivo patriarcal que discrimina a las mujeres, reproduciendo estructuras de poder y construyendo la masculinidad hegemónica. Desde una perspectiva feminista, se busca reconocer la diferencia sexual, argumentando que la opresión de la mujer radica en negar su autonomía y en la comparación desigual con los hombres. Finalmente, se plantea resignificar los espacios deportivos desde una mirada femenina.

Palabras clave: Deporte, masculinidades, feminismos, discriminación, patriarcado.

Resumo

Domínio masculino e discriminação no desporto. Reflexões a partir das teorias das masculinidades e correntes feministas

Os movimentos feministas promoveram a inclusão das mulheres em áreas tradicionalmente dominadas pelos homens. O desporto não só enfrenta a resistência patriarcal, como também reflète a sua rigidez simbólica. A partir de uma metodologia ensaística, baseada nas teorias das masculinidades e dos feminismos, analisa-se o desporto como um dispositivo patriarcal que discrimina as mulheres, reproduzindo estruturas de poder e construindo uma masculinidade hegemónica. A partir de uma perspectiva feminista, procura-se reconhe-

* Universidad Santo Tomás (UST), 8370003 Santiago, Región Metropolitana, Chile.
Dirección postal: Av. Ejército Libertador 146, 8370003 Santiago, Región Metropolitana, Chile.
Correo electrónico: mchihuailaf@santotomas.cl

** Universidad Católica de la Santísima Concepción (UCSC), 4090541 Concepción, Región del Biobío, Chile.
Dirección postal: Av. Alonso de Ribera 2850, 4090541 Concepción, Región del Biobío, Chile.
Correo electrónico: cmatus@ucsc.cl

*** Universidad Católica del Maule (UCM), 3466706 Talca, Región del Maule, Chile.
Dirección postal: Av. San Miguel 3605, 3466706 Talca, Región del Maule, Chile.
Correo electrónico: balvarez@ucm.cl

cer a diferença sexual, argumentando que a opressão das mulheres reside na negação da sua autonomia e na comparação desigual com os homens. Por fim, propõe-se ressignificar os espaços desportivos a partir de um ponto de vista feminino.

Palavras-chave: Desporto, masculinidades, feminismos, discriminação, patriarcado.

Abstract

Male Dominance and Discrimination in Sport. Reflections Based on the Theories of Masculinities and Feminist Currents

Feminist movements have promoted the inclusion of women in traditionally male-dominated fields. Sport not only confronts patriarchal resistance but also reflects its symbolic rigidity. Adopting an essayistic methodology, based on the theories of masculinities and feminisms, this paper analyzes sport as a patriarchal device that discriminates against women, reproducing power structures and constructing hegemonic masculinity. From a feminist perspective, it seeks to recognize sexual difference, arguing that the oppression of women lies in denying their autonomy and in the unequal comparison with men. Finally, it proposes redefining sports spaces from a female perspective.

Keywords: Sport, masculinities, feminisms, discrimination, patriarchy.

1. Introducción

Los diferentes movimientos feministas han criticado principalmente la división sexual y la necesidad de incorporar a las mujeres en los programas de desarrollo económico, rompiendo con el encasillamiento histórico de mujeres como madres o esposas dependientes (Htun & Weldon 2012; Montealegre 2020). Así, las mujeres han conseguido acceder a áreas de poder y liderazgo, como la política, la ciencia o el mundo empresarial, logrando convivir con sus pares masculinos (Benavente & Valdés 2014; Hessami & Lopes da Fonseca 2020). En este contexto y contra todo pronóstico, se han alcanzado hitos trascendentales en el ámbito militar que reflejan avances significativos en materia de igualdad de género. Un ejemplo destacado es el de la teniente 1º Litoral Camila Ovalle, quien asumió recientemente la Capitanía del Puerto de Talcahuano en la Región del Biobío, Chile, convirtiéndose en la primera mujer en la historia del país en ocupar este cargo (Briones 2025). A través de los medios de comunicación, la teniente Ovalle expresó: “Estoy orgullosa de representar a las mujeres en un ámbito históricamente masculino. Esto demuestra que los cambios son posibles y que, con esfuerzo y dedicación, no hay límites para lo que podemos alcanzar” (cit. en Briones 2025). Otro caso emblemático es el de la capitán Amy Bauernschmidt, quien en 2022 se convirtió en la primera mujer en comandar un portaviones nuclear de la Marina de los Estados Unidos. Este logro marcó un hito histórico y un avance significativo en la inclusión y equidad de género dentro de las fuerzas armadas estadounidenses (Associated Press 2022). Sin embargo, cabe preguntarse: en este caso, ¿el acceso de mujeres al

liderazgo militar es un signo de verdadera emancipación o simplemente su incorporación a una lógica de poder que sigue siendo masculina?

En el ámbito deportivo se observa un fenómeno similar, donde la inclusión de mujeres en competencias y liderazgos no necesariamente implica una transformación profunda del sistema, sino más bien una adaptación a estructuras androcéntricas que siguen operando bajo la lógica de la confrontación, el desempeño físico y la agresividad. Estas lógicas, donde lo masculino se asume como sujeto universal y lo femenino queda relegado a la alteridad, perpetúan una dinámica que limita la posibilidad de un cambio sustancial hacia la equidad de género.

La crítica que se plantea en este ensayo busca tensionar la institución deportiva como un dispositivo biopolítico que, a pesar de las expectativas de las sociedades libres y democráticas, perpetúa la universalización de valores poco conscientes de la evolución experimentada en otros ámbitos históricamente masculinizados (Vicente-Pedraz & Brozas-Polo 2017). Si bien la participación de las mujeres en el deporte es cada vez mayor en todas sus esferas, el imaginario social sigue asociando lo deportivo principalmente a los valores masculinos (Pérez Neyra 2019). A partir de las teorías de las masculinidades y de los feminismos, este trabajo propone analizar el deporte como un dispositivo patriarcal que discrimina a las mujeres, explorando cómo se reproducen las estructuras de poder y exclusión en este ámbito.

Problematisando los discursos hegemónicos de la institución deportiva, es evidente la persistencia de valoraciones basadas en diferencias fisiológicas en el sistema sexo-género dentro del campo científico-deportivo (Knechtle *et al.* 2016; Besson *et al.* 2022). Estos discursos biologicistas y esencialistas condicionan la forma en que mujeres y hombres deben practicar deporte, imponiendo una visión hegemónica de los roles de género. Esta lógica ha llevado a la segregación de espacios de convivencia deportiva, donde se “amurallan” las prácticas según estereotipos de lo masculino y lo femenino. Frente a esta discriminación, se han creado modalidades deportivas femeninas que, lejos de irrumpir en espacios deportivos tradicionalmente masculinos, se fundamentan en principios ontológicos feministas basados en la diferencia sexual (Irigaray 1992), desde la lógica de otorgar valor a la sexualidad femenina. Sin embargo, esta respuesta contrasta con la realidad de los hombres, quienes, en busca de una masculinidad ideal asociada al éxito deportivo (Connell 2015), suelen practicar deportes en ambientes homosociales (Schwartz 2021), reforzando así la supremacía y la impermeabilidad del espacio deportivo masculino.

Ante esta dualidad, surge la necesidad de tensionar lo establecido e interpelear las fuentes de discriminación. Para ello, se propone abordar la problemática desde tres frentes de discusión. En primer lugar, en el apartado “La configuración del deporte tradicional como estructura patriarcal: un análisis desde las teorías de masculinidades”, se objeta la creación del deporte como mecanismo de control orientado a la construcción y reproducción de masculinidades ideales. Así, frente a esta realidad de supremacía e impermeabilidad del espacio deportivo mascu-

lino, se plantea el segundo apartado titulado “Las desobedientes al patriarcado, la mujer deportista, ¿gloria y éxito ilusorio?”, en el cual se reflexiona en torno a la rebeldía de las mujeres al desafiar el mandato patriarcal de quietud y gracia, creando sus propios espacios seguros de emancipación a través del deporte. Finalmente, en “¿Diferencias sexuales reales? Inferioridad fisiológica de la mujer: reivindicaciones desde la epistemología feminista”, se critica el esquema binario y el éxodo de los sexos desde el postulado de inferioridad fisiológica de la mujer en el deporte. Desde la teoría de la diferencia sexual, se desafía la neutralidad de la ciencia, que reconoce en las mujeres una dimensión que no es comparable ni medible con los hombres, entendiendo que la mujer y el hombre pertenecen a dos sexos totalmente independientes.

2. La configuración del deporte tradicional como estructura patriarcal: un análisis desde las teorías de masculinidades

Según García-Blanco (1994), los deportes modernos, hoy convencionales, pueden considerarse dispositivos hegemónicos que reproducen el orden establecido, heredados principalmente de la sociedad industrial de finales del siglo XIX en Inglaterra. Esta hegemonía en ciertos deportes permite entender cómo se (re) produce el orden de género y cómo el deporte está ligado a las relaciones de poder históricas, las normas organizacionales y las lógicas culturales, desempeñando un papel clave en el mantenimiento del estatus hegemónico masculino (Levi *et al.* 2023). En este sentido, una arista del patriarcado de antiguas civilizaciones se ha arraigado en las sociedades modernas a través del deporte, donde la exclusión sistemática de las mujeres ha sido una constante. Esta exclusión se basa en percepciones patriarcales que asumen que las mujeres son más débiles y menos aptas para la competencia física que los hombres (Page 2016). De acuerdo con Raewyn Connell (2015), esta dinámica respondería al concepto de masculinidad hegemónica, entendido como un modelo dominante de masculinidad que no solo refuerza la superioridad masculina en el deporte, sino que también establece un patrón normativo que subordina y excluye a las mujeres (Smith & Wrynn 2010). En esta misma línea, Messner (2005) señala que el deporte es un espacio clave para la construcción y legitimación de las masculinidades hegemónicas, puesto que el deporte actúa como un dispositivo cultural que naturaliza las diferencias de género y legitima jerarquías de poder entre hombres y mujeres a través de la reproducción de normas heteronormativas y patriarcales.

Esta lógica de exclusión se observa desde el origen del deporte moderno en el siglo XIX, donde se promovió una noción de fragilidad femenina (Kidd 2013), lo que justificó la marginación de las mujeres del ámbito deportivo, perpetuando la idea de que el deporte era una práctica exclusivamente masculina (Mangan 1981). De esta manera, el deporte se convirtió en una práctica cultural homosocial

(Kimmel 2011), utilizando la competencia y el desempeño físico como medios para reafirmar la identidad masculina.

En relación con la conexión entre el hombre y el deporte, este último puede representar cualidades tradicionalmente asociadas con la masculinidad, como la fuerza física y la agresividad, características vinculadas al combate y la preparación para la guerra (Herbart 1935, cit. en Fernández 2007). En este sentido, los deportes de equipo predominantes en los siglos XX y XXI han incorporado elementos de confrontación, estructurados en torno a estrategias de ataque y defensa frente a un adversario. Esta dinámica ha fomentado la construcción de masculinidades que exaltan las cualidades de los ganadores o héroes deportivos (Messner 2012; Connell 2015). Así, el deporte, particularmente en el ámbito profesional, refuerza una masculinidad basada en la confrontación a través de la competencia, los métodos de entrenamiento y una jerarquía estructurada de niveles y recompensas (Connell 2015), lo que pone en evidencia la persistencia de una lógica patriarcal en el deporte contemporáneo (Oxford 2019).

Esta lógica se manifiesta claramente en el modelo de violencia aceptado en el ámbito deportivo. El deporte espectáculo, por ejemplo, pone de manifiesto la normalización de la violencia masculina. Un caso extremo es el hockey sobre hielo y las normas establecidas por la *National Hockey League* (NHL), disciplina mayormente difundida en Canadá y Estados Unidos (Porras 2020). Su reglamento permite que los jugadores recurran al contacto físico contra sus oponentes utilizando los puños, los brazos o el palo de hockey (Rojas 2017). Estas expresiones de violencia refuerzan una identidad masculina sustentada en la dominación y la agresividad, al tiempo que justifican la exclusión de las mujeres en estos espacios bajo argumentos de protección o supuesta incapacidad física (Tolvhed 2013; Tjønndal 2016).

Patierno y Kopelovich (2021), a partir de los estudios de Norbert Elias y Eric Dunning, sostienen que el reglamento en los deportes colectivos de contacto busca regular la violencia en el juego mediante la implementación de normas. Sin embargo, esta regulación presenta un sesgo de género: mientras que en el caso de los hombres se permiten ciertas formas de agresividad, las mujeres han estado sujetas a restricciones más estrictas, limitando su desarrollo en estas disciplinas. En este sentido, el deporte ha funcionado como un espacio para la consolidación de la masculinidad hegemónica, configurando subjetividades que asignan un rol competitivo y dominante para los hombres, y un rol de pasividad y limitaciones para las mujeres.

3. Las desobedientes al patriarcado, la mujer deportista, ¿gloria y éxito ilusorio?

La imagen de mujer deportista o deportista olímpica surgió hace un siglo. Desde entonces, la lucha por la igualdad se ha centrado en dos frentes principa-

les. Primero, demostrar que sus cuerpos están fisiológicamente preparados para competir sin perjuicios físicos o psicológicos; y segundo, reivindicar la igualdad con los hombres, legitimando y valorando el deporte femenino como una práctica exigente (Martín 2006).

Desde el año 1900, a las mujeres se les permitió demostrar una imagen de deportista, pero en los límites de la feminidad manteniendo un modelo estético desde las exigencias culturales de apariencia y belleza (Fontecha 2016). Este proceso fue visibilizado a través de una prensa que destacó prejuicios como la falta de energía y sus supuestos límites físicos, en una constante comparación con los hombres (Peter 2014). Transcurridos unos 50 años, una mujer se vio en la necesidad de demostrar que un cuerpo femenino está preparado anatómicamente y fisiológicamente para correr 42 kilómetros en una maratón. La norteamericana Kathrine Switzer, a través de sus memorias, recuerda lo ocurrido en la maratón de Boston de 1967:

Me parece que fue ayer cuando el periodista agresivo del camión de prensa se puso a mi lado en el kilómetro cinco y me preguntó qué estaba intentando demostrar. Le respondí que no estaba intentando demostrar nada, que solo quería correr [...]. Me parece que fue ayer cuando el periodista en la línea de meta insinuó que mi participación en la carrera era solo una broma, que las mujeres de verdad no corren. (Switzer 2022, 11)

La actitud rebelde de Kathrine, al igual que la de otras mujeres que desafiaron el mandato patriarcal de mantener una imagen de gracia, quietud y pasividad, ha contribuido a desmontar estereotipos de género que refuerzan la idea de una supuesta inferioridad física de las mujeres en comparación con los hombres (Sauleda, Gavilán & Martínez 2021).

El deporte consolidado desde las estructuras elementales del patriarcado (Levi *et al.* 2023) ha permitido a las mujeres demostrar conductas prohibidas para su género, especialmente en deportes de tradición masculina, como el fútbol. No obstante, en algunas culturas con fuerte tradición religiosa, el mandato patriarcal se refuerza con mayor rigidez. Un ejemplo de ello ocurrió en una zona rural del noreste de Bangladesh, donde un partido de fútbol femenino fue cancelado debido a protestas de grupos islamistas. Según informó EFE (2025), los manifestantes justificaron su oposición afirmando: "El Islam nos enseña a preservar el recato de las mujeres. Al impulsar el deporte femenino, se está promoviendo la inmoralidad". Así, aunque el mandato patriarcal sea muy estricto en Medio Oriente, no deja de ser beneplácito en Occidente. El deporte femenino desde las experiencias de las mismas deportistas se describe con menos reconocimiento, menor acceso a becas y ayudas, baja visibilidad mediática y menores recursos (Selva, Pallarès & González 2013; Martínez *et al.* 2021; Pérez 2023). Además, estudios empíricos reconocen una participación desigual entre hombres y mujeres en el deporte, considerando como referente la Convención sobre la Eliminación de Todas las Formas

de Discriminación contra la Mujer (CEDAW) de las Naciones Unidas (Lecumberri, Pérez & Mirabet 2024). En el deporte femenino latinoamericano la discriminación tampoco da tregua. Estudios revelan que las mujeres deportistas enfrentan múltiples barreras y desafíos que van desde la discriminación hasta el acoso, tanto dentro como fuera del equipo, y entre sus compañeros deportistas, pasando por la falta de oportunidades y el acceso limitado a recursos económicos (Flores & Amaru 2022; Barrón-Luján *et al.* 2024).

A pesar de los avances y la transgresión a las normas de género, la marginación y segregación de las mujeres en el deporte persisten, arraigadas en la lógica del poder. Kate Millett lo expresó claramente: “el patriarcado es una ideología dominante que no admite rivales, y su control sobre la sociedad es innegable” (Millett 1995, 82). Frente a esta objetividad, hoy se ve a las mujeres decididas a crear espacios seguros de emancipación a través del deporte, estableciendo sus propios límites en busca de reconocimiento y mérito, lejos de intentar irrumpir en ámbitos deportivos dominados por los hombres. Su enfoque se basa en una perspectiva ontológica, rescatando un feminismo sustentado en la diferencia sexual (Irigaray 1992), con la intención de equilibrar el poder entre los géneros, reivindicando los valores culturales de la sexualidad femenina y comprendiendo el deporte desde una identidad femenina propia (Martín 2006).

Sin embargo, como reflexión cabe preguntarse: ¿es posible que el reconocimiento de la diferencia sexual respecto a los hombres y la delimitación de sus propios espacios sea el camino adecuado hacia la emancipación y el reconocimiento, luego de un siglo de luchas? Desde la perspectiva del feminismo de la igualdad, representado por autoras como Kate Millett, se argumenta que, sean cuales sean las diferencias sexuales “reales”, estas solo podrán conocerse una vez que ambos sexos sean tratados en igualdad de condiciones.

4. ¿Diferencias sexuales reales? Inferioridad fisiológica de la mujer: reivindicaciones desde la epistemología feminista

La diferencia sexual se sitúa en la confluencia de naturaleza y cultura. No obstante, las civilizaciones patriarcales han devaluado tanto el valor de lo femenino que la realidad y la descripción del mundo que las caracteriza resulta inexacta (Irigaray 1992). Para comprender los fenómenos de desigualdad de género, es decir, las formas en que la(s) diferencia(s) se transforman de manera consistente en desigualdades en distintos niveles de jerarquía, es necesario considerar los mecanismos de jerarquización de las diferencias sexo-genéricas (Gaba 2023).

Según Gayle Rubin (1986, 97), el sistema sexo-género es un “sistema de relaciones sociales que transforma la sexualidad biológica en productos de actividad humana y en el cual se satisfacen esas necesidades humanas transformadas”. Así, el sistema sexo-género en el deporte y sus mercados subyacentes han subordi-

nado de manera consistente el desempeño de las deportistas, situando a los cuerpos femeninos en una posición jerárquica inferior (Bruce 2016; Perez Neyra 2019; Andreasson & Carlsson 2022).

La primacía de lo masculino como norma universal del sujeto sitúa al género femenino en un *no-masculino*, es decir, en una realidad abstracta sin existencia (Irigaray 1992). Un ejemplo lo proporciona la reconocida investigadora en fisiología y nutrición deportiva Stacy Sims (2016), quien, con su lema "Women are not small men", denuncia las formas en que los cuerpos femeninos son comprendidos y preparados para la competición. Sims propone a las mujeres deportistas ir en favor de su fisiología y no en contra de ella, ya que las prescripciones de entrenamiento y competición están basadas en parámetros androcéntricos. Entre otras muchas diferencias en el desempeño deportivo, Sims evidencia que las fluctuaciones en la producción de hormonas en las distintas fases del ciclo menstrual marcarían tratamientos diferenciados para regular el metabolismo de los carbohidratos.

Desde las ciencias de la salud y del deporte, estudios señalan que la concentración hormonal varía según la edad y el sexo de las personas (Bae *et al.* 2019), lo que influye en el fenotipo metabólico dependiendo de la práctica deportiva (Al-Khelaifi *et al.* 2018; Molinar-Contreras *et al.* 2023). Desde este campo ontológico, se sitúa al sexo biológico como un factor determinante en el rendimiento deportivo, debido a diferencias en anatomía, fisiología y hormonas sexuales, posicionando al sexo biológico masculino con una ventaja del 10% a 30% en el desarrollo de cualidades físicas como la fuerza, la velocidad y la resistencia (Hunter *et al.* 2023).

He aquí, como señala Bourdieu (2003), la necesidad de activar la vigilancia epistemológica sobre la cual se configuran los supuestos, ya que incluso al intentar "equilibrar" las diferencias en los rendimientos de ciertas prácticas deportivas, se refuerza la división sexual bajo una racionalidad tramposa de igualdad. Por ejemplo, entre las tensiones sobre la diferenciación de los sexos y el rendimiento deportivo, se reportan ventajas fisiológicas para las mujeres en resistencia a la fatiga y mejor respuesta al estrés gastrointestinal, mientras que en este comparativo los hombres presentan mejores respuestas al estrés oxidativo, entre otros (Tiller *et al.* 2021).

La teoría de la diferencia sexual (Irigaray 1992) desafía la falsa neutralidad de la ciencia al reconocer que las mujeres no son comparables ni medibles bajo los mismos parámetros que los hombres. Aunque convivan en el mismo mundo, mujer y hombre pertenecen a dos sexos totalmente independientes. Sin embargo, es precisamente esta diferencia sexual la que mantiene a las mujeres subordinadas a los hombres (Irigaray 1992).

Esta gramática de convivencia en espacios deportivos, donde la mujer "naturalmente" parece tener desventajas fisiológicas, exige interrogar al deporte como institución: ¿cómo se (re)producen los procesos de naturalización de las diferencias jerárquicas de género?, ¿son los valores de referencia androcéntricos los que

establecen estas diferencias y, por ende, las jerarquías? Diana Maffía (2020) sostiene que esta naturalización es más bien política, ya que se aceptan las diferencias biológicas como inevitables, convirtiendo la inferioridad biológica en un estatus entre los grupos humanos y sociales.

Sin desconocer la relevancia y los avances de los estudios biomédicos en los deportes de competición, especialmente en la última década, es necesario ampliar la mirada e interrogar la diferenciación fisiológica como parte de una configuración que trasciende el campo de la biología. Ampliar esa mirada implica entenderla como parte constitutiva de las relaciones de poder (Scott 2022). En este sentido, se cuestionan las construcciones ontológicas y epistemológicas que definen qué corporalidades y habilidades son consideradas legítimas en el deporte, ya que la manera en que se interpretan y organizan estas diferencias, lejos de ser neutral, establece jerarquías y criterios de valoración (Martín 2016; Andreasson & Carlsson 2022; Ciccía 2022).

5. Conclusiones

Este trabajo ha examinado críticamente cómo el deporte, considerado como una institución de tradición hegemónica, actúa como un dispositivo social de control que perpetúa la masculinidad hegemónica y la subordinación de las mujeres, considerando tanto su cultura interna como su reglamentación. Desde las epistemologías feministas y teorías de género, se ha cuestionado la estructura deportiva que perpetúa la división sexual bajo una lógica androcéntrica. Esta realidad se sustenta sobre diversos catalizadores, donde uno de los principales es la supuesta desventaja fisiológica de las mujeres respecto a los hombres, un argumento que se presenta como fundamento ontológico trascendental. Esta noción refuerza y perpetúa la subordinación y dominación de las mujeres en el ámbito deportivo. Esta relación patriarcado-deporte se enmarca en un contexto histórico-cultural androcéntrico, que devalúa lo femenino. Este mismo régimen deportivo solidifica relaciones homosociales entre masculinidades, caracterizadas por expresiones de violencia, la cual se convierte en el eje central de la competitividad y se presenta como un componente intrínseco de la práctica deportiva contemporánea.

En función del objetivo de este trabajo, se puede indicar que la epistemología del postfeminismo ofrece una perspectiva esclarecedora sobre esta problemática, al desafiar y cuestionar las identidades sexuales cerradas y determinadas naturalmente. Por otro lado, entender la discriminación de las mujeres confrontando los arquetipos masculinos desde los estudios de las masculinidades permite visibilizar como el contexto deportivo continúa reproduciendo patrones hegemónicos, validando un ideal humano masculino y excluyendo todo lo no masculino. En este sentido, democratizar los espacios deportivos no solo implica reconocer el deporte femenino como una práctica cultural válida, sino también intervenir en

los espacios masculinos, deconstruyendo patrones de masculinidad tóxica y promoviendo relaciones basadas en la convivencia y el respeto. De esta manera, el deporte puede convertirse en un espacio de resistencia y transformación, donde se desafíen las estructuras patriarcales y se fomente la inclusión y equidad de género.

Después de más de un siglo de discriminaciones, pareciera ser que el camino hacia la emancipación no pasa por adaptarse a los moldes establecidos por los varones, sino por resignificar lo creado desde los valores, experiencias e intereses femeninos. En síntesis, es crucial reflexionar desde dos perspectivas: primero, cómo el deporte se constituye en un espacio que reproduce y perpetúa las relaciones de género tradicionales; y segundo, cómo también puede convertirse en un espacio de resistencia y cambio frente a los modelos hegemónicos. Para ello, resulta fundamental desnaturalizar las jerarquías de género en el ámbito del deporte de competición y promover una inclusión plena en igualdad de condiciones. En esta tarea, no se trata de confundir igualdad con homogeneidad. En términos de igualdad, deben garantizarse condiciones equitativas de acceso, participación y reconocimiento en el ámbito deportivo, desmantelando barreras estructurales que históricamente han excluido a las feminidades. La igualdad no exige la adaptación a un modelo único, sino el reconocimiento de la diversidad como principio de justicia.

Al mismo tiempo, resignificar el deporte no consiste en que las feminidades ocupen un lugar ya dado, sino en crear las condiciones para que emerja lo que ha sido negado, borrado o silenciado: una subjetividad femenina que no se defina por oposición, sino desde su propia diferencia. Siguiendo a Luce Irigaray (1992), esta tarea requiere una ética de la alteridad, una apertura a lo otro que no busca asimilarlo ni reducirlo, sino dejarlo ser en su singularidad. Desde esta perspectiva, transformar el deporte implica imaginar prácticas, valores y relaciones que no repliquen lo hegemónico, sino que inscriban nuevas formas de corporalidad.

Contribución de cada autor/a

LCV: Conceptualización; análisis formal; investigación; metodología; validación; redacción – borrador original; redacción – revisión y edición.

CMC: Análisis formal; metodología; validación; redacción – borrador original; redacción – revisión y edición.

BAO: Análisis formal; investigación; validación; redacción – borrador original; redacción – revisión y edición.

Conflicto de intereses

Las autoras y autores no poseen conflictos de interés.

Referencias bibliográficas

- Al-Khelaifi, Fatima, *et al.* 2018. "A Pilot Study Comparing the Metabolic Profiles of Elite-Level Athletes from Different Sporting Disciplines." *Sports Medicine – Open* 4: Art. 2. DOI: <https://doi.org/10.1186/s40798-017-0114-z>
- Andreasson, Jesper, & Bo Carlsson. 2022. "Sport, Dominance, Hegemonic Culture, and Rebellion: An Introduction." *Sport in Society* 25(6): 1103–1105. DOI: <https://doi.org/10.1080/17430437.2022.2063579>
- Associated Press. 2022. "EEUU: Por 1ra vez una mujer al mando de portaaviones nuclear." *Los Angeles Times en Español*, 4 de enero. Disponible en <https://www.latimes.com/espanol/eeuu/articulo/2022-01-04/eeuu-por-1ra-vez-una-mujer-al-mando-de-portaaviones-nuclear>
- Bae, Yoon Ju, *et al.* 2019. "Reference Intervals of Nine Steroid Hormones over the Life-Span Analyzed by LC-MS/MS: Effect of Age, Gender, Puberty, and Oral Contraceptives." *Journal of Steroid Biochemistry and Molecular Biology* 193: 105409. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jsbmb.2019.105409>
- Barrón-Luján, Juan, *et al.* 2024. "Desigualdades en el deporte femenino latinoamericano: revisión sistemática de barreras y oportunidades." *Revista Iberoamericana de Ciencias de la Actividad Física y el Deporte* 13(2): 209-227. DOI: <https://doi.org/10.24310/ric-cafd.13.2.2024.20069>
- Benavente, María Cristina, & Alejandra Valdés. 2014. *Políticas públicas para la igualdad de género. Un aporte a la autonomía de las mujeres*. Santiago de Chile: CEPAL. Disponible en <https://www.cepal.org/es/publicaciones/37226-politicas-publicas-la-igualdad-genero-un-aporte-la-autonomia-mujeres>
- Besson, Thibault, *et al.* 2022. "Sex Differences in Endurance Running." *Sports Medicine* 52(6): 1235-1257. DOI: <https://doi.org/10.1007/s40279-022-01651-w>
- Bourdieu, Pierre. 2003. *El oficio de científico. Ciencia de la ciencia y reflexividad*. Trad. de Joaquín Jordá. Barcelona: Anagrama.
- Briones, Gabriela. 2025. "Una mujer asume como capitán de puerto por primera vez en la historia de la Armada de Chile." *La Tercera*, 25 de enero. Disponible en <https://www.latercera.com/nacional/noticia/una-mujer-asume-como-capitan-de-puerto-por-primera-vez-en-la-historia-de-la-armada-de-chile/FUD7QNCVR5CFNL4FAGTPGPB-QGQ/>
- Bruce, Toni. 2016. "New Rules for New Times: Sportswomen and Media Representation in the Third Wave." *Sex Roles* 74: 361-376. DOI: <https://doi.org/10.1007/S11199-015-0497-6>
- Ciccía, Lucía. 2022. "Homeorresis generizadas: las diferencias atléticas conceptualizadas desde una perspectiva materialista no biologicista." *Revista Interdisciplinaria de Estudios de Género de El Colegio de México* 8(1): 1-31. DOI: <https://doi.org/10.24201/reg.v8i1.911>
- Connell, Raewyn. 2015. *Masculinidades*. Trad. de Irene Artigas & Isabel Vericat. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México/Programa Universitario de Estudios de Género.
- EFE. 2025. "Partido de fútbol femenino en Bangladesh fue cancelado por protestas de jugadoras por no recibir sueldo." *Cooperativa.cl*, 30 de enero. Disponible en <https://cooperativa.cl/noticias/deportes/futbol/futbol-femenino/partido-de-futbol-femenino-en-bangladesh-fue-cancelado-por-protestas-de/2025-01-30/115514.html>

- Fernández, Juan Manuel. 2007. *Educación en valores, formar ciudadanos vieja y nueva educación*. Madrid: Biblioteca Nueva.
- Flores, Alcides, & Yeni Amaru. 2022. "Influencias socioculturales que enfrenta la mujer futbolista en el departamento de Puno." *Retos* 43: 968-978. DOI: <https://doi.org/10.47197/retos.v43i0.89798>
- Fontecha, Matilde. 2016. *El deporte se instala en las cavernas de la igualdad*. Sevilla: Ediciones Benilde
- Gaba, Mariana. 2023. *Cruces entre géneros, feminismos y organizaciones: De las teorías a las prácticas*. Santiago de Chile: RIL Editores.
- García-Blanco, Saul. 1994. "Origen del concepto 'deporte.'" *Aula* 6: 61-66. Disponible en <https://revistas.usal.es/tres/index.php/0214-3402/article/view/3334/3356>
- Hessami, Zohal, & Mariana Lopes da Fonseca. 2020. "Female Political Representation and Substantive Effects on Policies: A Literature Review." *European Journal of Political Economy* 63: 101896. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ejpolco.2020.101896>
- Htun, Mala, & Laurel Weldon. 2012. "The Civic Origins of Progressive Policy Change: Combating Violence Against Women in Global Perspective, 1975–2005." *American Political Science Review* 106(3): 548-569. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0003055412000226>
- Hunter, Sandra, et al. 2023. "The Biological Basis of Sex Differences in Athletic Performance: Consensus Statement for the American College of Sports Medicine." *Medicine and Science in Sports and Exercise* 55(12): 2328-2360. DOI: <https://doi.org/10.1249/MSS.0000000000003300>
- Irigaray, Luce. 1992. *Yo, tú, nosotras*. Trad. de Pepa Linares. Madrid: Ediciones Cátedra/ Universitat de València/ Instituto de la Mujer.
- Kidd, Bruce. 2013. "Sports and Masculinity." *Sport in Society: Cultures, Commerce, Media, Politics* 16(4): 553-564. DOI: <https://doi.org/10.1080/17430437.2013.785757>
- Kimmel, Michael. 2011. *The Gendered Society*. New York: Oxford University Press.
- Knechtle, Beat, et al. 2016. "Do Women Reduce the Gap to Men in Ultra-Marathon Running?" *SpringerPlus* 5: 672. DOI: <https://doi.org/10.1186/s40064-016-2326-y>
- Lecumberri, Cati, José Pérez, & Raquel Mirabet. 2024. "The Perspective and Mainstreaming of Gender in the Analysis of Sports Regulation: The Case of Catalonia." *International Journal of Sport Policy and Politics* 16(2): 199-215. DOI: <https://doi.org/10.1080/19406940.2024.2323014>
- Levi, Hannah, et al. 2023. "Women in a Man's World: Coaching Women in Elite Sport." *Journal of Applied Sport Psychology* 35(4): 571-597. DOI: <https://doi.org/10.1080/10413200.2022.2051643>
- Maffía, Diana. 2020. "Las diferencias biológicas entre hombres y mujeres fueron naturalizadas y jerarquizadas, y justificaron el estatus social inferior de las mujeres." Conferencia virtual presentada en la Universidad Nacional de Córdoba, Argentina.
- Mangan, James. 1981. *Athleticism in the Victorian and Edwardian Public School*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Martín, Montserrat. 2006. "Contribución del feminismo de la diferencia sexual a los análisis de género en el deporte." *Revista Internacional de Sociología* 64(44): 111-131. DOI: <https://doi.org/10.3989/ris.2006.i44.30>
- Martínez Abajo, Judit, et al. 2021. "Experiencias de mujeres deportistas de alto nivel ante la realidad androcéntrica del deporte." *Ágora para la Educación Física y el Deporte* 23: 383-404. DOI: <https://doi.org/10.24197/aefd.0.2021.383-404>
- Messner, Michael. 2005. "Still a Man's World? Studying Masculinities and Sport." In *Handbook of Studies on Men and Masculinities*, edited by Michael S. Kimmel, Jeff Hearn, & R.W. Connell, 313-325. Thousand Oaks, CA: Sage Publications.

- Messner, Michael. 2012. "Reflections on Communication and Sport: On Men and Masculinities." *Communication & Sport* 1(1/2): 113-124. DOI: <https://doi.org/10.1177/2167479512467977>
- Millett, Kate. 1995. *Política sexual*. Trad. de Ana María Bravo García. Madrid: Ediciones Cátedra.
- Molinar Contreras, Martín, et al. 2023. "Aplicaciones de la Máxima Oxidación de Grasas y FATmax en la Evaluación del Rendimiento Deportivo en Atletas de Resistencia: Una Revisión Narrativa." *Retos* 47: 806-813. DOI: <https://doi.org/10.47197/retos.v47.95197>
- Montealegre, Diana. 2020. "Aportes y críticas feministas sobre la incorporación de las mujeres y el enfoque de género en el desarrollo." *Trabajo Social* 22(1): 107-124. DOI: <https://doi.org/10.15446/ts.v22n1.80484>
- Oxford, Sarah. 2019. "'You Look Like a Machito!': A Decolonial Analysis of the Social In/Exclusion of Female Participants in a Colombian Sport for Development and Peace Organization." *Sport in Society* 22(6): 1025-1042. DOI: <https://doi.org/10.1080/17430437.2019.1565389>
- Page, Jennifer. 2016. "Athletics and Gender." In *The Wiley Blackwell Encyclopedia of Gender and Sexuality Studies*, edited by A. Wong, et al. DOI: <https://doi.org/10.1002/9781118663219.wbegss061>
- Patierno, Nicolás, & Pablo Kopelovich. 2021. "Deporte, violencia y masculinidad en Norbert Elias y Eric Dunning: una lectura orientada al ámbito escolar." *Ensayos Pedagógicos* 16(1): 17-40. DOI: <http://dx.doi.org/10.15359/rep.16-1.1>
- Pérez, María Luisa. 2023. "Igualdad salarial y deporte: la renuncia a un principio básico del ordenamiento jurídico laboral." *Trabajo, Persona, Derecho, Mercado* 7: 203-218. DOI: <https://doi.org/10.12795/TPDM.2023.i7.08>
- Pérez Neyra, María. 2019. "Identidades y corporalidades hegemónicas en el deporte." En *13 Congreso Argentino de Educación Física y Ciencias, Memoria Académica*, UNLP-FaHCE.
- Peter, Jean. 2014. "La victoria olímpica de Margarita Broquedis en los Juegos Olímpicos de 1912: el impacto en la imagen de la mujer deportista." *Citius, Altius, Fortius* 7(2): 35-56. Disponible en <https://repositorio.uam.es/handle/10486/667713>
- Porras, Jaime. 2020. "Los tortazos del hockey sobre hielo, a debate." *El País*, 21 de marzo. Disponible en https://elpais.com/elpais/2020/03/13/eps/1584105148_239347.html
- Rojas, Marisol. 2017. "Violencia en el hockey, legítima y conocida." *El Economista*, 8 de junio. Disponible en <https://www.economista.com.mx/deportes/Violencia-en-el-hockey-legitima-y-conocida-20170608-0052.html>
- Rubin, Gayle. 1986. "El tráfico de mujeres: Notas sobre la economía política del sexo." *Nueva Antropología* 8(30): 157-210. Disponible en <https://www.redalyc.org/comocitar.oa?id=15903007>
- Sauleda Martínez, Lluís, Diego Gavilán, & Jenny Martínez. 2021. "La brecha de género en el deporte: el caso de una marginación histórica y socialmente consentida." *Interdisciplinaria* 38(2): 73-86. Disponible en <https://www.redalyc.org/journal/180/18066677005/html>
- Schwartz, Martin. 2021. "Masculinities, Sport, and Violence Against Women: The Contribution of Male Peer Support Theory." *Violence Against Women* 27(5): 688-707. DOI: <https://doi.org/10.1177/1077801220958493>
- Scott, Joan. 2002. "El género: una categoría útil para el análisis histórico." *Op. Cit. Revista del Centro de Investigaciones Históricas* 14: 9-45. Disponible en <https://revistas.upr.edu/index.php/opcit/article/view/16994>
- Switzer, Kathrine. 2022. *La Maratoniana. La carrera que revolucionó el deporte femenino*. Trad. de

- Elisa Fernández Vic. Bilbao: Libros de Ruta
- Selva, Clara, Susana Pallarès, & María González. 2013. "Una mirada a la conciliación a través de las mujeres deportistas." *Revista de Psicología del Deporte* 22(1): 69-76. Disponible en <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=235127552010>
- Sims, Stacy. 2016. *Roar: How to Match Your Food and Fitness to Your Unique Female Physiology for Optimum Performance, Great Health, and a Strong, Lean Body for Life*. New York: Rodale Books.
- Smith, Maureen M., & Alison M. Wrynn. 2010. "Examining Issues of Gender Equity in Olympic and Paralympic History." In *Rethinking Matters Olympic: Investigations into the Socio-Cultural Study of the Modern Olympic Movement. Tenth International Symposium for Olympic Research*, ed. by Robert K. Barney, et al., 289-300. London, ON: ICOS. Disponible en <https://library.olympics.com/doc/LA84/oai-cdm17103.contentdm.oclc.org-p17103coll10-13683/examining-issues-of-gender-equity-in-olympic-and-paralympic-history>
- Tiller, Nicholas, et al. 2021. "Do Sex Differences in Physiology Confer a Female Advantage in Ultra-Endurance Sport?" *Sports Medicine* 51(5): 895-915. DOI: <https://doi.org/10.1007/s40279-020-01417-2>
- Tjønndal, Asbjørn. 2016. "NHL Heavyweights: Narratives of Violence and Masculinity in Ice Hockey." *Physical Culture and Sport. Studies and Research* 70(1): 55-68. DOI: <https://doi.org/10.1515/pcssr-2016-0013>
- Tolvhed, Helena. 2013. "Sex Dilemmas, Amazons and Cyborgs: Feminist Cultural Studies and Sport." *Culture Unbound: Journal of Current Cultural Research* 5(2): 273-289. DOI: <https://doi.org/10.25595/1446>
- Vicente-Pedraz, Miguel, & María Brozas-Polo. 2017. "Sexo y género en la contienda identitaria del deporte. Propuesta de un debate sobre la competición deportiva multigénero." *Cultura, Ciencia y Deporte* 12(35): 101-110. Disponible en <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=163051769003>

Loreto Chihuailaf-Vera. Doctora en Educación y Sociedad, Máster Universitario en Actividades Físicas y Deportivas para la Inclusión Social de Personas con Discapacidad, Licenciada en Educación y Profesora de Educación Física Deportes y Recreación. Líneas de investigación: Estudios de género aplicados a la educación física y el deporte; masculinidades y deporte; inclusión socio-educativa.

Carlos Matus-Castillo. Doctor en Actividad Física, Educación Física y Deportes, Máster en Actividad Motriz y Educación, Licenciado en Educación y Profesor de Educación Física. Líneas de investigación: Formación del profesorado y educación física; Género, educación física y deporte.

Bárbara Álvarez-Olavarría. Doctoranda en Ciencias Humanas, Master of Education y Profesora de Educación Física. Líneas de investigación: Epistemología de la Educación Física; Estudios de Género; Currículum.

Artículo recibido el 30 de octubre de 2024 y aceptado para su publicación el 15 de enero de 2025.

Cómo citar este artículo:

[Según la norma Chicago]:

Chihuailaf-Vera, Loreto, Carlos Matus-Castillo, & Bárbara Álvarez-Olavarria. 2025. "Dominio masculino y discriminación en el deporte. Reflexiones desde las teorías de masculinidades y corrientes feministas." *ex æquo* 51: 46-60. DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2025.51.04>

[Según la norma APA adaptada]:

Chihuailaf-Vera, Loreto, Matus-Castillo, Carlos, & Álvarez-Olavarria, Bárbara (2025). Dominio masculino y discriminación en el deporte. Reflexiones desde las teorías de masculinidades y corrientes feministas. *ex æquo*, 51, 46-60. DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2025.51.04>



Este es un artículo de acceso abierto distribuido bajo los términos de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-SinObraDerivada (<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>), que permite la reproducción y distribución no comercial de la obra, en cualquier medio, siempre que la obra original no sea alterada o transformada de ninguna manera, y que la obra sea debidamente citada. Para la reutilización comercial, póngase en contacto con: apem1991@gmail.com



DE CASAS GRISES A HOGARES ARCOÍRIS. UNA REVISIÓN DE LOS ALOJAMIENTOS DE APOYO ESPECÍFICOS PARA PERSONAS LGTBIQ+ EN SITUACIÓN DE SINHOGARISMO EN EUROPA

 Tamara Gámez Ramos*

 Ana Alcázar-Campos**

Resumen

El sinhogarismo cuestiona la garantía del derecho universal a la vivienda e impacta de manera diferenciada en las personas LGTBIQ+. Por esta razón, se ha hecho especial hincapié en la necesidad de contar con alojamientos específicos y seguros. En el contexto europeo, estos se han ido creando desde los años 80 pero han sido escasamente visibilizados, pudiendo estar en riesgo en el momento actual de reacción conservadora a los regímenes democráticos (Biroli & Caminotti 2020), con el aumento de los discursos de odio contra las personas LGBTI+. El presente artículo presenta un análisis de estos recursos, lo que permite extraer experiencias de interés para garantizar este derecho, y para la democracia en su conjunto.

Palabras clave: Sinhogarismo, disidencia sexo-genérica (LGTBIQ+), alojamientos seguros, derechos LGTBIQ+, Europa.

Resumo

De casas cinzentas a casas arco-íris. Uma análise das habitações de apoio específicas para pessoas LGTBIQ+ sem-abrigo na Europa

A situação de sem-abrigo põe em causa a garantia do direito universal à habitação e tem um impacto diferenciado nas pessoas LGTBIQ+. Por este motivo, tem sido dada especial ênfase à necessidade de alojamentos específicos e seguros. No contexto europeu, estes têm sido criados desde a década de 1980, mas têm sido pouco visíveis, podendo estar em risco no atual momento de reação conservadora aos regimes democráticos (Biroli & Caminotti 2020), com o aumento do discurso de ódio contra pessoas LGBTI+. Este artigo apresenta uma análise desses recursos, permitindo-nos tirar lições de interesse para a garantia desse direito, e para a democracia como um todo.

* Doctoranda, Universidad de Granada (UGR), 18071 Granada, España.
Dirección postal: Avenida del Hospicio, s/n., 18071 Granada, España.
Correo electrónico: tagara@correo.ugr.es

** Profesora del Departamento de Trabajo Social y Servicios Sociales, Universidad de Granada (UGR), 18071 Granada, España.
Dirección postal: Avenida del Hospicio, s/n., 18071 Granada, España.
Correo electrónico: alcazarcampos@ugr.es

Palavras-chave: Sem-abrigo, dissidência baseada no género (LGTBIQ+), alojamiento seguro, derechos LGTBIQ+, Europa.

Abstract

From Grey Houses to Rainbow Homes. A Review of Specific Supportive Housing for LGTBIQ+ People Experiencing Homelessness in Europe

Homelessness challenges the guarantee of the universal right to housing and has a differentiated impact on LGTBIQ+ people. For this reason, special emphasis has been placed on the need for specific and safe accommodations. In the European context, these have been created since the 1980s but have been scarcely visible, and may be at risk in the current moment of conservative reaction to democratic regimes (Biroli & Caminotti 2020), with the increase in hate speech against LGBTI+ people. This article presents an analysis of these resources, allowing us to draw lessons of interest for guaranteeing this right, and for democracy as a whole.

Keywords: Homelessness, gender and sexual-based dissidence (LGTBIQ+), safe housing, LGTBIQ+ rights, Europe.

1. Introducción

La Carta Social Europea, en su revisión de 1996, garantiza el derecho a la vivienda en el artículo 31, comprometiéndose con la promoción del acceso a la vivienda digna y asequible, así como con la prevención y reducción del sinhogarismo (Consejo de Europa 1996). Así mismo, en enero de 2021, el Parlamento Europeo aprobó el Procedimiento 2019/2187(INI) sobre el acceso a una vivienda digna y asequible para toda la ciudadanía, expresando su voluntad para que fuera reconocido como un derecho fundamental en la Unión Europea. Destaca, además, el hecho de que las personas LGBTI+¹ están sobrerrepresentadas en las situaciones de sinhogarismo y afectadas de manera diferenciada por la pérdida de la vivienda y las dificultades en el acceso a la misma.

Las medidas anteriores se conectan con el aumento del número de personas en situación de sinhogarismo en Europa. La estimación mínima de personas que en 2023 en Europa se encontraban en situación de calle, en albergues de emergencia (*night shelters*) y en alojamientos transitorios, era de 895.000 (FEANTSA & F. Abbé Pierre 2023), en contraposición a las 700.000 personas en situación de sinhogarismo estimadas en 2020, donde ya se indicaba un aumento del 70% en relación a los 10 años anteriores (FEANTSA & F. Abbé Pierre 2020). También los informes anuales de la Asociación Internacional de Lesbianas, Gays, Bisexuales, Trans e Intersex (ILGA) de los años 2022 y 2023, que analizaban la situación del

¹ Nótese que la disidencia sexo-genérica es nombrada de manera abreviada en esta investigación como LGTBIQ+ (lesbianas, gays, trans*, bisexuales, intersex, *queers* y otras disidencias), mientras que en algunos casos se utiliza otra nomenclatura distinta para que coincida de manera exacta con la que aparece en la fuente de información.

colectivo LGBTI+ en los países europeos, alertaban sobre el aumento de las personas LGTBIQ+ en situación de sinhogarismo, debido a la incitación al odio y la violencia en el espacio público y en los hogares hacia este colectivo en todos los países de la región (ILGA Europe 2022; 2023).

En conexión a lo anterior, las investigaciones coinciden en señalar que las personas LGTBIQ+ sin hogar se encuentran expuestas en mayor medida a la violencia y el riesgo (Cochran *et al.* 2002; Ray 2006; Durso & Gates 2012; Choi *et al.* 2015; Abramovich & Shelton 2017; Emmen, Vijlbrief & Felten 2017). Así mismo, sugieren que las personas LGTBIQ+ en situación de sinhogarismo se enfrentan a situaciones de inseguridad en los alojamientos de apoyo dirigidos a la población sin hogar en general (Hunter 2008; Burwick *et al.* 2014; Giménez Rodríguez *et al.* 2019; Quilty & Norris 2020).

Esta especificidad en las problemáticas que les afectan, una vez están en situación de sinhogarismo, ha puesto de manifiesto la necesidad de que las personas LGTBIQ+ cuenten con espacios seguros. De facto, esto ha implicado la creación de alojamientos específicos en la mayoría de los países europeos. Todavía, estos alojamientos no están siendo visibilizados y evaluados, a pesar de que la información que pueden ofrecer es fundamental (Toro, Dworsky & Fowler 2007; Quilty & Norris 2020). Esto ha llevado al propio Consejo Europeo a incidir en la necesidad de fomentar la investigación y crear herramientas que permitan la recopilación de datos que faciliten el intercambio de buenas prácticas para abordar las situaciones de sinhogarismo de las personas LGBTI+ en Europa (Parlamento Europeo 2021).

Así, este artículo, el cual se enmarca dentro de la tesis doctoral en curso de una de las autoras, es pionero en poner el foco en los alojamientos específicos para las personas LGTBIQ+ sin hogar en Europa. El propósito del mismo es realizar un registro no exhaustivo de estos, dado el difícil acceso a los datos, como abordaremos en la metodología. Esto permite conocer aspectos relevantes de la intervención con las personas sin hogar LGTBIQ+ e incidir en la construcción de espacios seguros como respuesta a la vulneración del derecho a la vivienda en las democracias europeas. Para ello, en primer lugar, se realizará una revisión de la literatura existente en torno al impacto del sinhogarismo en las personas LGTBIQ+ y cómo está siendo abordado en el contexto europeo, vinculándolo con la reivindicación de derechos LGTBIQ+. En segundo lugar, se presentan la metodología y resultados de este estudio, para finalizar con la discusión y conclusiones.

2. El impacto de la vulneración del derecho a la vivienda para las personas LGTBIQ+

En 2005-2007 FEANTSA elaboró la tipología ETHOS – tipología europea de población sin hogar y exclusión residencial, por sus siglas en inglés – con el fin de contar con una comprensión del sinhogarismo universalizable, que per-

mitiera realizar estudios comparados entre países y abordajes conjuntos entre varios territorios (Cabrera & Rubio 2008). A través de esta tipología ETHOS, FEANTSA define el sinhogarismo como la carencia de vivienda o de acceso a la misma, entendiéndose ésta como un lugar estable y adecuado para vivir (Gámez 2017). Sin embargo, tomar la vivienda como elemento central en la comprensión del sinhogarismo desde una perspectiva de derechos resulta un abordaje reciente (Matamala 2022), a pesar de ser un enfoque crucial, ya que permite poner de relieve la necesidad de realizar cambios urgentes en las políticas de vivienda y los sistemas de protección social para garantizar los derechos sociales en las democracias actuales (Sales 2016).

En la Unión Europea, la Agencia por los Derechos Fundamentales (FRA) indicaba, en 2020, que 1 de cada 5 miembros de la comunidad LGBTI+ se encontraba en situación de sinhogarismo, cifra que se elevaba a 1 de cada 3 en el caso de las personas trans y a casi el 40% de las personas intersexuales, pudiendo hablar así de la existencia de una sobrerrepresentación de las personas LGTBIQ+ en situación de sinhogarismo, sobre todo de las más jóvenes (Shelton, Stakelum & Dodd 2020). Sin embargo, no existen datos cuantitativos de países a nivel individual. En el caso de España, estos datos no se recogen, al no incluirse la identidad de género y la orientación sexual en la cuantificación de personas en situación de sinhogarismo elaborada por el Instituto Nacional de Estadística (INE) y el Instituto Vasco de Estadística (EUSTAT), ni en los recuentos nocturnos que se realizan en las diferentes ciudades del Estado.

A pesar de esta ausencia de datos por países, sí existen investigaciones que ponen de manifiesto que las personas LGTBIQ+ deben enfrentarse a la LGTBIQ+fobia, además de al resto de desafíos estructurales comunes en las sociedades democráticas neoliberales. De hecho, la LGTBIQ+fobia es apuntada como una de las principales causas del sinhogarismo (Ray 2006; Durso & Gates 2012; Giménez Rodríguez *et al.* 2019; Shelton, Stakelum & Dodd 2020; AKT 2021; BABS Empowerment Project & Inner City Helping Homeless 2021).

Por último, el estrés de las minorías (Meyer 2003) y el Modelo de Amplificación del Riesgo (Whitbeck, Hoyt & Yoder 1999) permiten explicar cómo, una vez se quedan sin hogar, las personas LGTBIQ+ (sobre todo las más jóvenes) se ven afectadas en mayor medida por problemas de salud mental, consumo de sustancias, violencia física y sexual que sus compañeros heterosexuales y cisgénero (Ray 2006; Cochran *et al.* 2002; Durso y Gates 2012; Choi *et al.* 2015; Abramovich & Shelton 2017; Emmen, Vijlbrief & Felten 2017), enfrentándose exponencialmente al sexo de intercambio/de supervivencia (*trading/survival sex*), por alojamiento, comida, drogas o dinero (Gaetz 2004; Tyler & Schmitz 2018). No obstante, dentro de este contexto adverso también podemos identificar iniciativas en torno a la consecución de los derechos de la población LGTBIQ+, como veremos en el siguiente apartado.

3. El inicio de las luchas por los derechos LGTBIQ+ y su relación con el abordaje de la vulneración al derecho a la vivienda

El contexto de reivindicación de derechos de las poblaciones LGTBIQ+ entronca con la transición a las democracias en los regímenes autoritarios europeos y la respuesta a la violencia por parte de instituciones y fuerzas del orden (B. 2018). A finales de los setenta y en la década de los ochenta nos encontramos con una proliferación de grupos activistas por los derechos LGTBIQ+ en España (Benlloch 2019) que tomaban como referentes a grupos existentes en Francia, el Reino Unido o los Estados Unidos (Calvo 2019) y que más tarde abordarían la crisis del VIH/SIDA (López 2017) en un contexto fuertemente reaccionario (con Reagan en los Estados Unidos y Thatcher en el Reino Unido).

Dentro de las reivindicaciones y acciones de este colectivo, comienza a aparecer cierta preocupación por abordar las situaciones de sinhogarismo de personas LGTBIQ+ que eran expulsadas del hogar ante el rechazo a sus identidades. Debido a esto, el colectivo se articula para crear redes de alojamiento informales, acogiendo en sus propios hogares a quienes se quedaban en la calle (Duberman 2018; Rivera & Johnson 2022).

A partir de los años 90 el movimiento toma un papel más orientado hacia la consecución de derechos (Whittle 2013; López 2017; Martínez 2017), abogando por la “normalización a través de la igualdad de derechos desde la diferenciación de una(s) identidad(es) más o menos perfilada(s) y articuladas a partir de un sentimiento de comunidad más o menos fuerte” (Martínez 2017, 206). La incorporación política del colectivo LGTBIQ+, con la Ley de Matrimonio Igualitario (Ley 13/2005), primero, y de Identidad de Género (Ley 4/2023) después, ha generado debates internos que aún persisten, con una parte del colectivo que cuestiona el asimilacionismo y percibe la integración del activismo como la de un actor más que sigue las normas de los gobiernos de las democracias representativas (Humphrie 2011; Cantero 2019).

En esta línea, existen, además, afirmaciones acerca de que son las necesidades y demandas de las personas blancas, formadas y de clase media las que son incluidas en las agendas y rutas de trabajo de las entidades sociales e instituciones LGTBIQ+, obviando los factores que podrían estar impactando en la exclusión social de otras personas del colectivo (Paradis 2017; Rivera & Johnson 2022). Así, existen afirmaciones acerca de que el sinhogarismo no está presente en la agenda del movimiento LGTBIQ+, a pesar del impacto diferenciado que este supone en el colectivo, y pocas personas activistas abogan por esta cuestión en el contexto europeo (FELGBT & RAIS Fundación 2017; Paradis 2017). No obstante, a pesar de esta aparente marginación de las cuestiones de vivienda dentro de las reivindicaciones del colectivo, la realidad se impone, por lo que se han puesto en marcha diferentes iniciativas para dar respuesta a la exclusión residencial, tal y como veremos a continuación.

4. La intervención con personas LGBTIQ+ en situación de sinhogarismo en el contexto europeo

Cuando nos acercamos a la provisión de servicios para las personas LGTBIQ+ en situación de sinhogarismo en Europa, cabe señalar a dos agentes diferenciados. Por un lado, las entidades dirigidas a la atención de la población sin hogar y, por otro, las entidades LGTBIQ+. Tanto las entidades LGTBIQ+ como las que atienden a población sin hogar en Europa reportan obstáculos a la hora de abordar las necesidades de la población LGTBIQ+ sin hogar (Shelton, Stakelum, & Dodd 2020; Ritosa *et al.* 2021; Shelton *et al.* 2021), evidenciando la ausencia de la interseccionalidad (FELGBT & RAIS Fundación 2017).

En el caso de las entidades LGTBIQ+, estos obstáculos serían la ausencia de investigaciones y datos cuantitativos acerca del sinhogarismo de las personas LGTBIQ+, así como la falta de financiación y apoyo gubernamental para abordar estas realidades (Shelton *et al.* 2021). En el caso de las organizaciones que atienden a población en situación de sinhogarismo, las dificultades se centran en dos aspectos: por un lado, el desconocimiento acerca de cómo abordar las identidades LGTBIQ+ (Hooks Wayman 2008; Forge 2012; AKT 2015; Shelton 2017; Quilty & Norris 2020; Shelton, Stakelum & Dodd 2020), y, por otro lado, la inseguridad de los alojamientos de apoyo para las personas LGTBIQ+, ante la posibilidad de que sufran violencia, discriminación y/o rechazo (Hunter 2008; Burwick *et al.* 2014; Shelton, Stakelum & Dodd 2020). Lo anterior supone que las personas LGTBIQ+ eviten este tipo de alojamientos dirigidos a la población sin hogar en general y muestren mayor interés por acudir a servicios específicos para el colectivo (Gattis 2009; Giménez Rodríguez *et al.* 2019; Quilty & Norris 2020). Estos, en líneas generales, no cuentan con suficientes plazas (SIIS & Eguía-Careaga Fundazioa 2016; Giménez Rodríguez *et al.* 2019), lo que en ocasiones supone que las personas LGTBIQ+ sin hogar prefieran alojarse a la intemperie o roten por casas de personas conocidas (Abramovich & Shelton 2017; Morton *et al.* 2018). Como consecuencia, aumenta su exposición a la violencia y se invisibiliza aún más sus necesidades (Tyler & Schmitz 2018).

5. Metodología

Como decíamos al inicio, este artículo tiene como objetivo realizar un mapeo, no exhaustivo, de alojamientos específicos para la población LGTBIQ+ sin hogar a nivel europeo, reflexionando acerca de su situación, en conexión con la reivindicación de derechos del colectivo y el derecho a un hogar seguro y adecuado.

La búsqueda y análisis de la información acerca de los centros de alojamiento se han realizado en tres niveles, en el intervalo temporal del 3 de agosto de 2022 al 19 de marzo de 2023. En un primer nivel, se ha realizado una búsqueda de

información de los alojamientos a través de fuentes secundarias que abordan la temática en las bases de datos Scopus, Google Académico y SciELO, utilizando los siguientes elementos de búsqueda, tanto en palabras clave como en el título: *sinhogarismo/homelessness*, *LGTB/LGBT/LGTBIQ+*, *alojamientos de apoyo/homeless shelter*. Debido a que apenas existen investigaciones a este respecto y a que la mayoría de ellas se centran en analizar las experiencias en Estados Unidos, los datos obtenidos informaban escasamente acerca del objeto de estudio en el contexto europeo, lo que aparece como una de las dificultades principales de esta investigación. Es por esto que se utilizaron como punto de partida los informes de revisión anual de la situación de los derechos humanos de lesbianas, gays, bisexuales, trans e intersexuales en Europa y Asia Central, elaborados por ILGA en 2022 y 2023, para comenzar a realizar una lista de alojamientos específicos.

En un segundo nivel de análisis de las fuentes secundarias se ha realizado una búsqueda exhaustiva de noticias de los diferentes países europeos en periódicos y revistas digitales con las mismas palabras clave utilizadas para la búsqueda de referencias académicas, y para cada uno de los países del contexto europeo. Esta información ha sido contrastada consultando individualmente las fuentes primarias de las páginas web y redes sociales de cada una de las organizaciones. Así mismo, ha sido complementada y contrastada en un tercer nivel, mediante la entrevista a agentes clave, profesionales de la intervención que trabajan con esta población. En concreto, se ha utilizado un muestreo estratégico (Alejo & Osorio 2016), con el que se han seleccionado a tres profesionales que trabajan en recursos de alojamiento específicos para la población LGTBIQ+ en situación de sinhogarismo: una trabajadora del centro para personas LGTBIQ+ *Streha Center* en Albania, una trabajadora de *Kraljijulice* en Eslovenia y una trabajadora de *Inserta Andalucía*, en España. Cabe destacar que una de las autoras del presente artículo ha trabajado en una entidad que cuenta con varios de los recursos de alojamiento específicos para la población LGTBIQ+ en situación de sinhogarismo en España, lo que le ha permitido tener un acceso directo a información relacionada con los mismos.

Con la información obtenida se ha elaborado una tabla (en anexo) que incluye las siguientes categorías para cada uno de los alojamientos: entidad, país, año de apertura, tipo de alojamiento, número de plazas y población específica a la que se dirige.

No obstante, este estudio cuenta con varias limitaciones que han de ser consideradas. Una de ellas sería la dificultad para obtener información de algunos de los alojamientos. Esto supone que, en casos puntuales, se desconozca la totalidad de alojamientos con los que contaban las entidades y/o el número de plazas disponibles en cada uno de ellos. Del mismo modo, puede que hayamos omitido recursos específicos debido a cierto nivel de clandestinidad de los mismos como garantía de la seguridad de las personas alojadas. Y es que esta es una cuestión ética importante a tener en cuenta: el deseo de permanecer en el anonimato de algunos de

los alojamientos, que solo son conocidos en círculos cerrados dentro del colectivo. Por supuesto, las autoras han seguido las normativas vigentes de protección de datos en la Unión Europea – Reglamento (UE) 2016/679 del Parlamento Europeo y del Consejo de 27 de abril de 2016, relativo a la protección de las personas físicas en lo que respecta al tratamiento de datos personales y a la libre circulación de estos datos y por el que se deroga la Directiva 95/46/CE (Reglamento general de protección de datos), así como el Código de Buenas Prácticas en Investigación de la Universidad de Granada².

Las autoras solo han trabajado con información pública y disponible y, en los casos en los que se han hecho entrevistas, se les ha preguntado a las personas entrevistadas qué información querían que apareciera sobre los recursos, al tiempo que se ha obtenido el consentimiento informado, que ha quedado grabado en la entrevista. Se ha anonimizado a todas las personas entrevistadas, dejando, eso sí, los nombres de las entidades y colectivos gestores. Con estas prevenciones, la información obtenida arroja los resultados que mostramos a continuación.

6. Resultados. Los centros de alojamiento específicos para personas LGTBIQ+ en situación de sinhogarismo

Estos resultados son un punto de partida para analizar algunas de las realidades de los territorios, así como la generalidad de la situación de las personas sin hogar LGTBIQ+ en el contexto europeo y los alojamientos específicos en los que son acompañadas. Siguiendo las categorías indicadas en la metodología, exploremos el número de entidades que cuentan con alojamientos específicos para la población LGTBIQ+ sin hogar, analizando cuántos son, el número de plazas con las que cuentan, la población específica a la que se dirigen, el año de surgimiento y el país o territorio en el que se ubican. Cabe destacar que los datos pormenorizados se encuentran en la tabla 1 (anexo).

Teniendo en cuenta lo anterior, partimos de un total de 125 alojamientos y 865 plazas, gestionadas por 41 entidades sociales diferentes, en 14 países de la Unión Europea (Albania, Suecia, Ucrania, Eslovaquia, Dinamarca, Polonia, Eslovenia, Italia, Alemania, Austria, Francia, Reino Unido, Bélgica y España). De la información recopilada podemos extraer varias reflexiones.

En primer lugar, resulta relevante visibilizar la disparidad de fechas en las que surgen los alojamientos específicos para la población LGTBIQ+ sin hogar a los que hemos tenido acceso. Los primeros surgieron en los años 80 en Reino Unido, apareciendo los siguientes en 2003 en Francia. Existe un importante impás de nuevo hasta 2014, fecha a partir de la cual surgen el resto de los alojamientos. Esta

² Accesible en <https://investigacion.ugr.es/sites/vic/investigacion/public/inline-files/buenas-practicas.pdf>

proliferación de centros de alojamientos específicos para la población LGTBIQ+ sin hogar a partir de mediados de los años dos mil apunta hacia la existencia de un consenso común en el contexto europeo acerca de la necesidad de que las situaciones de este colectivo sean abordadas desde espacios de alojamiento especializados. El aumento de centros a partir del año 2020 surge, del mismo modo, como respuesta ante las medidas socio-sanitarias del COVID-19 que obligan a las personas LGTBIQ+ a volver a hogares tensionados tras la pérdida del empleo o a verse confinadas en hogares violentos. Ejemplo de ello es el caso del alojamiento para personas jóvenes LGTBIQ+ sin hogar de Varsovia (Polonia), que pasó de contar con una o dos solicitudes al mes, en 2019, a entre 3 y 4 solicitudes por semana en 2020-2021. Ante este aumento de las demandas surgen algunos alojamientos que se han mantenido hasta la fecha por una demanda creciente. Este es el caso del alojamiento de urgencia *The Outside Project*, cerrado en 2021, que volvería a abrirse por la entidad *Support* un año después, ante la necesidad de seguir afrontando las demandas de alojamiento del colectivo LGTBIQ+ en Londres (Reino Unido).

En segundo lugar, es relevante mencionar la alta demanda en relación al número de plazas existentes. Basándonos en la información expuesta por las entidades, esto es común en todos los países con presencia de recursos de alojamiento para la población sin hogar LGTBIQ+. Esto se ha traducido en los dos últimos años en un aumento explícito de plazas en todos los países registrados. En Italia, por ejemplo, encontramos el caso de *Casa+* en Roma, gestionado por la Cruz Roja italiana, quienes, en su primer año de apertura (2020), reportaron 400 solicitudes para las ocho plazas existentes. En Reino Unido, el alojamiento gestionado por *The Outside Project* durante el COVID-19, recibió más de 100 solicitudes para las cuatro plazas con las que contaba en los primeros tres meses de apertura en 2020.

En el caso de España, las tres entidades que cuentan con alojamientos específicos han aumentado el número de plazas de manera exponencial. Así, *Inserta Andalucía* ha pasado de uno a tres alojamientos (con el pronóstico de abrir un cuarto), *Fundación Eddy G* lo ha hecho de uno a dos alojamientos y *San Martín de Porres* ha visto sus plazas ampliadas de 15 a 26.

Así mismo, el análisis de los datos permite apreciar una preocupación por la exposición a la violencia en el caso del colectivo LGTBIQ+ sin hogar. Así, 18 de los 125 recursos totales están dirigidos específicamente a abordar estas realidades. Este dato aumenta hasta 69 si se incluyen los recursos dirigidos a la atención a personas refugiadas LGTBIQ+ (51), entendiendo que sus causas de asilo están vinculadas a la persecución y/o amenaza por su pertenencia al colectivo, siendo esto una expresión de violencia. Los alojamientos dirigidos a abordar las situaciones de violencia ascenderían hasta 101 si se añaden, a su vez, aquellos orientados a la expulsión del hogar (32), entendiendo esta como el detonante de una situación de violencia.

Si continuamos analizando los grupos de atención específica, también se identifica una especial preocupación por la juventud LGTBIQ+, estando dirigidos

en exclusiva a esta población 58 de los 125 alojamientos analizados. Cabe destacar el caso de Francia. Se trata del país del continente europeo que cuenta con el mayor número de refugios para esta población específica (20 gestionados por la Asociación *Le Refuge*, uno por la *Association Aurore* y siete apartamentos por la entidad *Basiliade*). Esto se relaciona, además, con una especial exposición de la juventud LGTBIQ+ a la violencia, al coincidir, sobre todo, con la expulsión o la huida del hogar por LGTBIQ+fobia ante la salida del armario y/o el inicio de la expresión de las identidades/orientaciones sexuales no normativas.

En definitiva, identificamos cómo la LGTBIQ+fobia impacta de forma diferenciada en la población más joven del colectivo (entre los 18 y 25 años), algo de lo que son conscientes los estados, pero a lo que responden las entidades sociales (en algunas ocasiones con financiación pública). La mayoría de las entidades que gestionan estos alojamientos son asociaciones LGTBIQ+, siendo 29 de las 41 totales. Como ejemplo, puede citarse a la entidad *Consultorio TRANSgenere ODV* que gestiona uno de los dos refugios específicos para personas trans de la lista, en este caso ubicado en la Toscana italiana.

Algunas de estas entidades LGTBIQ+ recuperan prácticas activistas que proliferaron en los años setenta y ochenta en el continente, donde el trabajo entre pares y las redes de alojamiento informales en casas de acogida de personas del colectivo se generalizaron, coincidiendo con un momento fundamental de la reivindicación de derechos LGTBIQ+. En esta línea, cabe nombrar a asociaciones que han incorporado estas estrategias (trabajo entre pares y/o construcción de red de alojamientos en casas de acogida), como *AKT*, *The Outside Project* y *STAR* en Reino Unido o *AHORA DÓNDE* en Cataluña y *Kif-Kif* en Madrid (España). Cabe destacar, del mismo modo, las experiencias de gestiones mixtas. Existen, por un lado, ejemplos de trabajo conjunto entre administraciones públicas y entidades sociales (este es el caso de Bélgica, con el refugio *Stepforward* en Bruselas, coordinado por la Dirección de Vivienda de la Ciudad de Bruselas, *Le Refuge Bruxelles* y *Samu Social*) y, por otro, experiencias de gestión conjunta de alojamientos entre entidades de erradicación del sinhogarismo y organizaciones LGTBIQ+ (como el caso del alojamiento seguro de Arcos de la Frontera – en el sur de España – gestionado por la *Fundación Manolita Chen e Inserta Andalucía*).

Para concluir con los resultados, cabe hacer una mención especial a los alojamientos seguros para personas LGTBIQ+ en los territorios que han contado o cuentan con situaciones adversas para los derechos del colectivo en Europa, como Ucrania, Polonia o Albania, donde, además, las entidades deben enfrentarse a la falta de apoyo y financiación públicas. Esto ha supuesto el cierre de algunos alojamientos indispensables, como el del primer alojamiento para la población LGTBIQ+ sin hogar en Polonia (sin restricción en la edad de acceso), gestionado por *Lambda Warszawa* y la *Fundación Trans-Fuzja* entre 2015 hasta su fin en 2017, habiendo atendido en casi dos años a más de 70 personas que se habían quedado en situación de sinhogarismo por LGTBIQ+fobia.

7. Discusión y conclusiones

A partir de los resultados obtenidos podemos afirmar que, si bien existe una relación directa entre las reivindicaciones de los derechos del colectivo LGTBIQ+ y la consolidación de las democracias europeas, las personas LGTBIQ+ siguen enfrentándose a situaciones de violencia por el hecho de su orientación sexual y/o identidad de género no normativas (LGTBIQ+fobia). Lo anterior supone una mayor exposición a situaciones de sinhogarismo y una mayor afectación cuando se encuentran sin hogar, resultando en porcentajes más elevados en el abuso de tóxicos, salud mental y las situaciones de riesgo derivadas de relaciones sexuales de intercambio. Estas situaciones de discriminación y violencia se extienden a los contextos generales de intervención del sinhogarismo. Por este motivo, desde los años 80 han surgido una serie de alojamientos seguros específicos para las personas LGTBIQ+ en situación de sinhogarismo en Europa, si bien estos son apenas visibles y no siempre dialogan con los alojamientos generales.

A pesar de que la literatura apunta que las necesidades de las personas en situación de sinhogarismo no están en la agenda de los movimientos LGTBIQ+, los resultados demuestran que la mayoría de estos alojamientos están gestionados por entidades del colectivo, especialmente por organizaciones de base. Así, aunque no ocupen grandes espacios en los discursos o agendas de incidencia política, en la práctica, las situaciones son conocidas y están siendo tenidas en cuenta en la mayoría de los países. No obstante, cabe destacar que no todos los países de Europa cuentan con este tipo de alojamientos, a pesar de que son especialmente necesarios en contextos adversos, esto es, sobre todo en países donde la LGTBIQ+fobia está institucionalizada por gobiernos públicamente anti LGTBIQ+. Es en estos casos donde los alojamientos tienen mayores dificultades en la apertura y la perdurabilidad en el tiempo, con lo que garantizar los espacios seguros en alojamientos generales debe ser una prioridad. Para ello, debe tenerse en cuenta la necesidad de formar a los equipos que intervienen en sinhogarismo acerca de las realidades LGTBIQ+. En este sentido, las experiencias mixtas de gestión de los recursos pueden ser un espacio de diálogo en el que también se compartan las estrategias específicas de las entidades LGTBIQ+ en el abordaje del sinhogarismo, como el apoyo entre pares (*peer support*) o las redes de alojamiento informales en casas de acogida de personas voluntarias. Nos parece necesario incidir en la necesidad de continuar investigando en torno a las implicaciones que podrían tener estas iniciativas para la intervención con población general en situación de sinhogarismo, de lo que esta investigación podría ser un punto de partida.

Además de incidir en la necesidad de alojamientos seguros, es necesario garantizar que las personas LGTBIQ+ sin hogar sean incluidas en cuantificaciones, políticas sociales y diseños de intervención, de manera que sus necesidades sean abordadas y tenidas en cuenta en las respuestas que se articulan para garantizar el derecho a una vivienda adecuada y segura.

Contribución de cada autora

TGR: Conceptualización; análisis formal; investigación; metodología; validación; redacción – borrador original; redacción – revisión y edición.

AAC: Conceptualización; análisis formal; metodología; validación; redacción – borrador original; redacción – revisión y edición.

Agradecimientos

Queremos agradecer a todas las personas participantes el tiempo dedicado y su amabilidad, así como a las revisoras por sus comentarios que han mejorado este artículo.

Conflicto de intereses

Esta investigación cuenta con el respaldo de la Universidad de Granada, al estar inscrita en el Programa de Doctorado de Estudios de las Mujeres y de Género. Discursos y Prácticas, sin que haya conflicto de intereses que declarar.

Referencias bibliográficas

- Abramovich, Alex, & Jama Shelton, eds. 2017. *Where Am I Going To Go? Intersectional Approaches to Ending LGBTQ2S Youth Homelessness in Canada & The U.S.* Toronto: Canadian Observatory on Homelessness Press.
- AKT – Albert Kennedy Trust. 2015. *LGBT Youth Homelessness: A UK National Scoping Of Cause, Prevalence, Response and Outcome*. UK: AKT. Disponible en <https://www.tai-pawb.org/wp-content/uploads/2018/07/LGBT-Youth-Homelessness-A-UK-National-scoping-of-cause-prevalence-response-and-outcome.pdf>
- AKT – Albert Kennedy Trust. 2021. *Impakt. AKT Impact Report 2020-2021*. Disponible en <https://www.akt.org.uk/wp-content/uploads/2023/07/2020-2021.pdf>
- Alejo, Mariela, & Belkis Osorio A. 2016. "El informante como persona clave en la investigación cualitativa." *Gaceta de Pedagogía* 35: 74-85. DOI: <https://doi.org/10.56219/rgp.vi35.552>
- B., Alex. 2018. *Estrategias de resistencia y ataque. Pequeña historia de la resistencia feminista/queer radical de los años 60 hasta hoy*. Madrid: Imperdible Editorial.
- BABS Empowerment Project, & Inner City Helping Homeless. 2021. *Homelessness Survey. Empowerment to rights*. Dublin: ICHH & BABS Empowerment Project.
- Benlloch, Miguel. 2019. "Epílogo: Mirar de frente." En *Fiestas, memorias y archivos: política sexual disidente y resistencias cotidianas en España en los años setenta*, editado por Gracia Trujillo & Alberto Berzosa, 453-474. Madrid: Brumaria.
- Biroli, Flávia, & Mariana Caminotti. 2020. "The Conservative Backlash against Gender in Latin America." *Politics & Gender* 16(1): E1. DOI: <https://doi.org/10.1017/S1743923X20000045>

- Burwick, Andrew, et al. 2014. *Human Services for Low-Income and At-Risk LGBT Populations: An Assessment of the Knowledge Base and Research Needs*. OPRE Report no. 2014-79. Washington, DC: Office of Planning, Research and Evaluation, Administration for Children and Families, U.S. Department of Health and Human Services. Disponible en <https://williamsinstitute.law.ucla.edu/wp-content/uploads/Services-for-Low-Income-LGBT-Dec-2014.pdf>
- Cabrera, Pedro José, & María José Rubio. 2008. "Las personas sin hogar, hoy." *Revista del Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales: Revista del Ministerio de Trabajo e Inmigración* 75: 51-74.
- Calvo, Kerman. 2019. "¡Hágase la revolución! Las ideas políticas de liberación gai y lésbica en España durante la transición a la democracia." En *Fiestas, memorias y archivos: política sexual disidente y resistencias cotidianas en España en los años setenta*, editado por Gracia Trujillo & Alberto Berzosa, 129-156. Madrid: Brumaria.
- Cantero, Pablo A. 2019. "¿Revolución o reforma?: la transformación de la identidad política del movimiento LGTB en España, 1970-2005, de Kerman Calvo Borobia." *Encrucijadas. Revista Crítica de Ciencias Sociales* 17: c1704.
- Choi, Soon Kyu, et al. 2015. *Serving Our Youth 2015: The Needs and Experiences of Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender, and Questioning Youth Experiencing Homelessness*. Los Angeles: The Williams Institute with True Colors Fund.
- Cochran, Bryan N., et al. 2002. "Challenges Faced by Homeless Sexual Minorities: Comparison of Gay, Lesbian, Bisexual, and Transgender Homeless Adolescents With Their Heterosexual Counterparts." *American Journal of Public Health* 92(5): 773-777. DOI: <https://doi.org/10.2105/AJPH.92.5.773>
- Consejo de Europa. 1996. *Carta Social Europea* (revisada). Estrasburgo, 3 de mayo. Disponible en <https://rm.coe.int/168047e013>
- Duberman, Martin. 2018. *Stonewall. El origen de una revuelta*. Madrid: Imperdible Editorial.
- Durso, Laura E., & Gary J. Gates. 2012. *Serving Our Youth: Findings from a National Survey of Services Providers Working with Lesbian, Gay, Bisexual and Transgender Youth Who Are Homeless or At Risk of Becoming Homeless*. Los Angeles: The Williams Institute with True Colors Fund and The Palette Fund.
- Emmen, Michelle, Afiah Vijlbrief, & Hanneke Felten. 2017. "Out on the Streets: Why Homeless LGBTIS Run Double the Risk." *Homeless in Europe*, Autumn 2017: 7-10.
- FEANTSA, & Fondation Abbé Pierre. 2020. *Fifth Overview of Housing Exclusion in Europe*. Brussels/Paris: FEANTSA/ Fondation Abbé Pierre.
- FEANTSA, & Fondation Abbé Pierre. 2023. *Eighth Overview of Housing Exclusion in Europe*. Brussels/Paris: FEANTSA/ Fondation Abbé Pierre.
- FELGBT, & RAIS Fundación. 2017. "Homelessness and LGBT People in Spain." *Homeless in Europe*, Autumn 2017: 11-12.
- Forge, Nicholas R. 2012. "A Longitudinal Investigation of Risk and Resiliency among Homeless LGBT Youth Residing in a Transitional Living Shelter." PhD Dissertation. New York: Fordham University.
- Gaetz, Steven. 2019. *THIS Is Housing First for Youth: Europe. A Program Model Guide*. Toronto: Canadian Observatory on Homelessness Press.
- Gámez, Tamara. 2017. *Personas sin hogar. Un análisis de género del sinhogarismo*. Málaga: UMA Editorial.
- Gattis, Maurice N. 2013. "An Ecological Systems Comparison Between Homeless Sexual Minority Youths and Homeless Heterosexual Youths." *Journal of Social Service Research* 39(1): 38-49. DOI: <https://doi.org/10.1080/01488376.2011.633814>

- Giménez Rodríguez, Silvia, *et al.* 2019. *Estudio sociológico de las personas LGTBI sin hogar en la Comunidad de Madrid*. Madrid: Observatorio para el Análisis y Visibilidad de la Exclusión Social – Universidad Rey Juan Carlos.
- Hooks Wayman, Richard. 2008. "Homeless Queer Youth: National Perspectives on Research, Best Practices, and Evidence Based Interventions." *Seattle Journal for Social Justice* 7(2): Art. 13.
- Humphrie, Jamila. 2011. "El derecho para decir 'sí, quiero': el movimiento LGBTQ en los EE.UU., España, y la Argentina." Hispanic Studies Honors Project. St. Paul, MN: Macalester College.
- Hunter, Ernst. 2008. "What's Good for the Gays Is Good for the Gander: Making Homeless Youth Housing Safer for Lesbian, Gay, Bisexual, and Transgender Youth." *Family Court Review* 46(3): 543-557. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1744-1617.2008.00220.x>
- ILGA Europe. 2022. Annual Review of the Human Rights Situation of Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex People in Europe and Central Asia. Disponible en <https://www.ilga-europe.org/report/annual-review-2022/>
- ILGA Europe. 2023. Annual Review of the Human Rights Situation of Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex People in Europe and Central Asia between January-December 2022. Disponible en <https://www.ilga-europe.org/report/annual-review-2023/>
- López Rodríguez, Fernando. 2017. *De puertas para adentro. Disidencia sexual y disconformidad de género en la tradición flamenca*. Madrid/Barcelona: Editorial Egales.
- Martínez, Ramón. 2017. *Lo nuestro sí que es mundial. Una introducción a la historia del movimiento LGTB en España*. Madrid/Barcelona: Editorial Egales.
- Matamala, Elena. 2022. *Desactivar el sinhogarismo de larga duración*. València: Publicacions de la Universitat de València.
- Meyer, Ilan H. 2003. "Prejudice, Social Stress, and Mental Health in Lesbian, Gay, and Bisexual Populations: Conceptual Issues and Research Evidence." *Psychological Bulletin* 129(5): 674-697. DOI: <https://doi.org/10.1037/0033-2909.129.5.674>
- Morton, Matthew H, *et al.* 2018. "Prevalence and Correlates of Youth Homelessness in the United States." *Journal of Adolescent Health* 62(1): 14-21. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2017.10.006>
- Paradis, Evelyne. 2017. "In 2017, Why Is the Issue of LGBTI Homelessness Still Invisible?" *Homeless in Europe*, Autumn 2017: 3.
- Parlamento Europeo. 2021. Resolución del Parlamento Europeo, de 21 de enero de 2021, sobre el acceso a una vivienda digna y asequible para todos (2019/2187(INI)). *Diario Oficial de la Unión Europea*. Recuperado de https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-9-2021-0020_ES.html
- Quilty, Aideen, & Michelle Norris. 2020. *A Qualitative Study of LGBTQI+ Youth Homelessness in Ireland*. Technical Report. Dublin: Focus Ireland. Disponible en https://www.focusireland.ie/wp-content/uploads/2021/09/LGBTQI-Youth-Homelessness-Report_FINAL-VERSION.pdf
- Ray, Nicholas. 2006. *Lesbian, Gay, Bisexual and Transgender Youth: An Epidemic of Homelessness*. New York: National Gay and Lesbian Task Force Policy Institute and the National Coalition for the Homeless.
- Ritosa, Anthony, *et al.* 2021. *Perceptions: Comparative Findings from a Study of Homeless Service Providers and LGBTI-focused Organisations About LGBTIQ Youth Homelessness in Europe*. FEANTSA, ILGA-Europe, True Colors United, & the Silberman Center for Sexuality and Gender at Hunter College. DOI: <https://doi.org/10.13140/RG.2.2.12458.13769>
- Rivera, Silvia, & Marsha P. Johnson. 2022. *Acción Travesti Callejera Revolucionaria. Supervivencia, revuelta y lucha trans antagonista*. Madrid: Imperdible Editorial.

- Sales, Albert. 2016. "Sensellarisme i exclusió social. De l'assistència a la prevenció." *RTS: Revista de treball social* 209: 9-25.
- Shelton, Jama. 2017. "The True Colors Fund: Addressing LGBT Youth & Young Adult Homelessness in the United States." *Homeless in Europe*, Autumn 2017: 4-6.
- Shelton, Jama, et al. 2021. *Perceptions: Addressing LGBTI Youth Homelessness in Europe and Central Asia: Findings from a Survey of LGBTI Organisations*. ILGA-Europe, True Colors United, & the Silberman Center for Sexuality and Gender at Hunter College. DOI: <https://doi.org/10.13140/RG.2.2.25879.91041>
- Shelton, Jama, Robbie Stakelum, & Sarah-Jane Dodd. 2020. *Perceptions: Findings from a European Survey of Homelessness Service Providers about LGBTIQ Youth Homelessness in Europe*. FEANTSA, True Colors United, & the Silberman Center for Sexuality and Gender at Hunter College. DOI: <https://doi.org/10.13140/RG.2.2.36074.54728>
- SIIS, & Eguía-Careaga Fundazioa. 2016. *La exclusión residencial grave en la CAPV desde una perspectiva de género*. Vitoria-Gasteiz: Emakunde-Instituto Vasco de la Mujer.
- Toro, Paul, Amy Dworsky, & Patrick Fowler. 2007. "Homeless Youth in the United States: Recent Research Findings and Intervention Approaches." *National Symposium on Homelessness Research*, Washington, DC. Disponible en <https://www.huduser.gov/portal/publications/pdf/p6.pdf>
- Tyler, Kimberly A., & Rachel M. Schmitz. 2018. "A Comparison of Risk Factors for Various Forms of Trauma in the Lives of Lesbian, Gay, Bisexual and Heterosexual Homeless Youth." *Journal of Trauma and Dissociation* 19(4): 431-443. DOI: <https://doi.org/10.1080/15299732.2018.1451971>
- Whitbeck, Les B., Dan R. Hoyt, & Kevin A. Yoder. 1999. "A Risk-Amplification Model of Victimization and Depressive Symptoms Among Runaway and Homeless Adolescents." *American Journal of Community Psychology* 27(2): 273-296. DOI: <https://doi.org/10.1023/A:1022891802943>
- Whittle, Stephen 2013. "Teorizando el cambio. La historia y desarrollo de una Europa queer." *Anuario de Derechos Humanos* 9(junio): 17-42.

Anexo

Tabla 1. Relación de centros y entidades dirigidos a atender a la población sin hogar LGBTIQ+ en Europa

Entidad	País	Año de apertura	Tipo de alojamiento	Dirigido a
Streha	Tirana-Albania	2014	1 alojamiento. 8 plazas	Jóvenes LGBTIQ+ sin hogar (18 a 29 años).
RFSL	Estocolmo-Suecia	2019	1 alojamiento. 2 plazas	Personas LGBTIQ+ sometidas a amenaza o violencia y que necesitan protección
United Care (en colaboración con LGBTI+ Dinamarca)	Copenhague, Dinamarca	Junio de 2022	The Tårnbyhus LGBT + Crisis Centre 1 alojamiento. 7 plazas	Personas LGTB+ en relaciones violentas
Red Center	RED Safe House. 1 alojamiento en Jutlandia y otro en Zelandia, Dinamarca RED+. Copenhague, Dinamarca. Centro de emergencia	2015	2 alojamientos. 15 plazas. Más plazas en vivienda de transición (se desconoce número)	Jóvenes y parejas de 16 a 30 años (también con menores a cargo) que huyen de conflictos relacionados con el honor, el control, la violencia, el matrimonio forzado o las amenazas
		2022	1 alojamiento. 6 plazas	
KyivPride	Kiev-Ucrania	2022	1 apartamento (25 plazas).	Personas LGBTIQ+ afectadas por la guerra y víctimas de LGBTIQ+fobia
Gender Stream	Uzhhorod y Zakarpattia-Ucrania	2022	2 viviendas (35 plazas)	Personas LGBTIQ+ afectadas por la guerra y víctimas de LGBTIQ+fobia
ONG Projector	Odesa-Ucrania	2022	1 alojamiento	Personas trans y no binarias afectadas por la guerra y víctimas de LGBTIQ+fobia
Fundacja podrugie, Kampania Przeciw Homofobii, Lambda Varsovia y My, Rodzice	Varsovia-Polonia	2021	1 apartamento con 3 plazas	Jóvenes LGBTIQ+ sin hogar (18 a 29 años)
Lambda Varsovia	Varsovia-Polonia	2021 (existió otro en 2015-2016)	1 albergue con 10 plazas (2 adicionales de emergencia)	Personas sin hogar LGBTIQ+
Lambda Varsovia	Ursynów (Varsovia)-Polonia	2022	30-36 personas. Tres apartamentos de 10 plazas (2 adicionales de emergencia)	Personas ucranianas LGBTIQ+ desplazadas y sin hogar por la guerra
Die Vila Turkis Rosa Vila/Queer Base	Viena-Austria	2015	Satélite Residencial (se desconoce número de plazas)	Creación de espacios de alojamiento para personas refugiadas LGBTIQ+ fuera de la red de asilo

Ljubljana Pride Association	Eslovenia	2021	7 viviendas de corta estancia (14 días)	jóvenes LGTBIQ sin hogar
i Ken O.N.L.U.S. ATS i Ken ONLUS y C.O.R.A. ONLUS	Nápoles-Italia	2022	Questa Casa non è un Albergo. 1 alojamiento (confiscado a la mafia) 4 plazas.	Personas LGBT+ víctimas de violencia y maltrato
Quore	Turín-Italia	2018	To Housing- 24 plazas en 5 apartamentos. Viviendas de la agencia territorial de la vivienda	Jóvenes LGTBIQ+ expulsados del hogar; migrantes y refugiados LGTBIQ+, personas mayores LGTBIQ+
Spazio Aperto Servizi	Milán-Italia	2019	Casa Arcobaleno – 2 alojamientos con 6 plazas	Jóvenes LGTBIQ+ expulsados del hogar por LGTBIQ+fobia
Oikos onlus y Arcigay Friuli	Friuli-Venecia Julia, Italia -Italia	2022	1 alojamiento. Villa Carrà-12 plazas	Personas LGTBIQ+ que son víctimas de violencia y/o en situación de vulnerabilidad por su identidad sexual
Cruz Roja Italia	Roma-Italia	2020	1 alojamiento. Casa+. 8 plazas	Jóvenes LGTBIQ+ de 18 a 30 años víctimas de LGTBIQ+fobia
Consultorio TRANSGENERE ODV/ Nelumbo	Toscana-Italia	2022	Casa rifugio 'Casa Marcella' – 6 plazas (8 en caso de emergencia).	Personas que no se reconocen en el género asignado al nacer y por esta razón son víctimas de discriminación y violencia
Schwulenberatung Berlin	Berlín-Alemania	2016	29 apartamentos con un total de 120 plazas	Personas refugiadas LGTBIQ+
Le Refuge	Varias localizaciones -Francia	2003	21 alojamientos – 200 plazas	Jóvenes LGTBIQ+ (18-25 años) expulsados del hogar por LGTBIQ+fobia
Aurore Association	Nantes – Francia	2018	Hom Up – 1 apartamento con 3 plazas	Jóvenes LGB (18-25 años) expulsados del hogar por homofobia o bifobia
Basiliade	París-Francia	2020	Maison Escale – 7 apartamentos (30 plazas)	Jóvenes migrantes LGTBIQ+ (18-35 años)
Stonewall Housing	Londres-Reino Unido	1983		Personas LGTBIQ+ sin hogar, que han vivido violencia en sus hogares o han sido expulsadas del mismo
AKT (Albert Kennedy Trust)	Manchester, Londres, Newcastle y Bristol – Reino Unido	1989		Jóvenes LGTBIQ+ sin hogar o que se encuentren bajo situaciones de violencia en sus hogares
The Outside Project	Londres – Reino Unido	2017	Anira House. 1 alojamiento.	Personas LGTBIQ+ que se han quedado sin hogar y no cumplen los criterios o se sienten incapaces de acceder a los servicios existentes

Star Support	Londres – Reino Unido	2023	STAR Refuge – 1 alojamiento (4 plazas)	Personas LGTBIQ+ supervivientes de violencia en el hogar (fundado por personas LGTBIQ+ con experiencia vivida de violencia doméstica y sin hogar)
Micro Rainbow	Londres, West Midlands, North West – Reino Unido	2012	10 alojamientos con 60 plazas en total	Personas refugiadas LGTBIQ+
LGBT Jigsaw (iniciativa de London Councils para unir a 4 entidades para abordar el sinhogarismo de la juventud LGBT)	Londres – Reino Unido	2005	6 proyectos de vivienda compartida en 4 distritos con 41 plazas en total (Gestionadas por Stonewall Housing, AKT, PACE-cerrada- y Galop)	Jóvenes (hasta 25 años) LGBT sin hogar, que viven en alojamientos inestables, inseguros o inadecuados, o que están en grave peligro de quedarse sin hogar
Le Refuge Bruxelles (Opvanghuis Refuge)	Bruselas-Bélgica	2018	1 alojamiento de emergencia con 30 plazas. Más alojamientos de transición (se desconoce número)	Jóvenes LGTBIQ+ 18 a 25 años que se encuentren en situación de exclusión por su orientación sexual y/o identidad de género
Midnimo	Bruselas-Bélgica	2021	CADAL (centre d'accueil pour demandeurs d'asile LGTBIQA+) – 2 alojamientos (14 plazas en total)	Personas refugiadas LGTBIQ+
Dirección de Vivienda de la Ciudad de Bruselas, Le Refuge Bruxelles y Samu Social (Stepforward)	Bruselas-Bélgica	2021	1 piso Housing First – 4 plazas	Personas sin hogar LGTBIQ+
Fundación Eddy G.	Madrid-España	2016	12 plazas distribuidas en 2 pisos (de 8 y 4 plazas)	Jóvenes (18 a 30 años) LGTBI víctimas de violencia familiar, bullying o cualquier otra forma de LGTBIofobia
San Martín de Porres	Madrid-España	2017	22 plazas en pisos de autonomía (4 alojamientos) y 4 plazas de emergencia en el albergue para hombres.	Personas LGBT sin hogar
Fundación 26 de diciembre	Madrid-España	2023	Residencia Josete Massa – 62 plazas	Mayores LGTBIQ+ en situación de vulnerabilidad-exclusión residencial

Inserta Andalucía	Málaga y Cádiz-España	2020, 2022	1 piso en Torremolinos (3 plazas) y 1 piso en Málaga (3 plazas) 1 piso en Arcos de la Frontera (Hogar Manolita Chen – 4 plazas)	Personas LGBTI en situación de vulnerabilidad, sinhogarismo o infravivienda, y/o expulsadas de su hogar por ser personas LGBTI
ONG Rescate	España		38 plazas	Alojamientos específicos para personas LGTBIQ+ refugiadas, dentro del Programa de acogida y autonomía de personas solicitantes/beneficiarias de Protección Internacional

Fuente: Elaboración propia. Nótese que en esta tabla se ha trasladado de manera literal la población diana de los centros, de manera que la forma de nombrar la disidencia sexo-genérica y/o las siglas con las que se identifican puede variar entre entidades, incluso entre la abreviatura indicada en este texto (LGTBIQ+).

Tamara Gámez Ramos. Trabajadora social, máster en intervención social, posgrado de atención psicosocial a personas sin hogar y experta en género. Accésit del premio de investigación Victoria Kent en 2017. Acompaña a personas sin hogar e investiga sobre sinhogarismo. Es doctoranda en el Programa de Doctorado de Estudios de las Mujeres, Discursos y Prácticas de Género (Universidad de Granada), con una tesis etnográfica sobre las experiencias de las personas LGTBIQ+ en situación de sinhogarismo.

Ana Alcázar Campos. Profesora del Departamento de Trabajo Social y Servicios Sociales de la Universidad de Granada. Miembro del Grupo de Investigación SEJ430: OTRAS – Perspectivas Feministas en Investigación Social y del Instituto Universitario de Investigación de Estudios de las Mujeres y de Género de la Universidad de Granada. Sus intereses de investigación giran en torno al análisis feminista de las políticas públicas, específicamente desde un paradigma no punitivo.

Artículo recibido el 5 de junio de 2024 y aceptado para su publicación el 13 de diciembre de 2024.

Cómo citar este artículo:

[Según la norma Chicago]:

Gámez Ramos, Tamara, & Ana Alcázar-Campos. 2025. "De casas grises a hogares arcoíris. Una revisión de los alojamientos de apoyo específicos para personas LGTBIQ+ en situación de sinhogarismo en Europa. *ex æquo* 51: 61-80. DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2025.51.05>

[Según la norma APA adaptada]:

Gámez Ramos, Tamara, & Alcázar-Campos, Ana (2025). De casas grises a hogares arcoíris. Una revisión de los alojamientos de apoyo específicos para personas LGTBIQ+ en situación de sinhogarismo en Europa. *ex æquo*, 51, 61-80. DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2025.51.05>



Este es un artículo de acceso abierto distribuido bajo los términos de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-SinObraDerivada (<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>), que permite la reproducción y distribución no comercial de la obra, en cualquier medio, siempre que la obra original no sea alterada o transformada de ninguna manera, y que la obra sea debidamente citada. Para la reutilización comercial, póngase en contacto con: apem1991@gmail.com



EXPRESSÃO DE GÉNERO E UTILIZAÇÃO DE CASAS DE BANHO E BALNEÁRIOS ESCOLARES: PERCEÇÕES DE ESTUDANTES DE UM CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORAS/ES

 *Marcus Pereira Junior**

 *Filomena Teixeira***

 *Ana V. Rodrigues****

Resumo

As questões de género e sexualidade estão cada vez mais presentes nos diferentes contextos sociais, incluindo na Escola. Partindo da questão “Quais as perceções de estudantes de um curso de formação inicial de professoras/es sobre a utilização de casas de banho e balneários escolares em função da expressão de género?”, e averiguando a adequação dos espaços educativos a estas novas configurações, este estudo exploratório, qualitativo e com recurso à análise do discurso foucaultiana consistiu de um *focus group* com estudantes que frequentavam a licenciatura em Educação Básica. Foi assim possível entender como as narrativas se associam ao *status quo* normativo, numa dualidade entre o controlo de corpos e subjetividades e as ruturas dissidentes.

Palavras-chave: Formação, professoras/es, género, sexualidade, perceções.

Abstract

Gender Expression and the Use of School Toilets and Changing Rooms: Perceptions of Students in an Initial Teacher Training Program

Gender and sexuality issues are increasingly present in different social contexts, including schools. Based on the question “What are the perceptions of students in an initial teacher training program about the use of school toilets and changing rooms in terms of gender expression?”, and looking at the adequacy of educational spaces to these new

* Universidade de Aveiro, Centro de Investigação em Didática e Tecnologia na Formação de Formadores, 3810-193 Aveiro, Portugal.

Endereço postal: Avenida João Jacinto de Magalhães, 5, Glória e Vera Cruz, 3810-193 Aveiro, Portugal.

Endereço eletrónico: m.junior@ua.pt

** Instituto Politécnico de Coimbra, Escola Superior de Educação de Coimbra, 3030-329 Coimbra, Portugal.

Endereço postal: Rua Dom João III – Solum, 3030-329 Coimbra, Portugal.

Endereço eletrónico: filomena@esec.pt

*** Universidade de Aveiro, Departamento de Educação e Psicologia, 3810-193 Aveiro, Portugal.

Endereço postal: Avenida João Jacinto de Magalhães, 5, Glória e Vera Cruz, 3810-193 Aveiro, Portugal.

Endereço eletrónico: arodrigues@ua.pt

configurations, this exploratory, qualitative study using Foucauldian discourse analysis consisted of a focus group with students attending a bachelor's degree program in Basic Education. It was thus possible to understand how narratives are associated with the normative *status quo*, in a duality between the control of bodies and subjectivities and dissident ruptures.

Keywords: Training, teachers, gender, sexuality, perceptions.

Resumen

La expresión de género y el uso de los aseos y vestuarios escolares: percepciones de estudiantes de un curso de formación inicial del profesorado

Las cuestiones de género y sexualidad están cada vez más presentes en diferentes contextos sociales, incluida la escuela. Con la pregunta "¿Cuáles son las percepciones de estudiantes de formación inicial del profesorado sobre el uso de los baños y vestuarios escolares en términos de expresión de género?", y con el objetivo de conocer la adecuación de los espacios educativos a esas nuevas configuraciones, este estudio exploratorio, cualitativo y con análisis del discurso foucaultiano, consistió en un *focus group* con estudiantes de la licenciatura en Educación Básica. Así, fue posible comprender cómo las narrativas se asocian al *status quo* normativo, en una dualidad entre el control de los cuerpos y subjetividades y las rupturas disidentes.

Palabras clave: Formación, profesorado, género, sexualidad, percepciones.

1. Introdução

Nos tempos atuais, as sociedades estão cada vez mais interligadas e prontas para observar e reagir às mudanças que têm vindo a ocorrer no mundo. Tais transições não são apenas reflexo da evolução do pensamento coletivo, mas também se encontram associadas a questões emergentes, que têm despertado a consciência de uma parcela significativa da humanidade. Facto é que, durante muito tempo, determinados grupos foram marginalizados no processo de formação do tecido social, e agora, num movimento de contraofensiva e percecionando uma nova era de consciencialização, este estigma vem sendo fortemente desafiado.

Neste cenário de transformações, as questões de género e sexualidade são aquelas que emergem desta dinâmica. Num "passado ainda presente", salienta-se a prevalência de um mundo enraizado em demarcações binárias e heteronormativas estritas que, por tanto tempo, conduziram (e ainda conduzem) à invisibilidade e ao silenciamento (Butler 2017). Acontece que, num crescente entendimento sobre a diversidade em todo o seu espectro, existe uma afluência de confrontos que rompem com tais paradigmas estabelecidos, valorizando a individualidade de corpos e subjetividades (Louro 2018).

Ao compreender que grupos minorizados estão presentes nos diferentes segmentos sociais, iniciativas que contribuam para um olhar condizente sobre a diversidade sexual e de género são essenciais para a mitigação de episódios de

preconceito ainda existentes (Miskolci 2009). Trata-se de um movimento que desafia a sistematização do patriarcado cisheteronormativo dominante¹ (Rabelo 2010; Butler 2017), bem como reconhece o potencial da diversidade como fundamental para a organização de sociedades mais sustentáveis.

No entanto, é pertinente salientar que este movimento não se desenvolve de forma tão linear quanto pode parecer. A despeito dos avanços em direção a um mundo mais igualitário, ainda é possível observar estatísticas alarmantes de violência e discriminação relativamente à população LGBTQI+² (Ferreira & Anastácio 2022), sendo um sinal contundente das lacunas persistentes no que respeita à promoção de estratégias de combate a práticas estigmatizantes.

Tratando-se de uma das questões no universo da diversidade sexual e de género, o conceito de expressão de género representa o fortalecimento de leituras singulares de corporeidades, sobretudo no que diz respeito a grupos dissidentes. A expressão de género pode ser entendida como a afirmação identitária que reflete uma pessoa num determinado momento de sua vida, construída a partir de aspetos psicossociais. Num movimento de desafio às normas tradicionalmente consolidadas e de reivindicação de espaço nas sociedades, é necessário reconhecer que o fenómeno da expressão de género não se limita a uma contemplação dicotómica, no âmbito do binarismo estrutural, mas abrange a versatilidade das múltiplas formas de ser (Oliveira 2020).

Perante isto, deve considerar-se o papel da legislação como instrumento de proteção e garantia dos direitos de pessoas que fazem parte de grupos com identidades sociais minorizadas e que também integram as sociedades (Esteves, Santos & Santos 2021). No caso do continente europeu e de Portugal, em particular, cabe destacar a regulamentação relacionada com a autodeterminação de género, salvaguardando os direitos das pessoas no que respeita ao alicerçamento de processos identitários (União Europeia 2016; República Portuguesa 2018; 2019).

É facto que a expressão de género é produto de natureza subjetiva, ou seja, relacionado intrinsecamente com escolhas de cariz individual, com impacto direto no quotidiano de quem não se adequa às heteronormas. Desta forma, ao optarem por uma disposição identitária genuína, acabam muitas vezes por enfrentar múltiplas resistências, fazendo da procura pela autenticidade um instrumento de não-silenciamento das suas vozes e do não-apagamento de suas corporeidades (Butler 2020).

¹ O termo ‘patriarcado cisheteronormativo dominante’ refere-se a um sistema sociocultural que privilegia e reforça identidades e comportamentos alinhados com o padrão heterossexual, cisgénero e masculino. Este sistema implica a valorização de papéis de género tradicionalmente associados aos homens, marginalizando e discriminando identidades e orientações dissidentes.

² A sigla ‘LGBTQI+’ representa uma ampla diversidade, abrangendo pessoas lésbicas, gays, bissexuais, trans, *queer* e intersexo. O sinal “+” inclui e representa outras variantes não heterossexuais e não cisgénero.

Um aspeto que ilustra esta dinâmica está relacionado com a escolha da utilização de casas de banho e balneários em função da expressão de género assumida por cada pessoa. A simples necessidade de usar uma casa de banho pode tornar-se um cenário inesgotável de episódios de ansiedade para quem não corresponda às convenções. A constante imposição de políticas de segregação em determinados espaços públicos, provenientes de uma visão estrutural sobre a autodeterminação relativa ao género designado ao nascer, acaba por resultar em situações de discriminação para pessoas que não se adequam ao modelo cisheteronormativo (Butler 2017).

Sendo reflexo fiel das sociedades nas quais se inserem, os ambientes escolares muitas vezes funcionam como nichos de reprodução de pensamentos e comportamentos estruturais e de manutenção de padrões excludentes. Assim, ao trazer esta problemática para o campo das questões que envolvem a diversidade sexual e de género, é evidente a persistência de muitas lacunas nas escolas, devido a certa negligência em relação à abordagem do tema e da sua aplicabilidade no quotidiano escolar (Louro 2014). Tal cenário representa com precisão o contínuo desafio de implementação da legislação vigente e da aplicação de políticas afirmativas relacionadas com a autodeterminação de género. Apesar dos esforços, ainda existem significativas resistências que se originam coletivamente e que ecoam nos espaços formais de ensino (Resende & Beirante 2018; Santos, Costa & Queirós 2023).

De acordo com Resende (2010), a perpetuação da falta de compreensão das e dos integrantes das escolas pode resultar na permanência das práticas excludentes. Entende-se, assim, que docentes, estudantes e não docentes muitas vezes reproduzam práticas de preconceito dirigidas a minorias, mantendo assim o *status quo* das normatividades que legitimam discursos de afirmação e excluem quem não se encaixa nos padrões (Foucault 2021). Por consequência, tais práticas não apenas perpetuam ciclos de estigmatização, mas também contribuem para ambientes escolares ameaçadores para aquelas e aqueles já consideradas/os, em muitos âmbitos, como marginalizados/as pelas sociedades.

Diante deste complexo panorama, foi pensada a seguinte questão de investigação: “Quais as perceções de estudantes de um curso de formação inicial de professoras/es sobre a utilização de casas de banho e balneários escolares em função da expressão de género?”. Neste âmbito, o estudo desenvolveu-se com o propósito de compreender, à luz da análise do discurso foucaultiana, as perspectivas de futuras/os docentes sobre a razão pela qual decisões relativas à autodeterminação de género, transversais à utilização de espaços públicos, ainda são consideradas de grande sensibilidade. Além disso, analisou-se se há, ou não, um movimento de resignificação destas perspectivas em contexto educacional, uma vez que o olhar para as normatividades acaba por projetar os enviesamentos que provêm do coletivo.

2. Metodologia

Em acordo com Lösch, Rambo e Ferreira (2023), o presente estudo foi desenvolvido a partir de uma abordagem exploratória, tendo por propósito estruturar uma investigação sobre um fenómeno social que apresenta certa complexidade e ainda é compreendido de variadas formas. A escolha de uma metodologia qualitativa permitiu contribuir para um reforço da ênfase na compreensão de tal fenómeno, por intermédio de averiguações realizadas sobre perceções e experiências das e dos participantes. Assente num propósito descritivo, a condução deste estudo possibilitou uma análise abrangente dos diferentes posicionamentos apresentados, sem necessariamente estabelecer relações preditivas ou de causalidade sobre a temática em questão.

O estudo teve fundamentação teórica a partir de reflexões e investigações prévias sobre estudos de género e sexualidade, bem como de aspetos que relacionam o tema com a Educação. Também alinhado com alguns dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas – Agenda 2030 (ONU 2015) e da Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação da República Portuguesa – ENIND 2018-2030 (2018), procurou compreender-se como as questões de género e sexualidade se entrelaçam com determinados aspetos do quotidiano das coletividades, nomeadamente com o contexto dos espaços formais de ensino.

A investigação foi conduzida em conformidade com os pressupostos éticos estabelecidos por regulamentação da União Europeia (Reg. n.º 2016/679) e da República Portuguesa (Decreto de Lei n.º 58, de 8 de agosto de 2019), relativamente ao desenvolvimento de estudos que envolvem a participação de seres humanos e à proteção e processamento de dados. As e os participantes foram informadas/os sobre o propósito do estudo, bem como sobre os procedimentos de recolha de dados e o uso das informações prestadas, com a obtenção prévia de consentimento informado. O estudo recebeu aprovação institucional mediante anuência expedida pelo Encarregado Geral de Dados da Universidade de Aveiro, com a declaração emitida em 28 de abril de 2023, sendo os dados salvaguardados pelo Sistema de Informação da Universidade de Aveiro (SIUA).

A recolha de dados, ocorrida em novembro de 2023, foi realizada por meio do desenvolvimento de um *focus group* com dezasseis estudantes, de 19 a 25 anos, que frequentavam um curso de Licenciatura em Educação Básica de uma instituição pública de ensino superior politécnico. Segundo Silva, Veloso e Keating (2014), o *focus group* é uma técnica utilizada para promover interações entre elementos de um grupo por meio da citação de um ou mais tópicos sobre determinada temática, a partir de questões abertas apresentadas por um/a moderador/a. Na realidade, o foco deste artigo surgiu da relação entre o conceito manifesto de expressão de género e a escolha de utilização de casas de banho e balneários escolares por estudantes, uma vez que esta foi a questão de maior repercussão, entre outras, suscitando relevantes elementos de discussão.

O levantamento de dados foi realizado mediante gravação digital áudio do debate decorrido ao longo do *focus group*, com a duração de cerca de noventa minutos. O momento de discussão esteve integrado no contexto da unidade curricular intitulada Sexualidade, Saúde e Educação.

A análise dos dados recolhidos foi estruturada tendo por base a análise do discurso proposta por Michel Foucault (1979; 1997), que se caracteriza por uma compreensão mais imersiva sobre práticas discursivas e relações de poder que permeiam as interações sociais. Ao escolher a adoção desta perspetiva foucaultiana em contexto educativo, de acordo com Alves e colaboradores (2022), procurou compreender-se como a prevalência das heteronormas e o seu consequente controlo sobre corpos e subjetividades influenciam diretamente as perceções e práticas excludentes nos diferentes segmentos sociais, incluindo o contexto dos espaços formais de ensino.

Posteriormente, os dados foram digitalizados e tratados mediante codificação das transcrições, sendo organizados a partir dos discursos e vivências das e dos participantes, com a apresentação subsequente da análise do discurso. Isto permitiu um entendimento sistematizado que procurou valorizar as auscultações sobre as narrativas, na tentativa de elucidá-las.

3. Resultados e discussão

A seguir, apresenta-se um primeiro excerto sobre o relato da participante A, a respeito das suas perceções:

A nossa escola, nos anos anteriores, tinha [...] uma casa de banho para raparigas e uma casa de banho para rapazes. Este ano [...] ambas as casas de banho viraram unissexo. Ou seja, qualquer pessoa pode entrar nessas casas de banho. Ahn...há muitas que foram a favor, há muitas pessoas contra, e que isso é excelente para as pessoas que se identificam com o sexo oposto. Mas, ao mesmo tempo, torna-se um pouco desconfortável. Por exemplo, eu às vezes entro na casa...lembro que [...] estávamos as duas na casa de banho e só entram cinco rapazes que se identificam como tal naquela casa de banho. E foi um pouco desconfortável, não vou negar. Porque nós não estamos... primeiro, não estamos habituados àquilo, e segundo, não sei, é a casa de banho, não sei, é muito sensível!

Neste relato é possível identificar a dinâmica de controlo social que também se faz nos espaços formais de ensino, com destaque para o desconforto e resistência de algumas pessoas no que diz respeito à utilização de casas de banho sem identificação de género. A rutura com a perceção coletiva sobre casas de banho separadas por género simboliza a transgressão do dispositivo disciplinar que reforça as heteronormas, demonstrando como as disposições de comportamentos

convencionais são internalizadas e reproduzidas pelas pessoas, o que leva a reações de rejeição quando tais normas são, de alguma maneira, subvertidas.

A menção, pela participante, da chegada de rapazes à casa de banho evidencia o senso constante de vigilância já conhecido por parte de estudantes que se enquadram em grupos minorizados. Esta fragilização do autocontrolo diante da presença de pessoas estranhas, tendo como exemplo o cenário de mulheres que se preocupam em partilhar espaços públicos com homens, é uma das situações que configura o ideal de não-conformidade às normas de poder e controlo estabelecidas (Foucault 1979).

Adicionalmente, a referência à casa de banho como espaço designado por “muito reservado” realça o aspeto de vulnerabilidade que atinge as minorias em diferentes contextos e que resulta em situações de ansiedade para mulheres e pessoas LGBTQI+ (Butler 2020), ressaltando-se assim a relevância atribuída pela participante à implementação de condições que permitam o reconhecimento da privacidade nestes espaços.

O relato do participante B, que se segue, permitiu novos desdobramentos sobre a análise:

Eu também já falei um bocado [...] desta questão com várias pessoas, por causa de terem mudado a nossa casa de banho para, que ele diz lá, “casa de banho, todos os géneros”. E a mim, não me faz questão nenhuma. Não me vou sentir desconfortável por estar lá quem quer que fosse. Mas já vi muitas pessoas a dizerem, por causa da questão de segurança, que podem ir lá pessoas. Eu não concordo muito com isso porque, por exemplo, dizem que estar um rapaz e uma rapariga no mesmo espaço, tendo em conta que caso venham a usar para fazer coisas tão íntimas ou que as pessoas se expõem, [...] não é seguro, pronto, acho que isso [...] na educação que as pessoas têm também traz pessoas que são educadas para isto, isto nunca vai ser um espaço inseguro. Pronto, acho que vai da educação que as pessoas têm, mas percebam que dizem que principalmente nas escolas, por exemplo, se calhar, no segundo ciclo e no terceiro ciclo, estarem rapazes e raparigas na mesma casa de banho, percebo que possa, não sei [...] por exemplo, tirem fotografias ou qualquer coisa assim. Percebo que isso possa acontecer, mas acho que isso vai da educação.

Analisando esta narrativa, é possível perceber uma atitude mais aberta em relação à adaptação das casas de banho para o modo unissexo. Parece não haver a manifestação de desconforto quanto à partilha do espaço com pessoas de diferentes expressões de género, sugerindo um discurso que se move para a desconstrução de normas convencionais e rompe com o aparelhamento regulatório social dos comportamentos subjetivos. No entanto, o participante reconheceu as preocupações exteriorizadas por outras pessoas em relação à segurança das casas de banho unissexo. Perante isto, refletiu-se sobre a possível existência de comportamentos inadequados como, por exemplo, tirar fotos, sugerindo que a educação, manifes-

tada pela prática do civismo, é fator determinante para se manter a segurança nestes espaços. Cabe então questionar se o fator “segurança” pode também ser idealizado contrariamente, num viés de legitimação dos dispositivos de controlo social que se configura em diferentes espaços (Foucault 1979). Assim, poder-se-ia pensar que a garantia de disciplina esbarra na provisão de práticas reguladoras de comportamentos considerados como “inaceitáveis”, no entendimento social imerso no binarismo e heteronormatividade estruturais.

Segundo o participante, um “ambiente escolar bem educado” pode ser então essencial para promover a minimização de quaisquer preocupações em relação à partilha de espaços por pessoas diversas. Desta forma, a educação proveniente do civismo suplanta a preocupação excessiva com normas relacionadas com a reconfiguração de casas de banho e balneários, sugerindo que o foco das preocupações deve recair sobre comportamentos individuais enviesados, e não sobre a massificação de um discurso normalizante (Foucault 2021), que tenta legitimar a falha na unificação destes espaços.

Abordando a questão da utilização dos balneários, a participante C exprime o seguinte:

Eu acho que o balneário é outra coisa. Sim, é uma coisa completamente diferente, e acho que ainda por cima nas escolas quando a sexualidade ainda se está a desenvolver, acho que, se já é chocante ou desconfortável para algumas pessoas estarem no balneário porque se sentem diferentes, então com o sexo oposto acho que se sentiriam ainda mais constrangidos [...]. E que, se calhar, acho que não funcionaria tão bem.

Outra preocupação apresentada relaciona-se com a discussão sobre a adaptação de balneários escolares para o modelo unissexo de utilização e a relação com as fases de desenvolvimento da sexualidade. Sugere-se uma perceção ainda mais forte sobre a relação entre as normas sexuais e de género estabelecidas e as diferenças corporais, vistas de forma maioritária pela perspetiva de oposição e complementaridade dos corpos feminino e masculino. Assim sendo, verifica-se que os balneários são espaços em que há maior evidência sobre tais dispositivos de controlo das corporeidades, com especial atenção para aquelas discordantes, num viés de preocupação manifestada que, na realidade, só reflete a tentativa contínua de enquadrar na norma corpos e sexualidades em função das categorizações dominantes (Foucault 1994).

Limitando-nos a uma perspetiva binária, no que respeita à tentativa de averiguar a questão ligada à presença de todos os géneros nos balneários escolares e na manutenção de situações de desconforto entre as e os estudantes, é necessário refletir sobre o imaginário de parte das sociedades quanto à organização destes ambientes. Este poderia ser mais um fator que aponta para o modo como tais mecanismos de controlo de subjetividades se encontram profundamente enraizados nos discursos e comportamentos dominantes (Foucault 2021), sendo internali-

zados e reproduzidos nos espaços escolares, consumando-se num ambiente onde as diferenças não são apenas controladas, mas estigmatizadas.

Ao expressar dúvidas sobre a eficácia dos balneários unissexo, a fala da participante expressa, em parte, a resistência predominante na população quanto à ressignificação das heteronormas. Isto diz mais sobre o modo como as estruturas de poder trabalham para manter o *status quo* e como as tentativas de desafiar estes padrões são muitas vezes infrutíferas e vistas com resistência. Ora, tal questão agrava-se quando o que está em discussão é a materialização das dinâmicas sociais que ocorrem nas escolas, reproduzindo-se discursos que valorizam uma suposta “proteção” do público estudantil e que, ao tentar legitimar uma prática de negociação das vivências plurais, tendem, na realidade, a agir de forma a neutralizar qualquer sinal comportamental considerado desviante.

O participante B voltou a intervir referindo-se também à questão dos balneários escolares:

Eu acho que talvez uma solução para os balneários poderem ser unissexo, talvez seria, por exemplo, em vez de serem uma sala aberta onde as pessoas estão juntas, seria um compartimento [...] além das pessoas terem a sua privacidade para trocar roupa, para tomar banho, para fazer as suas coisas no seu sítio e não ter de andar em comum com outras pessoas. Eu acho que assim pelo menos eu me sentiria melhor e sentiria mais privacidade do que se fosse à frente de qualquer pessoa.

A sugestão pertinente, trazida pelo participante, de solução para a concretização de balneários unissexo, propõe o reforço na construção de compartimentos individuais de forma a salvaguardar a privacidade das e dos estudantes. Isto sinaliza uma perceção sobre a implementação de iniciativas que conciliem a preservação da intimidade das pessoas, condição *sine qua non* para a organização de tais espaços. Assim, o conforto das e dos estudantes pode estar perfeitamente relacionado com a preservação do seu bem-estar, sem a necessidade de segregações causadas por concepções enviesadas das expressões de género.

Pôr em prática a delimitação de espaços nos balneários, para além da manutenção das individualidades, também pode ser entendida como forma de resistência eficaz à exposição, à vigilância e ao controlo de corpos, que muitas vezes funcionam fatidicamente com propósito de exclusão (Foucault 1979; Butler 2017; 2020). Quando o participante manifesta a sua expectativa sobre espaços com mais privacidade, sinaliza que qualquer pessoa deve poder tratar da sua higiene sem estar sujeito a olhares alheios e, principalmente, no caso de grupos com identidades sociais minorizadas, sem correr riscos relacionados com discordâncias sobre a manifestação de seu modo de ser na sociedade.

O relato seguinte, da participante D, faz referência à utilização de casas de banho por pessoas trans:

[...] eu, de onde eu venho, é, ainda é a questão, só tem o masculino e o feminino, e essa discussão tá sendo colocada, mas há muitos alunos, alunas trans [...] é colocado esta questão porque ela se sente, é, que ela quer usar, que ela [...] se identifica como uma mulher e como que ela vai entrar na casa de banho masculina? [...] Uma mulher entrando lá, mas ela [...] se sente mais confortável a entrar numa casa de banho feminina, já que ela se assumiu, né? Então essa é uma questão lá ainda.

A participante destacou uma questão fortemente ligada ao fenómeno da expressão de género no universo das transidentidades e travestilidades, ao mencionar as dificuldades enfrentadas por estudantes trans que utilizam estes espaços nas escolas. Esta pode ser considerada uma das consequências mais nefastas sobre os problemas decorrentes da imposição das heteronormas sobre subjetividades dissidentes, alinhando-se com a reflexão de Bento (2011), com a dicotomia masculino/feminino limitando aquelas e aqueles cuja identidade e expressão de género não se enquadram. A fala da participante põe em evidência a pertinência de se valorizar a autoafirmação sobre os processos intrínsecos de formação identitária, reforçando a premência de espaços que possibilitem este olhar coletivo para a diversidade.

Os processos de marginalização enfrentados por estudantes trans nas escolas representam o atraso ainda existente nas sociedades quanto ao entendimento sobre pessoas com incongruência de género. E especialmente no que diz respeito à utilização das casas de banho e balneários, a categorização em masculino e feminino reforça a ideia de que esses espaços são reservados para aquelas pessoas que se encaixam no viés cisheteronormativo e na binariedade. A inadequação cada vez mais visível destas categorias deveria representar uma ode à autenticidade e à diversidade das experiências humanas.

A temática do presente estudo ligada às transgeneridades também esteve presente na intervenção da participante E:

Eu só ia dizer, por exemplo, agora tavam a falar dos transgéneros que às vezes sentem, por exemplo, podem sentir-se completamente ameaçados em entrar numa casa de banho com rapazes, sendo que parecem de outra forma e nós agora é que, se calhar, estamos a ser nós confrontados com essas questões da insegurança e nunca tínhamos pensado sobre que as pessoas sentem sempre isso. Ou seja, se calhar tarmos a fazer isto é um bocadinho pior para nós, mas se calhar é o melhor para eles e, no geral, é mais seguro.

O destaque dado aos episódios de insegurança e ameaça vivenciados por pessoas trans aquando da utilização de casas de banho revela como os dispositivos de controlo direcionados para determinadas leituras identitárias podem ser deletérios. Para além de se manterem os ambientes de exclusão, as violências de ordem física e psicológica unem-se a este panorama, acentuando as condições de vulnerabilidade já existentes.

A sugestão da participante de se olhar com mais empatia para as experiências de insegurança de pessoas trans é fundamental, uma vez que não é incomum para muitas pessoas nunca terem considerado anteriormente esta perspectiva. Trata-se de um movimento necessário e que sinaliza a rutura com convenções que tendem a privilegiar experiências de pessoas cisgênero (Louro 2018; Butler 2020), destacando-se a pertinência de reconhecer os desafios enfrentados por pessoas trans no quotidiano.

Embora tenha sido levantada a questão do incômodo experienciado por algumas pessoas ao imaginar a partilha de casas de banho públicas, esta pode ser uma iniciativa necessária para assegurar o bem-estar de pessoas trans, aliando o conforto individual à segurança da coletividade. No âmbito dos espaços escolares, é preciso pensar em estratégias que reproduzam este cenário de diversificação de experiências e, por consequência, preservar a comodidade atendendo à universalidade.

Por último, a participante F expressou um dos pontos de vista mais reproduzidos pela população acerca da utilização de casas de banho unissexo:

[...] mas também há certas pessoas que assim se podem aproveitar desta situação. Em que, por exemplo, não têm qualquer coisa a ver com esta questão de género, e assim, mas que se aproveitam do facto de as casas de banho serem unissexo para fazerem coisas más às pessoas. Ahn, e eu tenho a perfeita noção que nem todas as pessoas são assim e que há muitas pessoas que têm muito bem dentro delas e não são realmente pessoas más. E que esta questão realmente é um assunto muito sensível, porque tanto pode dar muito certo para toda a gente e isso é fantástico, como pode dar muito errado, porque há pessoas que se aproveitam [...] destes benefícios [...] para fazerem o mal. Assim, o mal pode ser feito em qualquer local, [...] quando eu falo de coisas mal eu falo da violação [...]. Sim, porque é um sítio privado.

A princípio, poderia considerar-se fundamental a preocupação sobre a implementação de casas de banho unissexo e a relação de casualidade com a criação de condições para que pessoas cometam atos de violência e explorem vulnerabilidades alheias. Ocorre que, muitas vezes, este é um discurso mantido pelas dinâmicas de controlo com o mero propósito de impedir reflexões sobre a adaptação de espaços sanitários públicos partilhados. Trata-se de uma questão complexa, que requer educação de base e cuja perceção mais holística alcance as sociedades, uma vez que a implementação de casas de banho e balneários unissexo não pode ser percebida como condicionante para a ocorrência de episódios de violências de diferentes tipos. Na realidade, a violência precede esta e outras iniciativas e o que deve estar em questão é o modo como as pessoas devem agir nestes espaços.

Ao transpor esta conjuntura para o contexto escolar, deve realizar-se a mesma leitura desconstruída para tentar compreender os fatores condicionantes conducentes a situações de violência e *bullying*, que acabam por perpetuar o mal-

-estar de estudantes que fazem parte de grupos minorizados, tal como descrito por investigações anteriores (Santos, Silva & Menezes 2017; Fernandes, Vázquez & Gato 2024). Os benefícios associados à implementação de mudanças que movimentam as estruturas das normatividades devem sobrepor-se a qualquer processo enviesado de consciencialização assente em incertezas e ambiguidades que deslegitimem um olhar de ressignificação para questões ligadas à diversidade sexual e de género.

4. Considerações finais

Com este estudo foi possível compreender um pouco mais sobre a dinâmica de controlo social que se reproduz em diferentes espaços (Foucault 1979), incluindo as escolas. Especialmente no que respeita à utilização de casas de banho e balneários, os movimentos de descontinuidade relativamente às normas de género representam um confronto com o dispositivo disciplinar e a rutura com a manutenção das convenções internalizadas e replicadas, que resultam em exclusão. Sustentar o discurso “de grande sensibilidade” atribuído à presente discussão apenas contribui para o reforço de práticas estigmatizantes direcionadas às minorias (Butler 2020), reforçando a necessidade de pensar ações que legitimem a diversidade, a partir de um olhar para as individualidades, valorizando, por exemplo, a organização de ambientes escolares mais empáticos.

A identificação de posturas mais recetivas em relação à adaptação de casas de banho e balneários para o modelo unissexo sugere uma consciencialização em curso sobre as preocupações que prezam a segurança nestes espaços, com destaque essencial para uma educação de base que se oponha ao reforço dos dispositivos de controlo, tão difundidos nas sociedades e que impactam diretamente as e os estudantes (Souza & Gagliotto 2023). No caso dos espaços formais de ensino, a ênfase dada à promoção da diversidade que esteja em sintonia com a adaptação de espaços compartilhados, sem a segregação de pessoas em função da expressão de género, sugere a urgência em priorizar discussões sobre adequações ao comportamento humano. Isto realça o potencial das escolas em favorecer uma visão holística sobre a prática da responsabilidade de cada pessoa pelos próprios discursos e sobre a valorização das muitas vozes silenciadas, ao invés de apenas procurar soluções superficiais para a materialização inevitável da diversidade sexual e de género nestes ambientes (Santos 2017).

No caso dos balneários, identificados como espaços onde o controlo das corporeidades é particularmente evidente, a resistência à unificação ainda é maior e reflete como os preconceitos estruturais se entremeiam nos pensamentos e discursos. Ao apresentar uma solução para balneários unissexo, propõe-se colaborar para que os esforços assegurem a preservação da intimidade de todas as pessoas, sem predileções ou segregações, podendo ser visto como forma de resistência à

vigilância de corpos (Louro 2018). Neste âmbito, pensar em ações de inclusão nas escolas para a promoção do bem-estar do seu público estudantil contribuirá para a mitigação de situações estigmatizantes e que se relacionam com as expressões de género diversas (Louro 2014).

A reflexão sobre as dificuldades enfrentadas nas escolas por pessoas trans revela a profundidade das consequências das heteronormas nos espaços escolares, com episódios de violências que revelam a nocividade dos mecanismos de monitorização identitários, já anteriormente observados (Saleiro 2017). A permanência do binarismo de género limita as minorias, acionando um alerta no que respeita a um entendimento distanciado das escolas sobre a diversidade na sua essência. Este cenário revela o atraso na compreensão empática das sociedades e, relativamente à legislação portuguesa vigente que trata da autodeterminação de género e proteção das características sexuais, evidencia como a resistência coletiva da unificação de casas de banho e balneários escolares é somente uma das formas de legitimar o imaginário cisheteronormativo e patriarcal que continua presente nas sociedades (Novaes 2023).

Por fim, depreende-se que a utilização de casas de banho e balneários escolares, quer pela expressão de género assumida pela pessoa, quer pela adaptação para espaços unissexo, não deve ser observada como condição causal para a manutenção de episódios de violência e discriminação direcionados às minorias. Trata-se de um pensamento que funciona como ponto de evasão que traduz com clareza a biopolítica do controlo e, perante isto, deve entender-se que a causa legítima da ofensiva consiste no enviesamento causado pelas normatividades em prática. Assim, e de acordo com investigações anteriores (Santos 2019; Bonfim & Mesquita 2020), requer-se que a Escola seja espaço de discussões mais conscientes sobre a diversidade sexual e de género, com vista à desconstrução dos agentes de alienação, ao confronto das normas e onde se perspetivem práticas genuinamente inclusivas, dentro e fora das salas de aula, pensando em toda e qualquer pessoa.

Agradecimentos

Trabalho financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. (Portugal), no âmbito do projeto UIDB/00194/2020 (CIDTFF) e de bolsa de doutoramento com referência 2021.05202.BD.

Contributos do autor e das autoras

MPJ: Concetualização; análise formal; investigação; metodologia; validação; redação do rascunho original; redação – revisão e edição.

FT: Concetualização; análise formal; investigação; metodologia; validação; redação – revisão e edição.

AVR: Concetualização; análise formal; investigação; metodologia; validação; redação – revisão e edição.

Conflito de interesses

Declaramos não haver quaisquer conflitos de interesses.

Referências bibliográficas

- Alves, Thiago Moessa, *et al.* 2022. “Análise de discurso e Michel Foucault: caminhos para a pesquisa em Educação.” *Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade* 9(21): 151-164. DOI: <https://doi.org/10.55028/pdres.v9i21.16177>
- Bento, Berenice. 2011. “Na escola se aprende que a diferença faz a diferença.” *Estudos Feministas* 19(2): 549-559. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2011000200016>
- Bonfim, Juliano, & Marcos Ribeiro Mesquita. 2020. “Nunca falaram disso na escola...’: um debate com jovens sobre gênero e diversidade.” *Psicologia & Sociedade* 32: 1-16. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32i192744>
- Butler, Judith. 2017. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Trad. de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Butler, Judith. 2020. *Corpos que importam: Os limites discursivos do sexo*. Trad. de Veronica Daminelli e Daniel Y. Françoli. São Paulo : n-1 edições.
- Esteves, Mafalda, Ana Cristina Santos, & Alexandra Santos. 2021. “Zonas de liberdade LGBTI+? Práticas e gramáticas para uma intervenção profissional inclusiva com crianças e jovens LGBTI+.” *ex æquo* 44: 145-161. DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2021.44.10>
- Fernandes, Telmo, Inês Vázquez, & Jorge Gato. 2024. “Diversity through adversity: Adjustment profiles and protective factors of sexual and gender minority students in Portuguese schools.” *Children and Youth Services Review* 160: 107569. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2024.107569>
- Ferreira, Ana Filipa, & Zélia Caçador Anastácio. 2022. “Perceção da discriminação e saúde mental de jovens e adultos LGBTIQ+ e não LGBTIQ+.” *Revista INFAD de Psicologia / International Journal of Developmental and Educational Psychology* 1(1): 435-442. DOI: <https://doi.org/10.17060/ijodaep.2022.n1.v1.2401>
- Foucault, Michel. 1979. *Microfísica do poder*. Trad. de Roberto Machado. Lisboa: Graal.
- Foucault, Michel. 1994. *História da sexualidade – I: A vontade de saber*. Trad. de Pedro Tamen. Lisboa: Relógio d’Água.
- Foucault, Michel. 1997. *A ordem do discurso*. Trad. de Laura F. de Almeida Sampaio. Lisboa: Relógio d’Água.

- Foucault, Michel. 2021. *A arqueologia do saber*. Trad. de Miguel Serras Pereira. Lisboa: Edições 70.
- Lösch, Silmara, Carlos Alberto Rambo, & Jacques Lima Ferreira. 2024. "A pesquisa exploratória na abordagem qualitativa em educação." *Revista Ibero-americana de Estudos em Educação* 18: e023141. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v18i00.17958>
- Louro, Guacira Lopes. 2014. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes.
- Louro, Guacira Lopes. 2018. *Um corpo estranho: Ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Miskolci, Richard. 2009. "A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização." *Sociologias* 11(21): 150-182. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-4522009000100008>
- Novaes, Marcos Oliveira de. 2023. "A escola fora do armário: por uma pedagogia e um currículo queer." *Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade* 10(24): 265-277. DOI: <https://doi.org/10.55028/pdres.v10i24.17717>
- Oliveira, Wellington da Silva. 2020. "Minorias sexuais e de gênero: diversidade e adversidade." *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento* 04(02): 137-164. DOI: <https://doi.org/10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/psicologia/minorias-sexuais-e-de-genero>
- ONU – Organização das Nações Unidas. 2015. "Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 17 objetivos para transformar o nosso mundo." Disponível em <https://unric.org/pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/> [Acesso março 2024].
- Rabelo, Amanda Oliveira. 2010. "Contribuições dos estudos de gênero às investigações que enfocam a masculinidade." *ex aequo* 21: 161-176. DOI: <https://scielo.pt/pdf/aeq/n21/n21a12.pdf>
- República Portuguesa. 2018. "Resolução do Conselho de Ministros n.º 61 de 21 de maio de 2018: Aprova a Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030." *Diário da República* n.º 97/2018, Série I, de 2018-05-21.
- República Portuguesa. 2018. "Lei n.º 38 de 7 de agosto de 2018: Direito à autodeterminação da identidade de gênero e expressão de gênero e à proteção das características sexuais de cada pessoa." *Diário da República* n.º 151/2018, Série I, de 2018-08-07.
- República Portuguesa. 2019. "Lei n.º 58 de 8 de agosto de 2019: Assegura a execução do Regulamento (UE) 2016/679 relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação destes dados." *Diário da República* n.º 151/2019, Série I, de 2019-08-08.
- República Portuguesa. 2019. "Despacho n.º 7247 de 16 de agosto de 2019: Estabelece as medidas administrativas para implementação do previsto do n.º 1 do artigo 12.º da Lei n.º 38/2018 de 7 de agosto." *Diário da República* n.º 156/2019, Série II, de 2019-08-16.
- Resende, José Manuel. 2010. *A sociedade contra a Escola? A socialização política escolar num contexto de incerteza*. Lisboa: Edições Piaget.
- Resende, José Manuel, & David Beirante. 2018. "Educar a sexualidade a várias temperaturas na escola portuguesa." *ETD – Educação Temática Digital* 20(2): 391-412. DOI: <https://doi.org/10.20396/etd.v20i2.8650670>
- Saleiro, Sandra Palma. 2017. "Diversidade de gênero na infância e educação: contributos para uma escola sensível ao (trans)gênero." *ex aequo* 36: 149-165. DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2017.36.09>
- Santos, Ana Carolina F., Dália M. S. G. da Costa, & Margarida Queirós. 2023. "Mapeamento participativo das relações interseccionais de gênero em contexto escolar: a experiência

- de três escolas na cidade de Lisboa." *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia* 58(124): 151-167. DOI: <https://doi.org/10.18055/Finis33472>
- Santos, Hugo. 2019. "A evolução da diversidade sexual no currículo escolar português: da revolução dos cravos ao neoconservadorismo." *Currículo sem Fronteiras* 19(3): 944-963. DOI: <https://doi.org/10.35786/1645-1384.v19.n3.08>
- Santos, Hugo M., Sofia Marques da Silva, & Isabel Menezes. 2017. "Para uma visão complexa do bullying homofóbico: Desocultando o quotidiano da homofobia nas escolas." *ex aequo* 36: 117-132. DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2017.36.07>
- Santos, Wendel Souza. 2017. "Teoria queer e educação para uma abordagem não normalizadora." *Revista Sem Aspas* 6(2): 183-196. DOI: <https://doi.org/10.29373/semaspas.v6.n2.2017.8224>
- Silva, Isabel Soares, Ana Luísa Veloso, & José B. Keating. 2014. "Focus group: Considerações teóricas e metodológicas." *Revista Lusófona de Educação* 26: 175-190.
- Souza, Andréia de, & Giseli Monteiro Gagliotto. 2023. "Sexualidade e educação: o papel da escola frente a sexualidade do adolescente." *Faz Ciência* 25(42): 218-236. DOI: <https://doi.org/10.48075/rfc.v25i42.31081>
- União Europeia. 2016. "Título III – Igualdade: Artigo 21º – Não discriminação." *Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia*. Disponível em <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:12016P/TXT&from=EN> [Acesso abril 2024].
- União Europeia. 2016. "Regulamento (UE) 2016/679 relativo à proteção de pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação destes dados." Disponível em <https://eur-lex.europa.eu/PT/legal-content/summary/general-data-protection-regulation-gdpr.html> [Acesso fevereiro 2024].

Marcus Pereira Junior. Biólogo Professor. Biomédico. Mestre em Ciências. Psicólogo. Professor de Psicologia. Educador. Investigador. Foi por dez anos professor e laboratorista nas cadeiras de Ciências e Biologia em escolas públicas brasileiras. Atualmente doutorando em Educação na Universidade de Aveiro. Sempre esperançoso e, como Paulo Freire, acreditando que por meio da Educação é possível seguir transformando vivamente as sociedades.

Filomena Teixeira. Doutora em Didática. Professora Coordenadora na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Coimbra. Coordenadora do Mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico. Colaboradora no Centro de Investigação Didática e Tecnologia na Formação de Formadores (CIDTFF) da Universidade de Aveiro. Autora e coautora de diversas publicações, nomeadamente, no domínio Sexualidade, Género e Media na Formação de Professores.

Ana V. Rodrigues. Doutora em Didática e Formação. Professora Auxiliar no Departamento de Educação e Psicologia da Universidade de Aveiro. Membro do Centro de Investigação Didática e Tecnologia na Formação de Formadores e da Equipa de Inovação Curricular e Pedagógica da UA. Diretora do Mestrado em Educação Pré-escolar e Ensino no 1º CEB. Tem publicado e participado em investigações no âmbito da Formação de Professores e Didática das Ciências, inclusive sobre Sexualidade e Género.

Artigo recebido em 6 de maio de 2024 e aceite para publicação em 30 de julho de 2024.

Como citar este artigo:

[Segundo a norma Chicago]:

Pereira Junior, Marcus, Filomena Teixeira, & Ana V. Rodrigues. 2025. "Expressão de gênero e utilização de casas de banho e balneários escolares: percepções de estudantes de um curso de formação inicial de professoras/es." *ex æquo* 51: 81-97. DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2025.51.06>

[Segundo a norma APA adaptada]:

Pereira Junior, Marcus, Teixeira, Filomena, & Rodrigues, Ana V. (2025). Expressão de gênero e utilização de casas de banho e balneários escolares: percepções de estudantes de um curso de formação inicial de professoras/es. *ex æquo*, 51, 81-97. DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2025.51.06>



Este é um artigo de Acesso Livre distribuído nos termos da licença Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivs (<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>), que permite a reprodução e distribuição não comercial da obra, em qualquer suporte, desde que a obra original não seja alterada ou transformada de qualquer forma, e que a obra seja devidamente citada. Para reutilização comercial, por favor contactar: apem1991@gmail.com



Estudos e Ensaaios

LINGUAGEM SENSÍVEL AO GÊNERO – OU A LÍNGUA REINTERPRETADA

 Antónia Coutinho*

Resumo

Este artigo pretende estimular a reflexão linguística sobre linguagem sensível ao género, no contexto português e em diferentes epistemologias. Na primeira etapa, verifica-se se há razões linguísticas para o masculino genérico e a concordância nominal no masculino, discutindo descrições e explicações gramaticais de referência em Portugal. Segue-se uma descrição qualitativa de soluções alternativas em uso no português europeu contemporâneo. Por fim, em linha com uma linguística de base interacionista social, devedora de Saussure e Coseriu, perspectiva-se a língua na dialética que vai do social ao individual e do individual ao social – e na tensão entre a solidariedade com a técnica herdada, a sua reinterpretação e a iniciativa de recriação.

Palavras-chave: Masculino genérico, concordância nominal, alternativas em uso, interacionismo social, individual *vs* social.

Abstract

Gender-Gender-Sensitive Language – or the Language Reinterpreted

This article aims at stimulating linguistic reflection on gender-sensitive language in the Portuguese context, in different epistemologies. First, it examines whether there are linguistic reasons for generic masculine and noun agreement in the masculine, discussing reference grammatical explanations in Portugal. A qualitative description of alternative solutions in contemporary European Portuguese follows this. Finally, in line with socio-interactionist linguistics, indebted to Saussure and Coseriu, language is seen in the dialectical movement from the social to the individual and from the individual to the social – and in the tension between solidarity with the inherited technique, its reinterpretation and the initiative to recreate it.

Keywords: Generic masculine, noun agreement, alternatives in use, social interactionism, individual *vs* social.

* Centro de Linguística da Universidade NOVA de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa (CLUNL, NOVA FCSH), 1061-061 Lisboa, Portugal. Direção postal: Av. de Berna, 26-C, 1061-061 Lisboa, Portugal. Endereço eletrónico: acoutinho@fcs.unl.pt

Résumé

Langage sensible au genre – ou la langue réinterprétée

L'article se propose de stimuler la réflexion linguistique sur le langage sensible au genre, dans le contexte portugais, selon différentes épistémologies. D'abord, on vérifie s'il y a des raisons linguistiques pour le masculin générique et l'accord nominal au masculin, en discutant des explications grammaticales de référence au Portugal. Il s'en suit une description qualitative d'alternatives en portugais européen contemporain. Finalement, en ligne avec une linguistique interactionniste sociale, héritière de Saussure et de Coseriu, la langue est perçue dans un mouvement du social à l'individuel et de l'individuel au social – et dans la tension entre la solidarité avec la technique héritée, sa réinterprétation et l'initiative de récréation.

Mots-clés: Masculin générique, accord nominal, alternatives en utilisation, interactionnisme social, individuel *vs* social.

1. Introdução

Em Portugal, a comunidade linguística tem-se mantido alheada de questões de *linguagem sensível ao género* – expressão que decorre da definição estabelecida no Glossário do *European Institute for Gender Equality*¹ e foi preferida a *linguagem neutra, não sexista* ou *inclusiva* por se considerar captar a problemática em causa de forma mais direta e específica. Haverá razões várias para o alheamento referido. Mas uma das que certamente o determina passa pela predominância (frequentemente tácita) de uma linguística formal e inatista. A presente contribuição situa-se em contracorrente: assumindo-se na perspetiva de uma linguística de base interacionista social (Coutinho 2023), o principal objetivo será evidenciar algumas das implicações que daí podem decorrer, em termos de linguagem sensível ao género.

O artigo está estruturado em cinco partes. A seguir a esta introdução, procura-se indagar a suposta evidência associada ao uso do masculino genérico e da concordância nominal no masculino, através da leitura crítica de trabalhos clássicos em linguística e de gramáticas de referência, de épocas diferentes e com diferentes orientações. Na terceira parte, apresenta-se uma panorâmica de formas alternativas em uso no português europeu contemporâneo, que permitem constatar sinais de mudança. Das condições de mudança linguística se ocupa a quarta parte: retomando o enquadramento epistemológico interacionista social e os contributos de Saussure e de Coseriu, serão equacionadas perspetivas suscetíveis de contribuir para uma melhor compreensão da dialética entre o individual e o social, do ponto de vista de eventuais mudanças linguísticas. As notas conclusivas resumem o percurso realizado e apontam linhas de reflexão, para falantes e para linguistas.

¹ Cf. https://eige.europa.eu/publications-resources/thesaurus/terms/1354?language_content_entity=en. Note-se que a expressão é também usada em vários trabalhos da área, nomeadamente Sczesny, Formanowicz & Moser 2016.

2. Masculino genérico e algumas questões sobre concordância nominal

A justificação para o uso do masculino genérico costuma invocar o carácter não marcado do termo masculino. Mas, como assinala Lyons (1977, 305), a noção estrutural de termo marcado/não marcado, herdada da escola de Praga, abarca sentidos diferentes. Por um lado, trata-se de uma marcação formal, isto é, da presença ou ausência de um elemento que estabelece a oposição entre os termos de um par (como em *host/hostess* ou *lion/lioness*). Por outro, está em causa a relação entre marcação formal e distribuição: “o membro da oposição formalmente marcado tende a ser mais restrito em termos de distribuição (i.e. do leque de contextos em que ocorre) do que o termo formalmente não marcado” (Lyons 1977, 306)². Além disso, o autor sustenta que a marcação distribucional pode ser determinada pela marcação semântica, sublinhando que também este caso é independente da marcação formal: “Um lexema semanticamente marcado é um lexema mais específico, em termos de sentido, relativamente ao lexema correspondente, semanticamente não marcado” (Lyons 1977, 307)³. O alcance deste princípio fica mais evidente quando o autor discorre à frente sobre pares que dizem respeito a espécies animais: em pares em que um termo é semanticamente marcado e outro não, relativamente ao sexo dos animais, nem sempre o termo marcado corresponde ao termo disponível para o animal fêmea (como em *lion/lioness*):

A palavra ‘bull’ [touro] é marcada em relação a ‘cow’ [vaca], ‘cock’ [galo] (ou ‘rooster’ [capão]) em relação a ‘hen’ [galinha] e (para falantes que normalmente não usariam a palavra ‘ewe’ [ovelha]), ‘ram’ [carneiro] em relação a ‘sheep’ [ovelha]. A razão para tal parece ser o facto de os machos destas espécies serem normalmente mantidos pelos agricultores em menor número do que as fêmeas, e apenas para reprodução: o principal stock é de fêmeas e estas são tratadas pela estrutura lexical do inglês como a norma não marcada. (Lyons 1977, 308)⁴

Poder-se-ão discutir os exemplos, em inglês ou a propósito de eventuais correspondentes em português. Mas a questão decisiva, na argumentação de Lyons, é o facto de evidenciar que o critério de marcação semântica e de impacto distribucional pode ser condicionado por fatores contextuais e que não depende, em

² No original, “the formally marked member of the opposition tends to be more restricted in its distribution (i.e. in the range of contexts in which it occurs) than the formally unmarked member”.

³ No original, “A semantically marked lexeme is one that is more specific in sense than the corresponding semantically unmarked lexeme”.

⁴ No original, “The word ‘bull’ is marked in relation to ‘cow’, ‘cock’ (or ‘rooster’) in relation to ‘hen’ and (for those speakers who would not normally employ the word ‘ewe’) ‘ram’ in relation to ‘sheep’. The reason for this would seem to be that males of these species are normally kept in smaller numbers by farmers than females, and purely for breeding; the main stock is female, and this is treated by the lexical structure of English as the unmarked norm”.

si mesmo, de qualquer constrangimento estritamente linguístico. Neste sentido, parece difícil não reconhecer que a distribuição restrita dos pares do género feminino (*professora* ou *leitora*, por exemplo), relativamente aos pares ditos não marcados (*professor* ou *leitor*) é condicionada pela ideia de que o masculino se sobrepõe ao feminino – ou que o masculino precede o feminino, de acordo com uma conceção inequivocamente herdeira da visão judaico-cristã que faz a mulher surgir da costela de Adão⁵. Em última análise, reconhecer-se-á que essa distribuição está histórica e culturalmente associada a uma visão patriarcal e machista da sociedade. Note-se, a este propósito, a lucidez subtil de Óscar Lopes, na *Gramática Simbólica do Português*:

Esta ambiguidade de significados das formas do masculino (sobretudo do masculino plural), particularmente reforçada pela concordância sintáctica («homens e mulheres corajosos») é que, em morfologia do Português, torna aceitável que um nome seja nomeado (os nomes também se nomeiam, também podem ser objecto de designação), nas gramáticas e dicionários, pela forma do masculino singular. Diz-se «o substantivo professor»: tal forma masculina singular vale como forma genérica não-marcada. Daí o considerar-se tradicionalmente que o tema de formas flexionais como «aluno», «aluna», «alunos», «alunas», seja «aluno» e não «alun-». **São óbvias as razões históricas-sociais deste privilégio linguístico.** (Lopes 1972, 68, destaque meu)

Que não se sustente hoje (pelo menos abertamente) essa subalternidade não impede o facto de a linguagem reiterar o preconceito, perpetuando o apagamento e a invisibilidade do universo não masculino. É o que corrobora uma das conclusões mais significativas do estudo experimental de Matos (2020, 90), segundo a qual os masculinos genéricos são preferencialmente interpretados como específicos – mesmo que tenham sido intencionalmente produzidos como genéricos. Este fenómeno de enviesamento masculino tende a ver-se reduzido através da ocorrência explícita de nomes masculinos e femininos, verificando-se ser “particularmente eficaz quando o termo lexicalmente feminino estiver situado na periferia esquerda do sintagma nominal” (Matos 2020, 86).

Na sequência da passagem de Óscar Lopes atrás citada, importa também observar a concordância do adjetivo, quando envolve nomes de géneros diferentes – questão que se revela significativa quando se observam os pontos de vista assumidos em gramáticas de referência, de épocas diferentes e que se enquadram em perspetivas epistemológicas distintas, no contexto português.

Na *Grammatica Historica da Língua Portuguesa*, Said Ali elenca o que refere como “regras fundamentais” para os casos que oferecem dificuldade: uso do masculino,

⁵ Trata-se, na verdade, de uma das duas narrativas da criação no livro do Génesis – a do capítulo 2 que, segundo Pintasilgo (1981, 95) “foi escrita antes da narrativa do cap. 1 (entre os séculos X e IX A.C.) e que é rica em acontecimentos comuns às culturas e às cosmogonias do Médio Oriente”. A primeira narrativa – que, segundo a mesma autora, foi escrita por volta do século IV A. C. – coloca em pé de igualdade a mulher e o homem.

quando há uma ocorrência de género feminino e outra de género masculino; e uso do plural, quando há uma coocorrência no singular e outra no plural (Said Ali 1931, 63). Mas o mais relevante é o autor relativizar o alcance das referidas regras: “Estas regras dão ideia da pratica, da concordancia em traços muito geraes. Não se applicam a todos os casos, e, quando aproveitaveis, não podem ter a pretenção de valerem sempre com rigor proprio das formulas mathematicas” (Said Ali 1931, 63).

O autor também evidencia a mudança a que o uso sujeita a relativa estabilização, numa dada época (Said Ali 1931, 87). Curiosamente, o caso que aponta como tendendo a entrar em desuso (a concordância, no singular, com o género do último nome, quando estão em causa nomes de géneros diferentes, no singular) é visto como mais comum por Cunha e Cintra (1984, 274) – que consideram como “mais rara”, nesses casos, a concordância que leva o adjetivo para o masculino plural. De resto, a concordância em género com o nome mais próximo é identificada por estes autores como mais comum nos casos de concordância do adjetivo com nomes de géneros diferentes e do singular, por um lado, e com nomes de géneros diferentes e do plural, por outro (Cunha & Cintra 1984, 274). E ainda que assinalem como mais comum a concordância no masculino plural, quando estão em causa nomes de géneros e números diferentes, a concordância em género com o nome mais próximo continua a ser reconhecida como uma possibilidade “que não é rara quando o último substantivo é um feminino plural” (Cunha & Cintra 1984, 275).

No volume III da *Gramática do Português*, Raposo e Brito (2020, 2508) acusam Cunha e Cintra de não fundamentarem a forma como identificam casos mais ou menos frequentes, nas situações atrás descritas. A pertinência desta crítica não afeta um contributo fundamental, do ponto de vista da questão orientadora do presente trabalho. Trata-se da recomendação com que os autores criticados concluem a secção em causa, evidenciando que à prática comum (ou regra geral) se sobrepõem critérios de não ambiguidade e de clareza:

Quando está em concordância apenas com o substantivo mais próximo, o adjectivo nem sempre caracteriza de forma precisa o substantivo dele distanciado. Por isso, em todas as hipóteses mencionadas, pode-se e deve-se, caso a concordância origine qualquer dúvida, repetir o adjectivo para cada um dos substantivos. (Cunha & Cintra 1984, 275)

Esta flexibilidade desaparece do capítulo da *Gramática da Língua Portuguesa* sobre categorias sintáticas: “Se todos os Ns tiverem os mesmos valores de masculino e feminino, o adjectivo concorda com o N quanto ao género, como em (4a); se houver pelo menos um N do género masculino, este determina a concordância do adjectivo” (Brito 2003, 330). Pelo contrário, e independentemente da crítica atrás referida, as duas generalizações apontadas por Raposo e Brito (2020) não divergem, em linhas gerais, da descrição de Cunha e Cintra (1984): a generalização A diz que o adjectivo pode concordar em género e número com o nome mais próximo;

de acordo com a generalização B, há concordância com o género comum quando os dois nomes são do mesmo género; e concordância no masculino, quando o género dos dois nomes é diferente. As generalizações não trazem novidade, mas interessa ver reconhecida a ausência de explicação formal para os fenómenos em análise: “Uma questão que se coloca é a de explicar estruturalmente qual poderá ser a fundamentação gramatical subjacente às duas generalizações. Reconhecendo que há algo de especulativo nos comentários que seguem, poder-se-ia propor o seguinte [...]” (Raposo & Brito 2020, 2509). E o que se segue limita-se a reiterar o critério de não marcação: “quando o género dos nomes é distinto, a concordância no masculino deve-se ao carácter não marcado do valor masculino para a categoria do género em português” (*ibid.*, 2509).

Em síntese:

- I. é o carácter não marcado do nome masculino que aparece como justificação para o uso do masculino genérico e para a concordância nominal no masculino plural, com nomes de géneros diferentes;
- II. a oposição semântica marcado/não marcado não implica, no entanto, que o termo marcado seja sempre, necessariamente, o masculino, estando a outra possibilidade, ainda que menos frequente, dependente de fatores contextuais;
- III. na gramática histórica de Said Ali (1931), as regras gerais sobre concordância são claramente perspectivadas como flexíveis (por darem conta de práticas, sujeitas a alteração);
- IV. a vantagem da repetição, em alternativa ao masculino genérico, como estratégia de clareza e de não ambiguidade, é perspectivada em contextos significativamente diferentes: numa gramática de referência (Cunha & Cintra 1984), ainda que considerada hoje normativa⁶; e no contexto de um estudo experimental (Matos 2020);
- V. nos contributos incluídos em gramáticas de referência tidas como descritivas e explicativas (Brito 2003; Raposo & Brito 2020) há ausência de observações de natureza comunicacional, textual ou estilística, pelo menos no que diz respeito ao tópico em análise, e impera como critério (praticamente inflexível) o carácter não marcado das formas masculinas.

Pode assim dizer-se que, ainda que se faça crer que o uso do masculino genérico e a concordância no masculino correspondem a regras inquestionáveis, essa inflexibilidade é, afinal, uma representação gramatical relativamente recente, veiculada por gramáticas com orientação generativista (ainda que nem sempre explicitamente assumida).

⁶ Na medida em que recorre a produções literárias para atestar os exemplos de “linguagem culta”, como os autores referem no prefácio – ainda que afirmem recorrer também a “factos da linguagem coloquial” (Cunha & Cintra 1984, XIV).

3. Alternativas em uso

Em contraponto à panorâmica atrás apresentada, importa ver que soluções alternativas estão em uso. Não se trata de uma abordagem sustentada pela bibliografia já disponível sobre as possibilidades de linguagem sensível ao gênero ou de escrita inclusiva (por exemplo, Abbou 2019). Tendo em conta, em particular, a invisibilidade desta questão no panorama linguístico português (Coutinho 2021), pretende-se antes verificar que soluções ou estratégias se podem encontrar atualmente em uso no português europeu.

Assumindo uma perspetiva qualitativa e interpretativa, evidenciam-se casos que se apresentam como significativos, por razões várias: por oscilarem entre o caráter paritário e uma dimensão mais amplamente inclusiva; por sugerirem tendências em curso ou por parecerem residuais; por corresponderem a decisões tão determinadas quanto discutíveis ou por evidenciarem instabilidade e flutuação; por não terem hipótese de serem integradas no sistema da língua ou por se apresentarem como alterações forçadas ao sistema da língua.

Assim, a observação empírica mostra uma tendência crescente para o recurso à explicitação das formas de feminino e de masculino em fórmulas de abertura, nomeadamente em programas de televisão e de rádio e em discursos político-partidários. Podem atestar essa tendência as aberturas dos discursos na noite das eleições legislativas de 2024, em Portugal, a seguir reproduzidas⁷:

Luís Montenegro (AD): Obrigado a todas e a todos. Permitam-me que comece por endereçar um cumprimento muito especial a todas e a todos os portugueses.

Paulo Raimundo (CDU): “Caros camaradas, caros amigos, senhoras e senhores jornalistas, [...]”

Pedro Nuno Santos (PS): Boa noite a todas e a todos. Boa noite aos portugueses que nos acompanham ainda. E eu queria, aliás, começar por agradecer a participação de todos os portugueses neste ato eleitoral [...].

Mariana Mortágua (BE): Obrigada pela vossa energia. Esta sala cheia é o reflexo da campanha que fizemos. Foi uma grande campanha, com muita energia. E aqui estamos. Aqui estamos, todas e todos.

Os casos apontados permitem dizer que não se trata de uma tendência confinada a uma opção ideológica de esquerda (apesar de André Ventura, do partido de extrema-direita Chega, se apresentar em contracorrente: “Meus caros, muito boa

⁷ Trata-se de transcrições a partir de “Discursos na noite das eleições – Legislativas de 2024” (cf. <https://www.youtube.com/watch?v=eZUC9zyvtWw&list=PLczfMnohwqhpC2hU1mwCh1rk-QPugyXQWx>). Seguiu-se a ordem de apresentação dos discursos no *YouTube* e, dados os propósitos do presente trabalho, não se considerou necessário recorrer a critérios específicos de transcrição.

noite a todos”)⁸. Correspondendo provavelmente à solução mais fácil e evidente, a coocorrências das duas formas é fundamentalmente paritária, ou insuficientemente inclusiva, deixando de fora as pessoas LGBTQIA+. Ainda assim, e sem pôr em causa um horizonte plenamente inclusivo, pode ser pertinente perguntar até que ponto soluções de natureza paritária continuam a ter uma função a cumprir, do ponto de vista da luta feminista (Abbou 2019); ou, se preferirmos, no sentido de refazer o histórico apagamento das mulheres e viabilizar a novidade subversiva que pode emergir da “experiência vivida por uma metade da humanidade que se tornou solidária através da consciência da sua opressão” (Pintasilgo 1981, 67).

Outras tendências são facilmente reconhecidas. O símbolo arroba aparece em textos mais ou menos informais: uma pesquisa *Google* associa imediatamente a expressão “Car@s colegas” a usos nas redes sociais (nomeadamente, *Instagram* da Associação Portuguesa de Antropologia e *Instagram* da Associação de Estudantes da Escola Superior de Enfermagem de Coimbra, *Facebook* do Sindicato dos Maquinistas, *LinkedIn* do Núcleo de Estudantes de Ciência Política da Universidade do Minho). Parênteses e barras tendem a ocorrer em textos de carácter administrativo ou institucional: é o caso, por exemplo, da mensagem do Diretor da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal, no Guia do Estudante da ESE – 2023/2024, pág. 4⁹.

O carácter não sistemático destas soluções pode verificar-se no interior de um mesmo texto – como evidencia um documento publicado em linha pela Direção Geral de Educação, sobre a ação de formação “No teu corpo mandas tu”¹⁰. Num texto relativamente curto, coocorrem as seguintes expressões (aqui numeradas segundo a ordem de ocorrência):

1. Capacitar docentes [...];
2. [...] para que os docentes saibam: [...];
3. Destinatários: Educadores de Infância e Professores dos Ensinos Básico, Secundário e de Educação Especial;
4. 1 docente por Agrupamento de Escolas;
5. [...] a seleção priorizará um/a docente por escola e os/as docentes que se inscreveram nas turmas anteriores e faltaram sem cancelar a inscrição serão considerados apenas em caso de vaga.

Uma análise rápida evidencia a ausência de regularidade relativamente a soluções linguísticas sensíveis ao género – embora seja inequívoca essa preocu-

⁸ Os vídeos dos discursos de Nuno Melo (CDS/AD), Rui Rocha (IL) e Rui Tavares (Livre) não mostram as sequências de abertura.

⁹ Cf. http://www.si.ips.pt/ese_si/web_gessi_docs.download_file?p_name=F1_792313437/Guia_ESE2.pdf

¹⁰ Cf. <https://www.dge.mec.pt/noticias/4-edicao-afcd-no-teu-corpo-mandas-tu-educar-para-cidadania-com-afetos-e-sem-abusos>

pação. A irregularidade pode associar-se a uma decisão política de “praticar o tumulto” (Abbou 2019, 237). Mas não pode deixar de estar relacionada, também, com a experimentação que decorre do que sai da norma. Assim, os casos 2 e 3 apresentam-se como convencionais, usando formas de masculino genérico (apesar de a ocorrência de “docentes”, onde poderia ter ocorrido “professores”, sugira a consciência do impacto das escolhas lexicais); os casos 1 e 4 parecem traduzir um esforço de resistência ao masculino genérico (seria possível, e talvez mesmo previsível, a ocorrência do determinante – “Capacitar os docentes” em vez de “Capacitar docentes”; e o facto de o numeral não ocorrer por extenso, em 4, pode eventualmente corresponder a uma tentativa de criar, através da imagem do número, um efeito de neutralidade visual que a explicitação do numeral determinante numeral cardinal não poderia veicular); o caso 5 mostra soluções paritárias, com recurso a barras, mas evidencia também a dificuldade de coesão referencial (a concordância com o sujeito gramatical faz-se apenas no masculino, apesar de o determinante feminino ocorrer à direita). Pode considerar-se que as oscilações apontadas, ou algumas delas, sugerem um outro problema: falta de revisão do texto.

Seja como for, sobre as estratégias de que estamos a falar – barras, parêntesis e arroba – pesa uma limitação intransponível: são recursos de natureza semiótica (como tal, produtores de sentido), mas que não funcionam na oralidade (é impossível dizer em simultâneo os efeitos de sentido que são visualmente disponibilizados, nesses casos). Ainda que possam ter um papel na perspectiva de uma escrita mais inclusiva, não poderão impor-se como recursos propriamente linguísticos, uma vez que não cumprem uma propriedade característica dos signos linguísticos (a linearidade). A utilização de X mantém-se no mesmo âmbito restrito da escrita – evidenciando-se ainda, neste caso, a impossibilidade fonológica em português, pela inexistência de um núcleo silábico vocálico (em termos simples: ‘alunXs’ é impronunciável, em português europeu). Esta restrição não se verifica no caso da solução com E ou -e, a favor da qual se poderá invocar a existência, no sistema do português tal como o conhecemos, de nomes com índice temático (que, como atrás se viu, pode acumular o valor de género) em -e. Este argumento não será suficiente, por si só, para justificar uma alteração tão invasiva relativamente às formas lexicais com índice temático em -a e -o. Acresce que esta estratégia faz parte de uma solução mais ampla – a do chamado sistema gramatical neutro ELU, que promove a introdução (no sentido de criação deliberada) de uma forma pronominal neutra (elu/elus ou ile/iles). Estes últimos casos – neutralização de marca de género com recurso a E ou -e e utilização de pronomes neutros, que o sistema do português contemporâneo não inclui – são estratégias claramente mais inclusivas, por resistirem a uma conceção binária de género, e também mais ousadas, por implicarem decisão de intervenção premeditada sobre a estrutura da língua. Sem qualquer abordagem estatística, pode considerar-se que estes usos têm uma circulação restrita no português europeu, aparecendo associados a tomadas de posição ideologicamente fortes. É o caso, por exemplo, da rede Ex Aequo, associação “de

jovens lésbicas, gays, bissexuais, trans, intersexo e apoiantes com idades entre os 16 e os 30 anos em Portugal”, em cujo sítio *web* se pode ler: “Vem conviver com outros jovens LGBTI” ou “Mantém-te atento às redes sociais online da rede *ex aequo*”¹¹. Importa destacar, no entanto, um caso recente de uso do sistema gramatical neutro, com um impacto considerável: trata-se de um livro de histórias para crianças, contadas em verso, que abordam temáticas várias, numa perspetiva de diversidade e inclusão. Intitulado *No meu bairro*, com autoria de Lúcia Vicente e ilustrações de Tiago M., o livro, publicado em 2023 pela Penguin Random House Grupo Editorial, com o apoio da CIG e da Amplos, usa o sistema gramatical neutro. Tendo sido alvo de uma forte contestação por parte de movimentos de extrema-direita, que invadiram o espaço de lançamento do livro, a primeira edição esgotou rapidamente. Este facto não significa adesão ao sistema gramatical neutro, que ficou certamente exposto a um círculo mais alargado do que o habitual – a incluir, com certeza, público infantil. Importa sublinhar a abertura da editora, ao aceitar esta publicação com sistema gramatical neutro, bem como a solidariedade ativa da Fundação José Saramago – que, depois do incidente referido, ofereceu as suas próprias instalações para um segundo lançamento.

Os casos observados são suficientes para evidenciar que qualquer coisa está a mexer nos usos linguísticos do português europeu, do ponto de vista da sensibilidade à questão de género: estejam em causa usos com tendência para alguma generalização ou que parecem associados a segmentos sociais específicos, por um lado, e usos mais ou menos instáveis e não regulares ou fortemente intrusivos relativamente à estrutura da língua, por outro, a questão está socialmente instalada – independentemente do silêncio ou da resistência da comunidade científica (linguística) em Portugal.

4. Quem (e como) muda a língua?

A resistência da comunidade científica portuguesa relativamente às questões de linguagem sensível ao género deve-se, em larga medida, à convicção de que a língua não é nem deixa de ser, em si mesma, sexista. Este ponto de vista, largamente consensual, ilude, no entanto, uma questão de fundo: diferentes opções epistemológicas sobre a natureza da linguagem humana podem determinar a forma como se encara a mudança.

Numa conceção biologizante e inatista da linguagem, a sobredeterminação das estruturas cognitivas vai de par com a universalidade das estruturas linguísticas e ambas determinam que a linguagem seja processada generativamente (à semelhança de um computador)¹². Nesta perspetiva generativista, é central a

¹¹ Cf. <https://rea.pt/>

¹² Ironias várias: a conceção generativa conduziu à conceção de ferramentas generativas de produção de texto por Inteligência Artificial (como o *ChatGPT*, entre outras); e Noam Chomsky, o

noção de *gramática universal* – concebida “como um órgão biológico” e “entendida como a soma dos princípios linguísticos geneticamente determinados específicos à espécie humana e uniformes através da espécie” (Raposo 1992, 45-46). Ainda assim, o reconhecimento de fenómenos de variação acarreta uma tensão entre descrição e explicação, como mostra Raposo (1992, 48): “A arte reside pois em chegar a um equilíbrio exacto entre estes dois pólos, ou seja, a um sistema ao mesmo tempo suficientemente flexível para permitir a variação linguística mas suficientemente restringido para explicar a rigidez final do sistema de conhecimentos adquiridos”. Este esforço de equilíbrio parece não incluir a possibilidade de variação ou mudança relativamente à questão de que nos ocupamos – como evidencia a análise atrás desenvolvida.

Por sua vez, a epistemologia interacionista social não dispensa os adquiridos da história social coletiva (e os contributos do marxismo filosófico)¹³: se é verdade que a possibilidade da fala depende das condições biológicas, estabilizadas no processo de hominização, a especificidade da espécie humana, no que diz respeito à linguagem, está associada a um salto qualitativo, do plano biológico para o histórico-social, em termos filogenéticos e ontogenéticos. Neste sentido, o desenvolvimento da linguagem é, na espécie humana, condição de consciência e de desenvolvimento das funções psíquicas superiores (ou de desenvolvimento cognitivo, se preferirmos). Isto implica também o primado dos textos e dos discursos, enquanto interações comunicativas através das quais cada falante se apropria da língua, mas também a repõe em uso (consoante as fases etárias e de desenvolvimento e as circunstâncias comunicativas). Trata-se, em última análise, de uma relação dialética: o carácter social da língua sobrepõe-se ao individual, na medida em que cada pessoa se apropria de um produto histórico – “uma técnica determinada e condicionada historicamente”, como dirá Coseriu (1987, 19); mas as circunstâncias individuais de uso da língua podem suscitar usos diferenciados, que não têm, só por si, estatuto de facto linguístico. Para que tal aconteça, é necessário que a diferença se repita de forma continuada (em usos particulares) e se instale nos usos generalizados da comunidade falante. Saussure é absolutamente claro em relação a estes aspetos:

Se tudo o que se produz de novo foi criado por ocasião do discurso é dizer ao mesmo tempo que é do lado social da linguagem que tudo se passa. Por outro <lado> bastará tomar a soma dos tesouros de língua individuais para ter a língua. Com efeito tudo o que se considera na esfera interior do indivíduo é sempre social porque nada aí pene-

linguista responsável pela versão moderna desta conceção cognitivista da linguagem (a linguística generativa), demarca-se hoje, de forma inequívoca, da suposta evolução das ferramentas de IA, acusando-a de ser uma grave ameaça ao pensamento crítico (cf. <https://www.nytimes.com/2023/03/08/opinion/noam-chomsky-chatgpt-ai.html> ou <https://www.publico.pt/2023/04/28/culturaipilon/entrevista/noam-chomsky-inteligencia-artificial-ataque-radical-pensamento-critico-2047342>).

¹³ Cf. Bronckart 2010, 17.

trou que <não seja> primeiro <consagrado pelo uso> de todos na esfera exterior da fala. (Saussure 1996, 66; sublinhado no original)¹⁴

Formas, gramática não existem senão socialmente, mas as mudanças partem de um indivíduo. As mudanças, de individuais, tornam-se sociais. (Saussure 1957, 9)¹⁵

Nesta dialética (do social ao individual, e inversamente) fica em jogo outra dualidade constitutiva da língua – “ao mesmo tempo muito fixa e muito mutável” (Saussure 1957, 1)¹⁶. A mudança não resulta nunca, linearmente, da mera iniciativa individual. No entanto, isso não invalida a possibilidade de intervenção sobre a língua, que se apresenta a cada falante como um produto recebido, mas cuja natureza é a de uma atividade: *ergon* versus *energeia*, como, retomando Humboldt, explicará mais tarde Coseriu (1987, 22). Que elementos do complexo pensamento saussuriano podem ainda ajudar a equacionar esta problemática?

Por um lado, Saussure rejeita a ideia de uma reflexão premeditada que conduza à criação de novas formas, fazendo antes valer a criação improvisada, em resposta às solicitações da fala:

Os factos linguísticos podem passar por ser o resultado de atos da nossa vontade? [...]; ora, de todos os atos que se poderiam colocar em paralelo, o ato linguístico, se posso nomeá-lo assim, tem este caráter [de ser] o menos refletido, o menos premeditado, ao mesmo tempo que o mais impessoal de todos. (2002, 150)¹⁷

A nova forma <eu acho> não se cria numa assembleia de académicos a discutir sobre o dicionário. Para que esta forma penetre na língua é preciso que 1. alguém a tenha improvisado e 2. improvisado por ocasião da fala, do discurso, e <é> o mesmo para todos aqueles que depois se deparam com isso. (Saussure 1996, 65)¹⁸

¹⁴ No original, « Si tout ce qui se produit de nouveau s’est créé à l’occasion du discours c’est dire en même temps que c’est du côté social du langage que tout se passe. D’autre <part> il suffira de prendre la somme des trésors de langue individuels pour avoir la langue. Tout ce que l’on considère en effet dans la sphère intérieure de l’individu est toujours social parce que rien n’y a pénétré qui <ne soit> d’abord <consacré par l’usage> de tous dans la sphère extérieure de la parole ». Nesta citação, como nas seguintes, respeitam-se as opções editoriais (em particular, relativamente ao uso dos sinais <>).

¹⁵ No original, « Formes, grammaire n’existent que socialement, mais les changements partent d’un individu. Les changements, d’individuels, deviennent sociaux ».

¹⁶ No original, « à la fois très fixe et très changeante ».

¹⁷ No original, « Les faits linguistiques peuvent-ils passer pour être le résultat d’actes de notre volonté? [...] ; or, de tous les actes qu’on pourrait mettre en parallèle, l’acte linguistique, si je puis le nommer ainsi, a ce caractère [d’être] le moins réfléchi, le moins prémédité, en même temps que le plus impersonnel de tous ».

¹⁸ No original, « La nouvelle forme <je trouve> ne se crée pas dans une assemblée de savants discutant sur le dictionnaire. Pour que cette forme pénètre dans la langue il faut que 1. quelqu’un l’ait improvisée et 2. improvisée à l’occasion de la parole, du discours, et il en <est> de même pour tous ceux qui sont tombés ensuite dessus ».

Que uma nova forma não seja criada numa assembleia de linguistas permanece consensual; mas que determinada instância possa, em determinado momento, reconhecer novas formas que o uso generalizou também parece normal – independentemente da polémica que acompanhe esse reconhecimento. Por outro lado, a ausência de premeditação relativamente a novas formas pode tornar-se menos evidente se se considerarem as necessidades do discurso ou o paralelismo com a criação literária, como adiante se verá. Além disso, Saussure insiste fortemente sobre o caráter natural da atividade criadora, entendida como atividade combinatória de recursos (internamente) disponíveis:

Qual é o valor dessas análises feitas pelos próprios sujeitos, para as criações novas? Lembremos que <em linguística> quando se fala de criação não se trata de criação ex nihilo: [...]. A atividade criadora não será mais do que uma atividade combinatória, é a criação de novas combinações. Mas uma combinação <feita> com que materiais? Não são dados pelo exterior, é necessário que a língua os retire de si própria, por isso era necessário o primeiro ato de análise: <a língua> passa o tempo a interpretar e a decompor o que está nela, da contribuição das gerações precedentes – é essa a sua mina! – para em seguida com as subunidades que obteve combinar novas construções. (Saussure 1996, 90)¹⁹

Associa-se a possibilidade de “novas criações” sobretudo a fenómenos lexicais. Mas será verdadeiramente uma inevitabilidade? Algumas passagens de Saussure sugerem que a relação de cada geração com a língua que herda é alheia à história (da língua): “A língua pode ser considerada como interpretada em cada momento pela geração falante que a recebeu. Cada geração não a interpreta como a precedente: os meios para compreender a língua já não são os mesmos” (Saussure 1997, 59, *apud* Bronckart 2008, 28)²⁰. Parece assim abrir-se espaço para instabilidades (a configurarem-se, ou não, como mudanças) que uma visão linguisticamente informada não colocaria – mas que podem corresponder ao movimento de autoequilíbrio para que a língua, tal como interpretada numa dada época, permaneça funcional, ou funcionalmente concordante. Será levar demasiado longe esta definição de Saussure (2002, 129): “A língua é o conjunto

¹⁹ No original, « Quelle est la valeur de ces analyses faites par les sujets eux-mêmes, pour les créations nouvelles? Rappelons <qu'en linguistique> quand on parle de création il ne s'agit pas de création ex nihilo: [...]. L'activité créatrice ne sera qu'une activité combinatoire, c'est la création de nouvelles combinaisons. Mais une combinaison <faite> avec quels matériaux? Ils ne sont pas donnés de l'extérieur, il faut que la langue les puise en elle-même, c'est pourquoi il fallait le premier acte de l'analyse: <la langue> passe son temps à interpréter et à décomposer ce qui est en elle, de l'apport des générations précédentes – c'est là sa carrière! – pour ensuite avec les sous-unités qu'elle a obtenues combiner de nouvelles constructions ».

²⁰ No original, « La langue peut être considérée comme interprétée à chaque moment par la génération parlante qui l'a reçue. Chaque génération ne l'interprète pas comme la précédente: les moyens pour comprendre la langue ne sont plus les mêmes ».

das formas concordantes que este fenómeno assume numa coletividade de indivíduos e numa dada época”²¹

Importa lembrar a importância da analogia como “princípio geral das criações da língua” (Saussure 1996, 63). Salientem-se três aspetos: que as criações analógicas são entendidas propriamente como criações ou inovações (e não transformações); que o autor reitera, especificamente a este propósito, a ausência de intenção da parte de quem fala; e que aproxima a criação analógica da criação literária (porque nos dois casos o processo não surge do nada, mas recorre a elementos que já existem). O último aspeto referido parece poder relativizar a ausência de intencionalidade anteriormente apontada. Ainda que a questão permaneça em aberto, não se pode deixar de reconhecer que os processos mais ousados ou intrusivos, referidos na secção anterior, parecem ser (apenas) isso: criações (ou inovações) analógicas. Será levar demasiado longe o pensamento de Saussure? Talvez não:

Não devemos <portanto> ver no fenómeno analógico senão criações, inovações (coisas que se criam de novo), criações, não do nada, mas <em que> todos os elementos são dados como em toda a criação literária, artística. <Num> sentido <portanto, apenas num,> os fenómenos analógicos podem chamar-se mudanças, é se se <fala> do conjunto da língua, <da> totalidade do tesouro da língua. Do ponto de vista geral da língua, as criações analógicas levam <de facto> a uma mudança: alguma coisa é criada e alguma coisa é abandonada. <Neste caso, quando> se fala da evolução da língua pode-se dizer que o fenómeno analógico é uma força transformadora da língua, se bem que as criações analógicas não sejam transformações! (Saussure 1996, 63)²²

5. Conclusão (impossível) sobre o devir da língua

O percurso que aqui se fecha permite algumas conclusões: a suposta obrigatoriedade de uso de masculino genérico e de concordância com o masculino não se impõe como um facto propriamente linguístico; as gramáticas lidam de forma diferente com esta questão, verificando-se maior inflexibilidade nas que

²¹ No original, « La langue est l'ensemble des formes concordantes que prend ce phénomène chez une collectivité d'individus et à une époque déterminée ».

²² No original, « Nous ne devons <donc> voir dans le phénomène analogique que des créations, que des innovations (des choses qui se créent à nouveau), créations, non pas du néant, mais <dont> tous les éléments sont donnés comme dans toute création littéraire, artistique. <En un> sens <pourtant, en un seul,> les phénomènes analogiques peuvent recevoir le nom de changements, c'est si l'on <parle de> l'ensemble de la langue, <de> la totalité du trésor de la langue. Au point de vue général de la langue, les créations analogiques entraînent <en effet> un changement: quelque chose est créé et quelque chose est abandonnée. <Dans ce cas, quand> on parle de l'évolution de la langue on peut dire que le phénomène analogique est une force transformatrice de la langue, bien que les créations analogiques ne soient pas des transformations ! ».

adotam – ainda que nem sempre explicitamente – uma orientação generativista; a observação empírica dá conta da procura de soluções alternativas, mais ou menos pontuais e flutuantes, por vezes sem caráter linguístico; a revisitação de autores que se reconhece hoje terem contribuído para uma epistemologia interacionista social, como Saussure e Coseriu²³, evidencia a complexidade do funcionamento da língua, enfatiza a tensão entre o social e o individual, mostra a importância da reinterpretação que cada geração faz da língua, enquanto produto herdado, e a possibilidade de novas formas, resultantes de uma atividade criadora, que combina os seus próprios recursos.

Acrescentem-se ainda duas linhas de reflexão. A primeira tem a ver com a margem de decisão sobre as escolhas – conservadoras ou inovadoras – que recaem sobre quem usa a língua:

A tensão dialética entre o antigo e o novo corresponde ao facto de a língua se constituir pela mudança linguística, quer dizer pelo processo da objetivação histórica do que é criado individualmente (pelo indivíduo). Também aqui, de resto, o sujeito falante manifesta pela seleção a sua alteridade, quer dizer a sua solidariedade com o passado ou com as forças conservadoras ou, inversamente, com as forças inovadoras que participam na criação da língua. (Coseriu 2010, 70)²⁴

A outra perspetiva o trabalho em linguística: não se trata de negar esta solução ou de promover uma outra, mas sim de descrever o que se passa e, se possível, contribuir para uma compreensão informada sobre as alternativas que vão sendo experimentadas (Coutinho, Diewald & Muelas-Gil 2024).

Mais não se poderá com certeza concluir. E a razão é simples: “É por princípio impossível que um estudo sincrónico da língua faça justiça à língua enquanto possibilidade e, portanto, enquanto devir” (Coseriu 2010, 71).²⁵

Agradecimentos

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UID/03213 – Centro de Linguística da Universidade NOVA de Lisboa (CLUNL).

²³ Veja-se Bronckart 2008 e Coutinho 2023.

²⁴ No original, « La tension dialectique entre l’ancien et le nouveau correspond au fait que la langue se constitue par le changement linguistique, c’est-à-dire par le processus de l’objectivation historique de ce qui est créé individuellement (par l’individu). Ici aussi, du reste, le sujet parlant manifeste par la sélection son altérité, c’est-à-dire sa solidarité avec le passé ou avec les forces conservatrices ou, à l’inverse, avec les forces innovatrices qui participent à la création de la langue ».

²⁵ No original, « Il est par principe impossible qu’une étude synchronique de la langue rende justice à la langue en tant que possibilité et, donc, en tant que devenir ».

Conflito de interesses

Não existem quaisquer conflitos de interesse.

Referências bibliográficas

- Abbou, Julie. 2019. « La langue est-elle toujours un lieu de lutte féministe? De la contrefaçao sémiotique à la libéralisation. » *Recherches féministes* 32(2): 235–258. DOI: <https://doi.org/10.7202/1068348ar>
- Brito, Ana Maria. 2003. “Categorias sintáticas.” In *Gramática da Língua Portuguesa*, organizada por Maria Helena Mira Mateus, et al., 323-432. Lisboa: Caminho.
- Bronckart, Jean-Paul. 2008. « Genres de Textes, Types de Discours, et « degrés » de Langue. » *Texto ! Textes et Cultures* 13(1). URL: <https://archive-ouverte.unige.ch/unige:37287>
- Bronckart, Jean-Paul. 2010. « La vie des signes en questions: des textes aux langues et retour. » In *Textos Seleccionados do XXV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, 11-41. Porto: APL. URL: <https://archive-ouverte.unige.ch/unige:37532>
- Coseriu, Eugenio. 1987. *O homem e sua linguagem*. 2ª ed. Traduzido por Carlos Alberto da Fonseca & Mário Ferreira. Rio de Janeiro: Presença.
- Coseriu, Eugenio. 2010. « Du primat de l’histoire. » *Energeia* II: 56–72. DOI: <https://doi.org/10.55245/energeia.2010.004>
- Coutinho, Antónia. 2021. “Identidades textuais, linguagem inclusiva e (re)formulação.” In *Reformular, une question de genres? | Reformular, uma questão de géneros?*, editado por Driss Ablali, Matilde Gonçalves, & Fátima Silva, 51-65. Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus. URL: <http://hdl.handle.net/10362/140042>
- Coutinho, Antónia. 2023. *Linguística do texto e do discurso*. V.N. Famalicão: Húmus.
- Coutinho, Antónia, Gabriele Diewald, & María Muelas-Gil. 2024. “Introduction – Gender and Language: Perspectives and Challenges.” *ex æquo* 49: 11-17. DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2024.49.02>
- Cunha, Celso, & Luís Filipe Lindley Cintra. 1984. *Nova gramática do português contemporâneo*. Lisboa: Edições João Sá da Costa.
- Lopes, Óscar. 1972. *Gramática simbólica do português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Lyons, John. 1977. *Semantics 1*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Matos, João. 2020. “Poderá uma língua natural ser sexista? Avaliação do impacto de informação gramatical e de estereótipos de género na compreensão de enunciados com sujeitos masculinos genéricos em Português Europeu.” Dissertação de Mestrado em Ciências da Linguagem, NOVA FCSH. URL: <http://hdl.handle.net/10362/110814>
- Pintasilgo, Maria de Lourdes. 1981. *Os novos feminismos*. Lisboa: Moraes Editores.
- Raposo, Eduardo Buzaglo Paiva, & Ana Maria Brito. 2020. “Concordância nominal.” In *Gramática do Português*, organizado por Eduardo B. P. Raposo, et al., 2499-2509. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Said Ali, Manuel. 1931. *Grammatica Historica da Língua Portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos.
- Saussure, Ferdinand de. 1957. « Cours de Linguistique Générale (1908-1909). Introduction (d’après des notes d’étudiants). » In *Cahiers Ferdinand de Saussure* 15, édité par Robert Godel, 3-103. Genève : Librairie E. Droz. URL: https://www.cercleferdinanddesaussure.org/CFS/Volume_15_1957.pdf

- Saussure, Ferdinand de. 1996. *Premier Cours de Linguistique Générale (1907) d'après les cahiers d'Albert Riedlinger*, editado e traduzido por Eisuke Komatsu & George Wolf. Oxford/Tokyo: Pergamon.
- Saussure, Ferdinand de. 2002. *Écrits de linguistique générale*. Paris: Gallimard.
- Sczesny, Sabine, Magda Formanowicz, & Franziska Moser. 2016. "Can Gender-Fair Language Reduce Gender Stereotyping and Discrimination?" *Frontiers in Psychology* 7: 25. DOI: <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2016.00025>

Antónia Coutinho. Professora Associada com Agregação na Universidade NOVA de Lisboa (NOVA FCSH) e investigadora integrada do CLUNL – Centro de Linguística da Universidade NOVA de Lisboa. Trabalha no quadro epistemológico do interacionismo sociodiscursivo e tem como principais interesses de investigação: linguagem e desenvolvimento humano; a dimensão textual e discursiva da elaboração do conhecimento; didática do português L1; escrita, formulação e reformulação; linguagem sensível ao género e qualidade textual.

Artigo recebido em 30 de julho de 2024 e aceite para publicação em 11 de novembro de 2024.

Como citar este artigo:

[Segundo a norma Chicago]:

Coutinho, Antónia. 2025. "Alternativas ao masculino genérico – ou a língua reinterpretada." *ex æquo* 51: 99-115. DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2025.51.07>

[Segundo a norma APA adaptada]:

Coutinho, Antónia (2025). Alternativas ao masculino genérico – ou a língua reinterpretada. *ex æquo*, 51, 99-115. DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2025.51.07>



Este é um artigo de Acesso Livre distribuído nos termos da licença Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivs (<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>), que permite a reprodução e distribuição não comercial da obra, em qualquer suporte, desde que a obra original não seja alterada ou transformada de qualquer forma, e que a obra seja devidamente citada. Para reutilização comercial, por favor contactar: apem1991@gmail.com



MILITÂNCIA NO FEMININO NO MOVIMENTO SINDICAL PORTUGUÊS: A PERSISTÊNCIA DAS DESIGUALDADES DE GÉNERO 50 ANOS DEPOIS DE ABRIL

 Paulo Marques Alves*

Resumo

Tendo nascido androcentrado, o movimento sindical nunca foi tão feminizado como é atualmente. No entanto, a militância sindical no feminino continua menos intensa do que a masculina. Apesar de ao longo das cinco décadas decorridas desde o 25 de Abril se terem registado progressos relativamente importantes, as desigualdades de género persistem, remetendo para um duplo processo de segregação, horizontal e vertical, com este último a ter como consequência uma generalizada sub-representação das mulheres nas equipas dirigentes e nas lideranças sindicais, o que torna o sindicalismo menos inclusivo e menos representativo e restringe o carácter democrático das organizações, ao mesmo tempo que contribui para a perpetuação da dominação masculina.

Palavras-chave: Mulheres, sindicatos, militância, desigualdades de género, Portugal.

Abstract

Women's Militancy in the Portuguese Trade Union Movement: The Persistence of Gender Inequalities 50 Years After the Carnation Revolution

Having been born androcentric, the trade union movement has never been as feminised as it is today. However, trade union activism among women is still less intense than among men. Although relatively significant progress has been made in the five decades since the revolution of 25th of April 1974, gender inequalities persist, entailing a double process of segregation, horizontal and vertical, with the latter resulting in a widespread under-representation of women in the boards and in the union leadership, which makes trade unionism less inclusive and less representative and restricts the democratic nature of the organisations, while contributing to the perpetuation of male domination.

Keywords: Women, trade unions, militancy, gender inequalities, Portugal.

* ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, 1649-026 Lisboa, Portugal.
Endereço postal: Avenida das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa, Portugal.
Endereço eletrónico: paulo.alves@iscte-iul.pt

Résumé

Le militantisme féminin dans le mouvement syndical portugais : la persistance des inégalités de genre 50 ans après la Révolution des Œillets

Né androcentrique, le mouvement syndical n'a jamais été aussi féminisé qu'aujourd'hui. Cependant, le militantisme syndical des femmes reste moins intense que celui des hommes. Bien que des progrès relativement importants aient été réalisés au cours des cinq décennies qui se sont écoulées depuis le 25 avril de 1974, les inégalités entre les hommes et les femmes persistent, entraînant un double processus de ségrégation, horizontal et vertical, ce dernier se traduisant par une sous-représentation généralisée des femmes dans les instances dirigeantes des syndicats et son leadership, ce qui rend le syndicalisme moins inclusif et moins représentatif et limite la nature démocratique des organisations, tout en contribuant à la perpétuation de la domination masculine.

Mots-clés: Femmes, syndicats, militantisme, inégalités de genre, Portugal.

1. Introdução

Tal como sempre trabalharam, as mulheres também sempre militaram, tendo a militância sido invisibilizada durante largas décadas pela literatura académica e pelas próprias organizações e suas lideranças masculinas, o que sucedeu igualmente em Portugal. O silêncio só começou a ser quebrado fundamentalmente a partir da década de 1970, quer no mundo francófono quer anglo-saxónico, tanto no campo historiográfico como sociológico.

Várias linhas de investigação têm sido seguidas. Destaca-se a que confere especial atenção à medição da representação das mulheres nas instâncias de decisão dos sindicatos, evidenciando a existência de uma desigualdade de género, tentando-se ainda discernir as suas causas e consequências, bem como as políticas a implementar para a superar.

Esta temática tem sido igualmente central na escassa produção académica em Portugal. Nela, relevem-se o livro de Santana (2009), incidindo no conjunto do sistema sindical, os artigos de Alves (2017, 2019, entre outros), focalizados em vários ramos de atividade, bem como o estudo de caso de Santos, Cerqueira e Cruz (2022), centrado na identificação das razões para a existência e persistência das assimetrias e no modo de as ultrapassar. De referir ainda o contributo de Ferreira (2002) para a discussão da relação entre sindicatos e mulheres.

É neste campo que se situa o presente artigo. Quando se comemoram os 50 anos do 25 de Abril, pretende-se com ele analisar como evoluiu a igualdade de género no movimento sindical português entre 1975 e a atualidade, com o campo empírico abarcando o conjunto do sistema sindical português.

Dado este objetivo, a recolha de informação concentrou-se particularmente, mas não apenas, nas fichas biográficas das equipas dirigentes, o que possibilitou obter dados sobre a sua constituição e as lideranças sindicais, tendo-se delimitado dois períodos: o primeiro, entre 1975 e 1977, de modo a abranger as pri-

meiras eleições realizadas em todas as estruturas sindicais existentes à época; o segundo, entre 2020 e 2023, para coletar dados relativos a todas as estruturas atualmente ativas.

Conclui-se que, apesar dos avanços registados – se bem que alguns retrocessos também se tenham verificado –, as desigualdades de género persistem no movimento sindical português, verificando-se uma forte e generalizada sub-representação das mulheres, que atinge inclusivamente organizações com jurisdição em profissões ou ramos de atividade altamente feminizados.

2. Sindicatos e mulheres: uma relação historicamente problemática

Tendo nascido androcentrado, cedo emergiu e rapidamente se enraizou uma atitude sexista no movimento sindical, que acabou por se tornar dominante, ao ser assumida pelas principais correntes do movimento. Em decorrência, durante largos decénios as mulheres foram discriminadas pelos sindicatos, que lhes vedaram frequentemente o acesso, tendo ainda participado ativamente num processo de segregação do emprego com base no género. A segregação horizontal manifesta-se numa especialização das atividades profissionais sexuada, com profissões e/ou ramos “femininos” e outros “masculinos”, e a segregação vertical corporiza-se numa desigual inserção de homens e mulheres na estrutura das qualificações, com estas a terem carreiras profissionais menos favoráveis e a verem o seu acesso aos cargos mais elevados nas organizações em que trabalham ou militam ser obstaculizado. Em Portugal, nos finais do século XX, a segregação horizontal era relativamente atenuada (Ferreira 1993), tendo-se agravado posteriormente (Coelho & Ferreira 2018).

Com o crescimento do emprego feminino, não restou ao movimento sindical outra alternativa que não fosse a adoção de uma atitude pragmática, que o levou a abandonar gradualmente, não sem resistências e hesitações, a “lógica de exclusão” em prol de uma “lógica de organização” (Pasture 1997, 220) intentando organizar as mulheres, o que resultou no aumento da sua proporção nos efetivos sindicais a partir das décadas de 1960 e 1970. O sindicalismo, que tradicionalmente tem sido “coisa de homens” (Figuerola & Martínez 2019, 54), viu assim irromper uma “intrusão feminina” (Pasture 1997, 218).

Contudo, este crescimento não se tem traduzido num progresso correspondente em termos da ascensão às estruturas de decisão, a qual continua a encontrar dificuldades e a ser marcada pela lentidão, apesar de toda uma retórica proativa, como têm demonstrado vários estudos, quer se centrem nas confederações sindicais nacionais (e.g. Parker 2002; Fulton & Sechi 2019) quer nas organizações sindicais de primeiro nível em diferentes países (e.g. Cobble & Michal 2002; Colgan & Ledwith 2002; Mahon 2002; Cooper 2012; Alves 2017; 2019). Perdura assim uma sub-representação – entendida como uma menor representação das mulheres nas

estruturas dirigentes por comparação com a sua proporção na população sindicalizável e/ou nos efetivos sindicais –, que pode ser mais ou menos intensa.

A adoção de medidas visando a igualdade de género – onde se contam as comissões de mulheres, a realização de conferências destinadas a discutir os seus problemas específicos, a reserva de lugares, as quotas, a formação para mulheres sindicalistas, etc. – tem contribuído para esta relativa evolução positiva¹.

As comissões de mulheres surgiram há mais tempo e encontram-se consolidadas, enquanto outras medidas, como as quotas ou a reserva de lugares, foram no mais recentemente estando menos difundidas, para além de se confrontarem com algumas resistências (e.g. Figueroa & Martínez 2019; Santos, Cerqueira & Cruz 2022)². Deste modo, não existem ainda estudos em número significativo que avaliem os seus efeitos, evidenciando os existentes alguma ambivalência.

Por um lado, realça-se que a sua adoção permite uma maior igualdade de género nas organizações (e.g. Kirsch & Blaschke 2014); contribui de forma relevante para mudar o modo de fazer sindicalismo e para levar os sindicatos a assumir mais aprofundadamente as preocupações das mulheres³ (e.g. Cockburn 1991; Colgan & Ledwith 1996; Pasture 1997); e contribui para reverter o refluxo sindical (e.g. Cockburn 1991; Colgan & Ledwith 1996; Monney, Fillieule, & Avanza 2013).

Por outro lado, sublinha-se as limitações e os efeitos perversos da adoção destas medidas, implementadas de forma voluntarista, segundo um modelo *top-down* e em “marcha forçada” (Monney, Fillieule & Avanza 2013), sem serem acompanhadas por uma profunda mudança da cultura organizacional. É referido o surgimento de novas formas específicas de sofrimento, tendo como consequência elevados níveis de *turnover* e de *burnout* entre as mulheres dirigentes do sindicato suíço Unia, dada a necessidade de um empenhamento total na ação militante e a consequente dificuldade em gerir os vários tempos sociais. Por sua vez, Buscatto (2009) realça que as mulheres que conseguem ocupar posições de difícil acesso na hierarquia sindical são as que se conformam com o modelo masculino de fazer sindicalismo. Tanto Monney, Fillieule e Avanza como Buscatto, entre outros/as auto-

¹ Para Healy e Kirton (2000), as comissões são o fator mais relevante para o progresso da representação das mulheres, ao terem objetivos e desempenharem missões inseridas num conceito lato de igualdade (Trebilcock 1991; Parker 2002).

² Figueroa e Martínez (2019, 62) relatam o caso de um sindicalista que afirmou para uma sua camarada “Tú estás ahí porque eres cuota”, insinuando que ela estaria a usurpar um lugar que deveria pertencer por direito a um homem; Santos, Cerqueira e Cruz (2022) referem que algumas das sindicalistas da CGTP-IN entrevistadas concedem prioridade à educação e à sensibilização para a igualdade de género em detrimento das quotas.

³ Heery e Kelly (1988) sublinharam que nem só as mulheres têm propensão para trazer à colação as questões que as atormentam e Alves (2019) não detetou a existência de uma alteração profunda dos programas e das agendas sindicais, bem como a existência de uma prática diferenciadora de fazer sindicalismo, num sindicato que desde a sua fundação apresenta uma taxa de feminização da direção muito elevada e cuja liderança máxima esteve sempre a cargo de mulheres.

res/as, convergem na ideia de que a feminização das direções sindicais é segregada em resultado dos estereótipos de género, com os homens monopolizando as funções políticas (negociação, organização, etc.), sendo as mulheres confinadas aos departamentos sociais (mulheres, jovens, saúde, educação, proteção social, etc.). Outro perigo assinalado é o da inserção meramente simbólica (Trebilcock 1991), apenas com o intuito de dar uma imagem da organização como sendo inclusiva.

É recorrente utilizar-se a metáfora do “teto de vidro” para expressar que existem barreiras que impedem as mulheres de ascender aos lugares mais elevados da hierarquia sindical. Esta metáfora tem sido objeto de crítica por dois motivos: por considerar que as barreiras colocadas se encontram apenas perto do topo, não estando disseminadas por todos os níveis das organizações, produzindo uma “desvantagem cumulativa”; e por ignorar que as organizações incorporam a ordem patriarcal vigente na sociedade envolvente nas suas estruturas, valores e práticas.

O conceito de “regimes de desigualdade” visa superar estas limitações. Ele permite identificar as “práticas, processos, ações e significados”, que se fundam em estereótipos de género, raça ou classe, e se interligam e reforçam mutuamente, produzindo desigualdades nas organizações – incluindo os sindicatos – relativamente ao poder e ao controlo sobre “objetivos, recursos⁴ e resultados” (Acker 2009, 201), assim reproduzindo as desigualdades existentes nas sociedades em que as organizações se inserem e às quais não são imunes.

Com exceção de um estudo da CISL e da OIT de finais dos anos 1990, citado por Ferreira (2002), em que os dirigentes sindicais inquiridos colocavam o ónus da débil participação das mulheres nos sindicatos sobretudo nelas próprias (falta de sensibilização para as questões sindicais; falta de coragem para enfrentar represálias), a generalidade da literatura identifica a existência de várias barreiras. Uma funda-se na divisão sexual do trabalho, implicando uma menor disponibilidade das mulheres para o sindicalismo, dada a dificuldade de conciliação da atividade sindical com o trabalho e as tarefas inerentes aos cuidados, tradicionalmente desigualmente distribuídas (e.g. Figueroa & Martínez 2019). Outra remete para a segregação profissional de género existente e consequente genderização das profissões (e.g. Santos, Cerqueira, & Cruz 2022). Os estereótipos de género constituem obstáculo adicional, com os homens a serem vistos como líderes naturais, ao se considerar que possuem atributos adequados para a liderança, como racionalidade, autoridade, agressividade (o arquétipo do sindicalista é o homem que fala “grosso”, dá murros na mesa, etc.), considerando-se de forma preconceituosa que as mulheres não têm perfil para assumirem os cargos, por serem emotivas, frágeis, indecisas, etc., ao mesmo tempo que se desvalorizam as suas capacidades e competências (e.g. Buscatto 2009; Figueroa & Martínez 2019). Por fim, a construção masculina do sindicalismo, reproduzindo as relações sociais

⁴ No caso dos sindicatos, especialmente os poderes simbólico e posicional (Healy & Kirton 2000).

de género a nível societal, teve como consequência a dominação pelos homens do poder simbólico, com reflexos sobre o poder posicional. Esta dominação perpetua-se, acabando os sindicatos por constituir “oligarquias de género” (Healy & Kirton 2000, 344), dada a tendência dos homens para permanecerem nos cargos, afastando quem desafia o seu poder, para isso usando processos aparelhísticos formais e/ou informais para cooptar quem lhes é leal, com a consequente manutenção da dominação masculina. Paralelamente, o modo masculinizado de funcionamento dos sindicatos afasta as mulheres por não se reverem nesse modelo (Buscatto 2009).

3. Metodologia

Tendo em conta o objetivo do artigo, a informação referente à feminização das direções e ao sexo de quem detinha a liderança sindical nos dois períodos considerados foi recolhida no *Boletim do Trabalho e Emprego* (BTE), no *Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores* (JORAA) e no *Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira* (JORAM). Retiveram-se unicamente os membros efetivos das direções eleitos nos 438 pleitos realizados no primeiro período e nos 402 que ocorreram no segundo, também não tendo sido consideradas as substituições durante os mandatos. Acessoriamente, utilizou-se outra documentação para colmatar informação em falta. Na avaliação das taxas de feminização do emprego na banca e em algumas profissões e serviços da administração pública, recorreu-se à informação estatística disponível.

A uma análise diacrónica, que permite aferir a evolução da igualdade de género no movimento sindical entre o imediato pós-25 de Abril e a atualidade, associou-se outra de carácter sincrónico, na qual se procedeu ao confronto entre a feminização do emprego e a das direções sindicais na atualidade nos ramos acima mencionados.

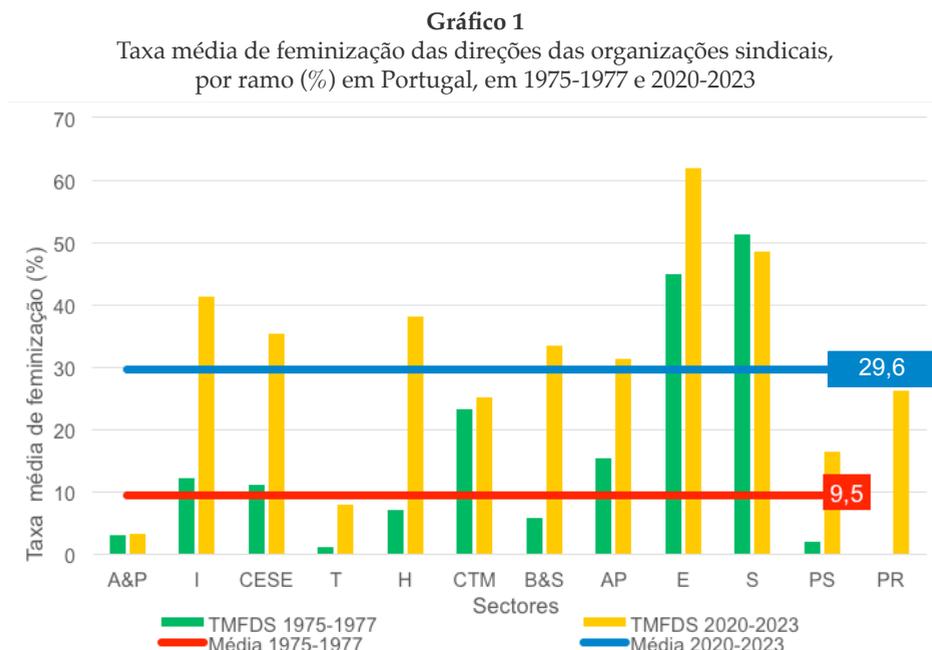
Os dados recolhidos foram inseridos em duas bases de dados em SPSS *Statistics*, versão 29, uma para cada período, ambas comportando cerca de 50 variáveis, nelas se incluindo o nome da organização; a sua jurisdição; a pertença confederal; o tipo de sindicato, no caso das organizações de primeiro nível⁵; o número de homens e de mulheres eleitos/as; a taxa de feminização das direções e o sexo de quem ocupa os principais cargos dirigentes. No confronto entre a feminização do emprego e das direções sindicais utilizou-se o programa *Power BI*.

⁵ Foi elaborada uma tipologia, tendo os sindicatos sido classificados da seguinte forma: ramo; profissão manual; profissão não manual; profissão científico-técnica, quadros; empresa/serviço.

4. Igualdade de género nos sindicatos portugueses: de onde se partiu, onde se chegou

4.1. A feminização das direções sindicais

Em 1975-1977, a presença feminina nas direções sindicais era residual, com a taxa média de feminização a ascender a 9,5% (Gráfico 1).



Fonte: Cálculos próprios.

Nota: A&P – Agricultura e Pescas; I – Indústria; CESE – Comércio, Escritórios, Serviços e Espectáculos; T – Transportes; H – Hotelaria; CTM – Comunicações, Telecomunicações e Media; B&S – Banca e Seguros; AP – Administração Pública; E – Educação; S – Saúde; PS – Pluri-sectorial (sindicatos com jurisdição em ramos que extravasam um sector de atividade); PR – Pluri-ramo (sindicatos com jurisdição em mais do que um ramo de atividade dentro do mesmo sector).

Destacando-se bastante da média, encontravam-se a saúde (51,2%) e a educação (45,0%), sendo que neste caso o valor é referente somente a um sindicato onde se realizaram duas eleições. Acima estavam igualmente as comunicações (23,3%), a administração pública (15,3%), a indústria (12,1%) e o comércio, escritórios e serviços (11,2%), apresentando os restantes ramos valores bastante inferiores, indiciando a existência de profundos desequilíbrios, acompanhando as tendências registadas no emprego.

Para este carácter residual, muito contribuíram as 286 eleições (65,3% do total) onde nenhuma mulher foi eleita e as 93 de que resultou uma taxa de feminiza-

ção muito baixa⁶. Encontraram-se taxas nulas em 65,5% dos sindicatos; 75,0% das federações; 60,0% das estruturas territoriais; e 63,6% das secções/delegações. Uma análise segundo o tipo de sindicato mostra que a ausência de mulheres variava entre 25,0% nos sindicatos de serviço/empresa (um sindicato), e 85,6% nos de profissões manuais (101 organizações), sendo de 57,5% nos de ramo (100 estruturas).

Em contraponto, nove organizações (sete sindicatos e duas secções sindicais, sendo que numa houve uma dupla eleição) nas indústrias alimentar e têxtil, saúde e apoio social e serviços apresentavam taxas elevadas. Cinco outras, no têxtil, saúde e apoio social e nos serviços, evidenciavam taxas muito elevadas. Em três sindicatos – SNPS (na segunda eleição), SNF e SSD – a feminização era total.

Face a esta situação, logo no imediato pós-25 de Abril iniciou-se um debate no movimento sindical sobre a participação das mulheres nas estruturas de direcção. Em 1976, essa foi considerada uma prioridade pelo Iº Congresso TTLVTCP, promovido na fileira do têxtil. Defendia-se que os sindicatos deviam “ter como preocupação chamar as mulheres à participação em todos os aspetos da vida sindical [e] criar-se departamentos para estudo e organização dos problemas da mulher no sector” (FESETE 1976, 35).

Cerca de uma década depois, em 1984, a IIª Conferência da Mulher Trabalhadora, promovida pela CGTP-IN, constatava que, apesar de algum progresso, continuava a verificar-se uma débil participação feminina nas estruturas dirigentes (CGTP-IN 1985).

O período 2020-2023 revela a existência de um crescimento, ainda que relativamente limitado. A taxa média subiu para 29,6%, com a generalidade dos ramos a mostrar progressos, em alguns casos substanciais, à exceção dos transportes (que continuam abaixo da média) e das comunicações, telecomunicações e *media*, que apresenta acréscimos pouco significativos; da agricultura e pescas, onde há uma estagnação; e da saúde, o único a revelar um decréscimo, ainda que pouco acentuado. O valor elevado da indústria explica-se porque grande parte dos sindicatos incluídos nesta categoria são da fileira do têxtil, tendo a maioria das estruturas com jurisdição no sector secundário sido categorizados como plurisectoriais.

Contudo, o número de organizações com valores nulos (93, correspondendo a 23,3% do total) e muito baixos (80, ou seja, 20,1%) permanece muito elevado. Encontramos taxas nulas em 88 estruturas de primeiro nível (26,3% destas organizações) e em cinco federações (23,8%).

Por ramo, a agricultura e pescas é o que apresenta uma maior proporção de organizações com taxa nula (83,3%) ou muito baixa (16,7%), seguindo-se os transportes, com 61,3% e 24,0%, respetivamente. Num ramo de muito baixa feminização na administração pública como é o das forças e serviços de segurança e

⁶ A taxa de feminização foi categorizada da seguinte forma: nula (0%); muito baixa (1,0%-20,0%); baixa (21,0%-40,0%); média (41,0%-60,0%); elevada (61,0%-80,0%); muito elevada (81,0%-100,0%).

de proteção civil, em 33,3% das organizações a taxa é nula e noutras 53,3% muito baixa. Apenas na educação, na banca e seguros e nas comunicações, telecomunicações e *media* não se verificam taxas nulas.

É justamente a educação que evidencia uma maior feminização das direções (em 37,8% dos casos ela é elevada e em 10,8% muito elevada). Segue-se a saúde e apoio social (23,1% e 3,8%) e a administração pública (11,0% e 1,4%). No total, estes três ramos contribuem para 77,8% e 66,6% do total nas duas categorias, sendo que só a educação concorre com cerca de metade para o valor da categoria “elevada” e com mais de metade para a categoria “muito elevada”.

Uma ventilação por tipo de sindicato mostra-nos que a taxa nula varia entre os 7,7% nos sindicatos de profissões científico-técnicas e 100,0% nos de profissões manuais (apenas três estruturas), sendo de 22,7% nos de ramo. Inversamente, é na primeira das categorias que encontramos os maiores valores respeitantes às taxas elevadas (29,2% em termos da categoria e 54,3% do total de sindicatos) e muito elevadas (6,2% e 44,4% respetivamente).

Por fim, a análise segundo a filiação confederal mostra que a taxa nula incide mais nas organizações não filiadas (31,7%) e menos nas do “universo da CGTP” (13,5%). No caso dos sindicatos da USI, o valor é de 14,3% (referente a dois sindicatos), elevando-se para 23,5% entre as organizações do “universo da UGT”⁷. Os universos das duas confederações com estatuto de parceiro social contribuem para 57,9% do total das organizações com taxas elevadas (39,5% do lado da CGTP-IN e 18,4% do da UGT) e para 77,7% daquelas onde encontramos taxas muito elevadas (33,3% no caso da CGTP-IN e 44,4% no da UGT).

Se em 1975-1977 havia somente 16 organizações com taxas elevadas ou muito elevadas, neste segundo período elas são 47 (38 e nove, respetivamente). E se no primeiro dos períodos três organizações apresentavam uma feminização total da sua direção, no segundo encontramos apenas uma: o SINPICVAT. Segue-se-lhe o SPCL, com 90,9%.

A evolução positiva pode ser ainda descortinada num conjunto de cerca de 30 organizações que mantém uma continuidade estrutural desde 1975, se bem que algumas possam ter alargado a sua jurisdição territorial e /ou o seu âmbito profissional. Maioritariamente, ocorreu um crescimento da feminização, por vezes até bastante acentuado, tendo o mais substancial sido de 50pp no SINPROFARM. No entanto, também se registaram retrocessos, tendo o mais relevante ocorrido no SNF, com -60,0pp. Nos portos, as mulheres continuam a estar presentes somente na direção do sindicato que representa os / as trabalhadores / as das administrações

⁷ Os dois universos são compostos por sindicatos diretamente filiados nas confederações e por aqueles que o são indiretamente por pertencerem a federações ou terem assento nas estruturas territoriais que as integram. No caso da CGTP-IN, incluem-se igualmente os que têm assento no seu Conselho Nacional e participam nos seus congressos ou fazem parte da Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública.

e juntas portuárias, mantendo-se a taxa nula nos restantes sindicatos e respetiva federação.

A situação mais favorável descortinada no período 2020-2023 ocorre num contexto em que se regista uma limitada implementação de medidas visando acrescer a representação das mulheres nas estruturas de direção. Num inquérito por questionário aplicado às estruturas sindicais na primeira década do século atual, concluiu-se que a grande maioria não havia implementado qualquer medida. Das que o haviam feito, a mais referida foram os “contactos pessoais” (30,6%), seguindo-se a marcação de datas e horas específicas para reuniões (6,7%). Por fim, a “definição de quotas” foi mencionada unicamente por cinco organizações (2,2%). Citados uma única vez enquanto instrumentos para atrair as mulheres para a militância foram a “sensibilização dos maridos” ou a “comemoração do Dia da Mulher”. Muito poucos sindicatos tinham também alterado as suas formas de funcionamento e nenhum tinha delineado ações de formação específicas para as mulheres militantes, que eram claramente minoritárias (até 40,0% dos militantes) em 71,1% das estruturas e fortemente maioritárias (mais de 61,0%) em 14,4% (Alves 2009). Sublinhe-se ainda que, de acordo com os resultados deste inquérito, dos 269 sindicatos inquiridos, somente 52 (19,3%) possuíam comissão de mulheres, tendo consagração estatutária em apenas doze. O número de comissões de jovens e de reformados era superior (respetivamente, 64 e 63).

Recorrendo à informação estatística disponível, para 2020-2023, foi possível confrontar o nível de representação das mulheres nas direções de 74 sindicatos com a taxa de feminização do emprego onde têm jurisdição, ou seja, com a população feminina potencialmente sindicalizável.

Utilizando estas duas variáveis de segmentação evidencia-se a existência de quatro grupos de sindicatos (Gráfico 2).

O primeiro é composto por estruturas onde se conjugam uma elevada ou muito elevada feminização da direção com uma elevada ou muito elevada feminização do emprego. Nele se incluem 17 sindicatos, todos de profissões científico-técnicas, fundamentalmente de docentes. Em onze, a feminização da direção é superior à do emprego, indiciando uma sobrerrepresentação das mulheres nas instâncias diretivas, e em dois os valores são idênticos.

No segundo grupo inserem-se 28 associações sindicais, a maioria das quais são igualmente sindicatos de profissões científico-técnicas (21) na educação e na saúde; quatro pretendem representar todos/as os/as trabalhadores/as em organismos da administração pública e três são de profissões não manuais. Caracterizam-se por atuarem em áreas onde a feminização do emprego é elevada ou muito elevada e por patentarem níveis médios/altos de feminização das direções, que, em todos os casos, ficam aquém do que sucede no emprego.

O terceiro é integrado por 14 organizações, todas elas com atuação nas forças e serviços de segurança (PSP, PJ e antigo SEF) e na proteção civil. A feminização do emprego é baixa, variando entre os 10,9% na PSP e os 33,7% no serviço de prote-

Se em quatro sindicatos (dois de docentes e outros dois das forças e serviços de segurança), os valores das duas taxas estão em linha, existem onze estruturas onde se verifica uma sobrerrepresentação das mulheres, sendo ligeira em nove e média em duas. Trata-se de quatro sindicatos não filiados, três do “universo da CGTP-IN”, outros três do da UGT e um filiado na USI, todos de profissões científico-técnicas, maioritariamente de professores/as (sete), tendo os restantes jurisdição na saúde.

4.2. *A feminização das lideranças*

Entre 1975 e 1977, as mulheres conseguiram alcançar o cargo sindical máximo em 13 eleições realizadas em 11 organizações (3,0% do total)⁹. Em dois casos, mulheres foram eleitas em resultado de uma dupla eleição. Dez das organizações eram sindicatos (2,7% do total) e três secções (9,1% do total).

A liderança feminina concentrou-se exclusivamente em três ramos: indústria (seis organizações), saúde e apoio social (três) e comércio, escritórios e serviços (duas). Na indústria, tratou-se de quatro organizações no sector alimentar e duas no têxtil. Nos serviços, de dois sindicatos do serviço doméstico, e na saúde e apoio social, do sindicato dos/as assistentes sociais, bem como um de profissionais de enfermagem e o dos/as farmacêuticos/as.

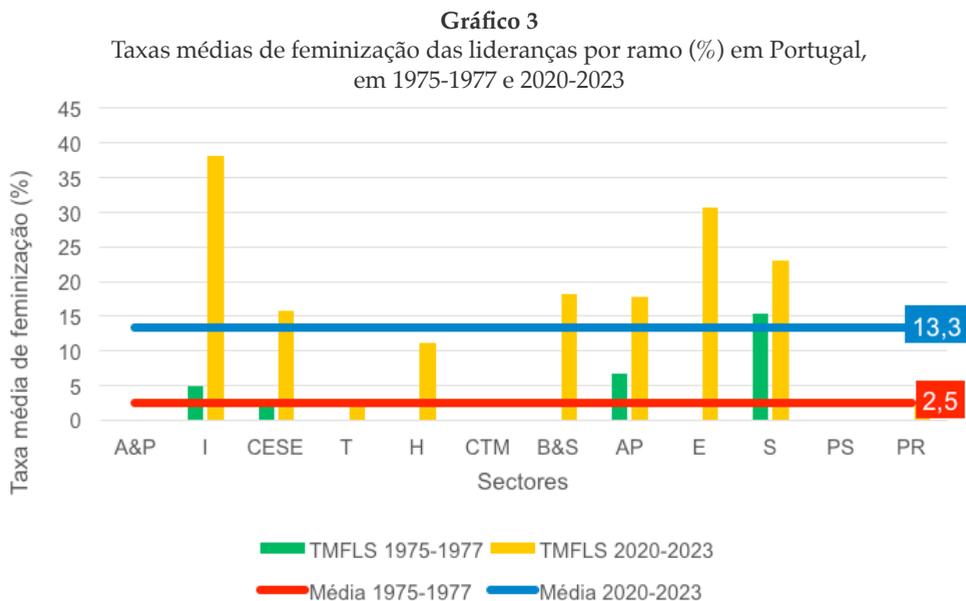
No caso dos quatro sindicatos na indústria, o princípio organizativo de base era o ramo; na saúde e apoio social, tratava-se de sindicatos de profissões científico-técnicas; e as duas associações do serviço doméstico, de profissões manuais.

As mulheres lideravam seis organizações onde eram largamente maioritárias nas direções; em cinco onde havia uma elevada feminização; numa com uma taxa média, mas superior a 50,0%; e noutra com uma taxa inferior a 50,0% (indústria de carnes de Setúbal, 42,9%). Homens eram líderes em cinco onde as mulheres estavam em maioria, sendo que em dois casos a taxa de feminização era elevada (vestuário do Porto, com 66,7%; barbeiros e cabeleireiros do Funchal, com 80,0%).

Apenas quatro mulheres eram vice-presidentes (contra 84 homens), 18 eram secretárias (436 homens) e nove tesoureiras (353 homens), ainda que em relação a estas duas últimas funções haja um elevado número de situações em que não foi possível apurar o sexo de quem as ocupava.

Embora continuando a ser um mundo essencialmente masculino e a liderança das organizações permaneça largamente nas mãos de homens, registou-se uma evolução favorável desde o ressurgimento do sindicalismo livre, como se observa no Gráfico 3.

⁹ Em 16 eleições (3,7%) relativas a 11 sindicatos, uma federação e quatro secções, não foi possível atribuir a liderança da organização a um homem ou a uma mulher.



Fonte: Elaboração própria.

Entre 2020 e 2023, 60 mulheres (14,9%) foram eleitas para o cargo máximo de uma organização sindical, com os homens a serem-no em 341 vezes (84,8%). O SPN tem uma liderança coletiva, composta por cinco elementos, maioritariamente masculina.

O padrão profundamente assimétrico observado no período anterior é reproduzido, se bem que a existência de lideranças femininas se tenha alargado a outros ramos também fortemente feminizados. Atualmente, concentram-se na administração pública (13 mulheres líderes contra 60 homens); educação (11 mulheres e 25 homens); indústria têxtil (oito mulheres e três homens); saúde e apoio social (seis mulheres e 20 homens). Não existe qualquer mulher líder em sindicatos das pescas, das comunicações e telecomunicações e nos plurissectoriais.

Durante este período, uma mulher liderou uma confederação sindical (a CGTP-IN), situação entretanto revertida; 11 foram eleitas líderes em estruturas territoriais (29 homens); quatro em federações (17 homens); 43 em sindicatos (291 homens) e uma numa delegação de um sindicato (três homens).

Centrando a análise nas organizações de primeiro nível, as mulheres lideram em 15 sindicatos de ramo (11,7% dos sindicatos deste tipo); em 14 de profissões científico-técnicas (21,9%); em oito de profissões não manuais (11,6%); em quatro sindicatos de quadros (20,0%) e em dois de serviço/empresa (4,2%). Nenhuma mulher lidera sindicatos de profissões manuais.

Atendendo à filiação confederal, 26 mulheres coordenam organizações do “universo da CGTP-IN”, o que corresponde a 20,8% das organizações desta con-

federação e a 43,3% do total de lideranças femininas; 15 lideram organizações do “universo da UGT” (15,3% e 25,4%, respetivamente); 16 dirigem sindicatos não filiados (9,9% e 27,1%) e duas lideram sindicatos da USI (14,3% e 3,4%, respetivamente).

Cinquenta e oito homens assumem a liderança de associações nas quais as mulheres são maioritárias na direção. Tal ocorre em 74,4% das associações com uma taxa de feminização entre 50,1% e 60,0%; em 65,0% das com entre 60,1% e 70,0%; e em 50,0% das com entre 70,1% e 80,0% e entre 80,1% e 90,0%. Se três sindicatos com uma taxa de feminização superior a 80,0% são dirigidos por homens, em espelho três mulheres lideram organizações com uma taxa de feminização inferior a 20,0%.

As mulheres continuam pouco representadas noutros cargos do topo da hierarquia. Como vice-presidentes, são apenas 88 (23,1%) e, como tesoureiras, 54 (13,4%), se bem que para esta função haja uma grande margem de indeterminação por não ter sido possível apurar o sexo de quem a exerce em 169 casos.

Refira-se que, embora se tenha registado este progresso, não se deve olvidar a existência de retrocessos com a eleição de homens como dirigentes máximos, substituindo mulheres que foram líderes, em alguns casos durante um longo período, como na FNE ou no SIPPEB.

Deste modo, as assimetrias persistem no movimento sindical português, com a sub-representação das mulheres a manter-se como tendência estrutural.

A contrário desta tendência, em dois sindicatos tradicionalmente masculinizados, o CESP e o STAL, as mulheres detêm atualmente a liderança e constituem 75,0% da direção, 52,9% da comissão executiva e 80,0% do secretariado do CESP. No STAL, ocupam os cargos de presidente e de vice-presidente, com o sindicato a apresentar taxas de feminização dos órgãos executivos da direção muito superiores (comissão executiva – 38,7%; secretariado – 40,0%; comissão permanente – 50,0%) à da direção (29,6%), a qual, por sua vez, é 15,3pp inferior à taxa de feminização da força de trabalho na administração local, que se situava em 44,9% em 2022 (SIEP, 2022).

5. Conclusão

Tendo nascido androcentrado, nunca o movimento sindical foi tão feminizado como atualmente. A feminização também ocorrerá em Portugal, atendendo às significativas mutações registadas no mercado de trabalho desde a década de 1970 no atinente à alteração da composição social e sexual da força de trabalho.

Os dados revelam que no período entre 1975 e 1977 não encontramos uma única mulher na direção da maioria das organizações. A residual presença feminina é surpreendente, visto que as mulheres participaram ativamente no processo revolucionário em vários domínios.

Desde então, registaram-se inegáveis progressos na igualdade de género na sociedade portuguesa. Todavia, a militância das mulheres continua menos intensa do que a masculina, apesar de ao longo destas cinco décadas se ter verificado uma evolução positiva, evidenciada pelo aumento da taxa de feminização média das direções sindicais e pelo aumento do número de organizações com liderança feminina, se bem que se deva ter alguma precaução na comparabilidade dos dados, dada a profunda mudança ocorrida no sistema sindical. Esta evolução é relativamente limitada e fica aquém do que seria expectável, atendendo ao volume de mulheres que ingressaram no mercado de trabalho. A desigualdade de género, ainda que mais atenuada, persiste e mantém-se o duplo processo de segregação, horizontal e vertical, que já se observava em 1975-1977.

Relativamente à segregação horizontal, a feminização das direções e das lideranças é superior onde a feminização do emprego é mais elevada (indústria têxtil, educação, saúde e apoio social, administração pública). Inversamente, na agricultura e pesca, nos transportes, em particular nos portos, ou nas forças e serviços de segurança, ela é praticamente – ou mesmo – inexistente. Os sindicatos reproduzem assim as assimetrias que se verificam no mercado de trabalho, fruto da divisão sexual do trabalho e da genderização das profissões.

Quanto à segregação vertical, permanecem as desigualdades estruturais entre homens e mulheres no acesso aos cargos de direção e de liderança. Sobre o movimento sindical português continua a abater-se uma lei de ferro da sub-representação das mulheres, menos acentuada nos sindicatos de profissões científico-técnicas, mas que pode assumir uma elevada expressão em organizações com jurisdição em profissões altamente feminizadas, como sucede em alguns sindicatos dos profissionais de enfermagem. Deste modo, frequentemente, as próprias mulheres contribuem para a perpetuação da dominação masculina.

Como argumentam Cockburn (1991) ou Colgan e Ledwith (1996), uma inadequada representação feminina torna o sindicalismo menos inclusivo e menos representativo, sendo o carácter democrático das organizações severamente restringido. Esta não é uma questão de igualdade de oportunidades, mas antes de “democracia de género”, como enfatiza Cockburn (1996).

À semelhança de outras organizações, os sindicatos também são um terreno contestado e, como referem Figueroa e Martínez (2019), as mulheres são dotadas de agência, podendo desenvolver estratégias diversificadas visando a aquisição dos vários recursos de poder, sobretudo o posicional e o simbólico, mas também o pessoal e coletivo, que lhes permitam desafiar a dominação masculina e ultrapassar as barreiras que são colocadas à sua participação em moldes igualitários.

Acresce que existe toda uma panóplia de dispositivos que poderão contribuir para incrementar a presença feminina nas estruturas de topo dos sindicatos. Para além dos mencionados anteriormente, poder-se-á acrescentar os Planos para a Igualdade.

Porém, a questão é mais profunda. A implementação destes dispositivos, sendo uma condição necessária, não é uma condição suficiente para mudar a situação, podendo inclusivamente conduzir aos efeitos perversos anteriormente referenciados.

Somente com o assumir de uma postura radicalmente transformadora, que questione a hegemonia masculina, a cultura e os processos organizacionais, nomeadamente os relativos ao exercício do poder, que limitam, muitas vezes de forma invisível, mas não menos eficaz, o acesso das mulheres aos lugares de topo, é que não se correrá o risco da manutenção de uma situação de “inserção excluída” (Bertolin & Kamada 2012, 47) das mulheres no movimento sindical em detrimento de uma real igualdade de género.

Conflito de interesses

Declaro não haver qualquer conflito de interesses.

Referências bibliográficas

- Acker, Joan. 2009. “From Glass-Ceiling to Inequality Regimes.” *Sociologie du Travail* 51(2): 199-217. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.soctra.2009.03.004>
- Alves, Paulo Marques. 2009. “Cidadãos e militantes: uma contribuição para as teorias da acção militante sindical.” Tese de Doutoramento. Lisboa: ISCTE.
- Alves, Paulo Marques. 2017. “Da exclusão à sub-representação – dois séculos de relações problemáticas entre sindicatos e mulheres.” *Journal of Studies on Citizenship and Sustainability* 3: 158-177.
- Alves, Paulo Marques. 2019. “A participação das mulheres nos órgãos dirigentes das organizações sindicais da administração pública portuguesa.” In *Atas das XIV Jornadas Nacionales de Historia de las Mujeres y IX Congreso Iberoamericano de Estudios de Género – Intersecciones, Feminismos, Teorías y Debates Políticos*, editado por Lilia Vázquez Lorda. Mar del Plata: UNMdP – Universidad Nacional de Mar del Plata.
- Bertolin, Patrícia, & Fabiana Kamada. 2012. “Ausentes ou invisíveis? A participação das mulheres nos sindicatos.” *Caderno Espaço Feminino* 25(1): 28-52.
- Buscatto, Marie. 2009. “Syndicaliste en entreprise. Une activité si ‘masculine’...” In *Le sexe du militantisme*, editado por Olivier Fillieule, & Patricia Roux, 75-91. Paris: Presses de Sciences Po.
- CGTP-IN. 1985. *A Mulher e o Trabalho, 1974-1984. 2ª Conferência da Mulher Trabalhadora*. Lisboa: Edições 1 de Outubro.
- Cobble, Dorothy S., & Monica B. Michal. 2002. “On the Edge of Equality? Working Women and the US Labour Movement.” In *Gender, Diversity and Trade Unions. International Perspectives*, editado por Fiona Colgan, & Sue Ledwith, 232-257. London: Routledge.
- Cockburn, Cynthia. 1991. *In the Way of Women: Men's Resistance to Sex Equality in Organizations*. Ithaca: Cornell University Press.

- Cockburn, Cynthia. 1996. "Strategies for Gender Democracy: Strengthening the Representation of Trade Union Women in the European Social Dialogue." *European Journal of Women's Studies* 3(1): 7-26. DOI: <https://doi.org/10.1177/135050689600300102>
- Coelho, Lina, & Virgínia Ferreira. 2018. "Segregação sexual do emprego em Portugal no último quarto de século – agravamento ou abrandamento?" *e-cadernos CES* 29. DOI: <https://doi.org/10.4000/eces.3205>
- Colgan, Fiona, & Sue Ledwith. 1996. "Sisters Organising: Women and Their Trade Unions." In *Women in Organisations: Challenging Gender Politics*, editado por Sue Ledwith, & Fiona Colgan, 152-185. London: Macmillan.
- Colgan, Fiona, & Sue Ledwith. 2002. "Gender, Diversity and Mobilisation in UK Trade Unions." In *Gender, Diversity and Trade Unions. International Perspectives*, editado por Fiona Colgan, & Sue Ledwith, 154-185. London: Routledge.
- Cooper, Rae. 2012. "The Gender Gap in Union Leadership in Australia: A Qualitative Study." *Journal of Industrial Relations* 54(2): 131-146. DOI: <https://doi.org/10.1177/0022185612437836>
- Ferreira, Virgínia. 1993. "Padrões de segregação das mulheres no emprego – Uma análise do caso português no quando europeu." In *Portugal: um Retrato Singular*, organizado por Boaventura de Sousa Santos, 231-257. Porto: Edições Afrontamento.
- Ferreira, Virgínia. 2002. "O efeito Salieri: O sindicalismo perante as desigualdades entre mulheres e homens no emprego." *Revista Crítica de Ciências Sociais* 62: 121-148.
- FESETE. 1976. *Conclusões do Congresso dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Cordoeiros e Tapeteiros de Portugal*. Porto: FESETE.
- Figuerola, Eva Bermúdez, & Beltrán Roca Martínez. 2019. "Participación de mujeres en el movimiento sindical. Análisis desde la perspectiva de los recursos de poder." *Sociología del Trabajo* 95: 53-72. DOI: <https://doi.org/10.5209/stra.66435>
- Fulton, Lionel, & Cinzia Sechi. 2019. *ETUC Annual Gender Equality Survey 2019 – 12th Edition*. Bruxelas: ETUI.
- Healy, Geraldine, & Gill Kirton. 2000. "Women, Power and Trade Union Government in the UK." *British Journal of Industrial Relations* 38(3): 343-360. DOI: <https://doi.org/10.1111/1467-8543.00168>
- Heery, Edmund, & John Kelly. 1988. "Do Female Representatives Make a Difference? Women Full-Time Officials and Trade Union Work." *Work, Employment and Society* 2(4): 487-505. DOI: <https://doi.org/10.1177/0950017088002004004>
- Kirsch, Anja, & Sabine Blaschke. 2014. "Women's Quotas and Their Effects: A Comparison of Austrian and German Trade Unions." *European Journal of Industrial Relations* 20(3): 201-217. DOI: <https://doi.org/10.1177/0959680113518231>
- Mahon, Rianne. 2002. "Sweden's LO: Learning to Embrace the Differences Within?" In *Gender, Diversity and Trade Unions. International Perspectives*, editado por Fiona Colgan, & Sue Ledwith, 48-72. London: Routledge.
- Monney, Vanessa, Olivier Fillieule, & Martina Avanza. 2013. "Les souffrances de la femme-quota. Le cas du syndicat suisse Unia." *Travail, Genre et Sociétés* 2(30): 33-51.
- Parker, Jane. 2002. "Women's Groups in British Unions." *British Journal of Industrial Relations* 40(1): 23-48. DOI: <https://doi.org/10.1111/1467-8543.00221>
- Pasture, Patrick. 1997. "Feminine Intrusions in a Culture of Masculinity." In *The Lost Perspective? Trade Unions between Ideology and Social Action in the New Europe*, editado por Patrick Pasture, Johann Verberckmoes, & Hans de Witte, 218-238. Aldershot: Avebury.
- Santana, Vera. 2009. *Género nos sindicatos: igualdades, desigualdades e diferenças*. Lisboa: MTSS/DGERT.

- Santos, Maria Helena, Carla Cerqueira, & Rui Vieira Cruz. 2022. "Gender Asymmetries in Portuguese Trade Unions: The Case of the CGTP-IN." *European Journal of Women's Studies* 29(1): 54-71. DOI: <https://doi.org/10.1177/1350506820979010>
- Trebilcock, Anne. 1991. "Strategies for Strengthening Women's Participation in Trade Union Leadership." *International Labour Review* 130(4): 407-426.

Fontes estatísticas

Balanços Sociais dos Serviços da Administração Pública
DGAEP – Síntese Estatística do Emprego Público
DGEEC – Estatísticas da Educação
DGPJ – Estatísticas da Justiça
INE – Estatísticas da Saúde

Anexo – Lista de siglas

BTE – Boletim do Trabalho e Emprego
CESP – Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal
CGTP-IN – Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional
CISL – Confederação Internacional de Sindicatos Livres
TTLVTCP – Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Tapeteiros e Cordoeiros de Portugal
FESETE – Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal
FNE – Federação Nacional da Educação
OIT – Organização Internacional do Trabalho
PJ – Polícia Judiciária
PSP – Polícia de Segurança Pública
SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
SINPICVAT – Sindicato Nacional dos Profissionais da Indústria e Comércio de Vestuário e de Artigos Têxteis
SINPROFARM – Sindicato Nacional dos Profissionais de Farmácia
SIPPEB – Sindicato dos Educadores e Professores do Ensino Básico
SNPS – Sindicato Nacional dos Profissionais do Serviço Social
SNF – Sindicato Nacional dos Farmacêuticos
SPCL – Sindicato dos Professores das Comunidades Lusíadas
SPN – Sindicato dos Professores do Norte
SSD – Sindicato do Serviço Doméstico
STAL – Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas, Concessionárias e Afins
UGT – União Geral de Trabalhadores
USI – União de Sindicatos Independentes

Paulo Marques Alves. Doutor em Sociologia pelo ISCTE. Professor Auxiliar no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, tem lecionado nos domínios das teorias socioló-

gicas; das metodologias de investigação; e do trabalho, emprego e relações laborais, sendo investigador integrado do DINÂMIA'CET-IUL. É autor de várias publicações nos campos disciplinares anteriormente referidos, integrando igualmente algumas redes de investigação e sendo membro do conselho de edição de diversas revistas científicas.

Recebido em 22 de agosto de 2024 e aceite para publicação em 31 de janeiro de 2025

Como citar este artigo:

[Segundo a norma Chicago]:

Alves, Paulo Marques. 2025. "Militância no feminino no movimento sindical português: a persistência das desigualdades de género 50 anos depois de Abril." *ex æquo* 51: 116-134. DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2025.51.08>

[Segundo a norma APA adaptada]:

Alves, Paulo Marques (2025). Militância no feminino no movimento sindical português: a persistência das desigualdades de género 50 anos depois de Abril. *ex æquo*, 51, 116-134. DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2025.51.08>



Este é um artigo de Acesso Livre distribuído nos termos da licença Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivs (<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>), que permite a reprodução e distribuição não comercial da obra, em qualquer suporte, desde que a obra original não seja alterada ou transformada de qualquer forma, e que a obra seja devidamente citada. Para reutilização comercial, por favor contactar: apem1991@gmail.com



TRANSIÇÕES E RESISTÊNCIAS DE GÉNERO NO ESPAÇO DE OPINIÃO: TEMÁTICAS E PERCEÇÕES DE MULHERES COLUNISTAS DOS JORNAIS *EXPRESSO* E *PÚBLICO*

 Bárbara Carvalho*

 Maria João Cunha**

Resumo

O objetivo deste artigo é compreender as transições e as resistências de género no espaço de opinião dos jornais *Expresso* e *Público*. Especificamente, pretendeu-se compreender as diferenças nas temáticas abordadas por homens e mulheres colunistas e as perceções das mulheres colunistas sobre as decisões editoriais. Recorreu-se ao método misto, com análise de conteúdo sobre os artigos publicados e entrevistas semiestruturadas a mulheres colunistas. Verifica-se que este espaço ainda é predominantemente masculino, que as temáticas feministas e de igualdade de género permanecem invisíveis e que, embora se reconheçam transições no sentido da inclusão de mulheres colunistas, estas continuam a percecionar resistências de género.

Palavras-chave: Género, opinião, jornais, colunistas.

Abstract

Gender Transitions and Resistances in the Opinion Space: Themes and Perceptions of Women Columnists in the Portuguese Newspapers *Expresso* and *Público*

The aim of this article is to understand gender transitions and resistances in the opinion section of the Portuguese newspapers *Expresso* and *Público*. It was specifically designed to understand the thematic differences in articles by male and female columnists, and the perceptions of female columnists about editorial decisions. A mixed method was used, with content analysis of published articles and semi-structured interviews with women columnists. It was found that this space is still predominantly male, that feminist and gender equality issues are invisible, and that, although transitions towards the inclusion of women columnists are recognized, they continue to perceive gender resistance.

* Instituto de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa (ISCSP-ULisboa), 1300-663 Lisboa, Portugal.

Endereço postal: Rua Almerindo Lessa, 1300-663, Lisboa, Portugal.

Endereço eletrónico: bacarvalho2000@gmail.com

** Instituto de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa (ISCSP-ULisboa), 1300-663 Lisboa, Portugal.

Endereço postal: Rua Almerindo Lessa, 1300-663 Lisboa, Portugal.

Endereço eletrónico: mjcunha@iscsp.ulisboa.pt

Keywords: Gender, opinion, newspapers, columnists.

Resumen

Transiciones y resistencias de género en el espacio de opinión: temáticas y percepciones de mujeres columnistas en los periódicos *Expresso* y *Público*

El objetivo de este artículo es comprender las transiciones y resistencias de género en la sección de opinión de los periódicos *Expresso* y *Público*. En concreto, el objetivo era comprender las diferencias en los temas tratados por columnistas masculinos y femeninos y las percepciones de las columnistas sobre las decisiones editoriales. Se utilizó un método mixto, con análisis de contenido de los artículos publicados y entrevistas semiestructuradas con columnistas femeninas. Se constató que este espacio sigue siendo predominantemente masculino, que los temas feministas y de igualdad de género son invisibles y que, aunque se reconocen transiciones hacia la inclusión de columnistas mujeres, éstas siguen percibiendo resistencias de género.

Palabras clave: Género, opinión, periódicos, columnistas.

1. Introdução

O espaço de opinião dos jornais oferece uma possibilidade de visibilidade e voz ativa na esfera pública com influência nos públicos (Harp, Bachmann & Loke 2014). A escrita de artigos de opinião dá às mulheres uma voz num espaço próprio para a expressão das suas ideias, o que contribui para a sua emancipação. Em Portugal, tem aumentado o número de mulheres nas redações, embora permaneçam desigualdades de género (Miranda 2014), como o fraco acesso a lugares de poder, maiores níveis de precariedade e concentração nas notícias “leves”, com histórias de “interesse humano” (Chambers, Steiner & Fleming 2004). Para mais, até ao início do século XXI o espaço de comentário continuava a ser maioritariamente masculino (Figueiras 2010).

O espaço de opinião dos jornais pode refletir a cultura dominante, mas pode também incluir vozes residuais, emergentes e opositoras, num contexto de liberdade argumentativa e sem os constrangimentos do jornalismo tradicional (Cerqueira, Taborda & Pereira 2023).

A relevância deste estudo fica patente pela escassez de publicações, revelada pela pesquisa booleana na base de dados EBSCO¹, utilizando as palavras-chave “género” ou “mulheres” E “colunistas” ou “espaços de opinião” E “Portugal” ou “portuguesas”, em português e em inglês, que não produziu resultados. No entanto, encontraram-se noutras bases alguns estudos referenciados sobre as redações.

O objetivo deste artigo é compreender as transições e as resistências de género no espaço de opinião dos jornais *Expresso* e *Público*, considerados imprensa de referência em Portugal. Especificamente, pretende-se compreender os seguin-

¹ Consultada em 15 de maio de 2024 em <https://www.ebsco.com/>

tes aspetos: 1) as diferenças nas temáticas abordadas por homens e mulheres colunistas, comparando conteúdos temáticos e discursos produzidos; e 2) as percepções das mulheres colunistas sobre as decisões editoriais. Recorreu-se ao método misto, com análise de conteúdo sobre os artigos de opinião publicados no primeiro trimestre de 2022 e entrevistas semiestruturadas a mulheres colunistas.

2. Mulheres nos jornais

2.1. Espaços de opinião como construtores de opinião pública

A importância dos espaços de opinião é revelada pelo seu aumento e pelo poder de moldar o mundo das representações coletivas e da formação de opinião nas sociedades (Jacobs & Townsley 2011). Discutem estes autores, a partir de Habermas, como a emergência do espaço público constituiu um dos eventos chave no desenvolvimento das democracias modernas, com o corolário de que os *media* noticiosos fornecem um enquadramento institucional para uma comunicação pública democrática, ao permitirem “um espaço de deliberação no qual os cidadãos usam as suas capacidades racionais para a) construir argumentos sobre assuntos de preocupação comum, b) construir esses argumentos em público, c) apoiar esses argumentos com boas razões, e d) defender os seus argumentos contra críticas e posições alternativas”² (Jacobs & Townsley 2011, 7).

Cardoso *et al.* (2024, 6) enfatizam também como, “através da análise crítica dos acontecimentos da atualidade, os comentadores [...] desempenham um papel crucial no entendimento dos cidadãos sobre a realidade política e social”. Em Portugal aumentou o número de comentadores políticos na televisão, de 53 em 2016 para 78 em 2024, persistindo a masculinização destes espaços: em 2023, a percentagem de comentadoras era de 24% na televisão, 34% na rádio e apenas 19,6% na imprensa *online*, o que atesta as desigualdades persistentes e justifica o desenvolvimento de estudos sobre estes espaços numa perspetiva de género.

2.2. Transições e resistências: a segregação horizontal

Com as transições democráticas, o número de mulheres no jornalismo aumentou, embora persistam desigualdades relacionadas com a escolha para a cobertura das ditas *soft news*, ligadas à arte, educação e saúde, com sub-representação nas *hard news* – política e economia (Chambers, Steiner & Fleming 2004; North 2016).

² No original, “a space of deliberation in which citizens use their rational capacities to (a) make arguments about matters of common concern, (b) make those arguments in public, (c) support their arguments with good reasons, and (d) defend their arguments against criticisms and alternative positions”.

De Vuyst e Raeymaeckers (2019) evidenciaram este fenómeno de segregação horizontal na Bélgica, dominando os homens as áreas da política, economia e desporto, e as mulheres as áreas da cultura, educação, saúde e sociedade. Em Portugal, as jornalistas reconhecem diferenças de género na produção de notícias desportivas, embora tendam a desvalorizá-las (Lobo *et al.* 2015), sustentando que a igualdade de género foi alcançada e que o género não é critério de seleção. Contudo, as mulheres precisam de se esforçar mais para se afirmarem na profissão, destacando a assimetria de género nas redações (Silveirinha & Simões 2016). North (2016) mostrou como profissionais do jornalismo acreditavam que as mulheres tinham acesso a todas as áreas, mas reconheciam que algumas continuavam masculinas, percebendo capacidades inatas diferentes: credibilidade e objetividade para homens, e sensibilidade e calma para mulheres. As mulheres prefeririam relatar notícias mais leves, naturalizando as discrepâncias e desculpabilizando os editores, maioritariamente homens (North 2016). Embora a segregação horizontal e o sexismo sejam naturalizados, há mulheres que os desafiam, criando meios noticiosos alternativos e novos papéis liderados por elas (Chambers, Steiner & Fleming 2004).

2.3. Segregação vertical e decisões editoriais

Embora a presença de mulheres no jornalismo tenha crescido, isso não se reflete no seu empoderamento nas redações, com as mulheres concentradas nos escalões inferiores e os homens a dominar os cargos de topo, constituindo 68,8% do total destas posições (Miranda 2017). Dados do EIGE (2023) mostram como, em Portugal, os homens continuam a ocupar 67% dos mais altos quadros de decisão dos *media* públicos e que as mulheres não têm as mesmas oportunidades de acesso a posições de topo e poder (Figueiras 2011). Mais recentemente, Silveirinha, Lobo e Simões (2024) reforçam a permanência de práticas comuns institucionalizadas, que seguem expectativas e pressupostos de género. Assim, as redações são locais para *performances* como a construção comunicativa e a exibição de disposições de género, bem como reforçam as relações sociais desiguais que sustentam as relações de poder. Esta segregação vertical ou fenómeno do *glass ceiling* também se encontra noutros contextos (De Vuyst & Raeymaeckers 2019), com o número das jornalistas a diminuir progressivamente até às posições de maior poder. Apesar da tendência para a feminização da profissão, são os homens que ocupam os cargos mais altos, o que resulta em disparidades salariais, mesmo que as jornalistas tenham habilitações académicas superiores (Evans 2016).

Verifica-se uma relação entre a segregação vertical e a horizontal, porque a desigualdade de poder facilita o domínio masculino nas notícias de maior prestígio, ficando as mulheres limitadas às notícias leves (Tenenboim-Weinblatt & Baden 2021). As jornalistas percebem que os decisores editoriais tendem a favorecer homens para cobrir notícias de maior valor jornalístico, frequentemente

pela cultura enraizada nas redações que reserva as temáticas de maior prestígio aos homens (North 2016). Enquanto tipicamente uma direção masculina incentiva competição, hierarquia e estatuto, em redações geridas por mulheres verificam-se mudanças, como maior abertura e transparência na tomada de decisões e uma comunicação mais clara entre direção e trabalhadores/as (Everbach 2006). Eddy *et al.* (2023) analisaram a distribuição por gênero a nível das posições de topo de edição numa amostra de 240 grandes meios de comunicação *online* e *offline* em 12 mercados diferentes dos cinco continentes, concluindo que apenas 22% são ocupadas por mulheres, apesar de, em média, 40% dos/as profissionais serem mulheres. Também se apurou que a maioria dos/as editores/as de topo são homens, incluindo nos países onde as mulheres superam os homens entre os/as profissionais no ativo. Mesmo em muitos países com bons resultados no Índice de Desigualdade de Gênero das Nações Unidas existem poucas mulheres entre os principais editores.

2.4. Mulheres no espaço de opinião

O espaço de opinião da imprensa portuguesa era dominado por homens em 2010, refletindo as desigualdades de gênero no jornalismo, já que, segundo Figueiras (2011), apesar de o número de comentadoras ter vindo a aumentar, 87% dos comentadores eram homens. Verificava-se igualmente uma segregação horizontal neste espaço, especialmente em assuntos políticos: 94% dos textos eram de homens e apenas 6% de mulheres, que escreviam sobre tópicos culturais e sociais, associados a assuntos mais leves (Figueiras 2010). Esta desigualdade temática não se devia apenas aos editores, mas às próprias colunistas, que reportavam ter pouco interesse em temas políticos (Figueiras 2010). Por outro lado, a predominância masculina nas posições de decisão reforça esta desigualdade, pois agindo como *gatekeepers*, eles privilegiavam outros homens para o espaço de opinião (Figueiras 2010).

No grupo de comentadores/as, as colunistas eram frequentemente recrutadas do jornalismo, enquanto os homens vinham de esferas públicas de poder (Figueiras 2010). Com o tempo e apesar da desigualdade, alguns estudos indicam que as mulheres estão a ultrapassar os tópicos tradicionalmente femininos e a escrever sobre política e economia, embora com uma visibilidade ainda menor (Harp, Bachmann & Loke 2014), refutando a ideia de que as mulheres não se interessam por política, tendo opiniões fundamentadas e fornecendo perspectivas plurais e diversificadas.

3. Construção da agenda e decisões editoriais

3.1. *Agenda-setting: seleção dos temas relevantes*

Segundo a hipótese do *agenda-setting*, num primeiro nível os *media* determinam os temas a serem discutidos e estabelecem uma ordem de relevância (Shaw 1979). Constroem assim uma visão do mundo, ao selecionar, processar e filtrar informações (Valenzuela 2019). Ao direcionarem a atenção do público para aspetos específicos dos tópicos em debate, influenciam as discussões sobre cada temática (Valenzuela & McCombs 2014). O segundo nível desta hipótese relaciona-se com a teoria do *framing*, já que as duas abordagens centram as suas ideias na forma como os *media* influenciam o pensamento dos indivíduos (Valenzuela & McCombs 2014). Em contrapartida, Scheufele (2000) considerou que estas têm pressupostos distintos: enquanto o *agenda-setting* destaca a importância de certas questões, o *framing* influencia a perceção dos assuntos. Entman (1993) descreveu o *framing* como um processo que envolve a seleção e saliência, destacando certos aspetos da realidade para promover uma interpretação ou avaliação moral. No terceiro nível surge a necessidade de orientação para avaliações jornalísticas, uma vez que as pessoas procuram conselhos, opiniões e avaliações sobre um determinado problema e, mesmo quando já estão informadas, recorrem aos *media* para obter informações adicionais e perspetivas complementares (Valenzuela & McCombs 2014). Considerar que as pessoas apreendem a importância de um assunto através da ênfase mediática (Bulkow, Urban & Schweiger 2013) justifica a necessidade de analisar as publicações no espaço de opinião, para permitir a compreensão da construção da agenda temática.

3.2. *Gatekeeping: processo de seleção noticiosa*

O *gatekeeping* é entendido como o processo em que os *media* selecionam, moldam e transmitem notícias, atuando as/os profissionais de reportagem e edição como *gatekeepers*, ao filtrarem e selecionarem informações (Shoemaker *et al.* 2001). A seleção dos acontecimentos é influenciada por várias forças, como normas organizacionais e interesses do público, resultando numa tendência para destacar histórias sensacionais e conflituosas (Soroka 2012). Singer (2006), ao explorar os/as *gatekeepers* no ambiente digital, mostrou que a informação é mais suscetível de ser moldada pelas/os utilizadoras/es, o que resulta numa produção noticiosa mais interativa e colaborativa.

Numa perspetiva de género, Figueiras (2011) concluiu que a predominância masculina no espaço de opinião dos jornais se deve ao facto de os/as *opinion gatekeepers* serem maioritariamente homens, o que influencia os critérios de recrutamento. De facto, a função de *gatekeeper* torna-se relevante porque a direção dos

jornais influencia a composição do espaço de opinião. Para mais, as mulheres que compõem os quadros de alta decisão são ainda poucas nas redações portuguesas (Cunha & Martins 2023). A direção escolhe colunistas com base em campos de poder, e é crucial entender o género como critério na seleção e nas temáticas.

4. Metodologia

4.1. Desenho de pesquisa e recolha de dados

Este estudo recorreu ao método misto sequencial explicativo (Creswell & Cresswell 2017), com análise de conteúdo – quantitativa – para compreender as diferenças nas temáticas abordadas por homens e mulheres colunistas. Recorreu-se, no qualitativo, a entrevistas semiestruturadas a mulheres colunistas.

4.2. Corpus

A análise de conteúdo foi realizada a um *corpus* constituído pelas colunas de opinião dos jornais de referência portuguesa na versão *online*, o *Expresso* (semanário) e o *Público* (diário), durante o primeiro trimestre de 2022. No total, foram analisados 438 artigos de opinião publicados *online*.

4.3. Categorias analíticas

A grelha de análise de conteúdo apresentada no Quadro 1 foi construída para perceber quais os temas e assuntos mais desenvolvidos por homens e mulheres, quem são, e como as temáticas de igualdade de género e feminismo são trabalhadas no espaço de opinião dos jornais.

4.4. Participantes

O painel apresentado no Quadro 2 inclui mulheres colunistas dos jornais *Expresso* e *Público*, que escreveram artigos de opinião durante o primeiro trimestre de 2022. Recorreu-se à lista de colunistas dos *sites* dos jornais, entrando em contacto via *e-mail*, ou através das redes sociais. Foram contactadas 12 mulheres, mas apenas três de cada jornal responderam e foram entrevistadas.

De forma a garantir os pressupostos éticos da presente investigação, foram utilizados nomes fictícios, preservando o anonimato.

Quadro 1
Categorias da análise de conteúdo

Categorias	
1. Jornal	7. Enfoque ³
2. Género da/o colunista	8. Base dos argumentos utilizados
3. Tema	9. Personagens mencionadas em primeiro lugar
4. Referente	10. Personagens mencionadas em segundo lugar
5. Área profissional da/o colunista	11. Presença do termo “igualdade de género”
6. Periodicidade da/o colunista	12. Presença do termo “feminismo”

Fonte: Correa & Harp 2011; Harp, Bachmann & Loke 2014.

Quadro 2
Painel de entrevistadas

Entrevistadas	Jornal	Profissão
Constança	<i>Público</i>	Enfermeira
Elsa	<i>Expresso</i>	Jurista
Teresa	<i>Expresso</i>	Jurista
Rita	<i>Expresso</i>	Jurista
Sandra	<i>Público</i>	Professora Universitária
Leonor	<i>Público</i>	Professora do Ensino Secundário

4.5. Dimensões do guião de entrevista

Para compreender as perceções das colunistas sobre as decisões tomadas no espaço de opinião e identificar constrangimentos de género, o guião foi inspirado noutros estudos (Lobo *et al.* 2015; Silveirinha & Simões 2016). As principais dimensões incluíram: a) trabalho individual, relacionado com as temáticas abordadas e com a experiência na produção destes artigos; b) questões de género, relativas à atribuição das temáticas a homens ou mulheres e ao tratamento de assuntos sobre igualdade de género e feminismos; c) perceções sobre decisões editoriais, considerando as escolhas e eventuais constrangimentos. Acrescenta-se que, por motivos éticos, não se perguntou qual o montante salarial das entrevistadas.

³ Neste estudo utilizou-se o enfoque como direção, também definida por alguns/mas autores/as como tom (Lengauer, Esser & Berganza 2012) para referir factos que qualificam boas ou más notícias/artigos. A direção está relacionada com o tom de abordagem dos acontecimentos (Sheafer 2007), que influencia frequentemente a imagem social, porque pode orientar a opinião pública numa determinada direção. A imagem social refere-se ao que é espelhado em termos de construção simbólica sobre o acontecimento e/ou os seus participantes (Paul & Berkowitz 2019), aumentando as hipóteses de o tom dominante ser interiorizado pelo público ao julgar a imagem social de um dado grupo ou acontecimento na sociedade (Jacobs & Van der Linden 2018).

4.6. Análise dos dados

Para o tratamento dos dados da análise de conteúdo foi utilizado o *software* IBM SPSS, realizando-se análise descritiva e bivariada.

Para a análise interpretativa das entrevistas o quadro analítico funcionou como um conjunto de códigos organizados em categorias, desenvolvido conjuntamente pelas investigadoras para gerir e organizar os dados. Este quadro criou uma estrutura e, para maior incisividade, as citações das entrevistadas foram encurtadas, embora continuem a incluir a essência dos seus discursos.

5. Resultados

5.1. Conteúdos produzidos no espaço de opinião

O *Público* foi o jornal que publicou mais artigos de opinião no período considerado (61%) – ver Tabela 1. Os homens mantêm a dominância neste espaço, com 81% dos artigos, contra apenas 19% das mulheres em ambos os jornais. No entanto, do total, no *Expresso*, 35% dos artigos foram escritos por homens e apenas 3% por mulheres, enquanto no *Público* houve menor discrepância: 46% de homens e 16% de mulheres.

A política foi o tema mais abordado (64%), seguido da sociedade (22%) e do desporto (8%), enquanto a economia e a cultura foram os temas menos abordados (5% e 2%, respetivamente). Do total, as colunistas escreveram 12% dos artigos sobre política – contra 53% escritos por homens – e 6% sobre sociedade, contra 16% escritos por homens. As mulheres não produziram artigos sobre desporto, tema abordado por 8% dos homens colunistas.

Durante o primeiro trimestre de 2022, houve dois assuntos que predominaram no espaço de opinião: a Guerra na Ucrânia e as eleições legislativas (24% e 21%, respetivamente). As mulheres abordaram mais estas eleições (5%), seguidas pelo conflito na Ucrânia e dramas sociais (3% cada) e casos insólitos (2%). Os homens focaram-se mais na Guerra na Ucrânia (20%) e nas eleições (17%), além de temas jurídicos e de partidos políticos (6% cada).

No cruzamento das variáveis “Tema”, “Género do/a colunista” e “Referente”, os assuntos mais abordados na política, por homens e mulheres, foram as eleições legislativas de 2022 e a Guerra na Ucrânia. Na economia, as mulheres abordaram mais assuntos relacionados com o estado (5%) e dramas sociais (15%) e os homens a banca/finanças (40%) e a Guerra na Ucrânia (25%). Já na sociedade, as mulheres abordaram mais dramas sociais (7%) e insólitos (8%), e os homens assuntos jurídicos (cerca de 17%), dramas sociais (14%) e religião (8%).

Para compreender a importância das questões de género no espaço de opinião, analisou-se a presença dos termos *igualdade de género* e *feminismo(s)* e constatou-se que apenas 4% dos artigos abordaram o primeiro e 2% o segundo.

Relativamente à dimensão dos artigos, 90% tem entre 500 e 1500 palavras. Os artigos de maior dimensão (mais de 1500 palavras) apenas foram escritos por homens. A maioria dos artigos apresenta um enfoque negativo. Quanto aos argumentos, a maioria dos homens recorreu a análise dos acontecimentos e a fontes (35% e 30%, respetivamente). O mesmo acontece com as mulheres, apesar de haver uma repartição mais equitativa – 6% das colunistas recorreram a fontes ou à análise dos acontecimentos.

No que concerne às personagens principais, na temática política as colunistas incluíram líderes políticos (6%), partidos políticos (3%), celebridades (2%) e órgãos de estado (2%). Os homens incluíram mais líderes políticos (28%), partidos políticos (15%), órgãos de estado (5%) e organizações governamentais (5%). Relativamente ao tema sociedade, as colunistas incluíram celebridades (8%), pessoas anónimas (3%) e mulheres (3%). Os homens incluíram mais pessoas anónimas (12%), figuras da Igreja Católica (8%), líderes políticos (6%) e advogados (6%). No que diz respeito às personagens secundárias, as colunistas incluíram mais líderes políticos (3%), organizações governamentais (3%) e partidos políticos (2%).

Tabela 1
Características dos artigos de opinião por género de colunista

		Género do/a colunista			
		Feminino		Masculino	
		N	%	N	%
Jornal	<i>Público</i>	70	84,3%	200	56,3%
	<i>Expresso</i>	13	15,7%	155	43,7%
Tema	Política	51	61,4%	230	64,8%
	Sociedade	26	31,3%	69	19,4%
	Desporto	0	0%	34	9,6%
	Economia	4	4,8%	16	4,5%
N.º palavras	0-499	2	2,4%	21	5,9%
	500-999	41	49,4%	238	67,0%
	1000-1499	39	47,0%	79	22,3%
	1500-1999	0	0%	10	2,8%
Enfoque	Negativo	76	91,6%	298	84,2%
	Positivo	4	4,8%	37	10,5%
	Neutro	3	3,6%	19	5,4%
Base dos argumentos	Análise histórica	27	32,5%	151	42,7%
	Fontes	27	32,5%	130	36,7%
	Estatística	11	13,3%	33	9,3%
	Relatos pessoais	3	3,6%	21	5,9%
	Outros exemplos	10	12,0%	10	2,8%
	Analogia	5	6,0%	9	2,5%

Personagens mencionadas	Líderes políticos	27	32,5%	122	34,4%
	Partidos políticos	14	16,9%	66	18,6%
	Órgãos de estado	8	9,6%	22	6,2%
	Organizações governamentais	1	1,2%	22	6,2%
	Celebridade	9	10,8%	10	2,8%
	Clube desportivo	0	0%	18	5,1%
	Pessoa anónima	3	3,6%	13	3,7%
	Advogados / tribunais	0	0%	13	3,7%
	Igreja Católica	0	0%	12	3,4%
	Perito / a	0	0%	9	2,5%
	Estudantes	3	3,6%	4	1,1%
	Mulheres	4	48%	2	0,6%
	Jornalistas	2	2,4%	2	0,6%
	Presença "feminismo"	Sim	5	6,0%	3
Não		78	94,0%	352	99,2%
Presença "igualdade de género"	Sim	7	8,4%	10	2,8%
	Não	76	91,6%	345	97,2%
Profissão	Académica	17	20,7%	104	30,5%
	Direito	27	32,9%	49	14,4%
	Escritor / a	0	0%	46	13,5%
	Media	0	0%	38	11,1%
	Cronista	0	0%	32	9,4%
	Política	4	4,9%	27	7,9%
	Quadros superiores	15	18,3%	12	3,5%
	Jornalismo	13	15,9%	4	1,2%
	Colunista	0	0%	13	3,8%

Nota: não são apresentados valores $\leq 2,5\%$.

Fonte: Elaboração própria.

Quanto à profissão exercida por colunistas, 25% dos homens são académicos, enquanto as mulheres se destacam nas áreas de direito, académica, quadros superiores e jornalismo (6%, 4%, 6% e 3%, respetivamente). Através da análise multivariada às variáveis "Tema", "Profissão" e "Género da/o colunista" constatou-se que as mulheres que escrevem sobre política vêm de campos do direito e de quadros superiores (7% e 5%, respetivamente). Os homens vêm de campos académicos (cerca de 23%), da área dos *media* (13%) e de direito (13%). Na área da economia, as colunistas vêm de profissões académicas (20%) e os homens da área académica (70%), política (5%) e quadros superiores (5%). Na área da cultura, as mulheres vêm do jornalismo (13%) e medicina (13%), enquanto os homens são cronistas (38%), escritores (25%), ou da área dos *media* (13%).

5.2. *Percepção das colunistas sobre as decisões editoriais*

Verificou-se que a maioria das entrevistadas começou a exercer este trabalho recentemente, tendo uma periodicidade fixa no jornal, escrevendo diariamente ou semanalmente. Apenas uma não tinha uma coluna fixa no jornal.

Sobre quais os assuntos que abordam, as colunistas realçam a liberdade de escolha:

Nunca senti da parte do jornal pressão de escrever sobre isto ou sobre aquilo. (Constança)

Muitas referem que escrevem sobre assuntos ligados à sua área de formação, variando entre saúde, direito e economia. Interessam-se também por assuntos humanitários:

Tento dar voz em relação a situações de racismo, sobre feminismo, sobre questões da atualidade. (Leonor)

Relevam, ainda, que escrevem sobre assuntos que “interessam a mulheres”, não se imiscuindo “em coisas técnicas” (Elsa). Sobre o que gostaria de abordar futuramente, Teresa aponta a política nacional, a política digital e a igualdade de género.

As entrevistadas revelaram não terem sentido limitações ao nível da produção ou escolha temática. Afirmam não experimentarem alterações substanciais nos seus artigos e que “o trabalho de edição é muito pequeno, é, às vezes, mudar um tempo verbal, uma vírgula” (Constança).

Sobre a existência de assuntos mais abordados por colunistas em função do género, verificou-se ser difícil uma conclusão. Sandra considera que “há poucos homens que pegam em assuntos mais de igualdade de género”.

Leonor considera que o aborto, tal como outros assuntos tipicamente femininos, é mais abordado por mulheres. Por outro lado, “não há muitas mulheres a falar sobre política” (Elsa); “os homens sempre tiveram mais vontade no que toca ao comentário político” (Teresa). Teresa considera que isto se deve ao facto de as mulheres se limitarem a escrever apenas sobre aquilo em que se sentem realmente confiantes, referindo a síndrome do impostor.

[H]á temas que as pessoas ainda esperam que sejam falados por homens [...]. É sempre muito bonito quando eu escrevo sobre maternidade, porque parece que estou sempre a escrever no sítio certo. Às vezes, eu escrevo sobre outras coisas e recebo comentários completamente misóginos e tolos. (Constança)

Já Rita considera que as mulheres cobrem mais determinados assuntos, “porque se sabe que elas têm na sociedade determinado tipo de posicionamento, sobre determinados assuntos”.

Constança, por outro lado, focou-se na questão dos números:

[U]ma coisa que me perturba profundamente: ontem, no jornal, tu tinhas no *site* 40 artigos de opinião, quatro escritos por mulheres, 36 por homens.

Rita observou a mesma situação, no *site*, ao revelar que

eram dez artigos de opinião só de homens, sobre os mais diversos assuntos [...] são poucas as mulheres que lá chegam [...]. Chegam, normalmente, porque estão envolvidas em determinados organismos, ou porque são figuras públicas, ou porque tomam um posicionamento público sobre determinadas causas.

No que respeita aos/às editores/as poderem escolher colunistas de acordo com o género, Teresa considera não acontecer. Elsa afirma ter algumas dúvidas. Sandra e Leonor revelam que, nos seus casos, foi uma das razões que levou a serem escolhidas para colunistas, para maior “diversidade”. Sobre se os editores escolhem mais vezes políticos homens do que mulheres, Constança observa que o problema se deve ao facto de os homens estarem nos lugares de topo, havendo poucas mulheres com estas funções. Por outro lado, Elsa considera que jornalistas que passaram a editores/as, e que fazem, atualmente, a seleção de colunistas, tendem a usar as agendas que têm, estando sobretudo homens nestas agendas.

Sobre constrangimentos das colunistas no espaço de opinião, a maternidade e a família foram consensuais.

[S]ou mãe solteira, tenho dois filhos, uma coisa que eu noto é que tenho muito menos disponibilidade de tempo do que alguns colegas homens, porque eu estou sozinha. (Constança)

Teresa considera que o acesso ao espaço de opinião é difícil para as mulheres:

[S]e tu não conheceres ninguém, não é, como é que tu chegas, mesmo que até tenhas muito talento, que os teus artigos sejam muito bons, como é que chegas a poder ter essa oportunidade?

Também Rita concorda, acrescentando que, uma vez garantido o acesso, já não enfrentarão dificuldades pelo facto de serem mulheres:

[M]ais facilmente nós encontramos mulheres que, chegadas a essas plataformas, têm mais coragem de dizer o que entendem, do que homens.

Sandra considera que “o espaço de opinião não tem constrangimento absolutamente nenhum, após a entrada das mulheres nesta plataforma”. O mesmo acontece com Elsa, que não vê constrangimentos por ser mulher.

Relativamente à possibilidade de correção das decisões editoriais sobre pessoas escolhidas para o espaço de opinião, Elsa aponta a questão da diversidade, de

“sair da agenda”. Para além disto, referem que “podia haver era um esforço maior para ir incluindo mais autores femininos” (Teresa).

Todas as entrevistadas consideram que existe assimetria de género no espaço de opinião:

A minha página são seis cronistas, seis crónicas [...]. Tem uma mulher lá num canto. (Elsa)

Os jornais não estão ainda muito preocupados com questões de paridade. (Rita)

Leonor enfatiza, ainda, que as colunistas têm de enfrentar uma maior “pressão” e que “uma mulher tem de ser ultracompetente para comentar, enquanto um homem pode ser medíocre”.

Em relação ao futuro das colunistas, a “persistência”, o “não desistir”, “não vergar às críticas” são apontados por Constança como aspetos-chave. Teresa foca, ainda, a questão da “confiança”. Rita enfatiza o facto de as mulheres terem de se “unir mais, proteger mais, porque os homens também o fazem”.

Sobre a relação entre a maior presença de mulheres nas colunas de opinião e em órgãos de chefia, referem:

[Q]uantas mais mulheres chegarem ao lugar de direção, mais mulheres conhecem, mais mulheres vão buscar. (Elsa)

[É] um caminho que ainda se insere numa luta maior, que é a luta pela verdadeira igualdade de género, que esperemos um dia chegar lá. (Leonor)

6. Discussão de resultados

Através da análise de conteúdo foi possível caracterizar o espaço de opinião como marcadamente masculino, o que corrobora o estudo de Figueiras (2010), verificando-se pouca evolução, como demonstrado em Cardoso *et al.* (2024). Este predomínio pode dever-se à direção dos jornais ser ainda dominada por homens, privilegiando normas e valores masculinos, bem como a uma maioria de leitores homens, o que poderá influenciar a escolha dos editores (Figueiras 2011). Ainda assim, o *Público* tem uma menor discrepância no número de mulheres e homens colunistas, o que por outro lado refuta o estudo de Figueiras (2010), em que o *Expresso* e o *Público* tinham, em 2005, quatro vezes mais homens do que mulheres. As assimetrias de género foram sentidas pelas entrevistadas, embora afirmassem que o género não é considerado no processo de seleção como colunistas. Esta ideia já tinha surgido (Lobo *et al.* 2015), quase nunca considerando o género como critério de seleção de comentadores/as.

A política foi o tema mais abordado no espaço de opinião, por homens e mulheres. Apesar de terem uma presença reduzida, as colunistas escrevem sobre temas de relevância, o que corrobora o estudo de Harp, Bachmann e Loke (2014). Contrária, porém, Figueiras (2010), cujo estudo indicava que as mulheres se centravam em questões culturais e sociais. As entrevistas mostraram uma percepção errônea da maioria das colunistas sobre não haver muitas mulheres a falar de política, já que a análise de conteúdo mostrou o oposto. Também no estudo de Harp, Bachmann e Loke (2014) já tinha sido concluído que as mulheres participam em trocas de opiniões sobre assuntos políticos. No entanto, as entrevistadas percebem uma subvalorização da sua opinião sobre política e, inversamente, aprovação do público quando escrevem sobre temas considerados femininos, porque estariam na sua área de aptidão. A ideia de que o público espera que as mulheres abordem certos temas pode ainda influenciar a decisão dos editores. Para mais, o desporto continua a ser um tema apenas abordado por homens neste estudo. North (2016) já tinha concluído que os assuntos de desporto continuavam a ser cobertos nos jornais maioritariamente por homens.

A teoria do *gatekeeping* (Shoemaker *et al.* 2001) ajuda a compreender a persistência de uma masculinização nos espaços de opinião, construída por decisores de topo nos meios informativos que funcionam como *gatekeepers* do privilégio dos homens nestes espaços. Apesar desta forma de controlo, já relativamente à construção da agenda pela definição temática neste espaço que permite selecionar, processar e filtrar informações (Valenzuela 2019), as entrevistadas afirmaram decidir os temas, podendo direcionar a atenção do público para os tópicos pretendidos. Também se verificou que, considerando o segundo nível desta teoria de enquadramento ou *framing* (Entman 1993), enquanto processo de seleção e saliência, as colunistas não detetaram censura, sentindo-se livres para destacar certos aspetos e podendo promover uma interpretação ou avaliação moral.

Embora alguns estudos mostrem que as mulheres colunistas são, na maioria, jornalistas com uma longa carreira (Harp, Bachmann & Loke 2014), neste espaço as mulheres advêm de quatro áreas: direito, académica, quadros superiores e jornalismo, relacionadas com áreas de conhecimento e poder.

Nos artigos analisados, a presença dos termos “igualdade de género” e “feminismo” foi reduzida, tal como noutros contextos (Harp, Bachmann & Loke 2014), mas também em Portugal (Cerqueira, Taborda & Pereira 2023). Estes são assuntos ainda pouco comentados no espaço de opinião, mas, nos poucos casos em que são abordados, verificaram-se diferenças na forma como são produzidos, porque as colunistas apresentam dados concretos.

Para as colunistas, a vida familiar e a maternidade constituem uma limitação ao desempenho da atividade, o que corrobora estudos anteriores (Lobo *et al.* 2015). Por outro lado, as entrevistadas compreendem que têm de produzir conteúdos de extrema qualidade, enquanto um homem pode ser medíocre, o que corrobora também o estudo de Silveirinha e Simões (2016). No entanto, se no presente estudo

as mulheres não constataram desigualdades de género, parece haver uma consciencialização, porque as entrevistadas reconheceram a existência de assimetrias de género a resolver no espaço de opinião, o que corrobora ainda o estudo de Silveirinha, Lobo & Simões (2024).

7. Conclusões

O espaço de opinião continua marcadamente masculino, designadamente no tema desporto, com os artigos de maior dimensão assinados por homens. A política é a temática mais abordada, em oposição aos temas relacionados com o género.

As colunistas verificaram assimetrias de género no espaço de opinião e, embora não percecionem restrições à produção dos seus artigos, identificaram como maior problema o acesso e como grande constrangimento a conjugação entre a vida pessoal e profissional. A falta de perceção de restrições pode ser compreendida pela cultura organizacional, que permanece normalizadora de assimetrias, patentes no baixo número de mulheres nestes espaços.

Uma lacuna identificada neste estudo é a não inclusão de perguntas que pudessem abordar o posicionamento ideológico, mas é uma pista para investigações futuras, nas quais seria também importante estudar decisores/as e editores/as para compreender melhor os processos de *gatekeeping* e de tomada de decisão. Por outro lado, e do ponto de vista da aplicação, parece ainda importante desenvolver abordagens práticas e de formação que permitam a tomada de consciência sobre as assimetrias de género e a importância do desenvolvimento de artigos sobre questões de género nestes espaços.

Concluimos que persistem desigualdades de género, com segregação vertical e horizontal, num espaço socialmente relevante de construção de opinião. Enquanto os assuntos políticos mantêm o destaque, as questões feministas e de igualdade de género mantêm a invisibilidade. Embora se verifiquem transições, com inclusão de mais mulheres colunistas, continuam a ser uma minoria nestes espaços, assim como continuam a existir resistências de género.

Contributos das autoras

BC: Concetualização; análise formal; investigação; metodologia; redação do rascunho original.

MJC: Concetualização; metodologia; redação do rascunho original; redação – revisão e edição.

Conflito de interesses

As autoras declaram não existirem quaisquer conflitos de interesse.

Referências bibliográficas

- Bulkow, Kristin, Juliane Urban, & Wolfgang Schweiger. 2013. "The Duality of Agenda-Setting: The Role of Information Processing." *International Journal of Public Opinion Research* 25(1): 43-63. DOI: <https://doi.org/10.1093/ijpor/eds003>
- Cardoso, Gustavo, et al. 2024. *Comentário político nos media 2023 Análise ao comentário político em Televisão, Rádio e Meios online em Portugal*. Lisboa: MediaLab ISCTE.
- Cerqueira, Carla, Célia Taborda, & Ana Sofia Pereira. 2023. "#MeToo em Portugal: uma análise temática do movimento através de artigos de opinião." *Cuadernos.info* 55: 1-21. DOI: <https://doi.org/10.7764/cdi.55.57013>
- Chambers, Deborah, Linda Steiner, & Carole Fleming. 2004. *Women and Journalism*. London: Routledge.
- Correa, Teresa, & Dustin Harp. 2011. "Women Matter in Newsrooms: How Power and Critical Mass Relate to the Coverage of the HPV Vaccine." *Journalism & Mass Communication Quarterly* 88(2): 301-319. DOI: <https://doi.org/10.1177/107769901108800205>
- Creswell, John W., & John David Creswell. 2017. *Research Design: Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications.
- Cunha, Maria João, & Rita Lúcio Martins. 2023. "Female Journalists Who Have Reached the Top: Perceptions on Communication, Leadership, and Gender Bias in the Portuguese Press." *Corporate Communications: An International Journal* 28(7): 84-100. DOI: <https://doi.org/10.1108/CCIJ-01-2023-0004>
- De Vuyst, Sara, & Karin Raeymaeckers. 2019. "Gender as a Multi-Layered Issue in Journalism: A Multi-Method Approach to Studying Barriers Sustaining Gender Inequality in Belgian Newsrooms." *European Journal of Women's Studies* 26(1): 23-38. DOI: <https://doi.org/10.1177/1350506817729856>
- Eddy, Kirsten, et al. 2023. *Women and Leadership in the News Media 2023: Evidence from 12 Markets*. Oxford: Reuters Institute for the Study of Journalism. DOI: <https://doi.org/10.60625/risj-xcn5-1v09>
- European Institute for Gender Equality (EIGE). 2023. *Portugal-Gender Equality Index 2023*. Disponível em https://eige.europa.eu/modules/custom/eige_gei/app/content/downloads/factsheets/PT_2023_factsheet.pdf
- Entman, Robert M. 1993. "Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm." *Journal of Communication* 43(4): 51-58. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.1993.tb01304.x>
- Evans, Mary. 2016. *The Persistence of Gender Inequality*. Cambridge: Polity Press.
- Everbach, Tracy. 2006. "The Culture of a Women-Led Newspaper: An Ethnographic Study of the Sarasota Herald-Tribune." *Journalism & Mass Communication Quarterly* 83(3): 477-493. DOI: <https://doi.org/10.1177/107769900608300301>
- Figueiras, Rita. 2010. "O 'Segundo Sexo' no espaço Opinião." Em *Gênero e culturas mediáticas*, editado por Maria João Silveirinha, Ana Teresa Peixinho, & Clara Almeida Santos, 519-538. Coimbra: Mariposa Azul.
- Figueiras, Rita. 2011. "As mulheres comentadoras na imprensa de referência portuguesa." *ALCEU: Revista de Comunicação, Cultura e Política* 11(22): 74-89.
- Harp, Dustin, Ingrid Bachmann, & Jaime Loke. 2014. "Where Are the Women? The Presence

- of Female Columnists in US Opinion Pages." *Journalism & Mass Communication Quarterly* 91(2): 289-307. DOI: <https://doi.org/10.1177/1077699014527457>
- Jacobs, Laura, & Meta van der Linden. 2018. "Tone Matters: Effects of Exposure to Positive and Negative Tone of Television News Stories on Anti-Immigrant Attitudes and Carry-Over Effects to Uninvolved Immigrant Groups." *International Journal of Public Opinion Research* 30: 211-232. DOI: <https://doi.org/10.1093/ijpor/edw036>
- Lengauer, Günter, Frank Esser, & Rosa Berganza. 2012. "Negativity in Political News: A Review of Concepts, Operationalizations and Key Findings." *Journalism* 13: 179-202. DOI: <https://doi.org/10.1177/1464884911427800>
- Lobo, Paula, et al. 2015. "In Journalism, We Are All Men: Material Voices in the Production of Gender Meanings." *Journalism Studies* 18(9): 1148-1166. DOI: <https://doi.org/10.1080/1461670X.2015.1111161>
- Miranda, João. 2014. "Notas sobre o papel e a situação da mulher no processo de profissionalização do jornalismo português e no decurso da desregulação profissional." *Media & Jornalismo* 25(14): 53-64.
- Miranda, João. 2017. "Contributos para o estudo sobre a feminização do jornalismo português." *Media & Jornalismo* 17(30): 27-42. DOI: https://doi.org/10.14195/2183-5462_30_2
- North, Louise. 2016. "The Gender of 'Soft' and 'Hard' News: Female Journalists' Views on Gendered Story Allocations." *Journalism Studies* 17(3): 356-373. DOI: <https://doi.org/10.1080/1461670X.2014.987551>
- Paul, Subin, & Dan Berkowitz. 2019. "Social Construction of News." *The International Encyclopedia of Journalism Studies* [online], editado por Tim P. Vos et al. DOI: <https://doi.org/10.1002/9781118841570.iejs0030>
- Scheufele, Dietram A. 2000. "Agenda-Setting, Priming, and Framing Revisited: Another Look at Cognitive Effects of Political Communication." *Mass Communication & Society* 3(2-3): 297-316. DOI: https://doi.org/10.1207/S15327825MCS0323_07
- Shaw, Eugene F. 1979. "Agenda-Setting and Mass Communication Theory." *International Communication Gazette* 25(2): 96-105. DOI: <https://doi.org/10.1177/001654927902500203>
- Sheafer, Tamir. 2007. "How to Evaluate It: The Role of Story-Evaluative Tone in Agenda Setting and Priming." *Journal of Communication* 57(1): 21-39. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.0021-9916.2007.00327.x>
- Shoemaker, Pamela J., et al. 2001. "Individual and Routine Forces in Gatekeeping." *Journalism & Mass Communication Quarterly* 78 (2): 233-246. DOI: <https://doi.org/10.1177/107769900107800202>
- Silveirinha, Maria João, & Rita Basílio de Simões. 2016. "As mulheres tentam compensar. O verbo 'compensar' é terrível, não é? Género e jornalismo em tempos de mudança." *ex æquo* 33: 31-47. DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2016.33.03>
- Silveirinha, Maria João, Paula Lobo, & Rita Basílio Simões. 2024. "Observing Gender in the Newsroom: Insights from an Ethnographic Study." *Feminist Media Studies* 24(3): 480-496. DOI: <https://doi.org/10.1080/14680777.2023.2200581>
- Singer, Jane B. 2006. "Stepping Back from the Gate: Online Newspaper Editors and the Co-Production of Content in Campaign 2004." *Journalism & Mass Communication Quarterly* 83(2): 265-280. DOI: <https://doi.org/10.1177/107769900608300203>
- Soroka, Stuart N. 2012. "The Gatekeeping Function: Distributions of Information in Media and the Real World." *The Journal of Politics* 74(2): 514-528. DOI: <https://doi.org/10.1017/S002238161100171X>
- Tenenboim-Weinblatt, Keren, & Christian Baden. 2021. "Gendered Communication Styles in the News: An Algorithmic Comparative Study of Conflict Coverage." *Communication Research* 48(2): 233-256. DOI: <https://doi.org/10.1177/0093650218815383>

- Valenzuela, Sebastián. 2019. "Agenda Setting and Journalism." *Oxford Research Encyclopedia of Communication [online]*, editado por Matthew Powers et al. DOI: <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190228613.013.777>
- Valenzuela, Sebastián, & Maxwell McCombs. 2014. "The Agenda-Setting Role of the News Media." Em *An Integrated Approach to Communication Theory and Research*, 2.^a ed., editado por Don W. Stacks & Michael B. Salwen, 104-119. New York: Routledge.

Bárbara Carvalho. Licenciada em Ciências da Comunicação pelo Instituto de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa. Exerce funções de Consultora de Comunicação na agência de comunicação *Creative Minds*.

Maria João Cunha. Professora Associada do ISCSP-ULisboa. Doutorada em Ciências da Comunicação. É cofundadora e investigadora integrada do Centro Interdisciplinar de Estudos de Género (CIEG), atualmente com funções de subdiretora. Desenvolve investigação na área dos estudos de género, com interesse no papel das mulheres nas indústrias da comunicação, movimentos feministas *online*, representações mediáticas de género e imagem corporal.

Artigo recebido em 4 de junho de 2024 e aceite para publicação em 6 de novembro de 2024.

Como citar este artigo:

[Segundo a norma Chicago]:

Carvalho, Bárbara, & Maria João Cunha. 2025. "Transições e resistências de género no espaço de opinião: temáticas e perceções de mulheres colunistas dos jornais *Expresso* e *Público*." *ex æquo* 51: 135-153. DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2025.51.09>

[Segundo a norma APA adaptada]:

Carvalho, Bárbara, & Cunha, Maria João (2025). Transições e resistências de género no espaço de opinião: temáticas e perceções de mulheres colunistas dos jornais *Expresso* e *Público*. *ex æquo*, 51, 135-153. DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2025.51.09>



Este é um artigo de Acesso Livre distribuído nos termos da licença Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivs (<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>), que permite a reprodução e distribuição não comercial da obra, em qualquer suporte, desde que a obra original não seja alterada ou transformada de qualquer forma, e que a obra seja devidamente citada. Para reutilização comercial, por favor contactar: apem1991@gmail.com



INTERROMPER O ESTIGMA: IMAGÉTICA DO ABORTO NAS OBRAS DE ARTISTAS PORTUGUESAS

 *Teresa Melo**

 *Dalila Cerejo***

Resumo

Este artigo analisa as artes agenciadas pelo feminismo para desafiar o estigma do aborto em Portugal, entre 2004 e 2023. A partir das obras “O meu corpo pertence-me” (Paula Tavares 2005), “Lavagem a seco” (Carla Cruz e Catarina Carneiro de Sousa 2004) e “Cyanovan (Protocol)” (Diana Policarpo 2020), pretende aprofundar os enquadramentos teórico e histórico sobre a estigmatização do aborto; compreender as narrativas visuais e as estratégias usadas nestas obras para identificar, informar e combater o estigma; e, por fim, refletir sobre o potencial da arte para reconfigurar a realidade política, ética e social, e não apenas representar ou espelhar as condições existentes.

Palavras-chave: Aborto, estigma do aborto, arte contemporânea, feminismos, Portugal.

Abstract

Interrupting the Stigma: Abortion Imagery in the Works of Portuguese Artists

This article analyzes the feminist-driven arts that challenge the stigma of abortion in Portugal between 2004 and 2023. By examining the works “O meu corpo pertence-me” (Paula Tavares 2005), “Lavagem a seco” (Carla Cruz and Catarina Carneiro de Sousa 2004), and “Cyanovan (Protocol)” (Diana Policarpo 2020), it aims to deepen the theoretical and historical frameworks on abortion stigmatization; to understand the visual narratives and strategies used in these works to identify, inform, and combat stigma; and, ultimately, to reflect on the potential of art to reconfigure political, ethical, and social realities, rather than merely represent or mirror existing conditions.

Keywords: Abortion, abortion stigma, contemporary art, feminisms, Portugal.

* Centre for Doctoral Training: Feminism, Sexual Politics and Visual Culture – School of Social Sciences and Humanities, Loughborough University, Loughborough LE11 3TU, Reino Unido.
Endereço postal: Brockington Building, Epinal Way, Loughborough LE11 3TU, Reino Unido.
Endereço eletrónico: teresacacadormelo@gmail.com

** Departamento de Sociologia, NOVA FCSH, 1099-085 Lisboa, Portugal.
Endereço postal: Colégio Almada Negreiros, 1099-085 Lisboa, Portugal.
Endereço eletrónico: dalilacerejo@fcs.unl.pt

Resumen

Interrumpir el estigma: imagería del aborto en las obras de artistas portuguesas

Este artículo analiza los artes agenciados por el feminismo para desafiar el estigma del aborto en Portugal, entre 2004 y 2023. A partir de las obras “O meu corpo pertence-me” (Paula Tavares 2005), “Lavagem a seco” (Carla Cruz y Catarina Carneiro de Sousa 2004) y “Cyanovan (Protocol)” (Diana Policarpo 2020), pretende profundizar en los marcos teóricos e históricos sobre la estigmatización del aborto; comprender las narrativas visuales y las estrategias usadas en estas obras para identificar, informar y combatir el estigma; y, en el horizonte, reflexionar sobre el potencial del arte para reconfigurar la realidad política, ética y social, y no solo representar o reflejar las condiciones existentes.

Palabras clave: Aborto, estigma del aborto, arte contemporáneo, feminismos, Portugal.

1. Introdução

Como podem as práticas artísticas com agência feminista promover interações entre espaços, ativismos e públicos? A partir do contexto sociopolítico português, onde o direito ao aborto foi historicamente restringido em função da influência da Igreja Católica e cuja estigmatização continua a desempenhar um papel importante na manutenção dessas restrições, este artigo situa algumas obras artísticas produzidas em Portugal entre 2004 e 2023 para refletir sobre o papel das artes na consciencialização e eliminação do estigma do aborto. Pretende-se compreender os efeitos de uma estigmatização pré-existente e cujas nuances motivaram a criação artística a partir de posicionamentos feministas; o poder comovente da arte na revelação da realidade, nomeadamente a obstaculização pelo Estado de quadros emancipatórios no acesso das mulheres¹ à saúde sexual e reprodutiva (SSR)²; e aferir as estratégias criativas utilizadas para ampliar este debate.

Utilizando uma abordagem qualitativa baseada na metodologia feminista sugerida por Mary Margaret Fonow e Judith A. Cook (2005) — cujos princípios orientadores são a observação do significado de género, da centralidade da consciencialização, da norma científica da objetividade que assume que o sujeito e o objeto de investigação possam estar separados entre si; o reconhecimento da exploração das mulheres como objetos de conhecimento; e finalmente, a transformação das instituições sociais misóginas por meio da investigação e dos seus resultados — o estudo emprega a análise de conteúdo, o estudo de caso e a análise visual como principais métodos.

¹ Utilizamos a palavra “mulheres” para fazer referência a mulheres e raparigas.

² A pesquisa centra-se no impacto da estigmatização do aborto em mulheres cisgénero, mas reconhece-se que as questões abordadas também afetam pessoas trans, não-binárias e de género não-conformista em Portugal, que podem engravidar e, portanto, devem ser incluídas no debate atual sobre SSR.

O estudo do estigma do aborto apoia-se na publicação “Abortion Stigma: A Reconceptualization of Constituents, Causes, and Consequences” (Norris *et al.* 2011), focando-se em quatro das suas propostas: violação dos ideais de feminilidade, independência do feto, aborto como abjeção, e o cruzamento entre lei e moralidade. Três peças artísticas são destacadas: “O meu corpo pertence-me” (2005), de Paula Tavares, “Lavagem a seco” (2004), de Carla Cruz e Catarina Carneiro de Sousa, e “Cyanovan (Protocol)” (2020), de Diana Policarpo. Assim, o artigo apresenta hipóteses na formulação da estigmatização a partir das principais contribuições científicas; seguindo-se a evolução sociopolítica do aborto em Portugal; a metodologia da pesquisa; e, por fim, os resultados, através de exemplos onde a *práxis* artística se revelou precursora da mudança social.

Apesar dos estudos desenvolvidos nas mais diversas áreas, não há sinais de investigações feitas em Portugal que contemplem a abordagem das produções simbólicas operadas na relação intersubjetiva entre agentes individuais e coletivos e as artes a partir de posicionamentos feministas para desafiar o estigma do aborto no país. Por isso, consideramos que esta análise é inovadora no âmbito dos Estudos Feministas em Portugal e demonstra a importância da incorporação da arte como agente na transformação social³.

2. Um corpo preso ao estigma

Os números exatos sobre a interrupção voluntária da gravidez (IVG) são difíceis de aferir devido às barreiras, constrangimentos e iniquidade no acesso aos serviços, levando muitas mulheres a recorrer ao aborto inseguro, ilegal e clandestino. O aborto inseguro é uma das principais causas de mortalidade materna global, resultando em cerca de 39 mil mortes anuais e milhões de hospitalizações por complicações (ONU News 2022).

Até 2007, Portugal tinha uma das legislações mais restritivas da Europa sobre a interrupção da gravidez (IG) por opção da mulher nas primeiras 10 semanas (Monteiro 2012; 2022). Em 2005, estimaram-se cerca de 17 mil abortos clandestinos (Feio 2021). Após a despenalização em 2007, registaram-se 6.107 IGs entre julho e dezembro (Episcience 2007). Em 2008, foram assinaladas 18.014 IGs, com um pico de 19.921 em 2011, seguido por uma redução até 2020, com 14.321 IGs (DGS 2022). Em 2021 e 2022, os números foram 13.782 e 15.870, respetivamente (DGS 2023). Desde 2007, nenhuma mulher morreu ou foi condenada (DGS 2022), e importa esclarecer que não se encontraram registos relativos a abortos clandestinos no período pesquisado.

³ Este artigo é decorrente da dissertação de mestrado “Imaginar um corpo livre: notas sobre o estigma do aborto, práticas artísticas feministas contemporâneas e transgressão” (Melo 2023).

As sociedades categorizam os seus sujeitos, atribuem e naturalizam normas, e o estigma surge quando há uma rutura na expectativa de que aquelas/es que se encontram numa certa categoria devem não só apoiar como cumprir tais normas (Goffman 1963). O estigma do aborto, em particular, refere-se à atribuição de características negativas às mulheres que interrompem uma gravidez, marcando-as como inferiores aos ideais de feminilidade, que incluem a sexualidade para reprodução, a maternidade como realização e a tendência natural para o cuidado (Kumar, Hessini & Mitchell 2009). Este estigma manifesta-se individualmente com sentimentos de culpa e vergonha; institucionalmente, através de leis discriminatórias e penalizadoras; e culturalmente, por meio de estereótipos, normas culturais, crenças e a ausência do aborto no discurso sobre a reprodução (Kumar, Hessini & Mitchell 2009; Cockrill *et al.* 2013).

3. O enquadramento sociopolítico em Portugal

A IVG foi objeto de debates parlamentares em 1982, 1983/84, 1997, 1998 e 2004 e tema de dois referendos, o primeiro a 28 de junho de 1998 e o segundo a 11 de fevereiro de 2007. Os anos 2000 foram decisivos para despoletar o debate público devido a vários episódios mediáticos de judicialização. Entre eles, esteve a chegada do navio *Borndiep*, da organização holandesa *Women on Waves*, a convite das associações portuguesas pró-escolha Acção Jovem para a Paz, Clube Safo, Não te Prives e UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta, que saiu de Amesterdão com destino à Figueira da Foz em agosto de 2004. Era propósito permanecer até ao dia 12 de setembro em águas internacionais, de forma a não violar a legislação portuguesa em vigor, para relançar o debate em torno da IVG e distribuir a pílula abortiva RU486 às mulheres grávidas até às seis semanas e meia que estivessem interessadas (Branco 2004).

A 27 de agosto, o Ministro de Estado, da Defesa e dos Assuntos do Mar, Paulo Portas (CDS-PP), enviou um navio da Marinha para impedir o seu avanço nas águas territoriais portuguesas. A proibição foi justificada pelo Secretário de Estado para os Assuntos do Mar, Nuno Thomas (CDS-PP), alegando que a ONG queria distribuir produtos farmacêuticos não autorizados, incitar à prática de atos ilícitos e realizar IGs sem licenciamento (Lusa 2004). Em 2009, o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos considerou que Portugal violou o artigo 10 da Convenção dos Direitos Humanos, relativo à liberdade de expressão (TEDH 2009).

A 11 de fevereiro de 2007, realizou-se o segundo referendo à população sobre a “despenalização da interrupção voluntária da gravidez, se realizada, por opção da mulher, nas primeiras dez semanas” e o sim ganhou. Foi então publicada a Lei n.º 16/2007, de 17 de abril desse ano⁴, atualmente em vigor, que des-

⁴ Disponível em <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/16-2007-519464>

penalizou a IVG e estabeleceu que esta não seria punível se “realizada por opção da mulher nas primeiras 10 semanas de gravidez” (art.º 142 al. e). Determinou também a obrigatoriedade de um período mínimo de reflexão de três dias (art.º 142 al. b), a garantia à mulher de “disponibilidade de acompanhamento psicológico durante o período de reflexão” (art.º 2 al. c), de “disponibilidade de acompanhamento por técnico de serviço social, durante o período de reflexão” (art.º 2 al. d) e assegurou o direito à objeção de consciência por parte do pessoal médico (art.º 6 al. 1).

Mas o debate não se extinguiu e os contramovimentos continuaram no sentido da revogação dos progressos legislativos. Em julho de 2015, o Governo Constitucional liderado pela coligação PSD-CDS, aprovou medidas no sentido de obstaculizar a IVG: taxas moderadoras obrigatórias; aconselhamento psicológico obrigatório por pessoal de psicologia e/ou de serviço social; médicas/os objetoras/es de consciência passariam a poder seguir/consultar as mulheres; e consulta de planeamento familiar obrigatória depois da intervenção. A discussão das propostas foi acompanhada pela contestação de movimentos de mulheres dentro e fora do Parlamento que consideraram a iniciativa legislativa um retrocesso (PPDR 2015). A ação foi revogada em novembro do mesmo ano pelo Governo Socialista.

Durante este período, várias artistas mostravam sinais de proximidade aos estudos de género e às referências do movimento feminista. Em 1999, Carla Cruz, Ana Medeira, Catarina Carneiro de Sousa e Isabel Carvalho, estudantes da Faculdade de Belas-Artes da Universidade do Porto, criaram a ZOiNA, um coletivo de intervenção artística feminista que privilegiava a intervenção no espaço público e que, como outros coletivos artísticos, estabeleceu um circuito alternativo no sistema das artes, desconstruindo e reconfigurando as convenções dominantes do poder institucional (Fonseca 2013). Estas e outras artistas integraram mais tarde o projeto artístico, plataforma feminista e blogue sobre arte e género ALL MY INDEPENDENT WOMEN (AMIW), iniciado pela artista e investigadora Carla Cruz em 2005, e que contempla a seleção, divulgação e representatividade dos feminismos artísticos em Portugal. Em 2013, a exposição “Hetero q.b.” no Museu Nacional de Arte Contemporânea do Chiado em Lisboa, organizada em semanas temáticas abordando feminismos, pós-feminismos, sexualidades e diversidades *queer*, apresentou vídeos/performance de artistas mulheres de todo o mundo. Durante a semana “Família, Intimidade e Mundo”, foi exibido o vídeo *Sem Título* (2006), de Célia Domingues, que apresentava relatos de mulheres sobre as suas experiências com o aborto, recolhidos pela linha telefónica S.O.S Aborto (MNAC 2013).

4. Metodologia

O estudo abrange o período de 2004 a 2023, começando com a chegada do *Borndiep* da *Women on Waves* a Portugal. Até 2023, ano de conclusão do estudo, analisa a evolução legal e a interação entre movimentos de mulheres, coletivos feministas, partidos políticos, criações artísticas e outras/os agentes. A pesquisa utilizou uma abordagem qualitativa de fontes secundárias, incluindo legislação, revistas académicas, artigos de imprensa, publicações e catálogos de exposições, consultados em arquivos digitais e bibliotecas públicas.

A metodologia visual de Gillian Rose (2001) permitiu interpretar os registos visuais e o impacto sociológico dos eventos históricos. Além disso, as fotografias retrataram a diversidade das práticas artísticas como ferramenta de consciencialização das consequências nefastas da criminalização do aborto e revelaram exemplos de organização em torno da luta pelos direitos sexuais e reprodutivos, principalmente por mulheres. A reflexão sobre o estigma do aborto, baseada em Norris *et al.* (2011), foi articulada com os casos de estudo, destacando “O meu corpo pertence-me” (2005), de Paula Tavares, “Lavagem a seco” (2004), de Carla Cruz e Catarina Carneiro de Sousa, e “Cyanovan (Protocol)” (2020), de Diana Policarpo. Não foram encontradas obras artísticas sobre o estigma do aborto associado à personificação do feto.

Por fim, pareceu-nos oportuno observar o entrelaçamento entre realidade e ficção que comportam estas peças, atendendo à criação, à representação, à divulgação, à receção e ao posicionamento feminista. Como tal, foi criada uma tabela com dimensões e indicadores de análise extraídos da contextualização teórica e enquadramento conceptual para cada domínio com o intuito de auxiliar a interpretação destas relações.

5. Imaginar um corpo livre

A redescrção dos processos nos termos das políticas do corpo implica compreendê-lo a par das negações e exclusões que o têm disciplinado e trabalhar ao nível do campo do imaginário filosófico e artístico como possibilidade do seu desmantelamento. Ambas as estratégias, consciencialização e ativismo, promovem e integram tais processos criativos. Assim, a arte ativista pode ser entendida como uma forma de expressão inovadora e comunicativa, onde estilo e estética se entrelaçam nas estruturas sociais em que intervém, face à corrente dominante (Lippard 1984). Já o ativismo feminista é o reflexo de alianças sob um lugar-comum de produção de conhecimento e de práticas criativas onde as semelhanças nas experiências pessoais de mulheres e críticas ao patriarcado são enfatizadas (Rosa 2021). Logo, o pensamento feminista deve expandir o esforço intelectual para reconhecer a importância das diferenças sexuais e outras entre

os fatores sociais, económicos, ideológicos, semióticos e psicológicos que possam ser considerados (Pollock 2008).

Em plena autonomia, a arte pode romper com as hierarquias e ordens existentes, desafiar as normas estabelecidas e abrir possibilidades de emancipação e de libertação (Rancière 2004). À tomada de consciência sobre as formas de operação, é adicionada, pela agência feminista, a desestabilização dos espaços cristalizados onde o corpo da mulher é considerado lugar de regulação. Prescindindo dos meios de violência física e dos meios de retórica, argumentamos que a arte pode proporcionar condições para a abertura radical das camadas implícitas e explícitas de supressão, repressão e exclusão.

5.1. *A violação dos ideais de feminilidade*

Muitas são as obras de artistas contemporâneas que propõem a rutura com a associação entre o feminino, a maternidade e o corpo materno normalizado, e o câmbio dos ideais anteriores em favor da produção de diferenças. Chamamos a atenção para a admirável seleção de pinturas *Abortion Series* (1997-98), de Paula Rego (Lisboa, 1935—Londres, 2022), cuja criação foi motivada pelo primeiro referendo em Portugal sobre a IVG em 1998 e que derrotou o “sim”. A escolha das mães nesta série é problemática, já que as mulheres ilustradas não são adultas, mas raparigas. Logo, estas obras não são sobre ser mãe e sim sobre não se tornar mãe (Lisboa 2002).

O meu corpo pertence-me (Paula Tavares, 2003-5)

Paula Tavares⁵ retratou na cidade do Porto, entre 2003 e 2005, mulheres de várias idades a segurar um cartaz onde se lê em letras maiúsculas “O MEU CORPO PERTENCE-ME”, uma frase que lembra os versos “O corpo é teu, irmã / Pertence-te!” da poeta Maria Teresa Horta no livro *Aborto – direito ao nosso corpo* (1975). Na fotografia, o retrato, repleto de ambiguidade, está em praticamente todos os níveis, e parte dessa ambiguidade relaciona-se com uma dialética de significados em que a questão do quê e de quem está a ser fotografada se mantém (Clarke 1997). Aqui as mulheres posam de pé, sozinhas e de frente para a câmara, expressando coragem, independência, insurgência e insubmissão. Com efeito, o seu olhar (o da Outra) é direto, assertivo e frontal, desafiando o olhar de quem as observa para tornar plenamente credível que fazem parte do mundo visível. Falamos então na função do retrato para o resgate e recuperação do Eu.

⁵ Paula Tavares protagonizou o movimento artístico feminista no Porto a partir de 2000.

Figuras 1 e 2

Paula Tavares. *O meu corpo pertence-me*, 2003-5. FotografiaCortesia *All My Independent Women*

As fotografias foram impressas e coladas pelas ruas da cidade, reapropriando lugares da vida pública dominados pelo conservadorismo que criminalizava a IVG a pedido da mulher. Foi na rua que *O meu corpo pertence-me* fortaleceu relações, combinando a identidade das mulheres retratadas e a viabilidade do “sujeito”; estreitou a experimentação com o visual a nível da representação fotográfica e performativa; e testou a legitimidade das suas mensagens como mecanismo de negociação e construção da realidade sociopolítica, obrigando a refletir sobre outros significados. Neste sentido, regressamos à ideia de aparecimento como o espaço de encontro onde cada sujeito pode aparecer e, coletivamente, fazer política. Aparecer é importar, ou seja, afirmar a existência como ser que conta e é real (Mirzoeff 2017), tal como aconteceu nas manifestações de protesto pela absolvição das dezassete mulheres acusadas no julgamento de crime de aborto da Maia em 2001 (RTP 2001).

Figura 3

Paula Tavares. *O meu corpo pertence-me*, 2003-5. Intervenção pública na cidade do Porto



Cortesia de *All My Independent Women*

Figura 4

Paula Tavares. *O meu corpo pertence-me*, 2003-5. Intervenção pública na cidade do Porto



Cortesia de *All My Independent Women*

5.2. O feto independente

Uma das transformações mais relevantes deu-se no campo médico, no qual as fronteiras dos corpos se tornaram permeáveis a outras formas de visualização e de operação, pelo que saber quem controla a interpretação das fronteiras corporais na análise médica é uma questão feminista importante.

As imagens fetais podem sintetizar a distorção inerente na fotografia, isto é, a tendência de fatiar a realidade em pequenos fragmentos extraídos do espaço e tempo reais (Sontag 2012), tornando-a vulnerável a manipulações. Segundo Petchesky (1987, 270), considerar o feto como independente e isolado aplica à gestação a visão proposta por Hobbes de que os seres humanos são por natureza desconectados, solitários e individualistas, e é esse individualismo abstrato que apaga não só a mulher grávida do processo como também a dependência do feto em relação a si. Como resultado, dá à imagem fetal a transparência simbólica de um bebé perdido. O livro *A Child Is Born* (Nilsson 1966) é um precedente deste tipo de abordagem. Cortada de cena, a vida da mulher grávida torna-se invisível e irrelevante.

A distribuição de imagens necrofílicas voyeurísticas de fetos na cultura visual de massas serve de pano de fundo para os ataques políticos ao acesso ao aborto. O seu uso é frequente por parte de grupos antiaborto que exageram a independência do feto relativamente à mulher que o sustém, ignoram as circunstâncias sociais da sua vida e sugerem que o aborto é equivalente a um assassinato (Norris *et al.* 2011). Esta estratégia fundiu as tecnologias fetais com o significado simbólico do feto, da vida e da morte, para criar a qualidade de presença pública numa cultura visualmente orientada, e, sem surpresa, do género masculino. Não é a imagem de um bebé, mas de um homem minúsculo.

Quando as mulheres que procuram o aborto são coagidas a ver fotos de fetos, é a abstração moral que as conduz e define o modo como se devem sentir moralmente responsáveis, e agir em consonância (Oaks 2000). Norris *et al.* (2011) argumentam que o reconhecimento legal na atribuição de personalidade jurídica ao feto ou na imposição de limites na idade gestacional, bem como a difusão de imagens fetais na cultura, incluindo a representação e deturpação por meio de linguagem, discursos e meios visuais, exacerbam o estigma do aborto. Em Portugal, no início dos anos 2000, concentrações antiaborto performativizadas em frente às clínicas de saúde sob a direção do Movimento Católico Mãos Erguidas faziam recurso da imagiologia fetal para dissuadir as grávidas de abortar (RTP 2010).

A representação artística do feto permanece um tema raro nas artes visuais de índole ativista. É particularmente notável, dado o facto de que, no século XIX, vários artistas europeus utilizavam representações do feto para expressar o seu ponto de vista misógino (Menon 2004). A ausência em Portugal de práticas artísticas feministas sobre este tópico pode sugerir uma reação contra a mobilização do feto como símbolo primário pelo movimento antiaborto a partir da recusa do

reconhecimento do feto como agente ou sujeito. Contudo, o facto de não terem sido encontradas, não significa inexistência das mesmas.

5.3. *A face da abjeção*

A afirmação de que a IG é anti-higiénica tem como intenção provocar repulsa (Norris *et al.* 2011) e várias linhas de evidência indicam que o nojo serve, entre as suas muitas outras funções, como ampliador moral (Rozin, Haidt & McCauley 2016).

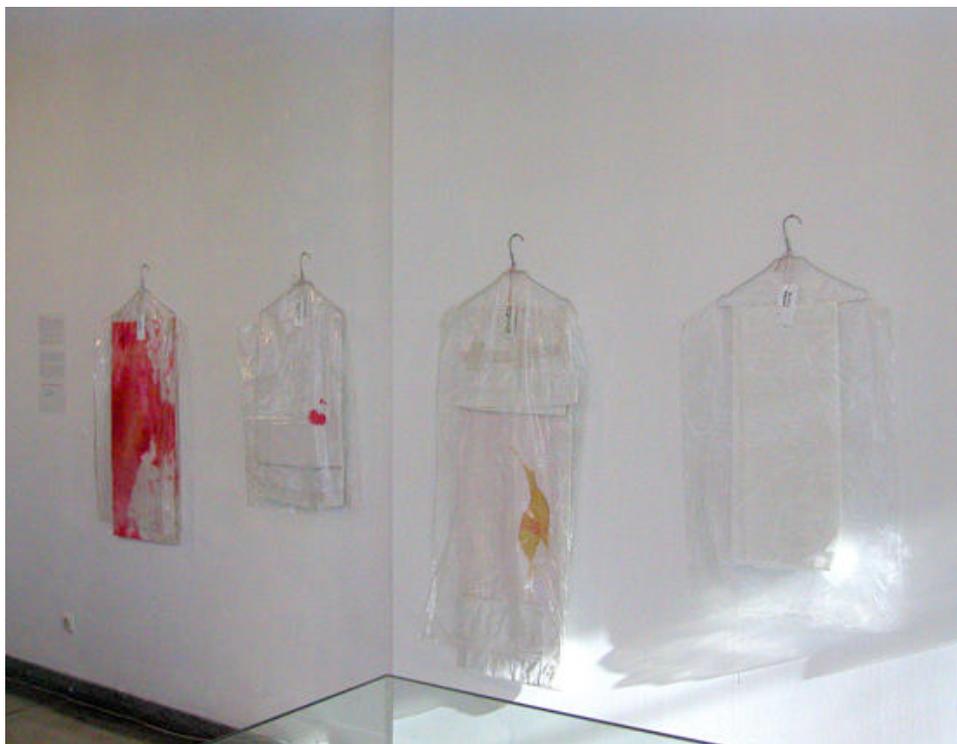
Abordagens relacionadas com a expulsão de fluidos, secreções e produtos da conceção (como o feto e a placenta) expõem comportamentos e categorias psicológicas arraigadas e desafiam o corpo clássico selado em muitas culturas. *Blood Work Diary* (1972), da artista visual Carolee Schneemann (Pensilvânia, 1939 – Nova Iorque, 2009), por exemplo, partiu da aversão de um amante seu ao ver sangue menstrual e redesenhou a imagem deste corpo para se restabelecer como criadora do seu significado e, assim, confrontar a opressão sistemática da sexualidade feminina. Na realidade, não é a falta de limpeza que causa abjeção, mas aquilo que perturba a identidade, o sistema, a ordem, o intermediário e o ambíguo (Kristeva 1982).

Lavagem a seco (Carla Cruz e Catarina Carneiro de Sousa, 2004)

Lavagem a seco foi criada em 2004 pelas artistas Carla Cruz e Catarina Carneiro de Sousa, duas presenças proeminentes no circuito artístico feminista em Portugal. A instalação consistiu numa série de jogos de lençóis brancos protegidos em sacos de plástico transparente, etiquetados e expostos nas paredes de uma lavandaria. O cabide metálico no qual os lençóis estavam pendurados remete para a conotação mais conhecida que é a da sua utilização como método caseiro para abortar. Já as etiquetas de identificação, sem nomes, tinham mensagens como “Eu tomei um comprimido” ou “Eu bebi um chá e não resultou”, e revelavam algumas das opções tomadas quando a necessidade de abortar se impunha. *Lavagem a seco* também reconhecia o acesso desigual entre classes sociais, tornando-se num material com fortes implicações políticas. Destaca-se o lençol com a etiqueta “Eu fui a Espanha” que se encontrava absolutamente limpo, remetendo para a situação das mulheres portuguesas que recorriam a clínicas privadas espanholas para abortar (Tavares 2007).

Figura 5

Carla Cruz e Catarina Carneiro de Sousa. *Lavagem a seco*, 2004.
Instalação na Lavandaria Olímpica, Porto



Cortesia Carla Cruz

O fluxo de sangue abundante e irregular sobressaía em manchas de cor vermelho-vivo e acastanhado que se infiltravam no branco do tecido. Refere Grosz (1994, 195) que o perturbador no fluido ou na substância viscosa é a sua recusa em conformar-se às leis que regem o limpo e o adequado, o sólido e o idêntico a si mesmo, a sua alteridade face à noção de entidade – o próprio enquadramento que dirige as autorrepresentações e a compreensão do corpo. O interior do corpo, explica Kristeva (1982, 53), manifesta-se para compensar o colapso da fronteira entre dentro e fora. É como se a pele, frágil, deixasse de garantir a integridade do “eu próprio e limpo” mas desgastada, transparente, invisível ou tensa, acabasse por ceder perante a eliminação dos seus conteúdos. O sangue, tal como o sémen, o excremento ou a urina, surge para reafirmar um sujeito em falta do seu “eu próprio e limpo”.

Figura 6
Carla Cruz e Catarina Carneiro de Sousa. *Lavagem a seco*, 2004.
Instalação na Lavandaria Olímpica, Porto



Cortesia Carla Cruz

O lugar da instalação tornou-se primordial para o projeto, examinando as estruturas ideológicas e institucionais que sustentam e exibem obras de arte. *Lavagem a seco* foi criada para o Balancette #3, projeto de intervenção artística do Porto do coletivo Ateliers Mentol (Madureira s.d.), cujo palco era constituído por espaços comerciais ativos, mas em vias de extinção nesta cidade⁶ e, como tal, tomou lugar na Lavandaria Olímpica, na rua Miguel Bombarda. A impossibilidade ideológica de neutralidade de qualquer local contribui para expandir a instalação, onde as formas ocupam e reconfiguram não apenas o espaço institucional, mas também o espaço da objetividade (Suderburg 2000).

⁶ Ateliers Mentol. Disponível em <https://ateliermentol.blogspot.com/>

Figura 7
Carla Cruz e Catarina Carneiro de Sousa. *Lavagem a seco*, 2004.
Instalação na Lavandaria Olímpica, Porto



Cortesia Carla Cruz

5.4. *Lei e moralidade*

A principal característica dos quadros da moralidade é a prioridade dada à adesão aos princípios morais sobre considerações práticas ou utilitárias (Knill 2013). Na formação dos valores morais e a sua influência na política, alguns atores religiosos conservadores desempenham um papel significativo nas políticas públicas. Na Europa, a influência das Igrejas Católica e Ortodoxa, juntamente com o populismo de direita e a homofobia política, tem reforçado o poder estatal. Relembre-se que o termo “ideologia de género” surgiu nos debates da Igreja Católica após as conferências da ONU sobre População e Desenvolvimento (Cairo, 1994) e sobre as Mulheres (Pequim, 1995), refletindo temores de que os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres promovessem o aborto, desafiassem a maternidade tradicional e legitimassem a homossexualidade (Kuhar & Paternotte 2017).

O conservadorismo religioso e o antifeminismo em Portugal parecem ser parte de um legado institucional e social que remonta ao Estado Novo e que se perpetua tanto na estrutura político-social do país quanto em textos legais, especialmente relacionados com a família, resultando na rejeição de iniciativas que promovem a emancipação das mulheres. (Monteiro & Ferreira 2016). Existem 31 documentos episcopais com referências à IVG, sendo o posicionamento da Igreja Católica contrário a todas as tentativas legais de despenalização (Sousa & Silva 2023).

Outro obstáculo é o direito à objeção de consciência dos profissionais de saúde, ou seja, a recusa de participação numa atividade que um indivíduo considere incompatível com a sua conduta religiosa, moral, filosófica ou crença ética (Zampas & Andión-Ibañez 2012). A Lei nº16/2007 reconhece o direito à objeção de consciência a quaisquer atos respeitantes à IVG. A obrigatoriedade dos três dias de reflexão reconhecida na lei revela também que o aborto é tratado de forma diferente de outros atos médicos, perpetuando preconceitos (Feio 2021).

À luz das lógicas operantes nas práticas artísticas feministas contemporâneas, como a lógica de trabalho de grupo e a tomada de consciência coletiva, sublinhamos a curta-metragem *Cosas de mujeres* (1978), com realização de Rosa Martha Fernández (Cidade do México, 1948), membro e fundadora do coletivo mexicano Cine Mujer, ativo entre 1975 e 1987. Trata-se de uma narrativa ficcional que relata a experiência de uma jovem estudante que quer interromper a gravidez. A última imagem é da autoria de Ana Victoria Jiménez (Cidade do México, 1941) e retrata um protesto pelo direito ao aborto em frente à Câmara dos Deputados na Cidade do México em Novembro de 1977.

Cyanovan (Protocol) (Diana Policarpo, 2020)

A realização do vídeo *Cyanovan (Protocol)* (10'56), de Diana Policarpo, foi motivada pela sua visita à artista e ativista Paula Pin na Galiza, Espanha, em 2020, durante a pandemia de COVID-19. Fundada em valores bio e transhackfeministas⁷ e em metodologias DIY (*do it yourself*, faz tu mesmo/a), Pin investiga práticas autónomas sobre tecnologia ginecológica produzida coletivamente e disponibilizada de forma aberta e gratuita, incluindo microscópios portáteis e dispositivos médicos impressos em 3D. O laboratório está instalado dentro de uma carrinha, a *CyanoVan*, que circula entre localidades para promover o *biohacking* como espaço de produção de conhecimento e reflexão, desenvolvendo dessa forma afinidades entre várias linhas de trabalho.

⁷ O termo “transhackfeminismo” refere-se ao uso de *hacking* como resistência feminista na criação de novos conhecimentos através de (bio)práticas artísticas, estéticas ou culturais transdisciplinares. Esta proposta teve origem no “Manifesto Transhackfeminista” por Pechblenda lab. Ver mais em https://pechblenda.hotglue.me/?transhackfeminism_en

A noção de crítica cultural que funciona em *road movies* é revelada na viagem de carrinha que sugere um refúgio móvel. Isto é, cinematograficamente no que toca ao trabalho de câmara itinerante e, narrativamente, na estrutura aberta do enredo ligada à naturalidade da narrativa oral e no tom que proporciona um movimento em direção a algo (Laderman 2002). Em termos de personagens principais, *Cyanovan (Protocol)* enquadra as duas mulheres do filme numa perspetiva realista, respondendo à fratura histórica do sujeito masculino como principal suporte de um cinema dominante (Laderman 2002).

Cyanovan (Protocol) pertenceu à exposição individual da artista intitulada *Nets of Hyphae*, coproduzida e exposta na Galeria Municipal do Porto (04.12.2020 – 25.04.2021), e que propunha a interligação entre cadeias globais de abastecimento, políticas de saúde sexual e a experiência de parteiras, curandeiras/os e camponesas/es em precariedade e resistência em diversos períodos históricos e sociedades europeias. A premissa foi o *Claviceps purpura* ou esporão-do-centeio, um fungo parasita do centeio, reconhecido pelo seu uso medicinal e propriedades alucinogénicas. A sua história está ligada ao aborto, pois teria sido utilizado em pequenas doses para interromper a gravidez e tratar hemorragias pós-parto, “mas que acabou por ser invisibilizado pela descoberta do LSD em laboratórios, por esse processo de sintetização” (Policarpo 2020, 2:00).

A peça propõe a combinação entre o conhecimento tradicional de plantas, a cibernética, a solidariedade e o ecofeminismo para questionar o espectro binário do pensamento e nele acolher as relações entre espécies humanas e não-humanas como uma rede de interdependências. Além disso, coloca em perspetiva o conhecimento e as infraestruturas normativas, técnicas, científicas e ideológicas que dominam as políticas sobre o vivo, os corpos e a saúde. Ao traçar interseções entre estruturas sociais, sexuais e económicas por meio de histórias reais e especulativas, a artista explora a ideia de que todas as dinâmicas subalternas estão enraizadas em lógicas de poder e normatividade (Blanc 2021).

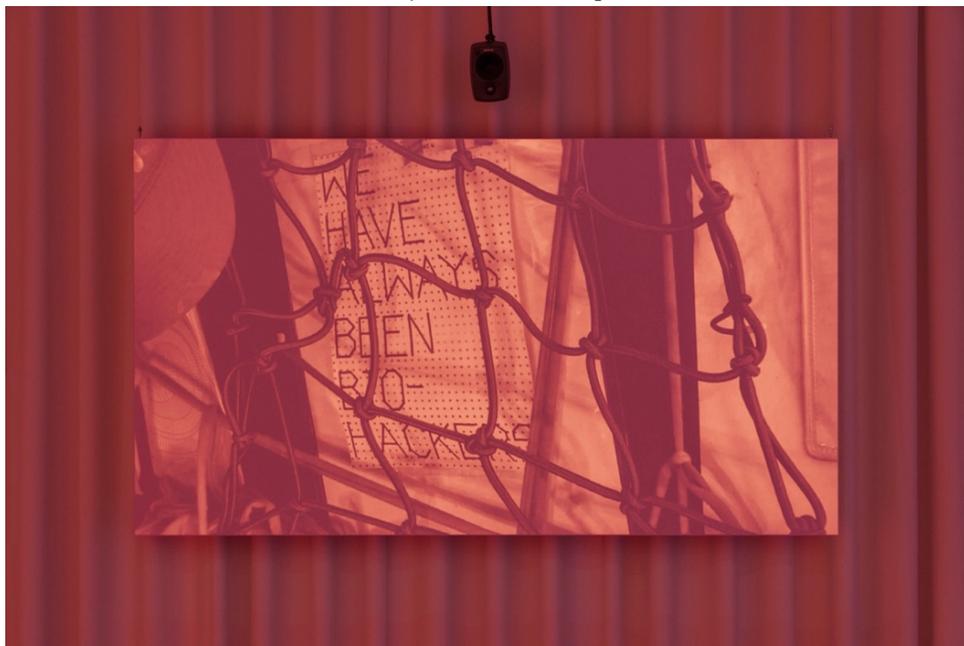
A este respeito, Policarpo situa o trabalho de *biohacking* feminista de Pin em paralelo com a medicina holística praticada em diferentes geografias, abrindo o debate sobre o acesso à saúde a partir da ginecologia autogerida como proposta de saúde comunitária. “As conexões com o *Trans Hack Feminism* vieram de contextos colaborativos específicos onde pessoas diferentes estavam a hackear o género ou hackear tecnologia, juntávamo-nos e fazíamos laboratórios comunitários”, ouviu-se Pin em voz *off* (Policarpo 2020, 0:34).

O direito à IG à luz do direito internacional tem sido historicamente enquadrado segundo a crença de que os sistemas regulados pelo controlo legal e médico são o garante da segurança do aborto. Contudo, a realidade exige questionar noções simplistas de segurança, como o ambiente clínico, a formação dos profissionais de saúde ou a eficácia de um determinado protocolo. A prática crescente e mundial do aborto autogerido (os comprimidos de mifepristona e misoprostol são

o recurso-chave) tem desafiado os principais preceitos deste paradigma (Assis & Erdman 2022).

Figura 8

Diana Policarpo em colaboração com Paula Pin. *Cyanovan (Protocol)*, 2020.
Vídeo e som, 10'56 loop, Galeria Municipal do Porto, Porto



Fonte: *Nets of Hyphae* (Hessler 2021)

Conclusão

Neste artigo, procurámos demonstrar que em Portugal foram realizadas experiências artísticas que se posicionaram criticamente contra a estigmatização do aborto. *Lavagem a seco*, *O meu corpo pertence-me* e *Cyanovan (Protocol)* reafirmaram o vínculo entre arte e feminismos, a partir de uma ancoragem que potencializa as linguagens artísticas para colocar em si discursos, posições e narrativas. Embora não transformassem diretamente a sociedade, denunciaram, questionaram e romperam o silêncio, viabilizando e fortalecendo a justiça reprodutiva em Portugal. Além disso, foi possível observar de que modo a opção por determinada prática ou técnica artística faz parte da identificação da capacidade para conectar com o pensamento; ativar a sensibilidade, a consciência, as emoções e os sentimentos que motivam a reflexão e a ação; confrontar o imaginário; e permitir a mobilização de tantas outras linguagens que implicam os sentidos. O tom latente que caracteriza

as práticas artísticas feministas sugere que a experiência como matéria continua a ser o pano de fundo para que a verdade se torne visível (Melo 2023).

Todavia, o campo da pesquisa em Portugal continua incipiente, pelo que o aprofundamento do conhecimento nesta área exige mais trabalho multidisciplinar e recurso a ferramentas metodológicas sob o prisma das teorias feministas. Uma pesquisa atenta deve notar, portanto, a construção social, cultural e científica das desigualdades sexuais (re)produzidas bem como as discriminações e opressões que daí surgem. Quer dizer, a reflexão dos fundamentos ideológicos que elaboraram a construção do ser feminino e do ser masculino é absolutamente necessária a fim de distinguir as modalidades na malha social.

Financiamento

Trabalho financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. (Portugal), no âmbito de bolsa de doutoramento com referência 2023.05412.BD.

Contributos das autoras

TM: Concetualização; investigação; metodologia; validação; redação do rascunho original; redação – revisão e edição.

DC: Concetualização; redação – revisão e edição.

Conflito de interesses

Não existem conflitos de interesse a declarar.

Referências bibliográficas

- Assis, Mariana, & Joanna Erdman. 2022. "Abortion Rights Beyond the Medico-Legal Paradigm." *Global Public Health* 17(10): 2235-2250. DOI: <https://doi.org/10.1080/17441692.2021.1971278>
- Blanc, Guilherme. 2021. "Foreword." In *Nets of Hyphae*, editado por Stefanie Hessler, 14-17. Porto: Galeria Municipal do Porto / Ágora – Cultura e Desporto, E.M., Kunsthall Trondheim e Mousse Publishing.
- Branco, Sofia. 2004. "Barco da Women On Waves está fundeado ao largo da Figueira da Foz." *Público*, 29 de agosto. Disponível em <https://www.publico.pt/2004/08/29/sociedade/noticia/barco-da-women-on-waves-esta-fundeado-ao-largo-da-figueira-da-foz-1202324>
- Clarke, Graham. 1997. *The Photograph*. Oxford: Oxford University Press.

- Cockrill, Kate, *et al.* 2013. "The Stigma of Having an Abortion: Development of a Scale and Characteristics of Women Experiencing Abortion." *Perspectives on Sexual and Reproductive Health* 45(2): 79-88. DOI: <https://doi.org/10.1363/4507913>
- DGS – Direção-Geral de Saúde. 2022. *Relatório de Análise Preliminar dos Registos das Interrupções da Gravidez | 2018-2021*. Lisboa: Direção-Geral de Saúde. Disponível em <https://www.dgs.pt/documentos-e-publicacoes/interruptoes-da-gravidez-por-opcao-da-mulher-registam-reducao-nos-ultimos-dez-anos-pdf.aspx>
- DGS – Direção-Geral de Saúde. 2023. *Relatório de Análise dos Registos das Interrupções da Gravidez | 2022*. Lisboa: Direção-Geral de Saúde. Disponível em <https://www.dgs.pt/ficheiros-de-upload-2013/relatorio-dos-registos-das-interruptoes-da-gravidez-2022-pdf.aspx>
- Episcience. 2007. *Interrupção Voluntária da Gravidez | 2007*. Sacavém: Direção-Geral de Saúde. Disponível em <https://www.dgs.pt/portal-da-estatistica-da-saude/diretorio-de-informacao/diretorio-de-informacao/por-anos-dos-dados-175907-pdf.aspx?v=%3d%3dWAAAB%2bLCAAAAAAABAARYszItzVUy81MsTU1MDAFAHzFEfkPAAAA>
- Feio, Miguel Areosa. 2021. "Lei do Aborto em Portugal. Barreiras atuais e desafios futuros." *Sociologia, Problemas e Práticas* 97: 129-158. DOI: <https://doi.org/10.7458/SPP20219719201>
- Fonow, Mary Margaret, & Judith A. Cook. 2005. "Feminist Methodology: New Applications in the Academy and Public Policy." *Signs* 30(4): 2211-2236. DOI: <https://doi.org/10.1086/428417>
- Fonseca, Rui Pedro Paulino. 2013. "Condições de produção dos feminismos artísticos em Portugal." *Estudos Feministas* 21(3): 1015-1038. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2013000300015>
- Goffman, Erving. 1988. *Estigma – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Trad. de Mathias Lambert. Rio de Janeiro: LTC Editora.
- Grosz, Elizabeth. 1994. *Volatile Bodies: Toward a Corporeal Feminism*. Bloomington: Indiana University Press.
- Hessler, Stefanie. 2021. *Nets of Hyphae*. Porto: Galeria Municipal do Porto / Ágora – Cultura e Desporto, E.M., Kunsthall Trondheim e Mousse Publishing.
- Knill, Christoph. 2013. "The Study of Morality Policy: Analytical Implications From a Public Policy Perspective." *Journal of European Public Policy* 20(3): 309-317. DOI: <https://doi.org/10.1080/13501763.2013.761494>
- Kristeva, Julia. 1982. *Powers of Horror: An Essay On Abjection*. Trad. de Leon S. Roudiez. New York: Columbia University Press.
- Kuhar, Roman, & David Paternotte. 2017. *Anti-Gender Campaigns in Europe: Mobilizing Against Equality*. Lanham, MA: Rowman & Littlefield.
- Kumar, Anuradha, Leila Hessini, & Ellen M. H. Mitchell. 2009. "Conceptualising Abortion Stigma." *Culture Health & Sexuality* 11(6): 625-639. DOI: <https://doi.org/10.1080/13691050902842741>
- Laderman, David. 2002. *Driving Visions: Exploring the Road Movie*. Austin: University of Texas Press.
- Lippard, Lucy. 1984. "Trojan Horses: Activist Art and Power." Em *Art after Modernism: Rethinking Representation*, editado por Brian Wallis, 341-358. New York: New Museum of Contemporary Art.
- Lisboa, Maria Manuel. 2002. "An Interesting Condition: The Abortion Pastels of Paula Rego." *Luso-Brazilian Review* 39(2): 125-149. DOI: <https://doi.org/10.3368/lbr.39.2.125>
- Lusa. 2004. "Paulo Portas: polémica do barco da Women on Waves está encerrada." *Público*,

- 31 de agosto. Disponível em <https://www.publico.pt/2004/08/31/sociedade/noticia/paulo-portas-polemica-do-barco-da-women-on-waves-esta-encerrada-1202462>
- Madureira, Vanda. s/d. "ATELIERS MENTOL" *Colectivos Artísticos em Portugal desde a 2ª metade do século XX* (blogue). Disponível em <https://ateliermentol.blogspot.com/>
- Melo, Teresa. 2023. "Imaginar um corpo livre: notas sobre o estigma do aborto, práticas artísticas feministas contemporâneas e transgressão." Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. Disponível em <http://hdl.handle.net/10362/163421>
- Menon, Elizabeth K. 2004. "Anatomy of a Motif: The Fetus in Late 19th-Century Graphic Art." *Nineteenth-Century Art Worldwide* 3(1). Disponível em <https://www.19thc-art-worldwide.org/spring04/anatomy-of-a-motif-the-fetus-in-late-19th-century-graphic-art>
- Mirzoeff, Nicholas. 2017. *The Appearance of Black Lives Matter*. Miami: NAME.
- MNAC – Museu Nacional de Arte Contemporânea do Chiado. 2013. *HETERO Q.B.: Exposição colectiva internacional de vídeo* [Dossier de Imprensa]. Lisboa: MNAC. Disponível em http://www.museuartecontemporanea.gov.pt/files/press/dossier_imprensa_HETERO-q-b-.pdf
- Monteiro, Rosa. 2012. "A descriminalização do aborto em Portugal: Estado, movimentos de mulheres e partidos políticos." *Análise Social* 47(3): 586-605. Disponível em <https://revistas.rcaap.pt/analisesocial/article/view/23423/17427>
- Monteiro, Rosa. 2022. "A agenda portuguesa da descriminalização do aborto à luz do *backlash* sob as forças políticas liberais e conservadoras." *Cadernos Pagu* 64: e226416. DOI: <https://doi.org/10.1590/18094449202200640016>
- Monteiro, Rosa, & Virgínia Ferreira. 2016, "Women's Movements and the State in Portugal: A State Feminism Approach." *Sociedade e Estado* 31(2): 459-486. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000200008>
- Nilsson, Lennart. 1966. *A Child Is Born: The Drama of Life Before Birth in Unprecedented Photographs. A Practical Guide for the Expectant Mother*. New York: Delacorte Press.
- Norris, Alison, et al. 2011. "Abortion Stigma: A Reconceptualization of Constituents, Causes, and Consequences." *Women's Health Issues* 21(3): 49-54. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.whi.2011.02.010>
- Oaks, Laury. 2000. "Smoke-Filled Wombs and Fragile Fetuses: The Social Politics of Fetal Representation." *Signs* 26(1): 63-108. DOI: <https://doi.org/10.1086/495568>
- ONU. 2022. OMS divulga diretrizes para melhorar segurança em abortos. *ONU News*, 9 de março. Disponível em <https://news.un.org/pt/story/2022/03/1782252>
- Petchesky, Rosalind Pollack. 1987. "Fetal Images: The Power of Visual Culture in the Politics of Reproduction." *Feminist Studies* 13(2): 263-292. DOI: <https://doi.org/10.2307/3177802>
- Policarpo, Diana. 2020. *Cyanovan (Protocol)*. [Vídeo]. YouTube. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=yZGjav8QJUs>
- Pollock, Griselda. 2008. *Vision and Difference: Feminism, Femininity and the Histories of Art*. London: Routledge.
- PPDR – Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres. 2015. "Os direitos humanos das mulheres foram hoje violados pela Assembleia da República, 22 de Jul. Comunicado sobre as alterações aprovadas à Lei 16/2007 sobre a IVG." Disponível em <http://plataformamulheres.org.pt/os-direitos-humanos-das-mulheres-foram-hoje-violados-pela-assembleia-da-republica-22-de-jul/>
- Rancière, Jacques. 2004. *The Politics of Aesthetics: The Distribution of the Sensible*. Trad. de Gabriel Rockhill. London: Continuum.
- Rosa, Maria Laura. 2021. "Activism and Collaborative Strategies for Latin American Women

- Artists." *AWARE*, 10 de setembro. Disponível em <https://awarewomenartists.com/en/magazine/activisme-et-strategies-collaboratives-entre-artistes-latino-americaies-estado-de-emergencia-etat-durgence-mexico-2018-et-maternidades-en-tension-maternites-en-tension-buenos-ai/>
- Rose, Gillian. 2001. *Visual Methodologies: An Introduction to the Interpretation of Visual Materials*. New York: SAGE.
- Rozin, Paul, Jonathan Haidt, & Clark McCauley. 2016. "Disgust." In *Handbook of Emotions*, editado por Lisa Feldman Barrett, Michael Lewis & Jeannette M. Haviland-Jones, 815-834. New York: The Guilford Press.
- RTP 2001. Julgamento de Crimes de Aborto [Vídeo], 18 de outubro. *Arquivos RTP*. Disponível em <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/julgamento-de-crimes-de-aborto/>
- RTP. 2010. Rezas contra abortos [Vídeo], 20 de maio. *Arquivos RTP*. Disponível em <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/rezas-contrabortos/>
- Sontag, Susan. 2012. *Ensaio sobre Fotografia*. Trad. de José Afonso Furtado. Lisboa: Quetzal Editores.
- Sousa, Tiago, & Patrícia Silva. 2023. "Religião e políticas de moralidade em Portugal: dos argumentos às estratégias de intervenção." *Análise Social* 58(247): 294-320. DOI: <https://doi.org/10.31447/AS00032573.2023247.05>
- Sudenburg, Erika. 2000. *Space, Site, Intervention: Situating Installation Art*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Tavares, Manuela. 2007. "A longa luta das mulheres portuguesas pela legalização do aborto." In *Livro Negro da Condição das Mulheres*, editado por Christine Ockrent, 384-395. Lisboa: Temas e Debates.
- TEDH – Tribunal Europeu dos Direitos Humanos. 2009. Caso Women on Waves e Outros c. Portugal (Queixa no 31276/05). Sentença. Estrasburgo, 3 de fevereiro. Disponível em dcjri.ministeriopublico.pt/sites/default/files/caso_women_on_waves_traducao_0.pdf
- Zampas, Christina, & Ximena Andi6n-Iba6nez. 2012. "Conscientious Objection to Sexual and Reproductive Health Services: International Human Rights Standards and European Law and Practice." *European Journal of Health Law* 19(3): 231-256. DOI: <https://doi.org/10.1163/157180912X639116>

Teresa Melo. Investigadora-doutoranda em International Relations, Politics and History em Loughborough University, bolsista FCT e escritora. É licenciada em Ciência Política e Relações Internacionais, bem como Mestre em Ciências da Comunicação e em Estudos sobre as Mulheres pela NOVA FCSH. O seu projeto de investigação atual foca-se na análise das representações do trabalho reprodutivo nas artes visuais no Brasil, entre 1986 e 2026.

Dalila Cerejo. Doutorada em Sociologia, Professora Auxiliar e coordenadora do Mestrado em Estudos sobre as Mulheres da NOVA/FCSH. É investigadora integrada, Coordenadora do Grupo de trabalho Desigualdades e Ação Pública e membro da direção do Centro Interdisciplinar em Ciências Sociais (CICS.NOVA) e investigadora sénior do Observatório Nacional de Violência e Género da NOVA/FCSH. É ainda Vice-Presidente da Associação Portuguesa de Sociologia e vice-presidente de um dos *Research Committees* da *International Sociological Association* (ISA).

Artigo recebido em 20 de junho de 2024 e aceite para publicação em 22 de janeiro de 2025.

Como citar este artigo:

[Segundo a norma Chicago]:

Melo, Teresa, & Dalila Cerejo. 2025. "Interromper o estigma: imagética do aborto nas obras de artistas portuguesas." *ex æquo* 51: 154-175. DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2025.51.10>

[Segundo a norma APA adaptada]:

Melo, Teresa, & Cerejo, Dalila (2025). Interromper o estigma: imagética do aborto nas obras de artistas portuguesas. *ex æquo*, 51, 154-175. DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2025.51.10>



Este é um artigo de Acesso Livre distribuído nos termos da licença Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivs (<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>), que permite a reprodução e distribuição não comercial da obra, em qualquer suporte, desde que a obra original não seja alterada ou transformada de qualquer forma, e que a obra seja devidamente citada. Para reutilização comercial, por favor contactar: apem1991@gmail.com



O CINEMA DE TILA CHITUNDA COMO AUTOETNOGRAFIA

 Catarina Sales Oliveira*

Resumo

A tendência para a reflexão autobiográfica tem vindo a acentuar-se entre uma jovem geração de cineastas lusófonas, considerando-se Tila Chitunda um caso de particular interesse. No registo autobiográfico, a voz que narra uma história individual/familiar é, ao mesmo tempo, expressão de processos coletivos mais abrangentes. Neste sentido, o diálogo com o *self* e com o seu contexto tem pontos de semelhança com a metodologia autoetnográfica. A nossa reflexão – construída a partir da análise qualitativa de filmes e de material empírico recolhido em contacto direto com a realizadora – propõe discutir as opções metodológicas da cineasta e o lugar desta obra num percurso de afirmação das mulheres como realizadoras.

Palavras-chave: Memória, mulheres realizadoras, autobiografia, autoetnografia, diáspora.

Abstract

Tila Chitunda's Cinema as Autoethnography

The trend towards autobiographical reflection has been growing among a young generation of Lusophone filmmakers. We believe that Tila Chitunda is a case of particular interest. In autobiographical documentaries the voice narrating an individual/family story is, at the same time, an expression of broader collective processes. In this sense, the dialogue with the self and its context has points of similarity with the autoethnographic methodology. Our reflection – built on the qualitative analysis of films and empirical material collected in direct contact with the director – proposes to discuss the filmmaker's methodological choices and the place of her work in the affirmation of women as directors.

Keywords: Memory, women directors, autobiography, autoethnography, diaspora.

* Universidade da Beira Interior (UBI), 6200-209 Covilhã, Portugal.
Endereço postal: Estrada do Sineiro, s/n, 6200-209 Covilhã, Portugal.
Endereço eletrónico: catarina.sales.oliveira@ubi.pt

Resumé

Le cinéma de Tila Chitunda comme autoethnographie

La tendance à la réflexion autobiographique s'est développée parmi une jeune génération de cinéastes lusophones, dont Tila Chitunda est un cas particulièrement intéressant. Dans le document autobiographique, la voix qui raconte l'histoire d'un individu ou d'une famille est en même temps l'expression de processus collectifs plus larges. En ce sens, le dialogue avec le soi et son contexte présente des similitudes avec la méthodologie autoethnographique. Notre réflexion – construite sur l'analyse qualitative des films et du matériel empirique recueilli en contact direct avec la réalisatrice – propose de discuter des choix méthodologiques de la réalisatrice et de la place de ce travail dans un parcours d'affirmation des femmes réalisatrices.

Palabras clave: Mémoire, femmes réalisatrices, autobiographie, autoethnographie, diaspora.

1. Introdução

Este artigo discute os temas e as opções metodológicas da cineasta Tila Chitunda, recorrendo aos contributos de um olhar sociológico em cruzamento com uma perspetiva cinematográfica. Resultado de um trabalho efetuado no âmbito de um projeto de investigação científico interdisciplinar, a reflexão visa problematizar o uso da metodologia autoetnográfica pela realizadora no seu processo criativo como suporte para a concretização de uma narrativa autobiográfica em que, partindo da sua história de vida e da sua família, a autora aborda problemáticas sociais amplas que envolvem mobilidades e migrações, identidade e desigualdade social.

Na contemporaneidade, a autobiografia ou a “escrita do eu” (Jesus, Jesus & Marcelo 2020) tem vindo a ser relacionada com a expressão do individualismo do sujeito moderno e com a capacidade reflexiva do mesmo. No contexto da produção cinematográfica, a (maior ou menor) aceitação deste género prende-se com a adesão a temáticas de *interioridade* (no sentido de vida interior de cada sujeito), busca individual, passado familiar e memória. O facto de nos últimos anos se constatar um crescimento assinalável de cineastas mulheres que enveredam pelo documentário autobiográfico (Pereira, Soares & Cucinotta 2022) suscita interesse sociológico enquanto mecanismo de afirmação e emancipação da mulher e análise do seu lugar de fala sob a perspetiva da construção moderna dos processos identitários. O universo deste tipo de produção abre portas a uma riqueza histórico-social que até há pouco tempo era invisível: histórias de família, da vida quotidiana, de rituais e interações que se entrelaçam com a Grande História que já conhecíamos, mas que por vezes tínhamos dificuldade em explicar e sobretudo sentir. Nestas biografias (re)construídas, o processo criativo exige uma exploração da memória e da vida social que, a nosso ver, envolvem verdadeiros levantamentos (auto)etnográficos de interpretação na primeira pessoa de raízes e lugares.

Nesta investigação procuramos seguir esta pista investigativa e para tal identificamos como de especial interesse o caso da cineasta Tila Chitunda. Esta escolha fundamenta-se no facto da autora assumir a busca identitária como uma premissa de partida; o facto de o seu trabalho aliar uma indubitável qualidade e interesse cinematográfico (Teixeira 2016; Batista 2021; Costa 2021; Marques 2022; Mendonça 2022) ao tratamento de temas centrais da sociologia contemporânea, e especialmente caras a uma sociologia lusófona como migração, diáspora e identidade. Por último, a peculiaridade do contexto geográfico da sua obra – que é verdadeiramente transnacional, invocando países de três continentes – Brasil como país de nascimento, raízes familiares em Angola e o processo migratório e vida contemporânea na Suíça, uma busca de si que atravessa o mundo e também diferentes posicionamentos sociais.

O enquadramento temático desta pesquisa assenta num diálogo prévio já existente: identidade, migrações e cinema de mulheres são problemáticas pertinentes e relevantes, quer nos estudos de cinema, quer na sociologia (Berghahn & Sternberg 2010; Brasiense 2017; Duarte 2017; Silvério 2018; Charitonidou 2021; Noronha & Ezequiel 2022). O carácter inovador da abordagem aqui proposta é o enfoque metodológico conferido, mediante a análise de uma possível mediação entre a autobiografia e a autoetnografia como base do processo criativo.

O artigo estrutura-se em três partes. Começamos por apresentar a revisão de literatura relativa às temáticas centrais da pesquisa: autoetnografia, autobiografia, identidade, mobilidades e diáspora. Seguidamente apresentamos o estudo de caso, informando sobre o percurso e a obra da cineasta Tila Chitunda, bem como sobre a nossa abordagem metodológica e os procedimentos de recolha de material empírico. Na apresentação dos resultados, analisamos uma seleção de três filmes com recurso à teoria de cineastas para a análise fílmica a par de uma análise sociológica de enfoque metodológico. Complementamos com a análise dos dados recolhidos em contexto de diálogo direto com a cineasta, a saber, uma entrevista semiestruturada e a coorganização de uma mostra pública¹. O artigo encerra com um balanço final sobre a validade da proposta interpretativa apresentada e o seu valor heurístico.

2. Revisão de literatura

2.1. *Da autoetnografia ao documentário autobiográfico no feminino. Cruzamentos e diálogos*

Na autobiografia trabalha-se a identidade, a presença e a individualidade da autoria na obra através de processos que podem ir da mediação ao questiona-

¹ Atividades do projeto de investigação no qual se enquadra esta pesquisa.

mento (Baptista 2019). No caso concreto do documentário autobiográfico, a voz que narra uma história individual/familiar é, ao mesmo tempo, expressão de processos coletivos mais abrangentes (Nichols 1983). Este autor refere também que o documentário performático enfatiza o aspeto subjetivo do engajamento da ou do cineasta com o tema (cf. Araújo 2019).

Este processo de diálogo com o *self* e com o contexto tem diversos pontos de semelhança com a metodologia autoetnográfica. Sendo um método de pesquisa qualitativo, a autoetnografia apresenta interessantes potencialidades: aplicada ao estudo da memória pessoal/familiar permite conciliar diferentes camadas analíticas, na medida em que usa um passado que foi vivido e relativamente ao qual se procura ter um certo distanciamento social (Santos 2017) que potencie os processos reflexivo e interpretativo de um contexto social e histórico que subjaz à história pessoal/familiar. De acordo com Miranda (2022, 71), é “uma análise cultural elaborada por meio da narrativa pessoal, onde é possível desenvolver uma lente crítica em uma práxis dentro \leftrightarrow fora, de modo a entender quem somos nas nossas comunidades”. Este exercício exige do investigador ou da investigadora a capacidade de conciliar a leitura do individual com a da estrutura social, algo que é típico da análise sociológica e referido por Mills no conceito de imaginação sociológica (1982). Exige adicionalmente a capacidade de ser autorreflexivo/a, dialogando consigo para problematizar profundamente a sua auto narrativa a um nível individual situado, colocando o *self* em perspetiva (Caetano 2011). Este processo de manter conversas internas é o que quotidianamente permite aos indivíduos pôr em exercício a sua reflexividade e assim estruturarem a sua vida, estabelecendo metas e projetos (Archer, *apud* Caetano 2011), ou seja, é uma competência que nos situa como performadores da nossa identidade. Na arte “a reflexividade vem sendo utilizada por diversos autores desde o século XX para caracterizar criações diversas que, em linhas gerais, fazem referências a si mesmas e/ou referenciam a linguagem que é utilizada para compô-las” (França 2020, 68).

Porém, este processo é sempre de co-construção, na medida em que é mediado pelo contexto social circundante, que estabelece os limites da reidentificação biográfica (Takaki 2020). A autora (2020, 3) sugere que esta capacidade ou competência faz da investigadora ou investigador um agente cultural. Esta ideia ganha particular acuidade quando, como no cinema autobiográfico, o processo de exploração autoetnográfico é concomitante com um processo de criação de um objeto artístico. Diferentemente do que ocorre quando a metodologia é acionada no âmbito da investigação científica pura, na arte a autoetnografia serve de base à criação de um produto cultural, que passa a ter existência própria. A experiência etnográfica passa assim a ter duas faces, a do acesso ao objeto de análise e a do objeto final criado, que irá futuramente fazer parte de outras biografias. Isto sucede porque se aliou o mote da criatividade (Morin 2005) ao da interpretatividade. Um questionamento que emerge é em que medida poderemos falar de uma autoetnografia criativa ou de criação.

Importa recordar que “o exercício da agência é feito através e não em contraponto com o sistema cultural, no sentido de Alexander (1988; 1998). Até porque a criatividade e inovação da ação dos sujeitos é atravessada pela dimensão hierárquica da vida social” (Caetano 2011, 160-161). Isto significa que os limites da agência são definidos logo à partida, ou seja, a própria capacidade de exercer a reflexividade está cerceada pelas fronteiras que o processo de socialização produziu no indivíduo.

Neste processo é fundamental problematizar qual o papel do género, concretamente de ser mulher. Sabemos que a voz das mulheres foi durante muito tempo silenciada e desacreditada. Isto aconteceu na sociedade em geral e na produção artística e cultural em particular, onde a presença de mulheres autoras e criadoras é recente, especialmente em determinados contextos sociogeográficos (Vicente 2011; Pereira 2016; Sales Oliveira 2023) A *performance* de si protagonizada por mulheres tende a ser desvalorizada face a formas mais tradicionais de expressão ou criação. Se atentarmos ao cerne do processo, o “diferencial da autoetnografia está na inserção corporificada, espiritual, afetiva, intelectual e ética do pesquisador caracterizando a participação intersubjetiva de si e do(s) outro(s) e dos objetos” (Takaki 2020, 4). De resto, as “metodologias de investigação e de intervenção de cariz feminista, [...] resgatam o valor da reflexão e da crítica” no contexto de uma produção científica tendencialmente universalista e masculinizada (Neves & Nogueira 2005, 411).

Face ao exposto, de uma perspetiva assumidamente feminista na qual nos posicionamos, pretendemos levar a cabo (o estudo de) aquilo que propomos como uma *autoetnografia de criação* enquanto espaço de e para mulheres.

2.2. *Identidade, mobilidades e diáspora. Os lugares (fílmicos) do Eu interior*

Identidade e migração são uma associação temática frequente nas mais diversas esferas da vida social. Essa associação tem base no aumento exponencial das mobilidades e das migrações na segunda metade do século passado (Peixoto 2004; Hannam, Sheller & Urry 2006) e na assunção prevalecte de que a identidade é mutável ou resulta de uma identificação contingente (Dubar 2006). Neste sentido, o lugar (de pertença/nascimento) foi desde sempre uma característica central para a definição da identidade de pessoas e grupos. O enraizamento territorial tem expressão na cultural partilhada pelas comunidades e é um elemento intrínseco ao processo de construção do *self*, que se identifica com um espaço, uma família, uma região ou nação (Dubar 2006). É neste sentido que o indivíduo adulto frequentemente se depara com dificuldades de natureza emocional, funcional e mesmo física quando perante um processo de migração (Pires 2003; Renner, Schmidt & Kersting 2024). O estranhamento de uma outra realidade, corporizada nas regras sociais tanto como no clima, nos cheiros e nos modos de

vida, é um sentimento prevaiente na adaptação de um/a migrante (Marin & Pozobon 2010).

Se os movimentos migratórios sempre fizeram parte da história da humanidade, desde a segunda metade do século passado assumiram uma expressão muito mais intensa. Também a mobilidade aumentou exponencialmente, sobretudo na transição para o século XXI, de tal forma que, segundo algumas autorias (Cresswell 2006; Sheller & Urry 2006), se geram impactos estruturais nas formas como o mundo e a sociedade se organizam.

Neste contexto, a identidade, que se baseava na pertença a lugares exteriores e interiores em que o indivíduo se desenvolve e cresce, é agora construída em torno de um percurso de vida menos linear, com diversidade de geografias e experiências, vivido num presente que é frequentemente fragmentado. Nas teorias das migrações, a diáspora funciona como um pseudoterritório de substituição – físico, social e cultural – onde se recriam e reinventam as dinâmicas dos territórios de origem de migrantes (Hall 2003; Sousa 2014). Neste processo, a memória constitui-se como mecanismo essencial à reprodução social de um passado vivido ou herdado (Little 2011).

Sendo as migrações e as mobilidades processos sociais que têm vindo a adquirir maior expressão, a sua presença como objeto de estudo ou objeto fílmico tem-se tornado mais frequente (Teixeira 2016). Tal também se explica pela complexidade humana e social que acarretam, que possibilita narrativas de grande potencial heurístico e estético (Amorim 2009).

Ao nível da análise sociológica, o estudo das migrações inicialmente tendia a um maior enfoque na perspetiva quantitativa, cingindo a análise à expressão numérica dos fluxos e à sua interpretação via fatores de índole estrutural (economia, demografia) e conjuntural (política, perspetiva institucional) (Peixoto 2004). Posteriormente surgem novas leituras a partir de um viés da agência, inicialmente focando as motivações para a migração e depois as experiências (e.g. Padilla & Ortiz 2014; Almeida 2020). Ligada a esta abordagem, o estudo das identidades emerge como um aliado fundamental, corporizando a ligação entre cultura e migrações.

Ao nível artístico e no caso concreto da sétima arte, apesar de nos últimos anos terem vindo a aumentar as representações de experiências migrantes e das relações interculturais, estas tendem a restringir-se, como defendem Cabecinhas, Macedo e França (2019, 5), a uma “exibição ritual da ‘diversidade visível’”, patenteando a persistência de muitos estereótipos. Também Teixeira (2014, 44) assinala a persistência de “tratamentos fílmicos que envolvem uma perceção paternalista e pouco reflexiva do ponto de vista da subjetividade histórica das identidades migratórias”.

Percebemos assim que há premente necessidade de uma outra forma de narrar, que, ao trazer a voz de protagonistas dos processos migratórios e de (re) configuração identitária, permita um olhar mais multifacetado sobre esta realidade. O lugar do cinema nessa visibilização do “eu interior” nos percursos de

migração e diáspora é estratégico, visto que o cinema se configura como um lugar privilegiado “a partir do qual se pode relacionar o passado e o presente das relações interculturais” (Cabecinhas, Macedo & França 2019, 5).

Neste contexto, analisar o cinema de Tila Chitunda, no qual os temas da identidade, memória e diáspora são centrais, pode ser um contributo valioso para desbravar caminhos e evidenciar alternativas para o conhecimento da realidade social a par da arte.

3. Estudo de caso

3.1. *A obra de Tila Chitunda*

Tila Chitunda é uma realizadora negra, brasileira, nascida em 1977. É a filha mais nova de uma família de emigrantes angolanos que fugiram da guerra civil que eclodiu em Angola após a sua independência do domínio colonial português. A realizadora é licenciada em Comunicação Social e, para além de diretora audiovisual, trabalha como produtora e jornalista. Sendo diretora e produtora audiovisual desde 2004, Tila Chitunda já realizou filmes de ficção, vídeos institucionais, *workshops* e eventos culturais. Os seus filmes foram exibidos e premiados em importantes festivais como É Tudo Verdade – Festival Internacional de Documentários, Visões Periféricas, Festival Internacional de Curtas Metragens de São Paulo, FestCine – Recife, Janela Internacional de Cinema, Mostra Sesc de Cinema, Festival de Cinema de Triunfo, Visions du Réel (Suíça)². Tendo começado com a produção do documentário *Histórias do lado de lá* em 2004, o seu trabalho é composto por nove filmes, dos quais dois são de ficção e os restantes documentários. *FotogrÁFRICA* (2016), *Nome de Batismo – Alice* (2017) e *Nome de Batismo – Frances* (2019) são produções audiovisuais autobiográficas que discutem as relações entre África e Brasil a partir do ponto de vista das suas relações familiares. *Deslocamentos – paraíso e caos* (2020) é o documentário mais recente da realizadora, explorando, a partir do contexto da pandemia, a relação estabelecida por Tila com a Suíça, país onde habita há alguns anos.

3.2. *Abordagem metodológica acionada*

A análise efetuada nesta pesquisa combina técnicas de recolha e análise de dados das ciências sociais com abordagens dos estudos de cinema. Ao nível sociológico, identificamo-nos com duas estratégias de pesquisa – as metodologias

² Apresentação biográfica e de obra redigida com base na informação disponível no *website* da realizadora (<https://tilovita.com>).

visuais, de uso crescente nas ciências sociais (Sarmiento 2014), e a proposta para uma sociologia do cinema de Pierre Sorlin (1977, *apud* Menezes 2017) que valoriza essencialmente o carácter construtivo do filme, mediante a compreensão dos “valores que presidem as escolhas realizadas e a sua reorganização no espaço fílmico” (Menezes 2017, 25). Cruzamos estas abordagens com uma análise fílmica baseada na teoria de cineastas. Esta teoria dá especial enfoque à relação entre realização e obra através da análise do pensamento artístico da autora ou autor e assumindo o pressuposto de que esta tem uma teoria própria (Graça, Baggio & Penafria 2015). Consideramos esta teoria especialmente adequada para esta investigação porque, tratando-se de obras autobiográficas, a relação com o percurso e a reflexão da cineasta é parte integrante da obra. Como refere Chitunda, numa das últimas frases de *FotogrÁfrica*, “Sem raízes fortes eu não posso me jogar no mundo.”

A complementar a análise sociológica e fílmica da obra de Tila Chitunda, foi possível o contacto direto com a realizadora em dois momentos, no âmbito de atividades do projeto de investigação. Assim, realizou-se uma entrevista semiestruturada com cerca de 70 minutos de duração, a qual foi posteriormente editada em formato *podcast*³. Foi também organizada uma mostra da obra da realizadora. Estes momentos foram incorporados no processo de recolha de dados empíricos num registo de investigação-ação, ou seja, quando investigação e prática se alimentam reciprocamente (Guerra 2002). No caso, a entrevista-*podcast* permitiu compreender os bastidores do processo criativo e das filmagens e questionar a realizadora sobre motivações e perceções. A organização da mostra permitiu intermediar e observar a relação da realizadora com o seu público.

4. Resultados e discussão

4.1. Autoetnografia e autobiografia. Diálogos mapeados

Chitunda faz recurso a várias técnicas para além do vídeo, concretamente a fotografia e a narração. Este é o ponto de partida que selecionamos para construir a nossa análise, uma vez que ambas as técnicas são frequentemente acionadas pela pesquisa científica de cariz etnográfico, quer como fonte de informação quer como produção de dados ao nível do filme etnográfico.

A narração é a forma por excelência de diálogo com o *self* protagonizada pela/o investigador/a quando enceta o processo autorreflexivo subjacente à metodologia autoetnográfica. Esta narração muitas vezes assume a forma de registo escrito consubstanciado no simbólico diário de campo (Cachado 2021).

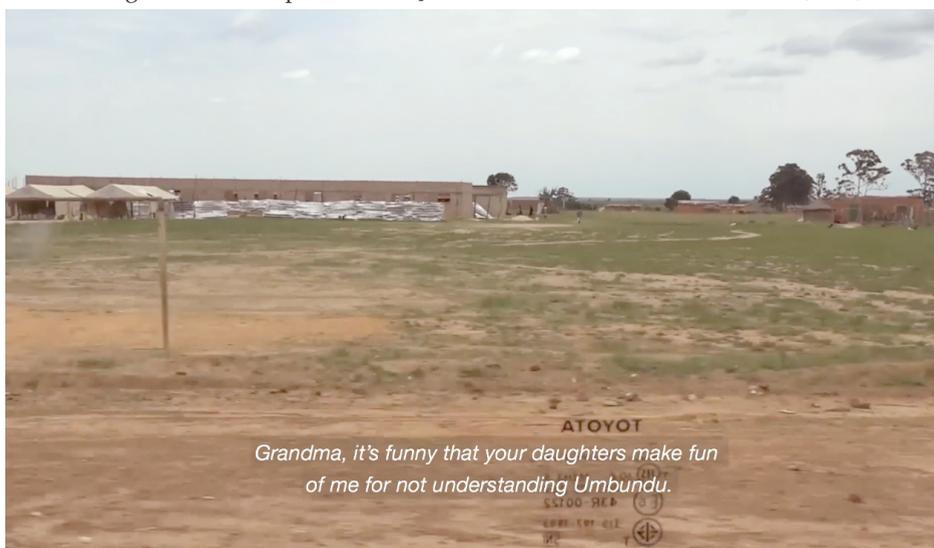
O registo áudio da protagonista/narradora/investigadora efetuado nas obras de Tila Chitunda introduz a componente do ‘dizer em voz alta’, antevendo um

³ Disponível em <https://open.spotify.com/episode/6GPWQmp08O5k9gD6IP2u9h>

público que necessita de compreender, o que introduz uma ênfase na inteligibilidade do discurso, que aporta ao processo reflexivo uma dimensão de transmissão: na medida em que se conta uma história a outrem, esta tem que ser perfeitamente clara e perceptível.

Figura 1

Imagem com exemplo de narração do filme *Nome de Batismo – Alice* (2017)



Fonte: Filmografia da realizadora, captação nossa.

Segundo Borges (2022, 37), na “construção discursiva de personas na elaboração de autobiografias, [...] a figura una de autor(a), narrador(a) e protagonista submete a história a interesses de revelação, ocultamento, amenização ou ênfase de episódios e características”. Encontramos estas estratégias nas narrativas de Tila. Na imagem acima pode-se ler parte do diálogo interior de Tila com a sua avó Alice, já falecida e que nunca conheceu, mas com quem conversa ao longo de toda a viagem a Angola contada neste filme.

Em cada um dos quatro filmes analisados, a realizadora tem uma forma particular de articular a narração com a imagem e com as personagens, mas em todos vai construindo a história, trazendo episódios e temas de acordo com o fio condutor que definiu para cada trabalho.

Quanto à fotografia documental, esta é utilizada frequentemente como método de investigação etnográfico para acionamento de memórias que possam alicerçar o processo de reconstrução de episódios de vida (Novaes 2014). Como refere Triana (2023, 145), “a fotografia revela um emaranhado de temporalidades, restos de passados e fragmentos de histórias plurais que se coadunam no presente, tensionando-o.” Ainda de acordo com esta autora (*ibid.*, 147), “a imagem suscita

processos de coexistência de tempos, passados e presentes permitindo um mergulho ‘sensível e inteligível’ na realidade”.

Nas obras analisadas, Chitunda recorre à fotografia de diferentes formas. Enquanto em *FotogrÁfrica* (2017) a fotografia é de tal forma central que dá nome à obra, que inicia com uma parede de fotografias e explora *fotografias-memórias* da sua família, na série *Nome de Batismo* e em *Deslocamentos* (2020) Tila vai buscar *fotografias de si*, de infância e atuais, sobretudo para discutir o tema da raça e da cor de pele. Aciona ainda *fotografias de outros* como na imagem que se segue, que é uma composição feita pela autora de fotografias de crianças assassinadas para discutir esta questão, que no Brasil assume uma expressão muito elevada (UNICEF 2021).

Figura 2

Imagem da composição feita pela autora e apresentada no filme *Deslocamentos* (2020)



Fonte: Filmografia da realizadora, captação nossa.

A parede-fotografia com que inicia *FotogrÁfrica* aciona a fotografia de uma forma muito diferente. Os primeiros minutos do filme apresentam sucessivamente fotos, co(me)ntadas por Tila enquanto narradora, que expõe as histórias que lhe foram contadas desde pequena. A personagem da sua mãe Amélia, em traje tradicional, é um elemento de confronto com o presente do filme, passado em Olinda no Brasil.

Percebemos ao longo do filme que para a família exilada estas conexões superam em força e sentido de pertença as ligações estabelecidas no Brasil. Como analisa Natalino (2021, 153), com base em Rouillé e Hirsch, a fotografia permite incorporar o passado e “estabelecer uma comunicação com a memória corporal do espectador”. Esta parede e todas as fotografias deste documentário permitem-nos enquanto espectador ou espectadora criar elo com o percurso da família, fazendo

associação com o que sabe da Grande História que emoldura esta jornada de fuga e exílio. Este é um processo típico da metodologia autoetnográfica.

Figura 3

Imagem da parede em casa de D. Amélia em *FotogrÁfrica* (2017)



Fonte: Filmografia da realizadora, captação nossa.

4.2 Análise fílmica: obras, temas e escolhas

Figura 4

Imagem do interior da carrinha no filme *Nome de Batismo – Alice* (2017)



Fonte: Filmografia da realizadora, captação nossa.

No ano seguinte ao seu filme inaugural *FotogrÁfrica*, Tila inicia o projeto *Nome de Batismo*, que consubstancia uma investigação a partir de si mesma. uma vez que se trata de uma série que procura investigar os cinco nomes de Tila: Alice Frances Tilovita Sicato Chitunda. Dos cinco filmes, ainda apenas foram realizados os relativos aos dois primeiros nomes. Em *Nome de Batismo – Alice* (2017) a cineasta viaja para Angola. Este primeiro filme da série é, portanto, um filme de viagem, uma viagem de mãe e filha, de regresso e (re)conhecimento (Gama 2017). Como referimos acima, a voz da avó Alice está presente através da leitura de uma carta escrita em umbundo, que refere a alegria da avó por saber que a neta teria o seu nome e por ter finalmente notícias da família exilada. A língua umbundo, falada pelos parentes e desconhecida para Tila, é motivo de estranhamento e brincadeira carinhosa, mas que gera um certo abismo cultural (Marques 2022, 363), como se percebe na imagem anterior (Fig. 4).

O último filme analisado, *Deslocamentos – paraíso e caos* (2020), é um projeto que emerge durante o contexto pandémico e que dá sequência à senda identitária da realizadora, mas desta vez centrado na sua vida presente. Os deslocamentos aéreos com que Tila abre o filme, mostrando um céu por onde os aviões circulam, são posicionados “entre o paraíso e o caos”, termos que matizam uma Suíça e um Brasil em contexto pandémico segundo o olhar de Chitunda.

Figura 5

Imagem inicial do filme *Deslocamentos – paraíso e caos* (2020)



Fonte: Filmografia da realizadora, captação nossa.

Mas esta aparente linearidade de um mundo (muito) civilizado *versus* um (dito) terceiro mundo caótico é posta em causa à medida que Tila nos conta a his-

tória da sua vida adulta e da família que criou. Casada com um suíço e com dois filhos pequenos, ela discute o estranhamento social face a esta família multiétnica.

Também nos relata como o mundo estranha o seu percurso profissional: “até hoje, ocupando lugares historicamente negados a corpos negros, as pessoas me olham, admiradas”. Percebemos que Tila não se sente (ainda) integrada na Suíça e tão pouco tem expectativas de que os seus filhos venham a ser plenamente cidadãos suíços.

Figura 6

Imagem de Tila Chitunda no filme *Deslocamentos – paraíso e caos* (2020)



Fonte: Filmografia da realizadora, captação nossa.

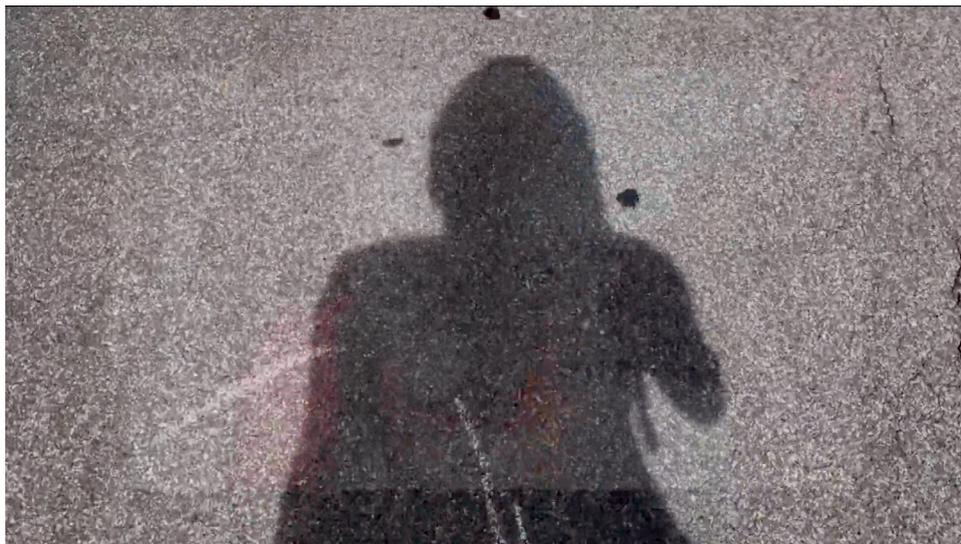
Os vários lugares (de vida) que estas quatro obras atravessam, todos eles negam à realizadora uma pertença simples e clara. As conversas com as e os parentes-interlocutores (Damásio 2022) – a sua mãe, Beth, a família em Angola – abrem portas para o passado mas não lhe dão amarras num presente controverso e complexo e criam mais distâncias do que elos (Chitunda em entrevista/*podcast*). Este diálogo acaba assim por ser mais consigo própria e connosco, espectadoras e espectadores. Somos confidentes de Tila, que connosco partilha os seus planos, dúvidas, frustrações, e ouvintes dos seus diálogos internos (Archer 2012), que porventura gerarão um eco que mais adiante no processo da sua obra autobiográfica lhe permita encontrar respostas. A viagem ou deslocação, presente em todos os filmes deste conjunto, conecta-se com o movimento inerente à busca interior. A busca de si através das suas raízes familiares foi-nos reiterada por Tila na entrevista como o mote da sua obra, uma busca individual que partilha para poder refletir sobre ela. Neste(s) périplo(s), Tila desinquieta com as assimetrias sociais

presenciadas e vivenciadas. Desde o relato de Amélia sobre o ostracismo a que a família foi votada nos anos 1970 até à contemporaneidade de emigrantes e refugiados a quem é negada permanência, Tila desconstrói as narrativas de integração e aceitação da política internacional (Pridgeon 2022).

4.3 Sobre ser mulher (negra) realizadora ou para uma autobiografia feminina/ista

Figura 7

Imagem projetada de Tila Chitunda no filme *Deslocamentos – paraíso e caos* (2020)



Fonte: Filmografia da realizadora, captação nossa.

A identidade de Tila Chitunda enquanto mulher é algo que vai sendo discutido ao longo da sua obra. Em *FotogrÁfrica* (2016), Tila é uma mulher brasileira, filha de emigrantes/ refugiados que busca a sua identidade. É essencialmente com mulheres que ela dialoga nessa busca: a mulher do candomblé, D. Amélia, a mãe de Tila, Beth. Na série *Nome de Batismo*, Tila vai atrás das mulheres que inspiraram o seu nome. Em *Nome de Batismo – Alice*, Tila parte com sua mãe em diálogo com a avó que não conheceu, mas com quem toma contacto através de uma carta que a intriga e a leva a Angola. Nesta viagem, são as mulheres da família e as suas histórias que ela procura. Contudo, o encontro não corre como esperado, até porque as histórias masculinas são fortes e tendem a apagar as mulheres. O contexto do filme é África, pelo que nesta obra as questões identitárias prendem-se com ancestralidade e cultura e Tila tem dificuldade em se situar num país e numa família extensa que lhe é estranha. Perto do final, é um acidente grave que a vai fazer sentir a preocupação e o acolhimento da família, materializada simbolicamente

nas ervas que uma tia lhe oferece para apaziguar as suas dores. Este acontecimento permite a Tila tomar o seu lugar na roda da dança, embora os seus questionamentos permaneçam. Em *Nome de Baptismo – Frances*, é novamente uma mulher que inspira a busca, Frances. Da mesma forma, segundo a autora, o seu próximo filme, *Tilovita*, é inspirado na sua tia que desapareceu misteriosamente durante a guerra civil, sobrevivendo na floresta. Mas é talvez no filme *Deslocamentos* que a questão da mulher é colocada de forma mais explícita quando Tila aplica uma perspectiva do sujeito (Mecheril, in Kilomba 2022) sobre a sua condição de mulher negra imigrante e detalhando experiências suas de *racismo quotidiano* (Kilomba 2022).

Figura 8

Imagem de Tila Chitunda e de um dos seus filhos no filme *Deslocamentos – paraíso e caos* (2020)



Fonte: Filmografia da realizadora, captação nossa.

Neste filme e também na entrevista/*podcast*, Tila problematiza particularmente o seu lugar de fala (Ribeiro 2019) face às expectativas sociais. Sendo oriunda de uma família qualificada, por ter tido acesso à educação e uma profissão diferenciada, ao chegar à Europa Central é lida enquanto mulher negra imigrante. O seu casamento com um homem suíço permite legitimar a sua presença na Suíça, contribuindo para o que ela chama um “mito de um local acolhedor e multiétnico”, mas que depois nas suas vivências quotidianas a estranha neste papel, esperando que seja antes a “babá dos seus próprios filhos”.

Com esta proposta, Tila problematiza o lugar da mulher e da mulher negra no momento social atual, numa “Fortaleza Europa” (Kilomba 2022) a braços com

a migração e o acolhimento de refugiados. Aqui o seu estilo narrativo interrogativo configura um manifesto: “O nome disso é racismo. [...] já perdi as contas do número de vezes que eu tive que dizer que não era babá, não era faxineira e até hoje, [...] as pessoas me olham, admiradas.”

5. Considerações finais

Este trabalho apresenta um estudo de caso sociológico sobre a temática do documentário autobiográfico produzido por mulheres. Na atualidade, as mulheres têm produzido cada vez mais documentários de cunho autobiográfico, o que pode manifestar-se como um anseio por autoenunciar-se como contraponto aos discursos sobre a experiência da mulher gerados a partir do olhar masculino dentro do cinema (Mulvey 1983; Pereira 2016; Holanda 2019; Veiga 2019). É neste contexto que surge a obra da realizadora analisada. Esta investigação procurou equacionar em que medida Tila Chitunda é uma realizadora autobiográfica que concebe a sua obra a partir do viés autoetnográfico e analisar este caso particular de *performance* de si enquanto processo de afirmação da mulher artista. Para tal, analisou-se a obra e o percurso da realizadora e interpelou-se a mesma sobre o seu processo criativo aplicando a metodologia da teoria dos cineastas (Graça, Baggio & Penafria 2015). Consideramos que, como sugere Marques (2022), Tila trabalha os seus filmes em duas camadas: a busca pela sua própria história (familiar), complexa porque envolvendo temas fraturantes, que fazem a ponte para problemas sociais abrangentes como exílio, migração e diáspora, colonialismo e desigualdade social, sobre os quais a realizadora introduz informação e produz reflexão crítica. Assim, cumprindo as etapas desta metodologia de investigação social, a obra é produzida mediante um processo criativo que é um percurso de investigação autoetnográfico que é significativo *per se*. Sugerimos ainda que, na senda de um pertencimento, a obra torna-se um lugar possível, que permite que a realizadora se afirme e dialogue com família, público, mundo, enquanto autora e enquanto mulher negra, e que, mais relevante ainda, permite que o público se encontre.

Na discussão destacámos particularidades dos recursos usados pela autora. A realizadora problematiza para si mas também para os outros mediante uma narração interrogativa que questiona temas centrais do mundo contemporâneo. Chitunda conta histórias e a História, reconstruindo-as e mapeando a sua história pessoal e dessa forma apresenta-se como antidocumentário (Russell 1999) e narrativa contra-hegemónica (Miranda 2022). O público é envolvido neste processo através de interpelações diretas e é assim convidado a coescrever uma eventual nova História. Na nossa opinião, este processo corresponde à função da autoetnografia de dialogar com o mundo através de si. A realizadora leva-nos a viajar e transforma a viagem em lugar de pertença. Pertença para a realizadora na sua busca de si mas também para o público, com destaque para a espectadora, mediante o lugar

de encontro possibilitado, que no nosso entender se apresenta particularmente acolhedor para mulheres, tornando-se um espaço para o feminino/ismo.

Sugerimos que o trabalho de Tila Chitunda se configura como uma *autoetnografia de criação*, ou seja, apresenta um filme autobiográfico como um produto cultural que ultrapassa o pessoal, entrecruza-se com a História e abraça o mundo íntimo de cada pessoa, espectador e espectadora. Este uso da metodologia autoetnográfica, por ser também arte-etnografia (Schneider 2021), propõe uma estética de intimidade que agrega e gera um espaço coletivo de debate, dessa forma potenciando o processo reflexivo em torno de temas sociais urgentes.

Agradecimentos

Este trabalho resulta da participação da autora como investigadora no projeto SPECULUM (Filmar-se e Ver-se ao Espelho: o uso da escrita de si por documentaristas de língua portuguesa – EXPL/ART-CRT/0231/2021). A autora agradece à equipa de projeto pela colaboração e à entidade financiadora pela viabilização das atividades de investigação desenvolvidas.

Conflito de interesses

A autora não tem conflitos de interesse a declarar.

Referências bibliográficas

- Almeida, Sofia de. 2020. "Políticas, instituições e percursos migratórios de mulheres e meninas refugiadas em Portugal e Dinamarca." Tese de doutoramento. Lisboa: ISCTE-IUL.
- Amorim, Marina A. 2009. "Para além de partidas e de chegadas: migração e imaginário entre o Brasil e a França, na contemporaneidade." Tese de doutoramento. Belo Horizonte: UFMG.
- Araújo, Juliano J. de. 2019. *Cineastas indígenas, documentário e autoetnografia: um estudo do projeto vídeo nas aldeias*. São Paulo: Urutau.
- Archer, Margaret S. 2012. *The Reflexive Imperative in Late Modernity*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Baptista, Mónica. 2019. "Autobiografia em Cinema." Tese de doutoramento. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Batista, Nicole F. 2021. "Bem-vindas de volta: a autodefinição no cinema de Tila Chitunda, Ana Pi, Safira Moreira e Yasmin Thayná." Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: UFMG. Disponível em <http://hdl.handle.net/1843/45700>
- Berghahn, Daniela, & Claudia Sternberg (Eds.). 2010. *European Cinema in Motion: Migrant and Diasporic Film in Contemporary Europe*. London: Palgrave Macmillan.
- Borges, Rogério. 2022. "Autobiografia e construção de *personas*." *Esfemas* 25: 37-57. DOI: <https://doi.org/10.31501/esf.v1i25.13893>

- Brasiliense, Maria B. 2017. "O olhar tem gênero? O corpo feminino no cinema." *Iberic@l* 11: 121-133.
- Cabecinhas, Rosa, Isabel M. Macedo, & Renné França. 2019. "Cinema, migrações e diversidade cultural, nota introdutória." *Revista Lusófona de Estudos Culturais* 6(1): 5–11. DOI: <https://doi.org/10.21814/rlec.380>
- Cachado, Rita. 2021. "Diário de campo. Um primo diferente na família das ciências sociais." *Sociologia & Antropologia* 11(2): 551-572. DOI: <https://doi.org/10.1590/2238-38752021v11i28>
- Caetano, Ana. 2011. "Para uma análise sociológica da reflexividade individual." *Sociologia, Problemas e Práticas* 66: 157-174.
- Charitonidou, Marianna. 2021. "Gender and Migrant Roles in Italian Neorealist and New Migrant Films: Cinema as an Apparatus of Reconfiguration of National Identity and 'Otherness'." *Humanities* 10(2): 71. DOI: <https://doi.org/10.3390/h10020071>
- Costa, Katiane B. 2021. "A memória negra em diáspora: construindo elos com o passado." Comunicação apresentada no 33.º *Salão de Iniciação Científica*, 27 set. – 1 out. Porto Alegre: UFRGS.
- Cresswell, Tim. 2006. *On the Move: Mobility in the Modern Western World*. New York: Routledge.
- Damásio, Ana C. 2022. "Isso não é uma autoetnografia!" *Mediações – Revista de Ciências Sociais* 27(3): 1-14. DOI: <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2022v27n3e46479>
- Duarte, Thais. 2017. "Deslocamento, identidade e pertencimento no cinema brasileiro contemporâneo." Monografia de graduação. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Dubar, Claude. 2006 *A crise das identidades*. Trad. de Catarina Matos. Porto: Afrontamento.
- França, Esmejoano. 2020. "Reflexividade no cinema documentário: uma análise do filme *Interior. Leather Bar*." Dissertação de mestrado. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba.
- Gama, Gheysa L. 2017. "Da viagem física à jornada interior: alegorias e identidade cultural em road movies brasileiros (1960-2015)." *Teoria e Cultura* 12(2): 73-87. DOI: <https://doi.org/10.34019/2318-101X.2017.v12.12308>
- Graça, André R., Eduardo T. Baggio, & Manuela Penafria. 2015. "Teoria dos cineastas: uma abordagem para a teoria do cinema." *Revista Científica/FAP* 12(1): 19-32. DOI: <https://doi.org/10.33871/19805071.2015.12.1.1408>
- Guerra, Isabel C. 2002. *Fundamentos e processos de uma sociologia de ação. O planeamento em ciências sociais*. Cascais: Principia.
- Hall, Stuart. 2003. "Pensando a diáspora: reflexões sobre a terra no exterior." In *Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais*, organizado por Liv Sovik e traduzido por Adelaine L. G. Resende et al., 25-50. Belo Horizonte: UFMG/ Brasília: UNESCO.
- Hannam, Kevin, Mimi Sheller, & John Urry. 2006. "Editorial: Mobilities, Immobilities and Moorings." *Mobilities* 1(1): 1-22. DOI: <https://doi.org/10.1080/17450100500489189>
- Holanda, Karla (Org.). 2019. *Mulheres de Cinema*. Rio de Janeiro: Numa.
- Jesus, Maria H., Paulo Jesus, & Gonçalo Marcelo (Eds.). 2020. *A escrita do eu: A literatura como laboratório da vida*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Kilomba, Grada. 2019. *Memórias da plantação: episódios de racismo quotidiano*. Trad. de Nuno Quintas. Lisboa: Orfeu Negro.
- Little, Paul E. 2011. "Espaço, memória e migração. Por uma teoria de reterritorialização." *T.E.X.T.O.S DE H.I.S.T.Ó.R.I.A: Revista do Programa de Pós-graduação em História da UnB* 2(4): 5-25.

- Marin, Elizara C., & Rejane D. Pozobon. 2010. "Sonhos que cruzam fronteiras: sentidos construídos a partir do processo migratório." *Sociologias* 12(24): 382-409. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222010000200013>
- Marques, Júlia F. 2022 "O cinema autobiográfico de mulheres como resistência: autonomação e a subversão de estereótipos do cinema de hegemonia patriarcal." *Nhengatu* 1(6): 341-372. DOI: <https://doi.org/10.23925/2318-5023.2022.n6.e60866>
- Mendonça, Fernanda M. 2022. "Imagens-lembrança e identidades no cinema intercultural de Tila Chitunda." *Revista Poiesis* 23(39): 278-291. DOI: <https://doi.org/10.22409/poiesis.v23i39.49114%20>
- Menezes, Paulo. 2017. "Sociologia e cinema: aproximações teórico-metodológicas." *Teoria e Cultura* 12(2): 17-36. DOI: <https://doi.org/10.34019/2318-101X.2017.v12.12375>
- Mills, C. Wright. 1982. *A imaginação sociológica*. Trad. de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Miranda, Camila F. de. 2022. "A autoetnografia como prática contra-hegemônica." *Teoria e Cultura* 17(3): 70-78. DOI: <https://doi.org/10.34019/2318-101X.2022.v17.38100>
- Morin, Edgar. 2005. *Introdução ao pensamento complexo*. Trad. de Eliane Lisboa. Porto Alegre: Ed. Sulina.
- Mulvey, Laura. 1983. "Prazer visual e cinema narrativo." In *A experiência do cinema*, organizado por Ismail Xavier, 437-453. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Natalino, Laís G. 2021. "Descolonizando o cinema e a memória da ditadura brasileira: documentários realizados por mulheres após 1985." *Revista de Comunicação e Linguagens* 54: 140-157.
- Neves, Sofia, & Conceição Nogueira. 2005. "Metodologias feministas: a reflexividade ao serviço da investigação nas ciências sociais." *Psicologia: Reflexão e Crítica* 18(3): 408-412. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-79722005000300015>
- Nichols, Bill. 1983. "The Voice of Documentary." *Film Quarterly* 36(3): 17-30. DOI: <https://doi.org/10.2307/3697347>
- Noronha, Danielle P., & Maíra Ezequiel. 2022. "A presença da colonialidade no cinema feminista latino-americano." *Revista Estudos Feministas* 30(1): e80240. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2022v30n180240>
- Novaes, Sylvia C. 2014. "O silêncio eloquente das imagens fotográficas e sua importância na etnografia." *Cadernos de Arte e Antropologia* 3(2): 57-67. DOI: <https://doi.org/10.4000/cadernosaa.245>
- Padilla, Beatriz, & Alejandra Ortiz. 2014. "Construção das identidades de jovens de origem imigrante em Europa: resultados dum projeto europeu." *REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana* 22(42): 133-158. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1980-85852014000100009>
- Peixoto, João. 2004. "As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macro-sociológicas." *SOCIUS Working Papers* 11.
- Pereira, Ana Catarina. 2016. "A mulher-cineasta: da arte pela arte a uma estética da diferenciação." Tese de doutoramento. Covilhã: Universidade da Beira Interior.
- Pereira, Ana Catarina, Ana Isabel Soares, & Caterina Cucinotta. 2022. "Deixa-me ser eu: A autorrepresentação e a interpelação em forma de documentário." In *Anais do II Encontro Cinemagem: Cinema, Vídeo, Brasil*, organizado por Eduardo Baggio & Rosane Kaminski, 142-151. Curitiba: UNESPAR.
- Pires, Rui P. 2003. "Processos de integração na imigração." In *Etnografias urbanas*, organizado por Graça Cordeiro, Luís Baptista, & António F. da Costa, 63-76. Lisboa: Etnográfica Press.

- Pridgeon, Stephanie. 2022. "Mujeres errantes: Cuerpo, género y política revolucionaria en el cine judío latinoamericano." *Latin American Jewish Studies* 1(1): 35-48. DOI: <https://doi.org/10.26613/lajs.1.1.4>
- Renner, Anna, Viktoria Schmidt, & Annette Kersting. 2024. "Migratory Grief: A Systematic Review." *Frontiers in Psychiatry* 15: 1303847. DOI: <https://doi.org/10.3389/fpsy.2024.1303847>
- Ribeiro, Djamila. 2019. *Lugar de fala*. São Paulo: Pólen Produção Editorial.
- Russel, Catherine. 1999. *Experimental Ethnography: The Work of Film in the Age of Video*. Durham: Duke University Press.
- Sales Oliveira, Catarina. 2023. "Um encontro com as protagonistas de Cabo Verde. Mulheres, memória e resistência." *Revista TOMO* 42: e18857. DOI: <https://doi.org/10.21669/tomo.v42i.18857>
- Santos, Sílvio. 2017. "O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios." *Plural* 24(1): 214-241. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcs.2017.113972>
- Sarmiento, Manuel J. 2014. "Metodologias visuais em ciências sociais e da educação." In *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais da Educação*, organizado por Leonor Torres & José A. Palhares, 197-218. V.N. Famalicão: Húmus.
- Schneider, Arnd. 2021. *Expanded Visions: A New Anthropology of the Moving Image*. New York: Routledge.
- Sheller, Mimi, & John Urry. 2006. "The New Mobilities Paradigm." *Environment and Planning A: Economy and Space* 38(2): 207-226. DOI: <https://doi.org/10.1068/a37268>
- Silvério, Mariana S. 2018. "Uma introdução ao cinema com sotaque iraniano: identidade, diáspora e transnacionalismo em *Persépolis* (2007), de Marjane Satrapi." Monografia de bacharelato. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.
- Sousa, Vítor M. 2014. "Qual o significado de 'Diáspora' em tempo de globalização? A relação controversa entre Império, lusofonia e 'portugalidade'." In *Colonialismos, Pós-Colonialismos e Lusofonias – Atas do IV Congresso Internacional em Estudos Culturais*, organizado por M.^a Manuel Baptista & Sara Maia. 515-522. Aveiro: Programa Doutoral em Estudos Culturais / IRENNE – Associação de Investigação, Prevenção e Combate à Violência e Exclusão / Ver O Verso Edições.
- Takaki, Nara H. 2020. "Por uma autoetnografia/autocrítica reflexiva." *InterLetras* 8(31): 1-20.
- Teixeira, Rafael T. 2014. "Cinema, identidade e memória." *Chasqui* 125: 43-50.
- Teixeira, Rafael T. 2016. "Cinema, migração e identidades: representações cinematográficas das identidades brasileiras in between contemporâneas." *Intexto* 35: 76-96, DOI: <https://doi.org/10.19132/1807-8583201635.76-96>
- Triana, Bruna. 2023. "Restos de passados, fragmentos de histórias: memória, temporalidade e cidade nas fotografias de Ricardo Rangel (1950-1975)." *Anuário Antropológico* 4(2): 145-168. DOI: <https://doi.org/10.4000/aa.11104>
- UNICEF. 2021. *Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil*. Brasília: Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).
- Veiga, Roberta. 2019. "Imagens que sei delas: ensaio e feminismo no cinema de Varda, Akerman e Kawase." In *Mulheres de cinema*, organizado por Karla Holanda, 337-355. Rio de Janeiro: Numa.
- Vicente, Filipa L. 2011. *A arte sem história. Mulheres e cultura artística (séculos XVI-XX)*. Lisboa: Babel.

Catarina Sales Oliveira. Professora associada do Departamento de Sociologia da Universidade da Beira Interior (UBI) e investigadora do CIES-UBI (Centro de Pesquisa e Estudos em Sociologia). Os seus interesses de pesquisa são estudos de mobilidades; transportes e desigualdades; género e cidadania; trabalho e organizações.

Artigo recebido em 12 de setembro de 2024 e aceite para publicação em 4 de fevereiro de 2025.

Como citar este artigo:

[Segundo a norma Chicago]:

Oliveira, Catarina Sales. 2025. "O cinema de Tila Chitunda como autoetnografia." *ex æquo* 51: 176-196. DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2025.51.11>

[Segundo a norma APA adaptada]:

Oliveira, Catarina Sales (2025). O cinema de Tila Chitunda como autoetnografia. *ex æquo*, 51, 176-196. DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2025.51.11>



Este é um artigo de Acesso Livre distribuído nos termos da licença Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivs (<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>), que permite a reprodução e distribuição não comercial da obra, em qualquer suporte, desde que a obra original não seja alterada ou transformada de qualquer forma, e que a obra seja devidamente citada. Para reutilização comercial, por favor contactar: apem1991@gmail.com



LA INCLUSIÓN DE MUJERES MATEMÁTICAS RELEVANTES EN EL AULA. UNA EXPERIENCIA CON FUTURO PROFESORADO DE EDUCACIÓN PRIMARIA

 *María Santágeda-Villanueva**

 *María José Madrid Martín***

Resumen

Favorecer la promoción en las aulas de mujeres relevantes en la historia de las matemáticas es clave para fomentar su reconocimiento. Considerando el rol del profesorado, nuestra propuesta busca analizar los conocimientos y valoraciones de un grupo de alumnado del Grado en Maestro/a en Educación Primaria sobre la inclusión en el aula de mujeres matemáticas relevantes. Para ello se ha llevado a cabo una investigación descriptiva usando un cuestionario planteado tras el desarrollo por parte del alumnado de una situación de aprendizaje sobre una mujer matemática. Los resultados muestran que en general el alumnado no poseía los conocimientos necesarios para diseñar secuencias didácticas que aborden las contribuciones de dichas mujeres.

Palabras clave: Mujeres matemáticas, historia de las matemáticas en el aula, futuras personas docentes, educación primaria.

Resumo

A inclusão de mulheres matemáticas relevantes na sala de aula. Uma experiência com futuras/os docentes de educação primária

Favorecer a promoção em sala de aula de mulheres relevantes na história da matemática é fundamental para fomentar o seu reconhecimento. Considerando o papel do professorado, a nossa proposta visa analisar os conhecimentos e as percepções de um grupo de estudantes do curso de Licenciatura em Educação Primária sobre a inclusão em sala de aula de mulheres matemáticas importantes. Para tal, foi realizado um estudo descritivo, utilizando um questionário aplicado após o desenvolvimento pelas/os estudantes de uma situação de aprendizagem sobre uma mulher matemática. Os resultados mostram que, de modo geral, as/os estudantes não possuíam os conhecimentos necessários para elaborar sequências didáticas que abordassem os contributos dessas mulheres.

* Universitat Jaume I (UJI), Facultad de Ciencias Humanas y Sociales, 12071 Castellón de la Plana, España.

Dirección postal: Av. Vicent Sos Baynat s/n, 12071 Castellón de la Plana, España.

Correo electrónico: santague@uji.es

** Universidad Pontificia de Salamanca (UPSA), Facultad de Educación, 37007 Salamanca, España.

Dirección postal: C. Henry Collet, 52-70, 37007 Salamanca, España.

Correo electrónico: mjmadridma@upsa.es

Palavras-chave: Mulheres matemáticas, história da matemática na sala de aula, futuras/os docentes, educação primária.

Abstract

The Inclusion of Relevant Female Mathematicians in the Classroom. An Experience with Pre-Service Primary Education Teachers

Promoting the inclusion of relevant women in the history of mathematics in the classroom is key to fostering their recognition. Considering the main role of teachers in this field, our proposal aims to analyze the knowledge and perceptions of a group of students in the Bachelor's Degree in Primary Education regarding the inclusion of historically significant women mathematicians in teaching and learning processes. A descriptive study was conducted using a questionnaire administered after the students engaged in a learning activity focused on a woman mathematician. The results show that, in general, before the experience, the students lacked the necessary knowledge to design didactic sequences that address the contributions of these women.

Keywords: Women mathematicians, history of mathematics in the classroom, pre-service teachers, primary education.

1. Introducción

En los últimos años distintos estudios han valorado la relevancia de la inclusión de la historia de las matemáticas en el aula. Por ejemplo, Fauvel (1991) establece una amplia variedad de razones por las que usar la historia de las matemáticas en el aula, entre ellas motivacionales como humanizar esta disciplina, favorecer la comprensión de contenidos a través del conocimiento sobre su evolución, la multiculturalidad, etc.

Jankvist (2009) clasifica los argumentos aportados por gran variedad de autoras/es a favor de la inclusión de la historia de las matemáticas en el aula en dos categorías: argumentos que utilizan la historia como herramienta y argumentos que usan la historia como meta. Entre los argumentos para el uso de la historia como herramienta se incluyen que puede tener efecto motivador, humaniza las matemáticas, aporta un enfoque diferente que puede facilitar la comprensión de contenidos, etc. Los argumentos para el uso de la historia como meta se centran en que el aprendizaje de aspectos de la historia de las matemáticas tiene un propósito en sí mismo, permitiendo reconocer que las matemáticas existen y evolucionan en el tiempo y el espacio, y que en esta evolución han participado por supuesto los seres humanos.

Si consideramos cómo utilizar la historia en el aula, Jankvist (2009) plantea tres enfoques:

- Iluminación: la enseñanza y el aprendizaje de las matemáticas se complementa con información histórica.
- Módulos: unidades didácticas dedicadas a la historia de las matemáticas.
- Basado en la historia: se inspira directamente en el desarrollo y la historia de las matemáticas.

También Rico (2000) plantea la evolución histórica de los distintos tópicos y conceptos matemáticos como un organizador curricular.

Sin embargo, pese al acuerdo de las/os investigadoras/es, distintos estudios muestran en general la falta de conocimientos, de interés o de consideración de utilidad de la historia de las matemáticas que poseen en general tanto alumnado en distintas etapas como docentes.

Por ejemplo, Ruiz-Catalán, Madrid y Maz-Machado (2024) analizan la opinión de un grupo de estudiantado de 1.º de Bachillerato tras realizar una experiencia en el aula sobre un método histórico general de resolución de ecuaciones, y aunque estos valoraron positivamente a los matemáticos de la historia, en general no estaban demasiado interesados en la historia de las matemáticas o no todos la consideraron útil.

En el caso del alumnado del Grado de Maestro/a, por ejemplo, Santágeda-Villanueva y Lorenzo-Valentín (2019) realizaron un estudio con futuro profesorado que muestra que, en general, son desconocedores de la historia de la matemática, que nunca o casi nunca han realizado ninguna actividad donde se trabaje esta, pero que tras conocerla sí consideran utilizarla con su futuro alumnado.

También Madrid *et al.* (2021b) realizaron un estudio con alumnado de Educación Primaria y Educación Secundaria mostrando que desconocían antiguos métodos de multiplicación.

León-Mantero *et al.* (2021) analizaron las opiniones de profesorado de matemáticas de enseñanza Secundaria y Universidad en ejercicio y futuras personas docentes de matemáticas, alumnado del Máster en Profesorado de Enseñanza Secundaria Obligatoria y Bachillerato sobre la inclusión de la historia de las matemáticas en el aula, mostrando que, aunque estos la consideraban útil en el proceso de aprendizaje del alumnado, encontraban dificultades para su puesta en práctica. Así mismo, Fuertes-Prieto, Santágeda-Villanueva y Lorenzo-Valentín (2022) plantean similares resultados con estudiantado de 2.º y 3.º del Grado en Maestro/a de Educación Primaria.

Esta situación se manifiesta también en otros contextos, por ejemplo, Alpaslan, Işıksal y Haser (2014) consideraron que el futuro profesorado en Turquía tiene un conocimiento moderado de la historia de las matemáticas, aunque poseen actitudes y creencias positivas hacia su uso.

2. Marco teórico

Tal y como afirman autoras como Macho (2024) y Bayer (2004), las mujeres han hecho matemáticas desde siempre, y pese a las dificultades que en general han encontrado para acceder a formación en esta materia a lo largo de la historia, muchas mujeres han realizado aportaciones a esta disciplina que no siempre han sido suficientemente reconocidas.

Así, González-Ramos (2014) destaca que biografías de mujeres del pasado muestran los contextos en los que estas mujeres desarrollaron sus principales logros, revelando la invisibilidad y las barreras que tuvieron que superar.

En esta línea, Figueiras *et al.* (1998) consideran que el simple conocimiento de la existencia de mujeres matemáticas y de sus relevantes logros puede servir como referente al alumnado, y para ello, plantean una serie de propuestas para el aula. Por su parte, Freitas y Pereira (2017) argumentan que una mayor divulgación de mujeres científicas alentará a más alumnas a interesarse por las carreras científicas.

Esto está en consonancia con la legislación española actual, el Real Decreto 157/2022¹, de 1 de marzo, por el que se establecen la ordenación y las enseñanzas mínimas de la Educación Primaria, incluyendo una serie de principios pedagógicos y objetivos fundamentales para garantizar una educación inclusiva y equitativa. Entre estos principios pedagógicos se encuentra la promoción de la igualdad entre hombres y mujeres. En cuanto a los objetivos de la Educación Primaria, el Real Decreto subraya la importancia de conocer, comprender y respetar las diferentes culturas y las diferencias entre las personas, fomentando la igualdad de derechos y oportunidades entre hombres y mujeres.

Además, en este contexto, el sentido socioafectivo en el área de matemáticas, en la página 24486, establece la importancia de fomentar el diálogo y dar a conocer al alumnado las contribuciones de mujeres y hombres en las matemáticas a lo largo de la historia y en la actualidad. Esto no solo busca mejorar la comprensión matemática, sino también resaltar el impacto significativo que mujeres y hombres han tenido en el desarrollo de esta disciplina.

Asimismo, entre los saberes básicos asociados a las matemáticas y dentro del sentido socioafectivo en los tres ciclos de Educación Primaria, se incluyen cuestiones relacionadas con la valoración de la contribución de las matemáticas a los distintos ámbitos del conocimiento humano desde una perspectiva de género. Esto implica enseñar al alumnado a apreciar cómo las matemáticas han influido en diversos campos y reconocer las aportaciones de ambos géneros en esta área, promoviendo así una visión más inclusiva y equitativa de la historia y el desarrollo de las matemáticas.

Para finalizar, en el ámbito internacional, el quinto Objetivo de Desarrollo Sostenible (ODS) nos habla de la igualdad de género (Naciones Unidas 2015). La igualdad de género no solo es un derecho humano fundamental, sino que su logro tiene enormes implicaciones socioeconómicas. Las mujeres han hecho contribuciones significativas en todos los campos del conocimiento y la acción, desde la ciencia y la tecnología hasta la política y el arte, por lo que la difusión de sus ideas y logros es crucial para visibilizar su impacto y romper los estereotipos de género. Promover el reconocimiento y la celebración de las contribuciones de mujeres des-

¹ Real Decreto 157/2022, de 1 de marzo, por el que se establecen la ordenación y las enseñanzas mínimas de la Educación Primaria. *BOE*, 52, de 2 de marzo de 2022: 24386-24504.

tacadas no solo inspira a futuras generaciones de mujeres y niñas, sino que también educa a la sociedad en general sobre la importancia de la igualdad de género.

Diferentes estudios han analizado las relaciones entre género y enseñanza de las matemáticas en distintas etapas educativas. Ejemplo de ello son trabajos como López Navajas (2014), que aborda la presencia de mujeres y hombres en libros de texto de la Educación Secundaria Obligatoria de distintas asignaturas, entre ellas matemáticas, e indica una escasa presencia de mujeres que además se hace más notoria a medida que el nivel avanza. También Guichot-Reina y De la Torre-Sierra (2023) estudian libros de texto de matemáticas de Educación Primaria mostrando que existe una ausencia de mujeres como modelos reales a seguir en STEM, reforzándose estereotipos de género tradicionales. Madrid *et al.* (2021a) y Casas-Rosal *et al.* (2021) analizaron guías docentes correspondientes a asignaturas sobre matemáticas y educación matemática del Grado en Maestro/a de Educación Infantil. El análisis mostró diferentes cuestiones: por un lado, la perspectiva de género aparece solo integrada ocasionalmente como competencias a desarrollar sin hacerse mención explícita a la igualdad de género en otros apartados, en cuanto al lenguaje inclusivo, aunque se muestra que el personal docente ha tratado de adaptarse a las directrices que aparecen en los planes de igualdad de sus universidades, el lenguaje empleado no siempre tiene en cuenta dichas directrices. Por otro lado, tanto en el personal docente de estas asignaturas como en las referencias recomendadas sí puede verse reflejado el papel de la mujer en este campo, sirviendo como referente para el futuro profesorado.

A su vez, en los últimos años podemos encontrar distintas experiencias como las planteadas por Ferrando y Epifanio (2021) para visibilizar a mujeres matemáticas mediante un *escape room* virtual, o un juego de mesa como la oca (Ferrando & Cabero 2022). También Dorce (2023) plantea como es posible coeducar desde la historia de las matemáticas.

Macho *et al.* (2020) plantean distintas propuestas para fomentar vocaciones matemáticas en niñas y jóvenes, entre ellas “visualizar el trabajo de las mujeres en el ámbito de las matemáticas en los centros de primaria y secundaria” (388).

Por ello, desde las aulas, es fundamental la inclusión y promoción de mujeres relevantes en la construcción del conocimiento matemático a lo largo de la historia y eso implica que el futuro profesorado debe conocerlas. Desde esta perspectiva, surge este trabajo cuyo objetivo es estudiar los conocimientos y las valoraciones de un grupo de alumnado de 2.º curso del Grado en Maestro/a en Educación Primaria sobre la inclusión en los procesos de enseñanza-aprendizaje de las matemáticas de algunas mujeres matemáticas relevantes en la historia. Para el diseño de la experiencia se han tenido en cuenta las propuestas de Figueiras *et al.* (1998), las biografías de mujeres matemáticas presentadas por Bayer (2004), Castro (2005), Verdejo (2017) y Macho (2024), y las obras de mujeres matemáticas como el *Tyrocínio Arithmetico* de María Andresa Casamayor (Miana & Bernués 2020).

3. Diseño y metodología

La experiencia planteada se llevó a cabo en el curso 2023-2024, en la asignatura MP1806 Didáctica de la Matemática, grupo A, del Grado de Maestro/a en Educación Primaria de la Universitat Jaume I, entre los meses de febrero y mayo de 2024, y constó de dos fases. En la asignatura estaban matriculadas 83 personas de las cuales el 12,04% eran hombres.

En la primera fase, el estudiantado, organizado en grupos de 4-5 personas, recibieron el nombre de una matemática sobre la cual debían investigar y preparar una situación de aprendizaje, relacionada bien con la mujer o con sus aportaciones, y destinada a un curso de educación primaria, por lo que se debía adaptar al contenido del curso escogido. El alumnado dispuso de dos sesiones de 90 minutos al inicio de la asignatura para realizar la tarea; si no la terminaba, debía continuar fuera del aula. La actividad solicitada se presenta en el cuadro 1.

Cuadro 1
Tarea presentada al alumnado

<p>Cada grupo tiene asignado a una matemática. PRX.Y indica grupo de prácticas (X=1,2) y grupo de trabajo (Y=1, ...10).</p> <p>PR1.1. Maria Montessori PR1.2. Maria Antonia Canals y Tolosa PR1.3. Ada Lovelace PR1.4. Katherine Johnson PR1.5. Emma Castelnuovo PR1.6. María del Carmen Martínez Sancho PR1.7. Hipatia de Alejandría PR1.8. Maria Andresa Casamayor PR1.9. María Wonenburger PR1.10. Sophie Germain PR2.1. Margaret Rock PR2.2. Martha Aliaga PR2.3. María Antonia Navascués Sanagustín PR2.4. Vera Stepen PR2.5. Sheila Tinney PR2.6. Cécile Andrée Paule DeWitt-Morette PR2.7. Billie Robertson PR2.8. Elizaveta Fedorovna Litvinova PR2.9. Sofya Kovalevskaya PR2.10. Guacolda Antoine Lazzarini</p> <p>Se deben realizar, por grupos, los siguientes apartados:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Ficha técnica: Lugar de nacimiento, año de nacimiento, muerte (en su caso) y lugares mayoritarios donde ha vivido. 2. Dónde trabajó (instituciones, universidades etc., especialmente los más relevantes). 3. Por qué se le conoce tanto y qué aportaciones ha hecho a la Matemática. 4. Propón una actividad para poder llevarla al aula de Educación Primaria. Indica curso y desarróllala. <p>Exposición en clase: 14 de mayo de 2024 en los grupos de prácticas.</p>
--

Las dos últimas sesiones de prácticas (de 90 minutos) se utilizaron para que todos los grupos presentaran a sus matemáticas y su situación de aprendizaje. Posteriormente, el alumnado realizó una evaluación con la rúbrica de la tabla 1. Para ello, se utilizó *CoRubric* con los siguientes pesos: coevaluación 40%, autoevaluación 10% y profesorado 50%.

Tabla 1.
Rúbrica de evaluación de la actividad

	EXPERTO	AVANZADO	APRENDIZ	NOVEL	PESO
	4	3	2	1	
Contenido	Se describe la biografía de la mujer y se muestra la actividad de forma completa.	Se describe la biografía de la mujer brevemente y se muestra la actividad de forma completa.	Se describe la biografía de la mujer, pero no se muestra la actividad de forma completa.	No describe la biografía de la mujer o no se muestra la actividad de forma completa.	20%
Actividad	Se desarrolla la actividad completamente, es atractiva y se adapta a la edad propuesta.	Se desarrolla la actividad brevemente, es atractiva y se adapta a la edad propuesta.	Se desarrolla la actividad brevemente, es poco atractiva, aunque sí se adapta a la edad propuesta.	Se desarrolla la actividad brevemente, es poco atractiva y no se adapta a la edad propuesta.	20%
Evaluación	Se presenta la evaluación y es adecuada para la propuesta.	Se presenta la evaluación y es poco adecuada para la propuesta.	Se presenta la evaluación y no es adecuada para la propuesta.	No se presenta.	10%
Organización de la información	La información está bien organizada, de forma clara y lógica.	La mayor parte de la información se organiza de forma clara y lógica, aunque de vez en cuando alguna diapositiva está fuera de lugar.	No existe un plan claro para organizar la información, se presenta cierta dispersión.	La información aparece dispersa y poco organizada.	20%
Exposición	Atrae la atención del público y mantiene el interés durante toda la exposición.	Interesa bastante en principio, pero se hace un poco monótono.	Le cuesta conseguir o mantener el interés del público.	Apenas usa recursos para mantener la atención del público.	10%

Trabajo en equipo	La exposición muestra planificación y trabajo de equipo en el que todos han colaborado. Todos exponen y participan activamente.	Todos los miembros demuestran conocer la presentación global. Todos exponen, aunque hay alguna variación en la participación del diferente estudiantado.	La exposición muestra cierta planificación entre los miembros. Todos participan, pero no al mismo nivel.	Demasiado individualista. No se ve colaboración. No todos los miembros del equipo exponen.	10%
Tiempo	Tiempo ajustado al previsto, con un final que retoma las ideas principales y redondea la exposición.	Tiempo ajustado al previsto, pero con un final precipitado o alargado por falta de control del tiempo.	Tiempo no ajustado. Exposición excesivamente corta.	Excesivamente largo o insuficiente para desarrollar correctamente el tema	5%
Soporte	La exposición se acompaña de soportes visuales especialmente atractivos y de mucha calidad (imágenes, videos,...)	Soportes visuales adecuados e interesantes (imágenes, vídeos...)	Soporte visuales adecuados pero poco interesantes (imágenes, vídeos,...)	Soportes visuales inadecuados.	5%

Finalmente, se llevó a cabo un estudio adoptando un enfoque fenomenológico (Salgado 2007) con el objetivo de identificar y describir los fenómenos desde la perspectiva del alumnado en relación a la figura de la mujer en matemáticas. El instrumento utilizado fue un cuestionario en *Google Forms* creado ad hoc para la actividad y validado por un panel de expertos en Didáctica de la Matemática. Consta de 13 preguntas que se observan en el cuadro 2. Se utilizó un muestreo intencional, y la única condición para participar en el estudio era estar matriculado en la asignatura.

El análisis cuantitativo se realizó con el programa Jamovi, mientras que el análisis cualitativo se llevó a cabo con el programa *QCAmap*, organizando las respuestas mediante un sistema de categorías en algunos casos siguiendo a Jankvist (2009) y en otros de carácter deductivo en función de las respuestas elegidas.

Cuadro 2**Cuestionario diseñado ad hoc para el alumnado**

1. Edad
2. Género
3. Procedencia a la universidad:
 - a) Bachillerato, modalidad Científico-Técnica
 - b) Bachillerato, modalidad Salud
 - c) Bachillerato, modalidad Humanístico-Social
 - d) Bachillerato, modalidad Humanística
 - e) Bachillerato, modalidad Artes
 - f) Prueba para mayores de 25 años
 - g) Ciclo Formativo
1. Nombre y apellidos de la mujer matemática trabajada
5. Por favor, comparte aquí tu trabajo anonimizado
5. En vuestro trabajo, ¿qué papel le habéis dado a la mujer? (puedes escoger más de una opción)
 - a. En la introducción
 - b. En alguna actividad
 - c. En la evaluación
 - d. Otra
5. ¿Por qué motivo le habéis dado ese papel?
5. ¿Antes de este trabajo conocías el nombre de alguna mujer y sus aportaciones a la ciencia?
 - a) Sí
 - b) No
5. En caso de haber dicho que sí en la pregunta anterior, ¿quién o quiénes? ¿Estas aportaciones las viste en un aula escolar, en el instituto u otro espacio?
5. ¿Crees que se habla de la mujer en la ciencia en el aula?
 - a) Sí
 - b) No
5. Según tu respuesta anterior, ¿por qué lo crees?
5. ¿Crees que sería positivo hablar del tema?
 - a) Sí
 - b) No
 - c) Otros
5. ¿Cómo llevarías la mujer en la ciencia en el aula? Esboza algunas ideas.

4. Resultados

La encuesta del cuadro 2 fue contestada por 74 personas de las cuales el 85,14% son mujeres. La muestra se caracteriza por una mayoría del estudiantado joven (19-20 años), y con una fuerte inclinación hacia el Bachillerato de modalidad Humanístico-Social (51,35% de representación), la modalidad Humanística representa un 18,92% y la modalidad Científico-Técnica el 9,46%. Las modalidades menos representadas son Artes y Salud en el Bachillerato, con un 2,7% y 5,41% respectivamente. El estudiantado proveniente de Ciclos Formativos constituye el 12,16% de la muestra.

Las personas encuestadas han investigado a distintas mujeres matemáticas. Concretamente 7 personas investigaron a Maria Montessori, con un total de 7 personas. Los grupos que estudiaron a Sofya Kovalevskaya y María Wonenburger contaron con 5 personas cada uno. Otros grupos incluyeron a 4 personas cada uno, quienes investigaron a Ada Lovelace, Guacolda Antoine Lazzerini, María Antonia Navascués Sanagustín, Maria Andresa Casamayor, Sheila Tinney, Elizaveta Fedorovna Litvinova, Katherine Johnson, Sophie Germain y Vera Stepen. Además, hubo grupos de 3 personas que trabajaron sobre Cécile Andrée Paule DeWitt-Morette, Billie Robertson, Margaret Rock, Hipatia de Alejandría, María del Carmen Martínez Sancho y Emma Castelnuovo. Por último, se formó un grupo de 2 personas para investigar a Martha Aliaga y un grupo de 1 estudiante para Amélie Le Français de La Lande.

El análisis del papel dado a las mujeres en los proyectos muestra que con mayor frecuencia se incluyen en las introducciones (63 menciones) y en las actividades (58 menciones), siendo también significativa la categoría de evaluación (15 menciones). Otras respuestas dadas por el alumnado fueron estudio y trabajo, reflexión, y en todo el proceso, aunque estas se mencionaron con menor frecuencia.

Por ejemplo, el grupo que investigó a María Wonenburger propuso un juego de *Timeline* para 5.º o 6.º de Educación Primaria para profundizar en la historia de las matemáticas o realizar actividades contextualizadas en los campos donde ella trabajó. De manera similar, el equipo que estudió a Billie Robertson sugirió resolver problemas para 2.º ciclo de Educación Primaria relacionados con el espacio y vinculados a sus contribuciones científicas.

Los resultados obtenidos mostraron un enfoque efectivo. Inspiradas en figuras femeninas destacadas en el ámbito matemático, estas tareas tenían como objetivo no solo fomentar el pensamiento lógico y la creatividad, sino también promover el trabajo colaborativo y visibilizar la importante contribución de las mujeres a la ciencia. La mayoría de los grupos desarrollaron actividades que combinaban el aprendizaje matemático con la historia de mujeres destacadas en el campo de las matemáticas.

Por ejemplo, el grupo que trabajó a Elizaveta Fedorovna Litvinova diseñó una actividad para 4.º de Educación Primaria llamada "Búsqueda del número perdido". Esta actividad se centró en el pensamiento lógico y el razonamiento deductivo, con el objetivo de resolver problemas en equipo para estimular el pensamiento matemático colectivo. El grupo que estudiaba a Emma Castelnuovo propuso una actividad, también para 4.º de Educación Primaria, titulada "En búsqueda de las figuras geométricas", utilizando un robot *Bee-Bot*. Aquí, el alumnado aplicó conceptos geométricos a través de la experimentación con objetos cotidianos, promoviendo un aprendizaje intuitivo y concreto de la geometría. Por otro lado, el grupo de Guacolda Antoine desarrolló la actividad para segundo ciclo de Educación Primaria "Recorre la vida de Guacolda", donde las personas participantes resolvieron operaciones matemáticas mientras exploraban su biografía.

Esto permitió trabajar el cálculo mental y la aritmética básica, fomentando la reflexión sobre la importancia y aplicación práctica de las matemáticas. El trabajo a partir de Cécile Andrée Paule DeWitt-Morette utilizó diversas herramientas como *Tangram*, *Kahoot* y juegos de probabilidad. Estas actividades pensadas para 1.º de Educación Primaria abordaron temas de geometría, probabilidad y resolución de problemas, con el fin de desarrollar la visión espacial, el razonamiento lógico y el trabajo colaborativo. Y finalizamos con el grupo de María Andresa Casamayor, quienes crearon una simulación de compra en un supermercado pensado para primer ciclo de Educación Primaria. Este ejercicio incorporó conceptos de aritmética básica, unidades de medida y su aplicación en situaciones reales, ayudando al alumnado a relacionar las matemáticas con su vida diaria.

Al analizar las respuestas cualitativas, las personas encuestadas destacan varias razones clave para incluir a las mujeres en los proyectos educativos. En primer lugar, la importancia de resaltar sus contribuciones matemáticas, introduciendo científicas destacadas y explorando detalladamente sus vidas y logros, acompañados de datos curiosos y actividades relacionadas con sus teorías. La metodología de enseñanza también juega un papel crucial, dado que incorporar descubrimientos femeninos en el contenido de las clases facilitará que conceptos complejos sean más accesibles mediante actividades prácticas. Además, consideran fundamental aumentar la visibilidad de estas matemáticas, asegurando que las futuras generaciones comprendan su relevancia histórica inspirándoles a través de sus historias de vida.

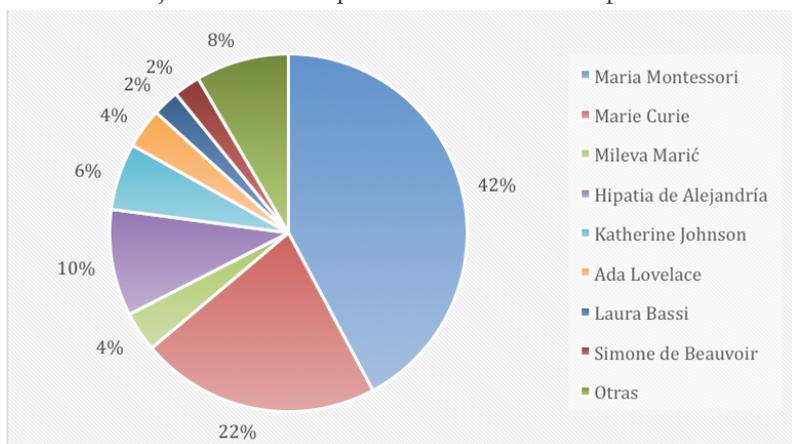
Se plantea contextualizar sus métodos y contribuciones, diseñar actividades basadas en sus teorías, alinear los trabajos de estas figuras con los objetivos educativos del currículo, eligiendo modelos inspiradores como Ada Lovelace por sus roles pioneros. Enfatizar sus trayectorias profesionales y logros científicos proporciona ejemplos a seguir para el alumnado en áreas STEAM y promueve equidad e inclusión en el reconocimiento científico.

Finalmente, algunas personas participantes valoran el uso de enfoques gamificados y actividades interactivas para evaluar y mantener el interés del estudiante. Este análisis subraya la importancia de abordar las contribuciones de las mujeres en todas las fases de los proyectos educativos, destacando temas comunes como la aplicación práctica, la exploración contextual y el objetivo de inspirar y promover la equidad de género en los campos STEAM.

El análisis cualitativo de las respuestas a la pregunta “¿Antes de este trabajo conocías el nombre de alguna mujer y sus aportaciones a la ciencia?” revela que la mayoría de las personas participantes (57) ya tenía algún conocimiento previo. En el Gráfico 1 se muestran las científicas que estas personas participantes conocían previamente. Maria Montessori y Marie Curie son las figuras más reconocidas, lo que indica que su legado y contribuciones están ampliamente difundidos y reconocidos en la educación y la ciencia, respectivamente. Aunque hay un claro predominio de algunas figuras, las respuestas muestran cierta diversidad en el cono-

cimiento de diferentes mujeres importantes en la ciencia y la educación, lo que puede reflejar variaciones en los currículos educativos y en el acceso a diferentes fuentes de información. De este modo se mencionan, aunque solo una vez, a figuras importantes como Margarita Salas, Rosalind Franklin, o Ángela Ruiz Robles. Así mismo, relevantes matemáticas como Sofya Kovalevskaya o la española María Wonenburger ni si quiera fueron mencionadas. La mención de figuras como Maria Montessori y Katherine Johnson, además de otras matemáticas como Ada Lovelace e Hipatia de Alejandría, destaca la presencia tanto de educadoras como de matemáticas en la memoria colectiva de las personas participantes. Algunas respuestas indican que el conocimiento sobre ciertas mujeres proviene de formaciones específicas (como ciclos formativos superiores), lo que subraya la importancia de incluir estas figuras en programas educativos para aumentar su visibilidad. En las respuestas no se observó diferencia si el alumnado había estudiado un bachillerato científico o social.

Gráfico 1
Porcentaje de alumnado que conocía a la científica previamente



Elaborado con Excel.

La mayoría de las personas participantes mencionaron haber conocido las aportaciones de mujeres científicas y educadoras principalmente en el instituto y la universidad, lo que indica que este conocimiento se refuerza en etapas educativas más avanzadas. Aunque con menor frecuencia, también se mencionan la etapa de educación primaria, los ciclos formativos superiores, cursos de monitor de ocio y tiempo libre, etc. Varias/os participantes también mencionaron haber aprendido sobre estas mujeres durante sus prácticas educativas externas del Grado, subrayando la importancia de contextos prácticos y especializados. Además, algunas/os participantes conocieron estas aportaciones a través de iniciativas específicas, como el “día de la mujer en la ciencia”. Finalmente, las respuestas

destacan la diversidad de fuentes de información, incluyendo lecturas independientes, películas como *Figuras ocultas*, y actividades extracurriculares, mostrando que el conocimiento sobre estas figuras se adquiere tanto dentro como fuera del aula tradicional.

Según el análisis de las respuestas a la pregunta “¿Crees que se habla de la mujer en la ciencia en el aula? Según tu respuesta anterior, ¿por qué lo crees?”, se observa una diversidad de opiniones respecto a si se aborda adecuadamente el tema de las mujeres en la ciencia en el ámbito educativo. Las personas participantes que respondieron “No” destacan razones como la persistencia de una sociedad machista y patriarcal que históricamente ha invisibilizado a las mujeres en este campo, así como la falta de profundidad en los contenidos educativos y un currículo tradicional centrado mayormente en figuras masculinas. Además, señalan la falta de formación y compromiso de parte del profesorado, quienes mencionan esporádicamente a mujeres científicas sin enfatizar adecuadamente sus contribuciones.

Por otro lado, quienes respondieron “Sí” argumentan que ha habido un incremento en la visibilidad de mujeres científicas en los últimos años, apoyado por iniciativas como el Día Internacional de la Mujer y la Niña en la Ciencia y un compromiso creciente tanto en la sociedad como en el ámbito educativo para reconocer el papel de las mujeres en la ciencia. Además, mencionan experiencias personales en instituciones donde se abordan activamente estas temáticas.

Aquellos que respondieron “Depende” indican que la inclusión de mujeres en la ciencia varía según el profesorado y su compromiso con la equidad de género, así como según la asignatura y el interés específico de la persona que la imparte. Aunque reconocen un aumento en la visibilidad, consideran que aún no es suficiente y destacan contextos educativos específicos donde se está empezando a hablar más de las mujeres en la ciencia.

Las observaciones clave revelan la invisibilización histórica y social de las mujeres en la ciencia, subrayando la importancia del papel de la persona docente en la inclusión de estos contenidos. Además, se destaca la influencia de movimientos sociales recientes y la necesidad de una mayor profundidad y frecuencia en la educación sobre mujeres científicas para asegurar una representación equitativa y completa en el ámbito educativo.

El alumnado propone diversas ideas para acercar el papel de la mujer STEAM al aula escolar. Entre las sugerencias, destacan los proyectos de investigación sobre la vida y obra de mujeres científicas, lo cual no solo incrementa el conocimiento sobre estas figuras, sino que también fomenta habilidades de investigación y presentación. Asimismo, proponen actividades prácticas y dinámicas, como experimentos y juegos relacionados con descubrimientos realizados por mujeres, para hacer el aprendizaje más lúdico y atractivo. Además, sugieren invitar a mujeres que trabajan en la ciencia para que compartan sus experiencias con el alumnado, proporcionando ejemplos reales y tangibles. El uso de recursos audiovisuales y

literarios, como películas, documentales, libros y obras de teatro, es otra estrategia para proporcionar contextos históricos y culturales ricos. Las personas participantes también enfatizan la importancia de integrar de manera regular las contribuciones de las mujeres científicas en el currículum, así como de organizar actividades de sensibilización y visibilización para desafiar los estereotipos de género en la ciencia.

Esta actividad suponía como máximo un punto de la nota final de la asignatura según los criterios incluidos en la guía docente. La nota media de los trabajos fue de 9,404 sobre 10, destacando que solo dos grupos obtuvieron una puntuación inferior a 9. Por tanto, las evaluaciones sugieren que las personas participantes mostraron creatividad y esfuerzo en sus actividades, aunque pueden mejorar aspectos como la preparación previa para las presentaciones, la claridad en las explicaciones y la fluidez en la exposición.

5. Conclusiones

Las/os participantes consideran la integración de la mujer en la ciencia en el aula como una oportunidad multifacética. Proponen una combinación de proyectos de investigación, actividades prácticas y dinámicas, charlas de mujeres científicas, uso de materiales didácticos variados, etc., para visibilizar y celebrar las contribuciones de las mujeres matemáticas.

Estas propuestas buscan no solo educar, sino también inspirar a las futuras generaciones a reconocer y valorar el papel de las mujeres en los campos científicos, reflejando un fuerte compromiso con la integración de las contribuciones de las mujeres en la ciencia en proyectos educativos, asegurando su visibilidad y reconocimiento en varios aspectos del currículum. Este enfoque es respaldado por el Real Decreto 157/2022, que enfatiza la necesidad de fomentar el diálogo y dar a conocer al alumnado las contribuciones de las mujeres y los hombres en las matemáticas a lo largo de la historia y en la actualidad. Las propuestas presentadas por el alumnado están también en la línea de lo indicado por Macho *et al.* (2020), y aunque el esudiantado no planteó actividades tipo *escape room*, como presentaban Ferrando y Epifanio (2021), algunos grupos sí consideraron el uso de juegos de mesa como Ferrando y Cabero (2022).

El análisis de las respuestas de las personas participantes sobre la visibilidad de las mujeres en la ciencia muestra una diversidad de percepciones y actitudes que reflejan sus antecedentes educativos. Esta diversidad influye significativamente en las percepciones y actitudes hacia el tema, aportando una variedad de perspectivas y experiencias que enriquecen la discusión.

La mayoría de participantes ya conocía algunas mujeres y sus contribuciones a la ciencia antes del trabajo, lo que sugiere una creciente conciencia sobre la importancia de las contribuciones femeninas en este campo. Sin embargo, un

número considerable de participantes (17) no tenía conocimiento previo, destacando la necesidad continua de esfuerzos educativos para aumentar la visibilidad de las mujeres en STEAM. Esta diversidad en las respuestas sugiere que el proyecto tiene un potencial significativo para educar e inspirar tanto a aquellos con conocimiento previo como a aquellos sin él, reflejando así mismo una variabilidad en los programas educativos previos de las personas participantes.

El análisis cualitativo de las respuestas también revela que figuras como Maria Montessori y Marie Curie son las más reconocidas, mientras que existe un conocimiento limitado sobre otras mujeres importantes en estos campos. Esto subraya la necesidad de continuar promoviendo la visibilidad de un mayor número de figuras femeninas en la ciencia y la educación para asegurar que sus contribuciones sean ampliamente reconocidas y apreciadas.

Además, se observa que el conocimiento sobre las aportaciones de mujeres en la ciencia y la educación se adquiere principalmente en el instituto y la universidad, aunque también se reconoce la influencia de las aulas escolares de Educación Primaria, así como de iniciativas extracurriculares. Este hallazgo sugiere la necesidad de integrar más sistemáticamente el estudio de las contribuciones de mujeres en la ciencia en todos los niveles educativos y a través de diversos métodos y espacios de aprendizaje.

La invisibilización histórica y social de las mujeres en la ciencia sigue afectando su percepción y reconocimiento en el ámbito educativo. Aunque se reconoce la importancia crucial del rol de las personas docentes en promover la inclusión de científicas en los contenidos curriculares, la formación y el compromiso de estos profesionales son determinantes para su visibilidad. A pesar de los movimientos sociales y los cambios recientes en las políticas educativas que han incrementado la visibilidad de las mujeres en la ciencia, estos esfuerzos no son aún suficientes y requieren mayor profundidad y frecuencia en su tratamiento. Las iniciativas específicas, como el Día de la Mujer y la Niña en la Ciencia, contribuyen a esta visibilidad, pero no están completamente integradas en el currículo, resultando en muchos casos en una educación superficial y esporádica sobre el impacto de las mujeres científicas.

En definitiva, como se ha señalado en la literatura (Figueiras *et al.* 1998; Bayer 2004), el papel de las mujeres en la historia de las matemáticas no ha sido siempre suficientemente reconocido. Por ello, desde las aulas, es fundamental promover la inclusión de mujeres relevantes en la construcción del conocimiento matemático (RSME 2020), implicando que el futuro profesorado también debe conocerlas (Fauvel 1991; Moyon 2021). Este proyecto refleja la relevancia de integrar sistemáticamente el estudio de las contribuciones de mujeres en la ciencia y la educación en todos los niveles educativos, asegurando una educación equitativa, completa y de calidad para todos los participantes, que empodere a mujeres y niñas, proporcionándoles las herramientas necesarias para participar plenamente en la vida económica, política y social.

Contribución de cada autora

MSV: Conceptualización; análisis formal; investigación; metodología; redacción – borrador original; redacción – revisión y edición.

MJMM: Conceptualización; análisis formal; investigación; metodología; redacción – borrador original; redacción – revisión y edición.

Agradecimientos

Las autoras agradecen su colaboración al alumnado participante en este estudio.

Proyecto de investigación: UJI-A2022-01 Investigación-acción en la formación del profesorado: el uso del STEAM y la historia como eje vertebrador de la docencia de didáctica de la matemática y los objetivos de desarrollo sostenible.

Conveni col·laboració GVA-UJI per finançar un projecte per promoure les STEM (2024): Situacions d'aprenentatge STEAM en l'Educació Obligatòria: desenvolupant el Pensament Computacional Desendollat i el paper de la dona en la ciència.

Proyecto de innovación UJI-55076/25 Situaciones de aprendizaje STEM en educación obligatoria: integrando a las mujeres pioneras en la ciencia.

Conflicto de intereses

Las autoras declaran no tener ningún conflicto de intereses. Las directrices y principios éticos fueron cuidadosamente considerados durante la preparación de este artículo. La participación fue voluntaria y se obtuvo el consentimiento informado de todos los participantes. La revisión y aprobación ética fueron requeridas por la Universidad Jaume I (CEISH/31/2022).

Referencias bibliográficas

- Alpaslan, Mustafa, Mine Işıksal, y Çiğdem Haser. 2014. "Pre-service Mathematics Teachers' Knowledge of History of Mathematics and Their Attitudes and Beliefs Towards Using History of Mathematics in Mathematics Education." *Science & Education* 23(1): 159-183. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11191-013-9650-1>
- Bayer, Pilar. 2004. "Mujeres y Matemáticas." *La Gaceta de la Real Sociedad Matemática Española* 7(1): 55-71.
- Casas-Rosal, José Carlos, et al. 2021. "Formación matemática en el Grado de Educación Infantil: Un análisis de las guías docentes desde la perspectiva de género." En *Cuestiones transversales en la innovación de la docencia y la investigación de las ciencias sociales y*

- jurídicas: especial referencia al impacto del COVID-19, las nuevas tecnologías y metodologías, las perspectivas de género y la diversidad, coordinado por Miguel Ángel Martín López & Carlos Soria Rodríguez, 1691-1708. Madrid: Dykinson.
- Castro, Encarnación. 2005. *Mujeres matemáticas en la historia de occidente*. Granada: Grupo Editorial Universitario.
- Dorce, Carlos. 2023. "History of Mathematics (and Mathematics) with Gender Perspective: Towards a Social History of Mathematics." *International Journal of Mathematical Education in Science and Technology* 56(3): 363-381. DOI: <https://doi.org/10.1080/0020739X.2023.2236136>
- Fauvel, John. 1991. "Using History in Mathematics Education." *For the Learning of Mathematics* 11(2): 3-6.
- Ferrando, Lara, & Irene Epifanio. 2021. "Visibilización de mujeres matemáticas mediante una escape room virtual." En *Entornos virtuales para la educación en tiempos de pandemia: Perspectivas metodológicas*, coordinado por Alba Vico, Luisa Veja, & Olga Buzón, 559-579. Madrid: Dykinson.
- Ferrando, Lara, & Ismael Cabero. 2022. "Conociendo a las mujeres científicas del Mar Mediterráneo." En *Innovación docente y prácticas educativas para una educación de calidad*, coordinado por Carmen Romero, 641-666. Madrid: Dykinson.
- Figueiras, Lourdes, et al. 1998. *Género y Matemáticas. Educación matemática en secundaria*. Madrid: Síntesis.
- Freitas, Marcel de Almeida, & Eduardo Godinho Pereira. 2017. "A inexpressiva representação feminina nas academias científicas brasileiras e no prêmio Nobel." *ex æquo* 36: 189-202. DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2017.36.11>
- Fuertes-Prieto, Miguel Ángel, María Santágueda-Villanueva, & Gil Lorenzo-Valentín. 2022. "Creencias e ideas de los futuros maestros sobre el uso de la Historia de las Matemáticas como recurso didáctico." En *Investigación en Educación Matemática XXV*, editado por Teresa F. Blanco, et al., 277-284. Santiago de Compostela: SEIEM.
- González Ramos, Ana M. 2014. "Inclusion of Women in Science. Long-term Strategies for Alone or with Partners' Women." *Multidisciplinary Journal of Gender Studies* 3(3): 459-482. DOI: <https://doi.org/10.4471/generos.2014.42>
- Guichot-Reina, Virginia, & Ana María De la Torre-Sierra. 2023. "The Representation of Gender Stereotypes in Spanish Mathematics Textbooks for Elementary Education." *Sexuality & Culture* 27: 1481-1503. DOI: <https://doi.org/10.1007/s12119-023-10075-1>
- Jankvist, Uffe Thomas. 2009. "A Categorization of the 'Whys' and 'Hows' of Using History in Mathematics Education." *Educational Studies in Mathematics* 71(3): 235-261. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10649-008-9174-9>
- León-Mantero, Carmen, et al. 2021. "Utilidad de la historia de las matemáticas para profesores en formación y en ejercicio". En *Innovaciones metodológicas con TIC en educación*, coordinado por Olga Búzon-García, Carmen Romero-García, & Amparo Verdú Vázquez, 4222-4239. Madrid: Dykinson.
- López-Navajas, Ana. 2014. "Análisis de la ausencia de las mujeres en los manuales de la ESO: una genealogía de conocimiento ocultada." *Revista de Educación* 363: 282-308. DOI: <https://doi.org/10.4438/1988-592X-RE-2012-363-188>
- Macho, Marta, et al. 2020. "Igualdad de género en el ámbito de las matemáticas." En *Libro blanco de las matemáticas*, coordinado por Tomás Chacón Rebollo et al., 375-420. Madrid: Real Sociedad Matemática Española.
- Macho, Marta. 2024. *El papel de las mujeres en las matemáticas*. Madrid: Santillana.

- Madrid, María José, *et al.* 2021a. "La perspectiva de género en la formación matemática del profesorado de educación infantil de Castilla-la Mancha." En *Hacia una docencia sensible al género en la Educación Superior*, coordinado por Ángeles Rebollo Catalán & Alicia Arias Rodríguez, 103-29. Madrid: Dykinson.
- Madrid, María José, *et al.* 2021b. "Comparison between a Modern-Day Multiplication Method and Two Historical Ones by Trainee Teachers." *Mathematics* 9(4): 349. DOI: <https://doi.org/10.3390/math9040349>
- Miana, Pedro J., & Julio Bernués (Eds.). 2020. *Tyrocinio Arithmetico*, de María Andresa Casamayor. Zaragoza: Prensas de la Universidad de Zaragoza.
- Moyon, Marc. 2021. "I Would Like to Introduce History in my Mathematics Lessons but I Do Not Know How To Do it!" *YouTube*. Disponible en <https://www.youtube.com/watch?v=NTIi44eCMLM>
- Naciones Unidas. 2015. Objetivos de Desarrollo Sostenible – Objetivo 4. Disponible en <https://www.un.org/sustainabledevelopment/es/education/>
- Rico, Luis. 2000. "Los organizadores del currículo de Matemáticas." En *La educación matemática en la enseñanza secundaria*, editado por Luis Rico, 39-59. Barcelona: ICE-Universitat de Barcelona / Horsori.
- RSME. 2020. *Mujeres y matemáticas: Coeducación en las etapas no universitarias*. RSME. Disponible en <https://www.rsme.es/2020/09/mujeres-y-matematicas-coeducacion-en-las-etapas-no-universitarias/>
- Ruiz-Catalán, Jacinto, María José Madrid, & Alexander Maz-Machado. 2024. "Valoración de la historia de las matemáticas por estudiantes de Bachillerato: el método general de resolución de ecuaciones de Vieta." *Educación matemática* 36(2): 232-257. DOI: <https://doi.org/10.24844/EM3602.09>
- Salgado, Ana Cecilia. 2007. "Investigación cualitativa: diseños, evaluación del rigor metodológico y retos." *Liberabit* 13(13): 71-78.
- Santágueda-Villanueva, María, & Gil Lorenzo-Valentín. 2019. "Historia de las matemáticas para la formación de maestros." *Matemáticas, Educación y Sociedad* 2(2): 19-32.
- Verdejo, Amelia. 2017. *Mujeres matemáticas: las grandes desconocidas*. Vigo: Universidade de Vigo, Servizo de Publicacións.

María Santágueda-Villanueva. Licenciada en Matemáticas y doctora en Matemática Aplicada por la Universidad de Valencia, es profesora permanente laboral en la Universitat Jaume I. Imparte docencia en los grados en Maestro/a de Educación Infantil y Primaria, en asignaturas relacionadas con la Didáctica de la Matemática y coordina las prácticas del Grado en Maestro/a en Educación Infantil. Su investigación se centra en la historia de la Educación Matemática, la innovación docente y las metodologías activas

María José Madrid Martín. Doctora en Educación Matemática y Graduada en Matemáticas por la Universidad de Salamanca. Es profesora e investigadora en la Universidad Pontificia de Salamanca, impartiendo principalmente asignaturas de Didáctica de la Matemática. Ha realizado diversas publicaciones en revistas científicas y libros, ha participado como ponente en congresos nacionales e internacionales, y ha formado parte de proyectos de investigación dentro del área de Didáctica de la Matemática.

Artículo recibido el 21 de septiembre de 2024 y aceptado para su publicación el 16 de enero de 2025.

Cómo citar este artículo:

[Según la norma Chicago]:

Santágeda-Villanueva, María, & María José Madrid Martín. 2025. "La inclusión de mujeres matemáticas relevantes en el aula. Una experiencia con futuro profesorado de educación primaria." *ex æquo* 51: 197-215. DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2025.51.12>

[Según la norma APA adaptada]:

Santágeda-Villanueva, María, & Madrid Martín, María José (2025). La inclusión de mujeres matemáticas relevantes en el aula. Una experiencia con futuro profesorado de educación primaria. *ex æquo*, 51, 197-215. DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2025.51.12>



Este es un artículo de acceso abierto distribuido bajo los términos de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-SinObraDerivada (<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>), que permite la reproducción y distribución no comercial de la obra, en cualquier medio, siempre que la obra original no sea alterada o transformada de ninguna manera, y que la obra sea debidamente citada. Para la reutilización comercial, póngase en contacto con: pem1991@gmail.com



EL VIDEOCLIP *FORMATION* DE BEYONCÉ PARA LA FORMACIÓN FEMINISTA INTERSECCIONAL DEL PROFESORADO

 Laura Triviño-Cabrera*

Resumen

Este trabajo aborda la necesidad de incorporar la teoría feminista en la formación inicial docente, ante los discursos mediáticos de odio contra las mujeres y la influencia del postfeminismo y postmachismo. Así pues, se propone el uso de la cultura mediática, concretamente, del videoclip *Formation* de Beyoncé como herramienta alfabetizadora, planteándose como objetivo comprobar si dicho videoclip facilita enseñar teoría feminista. Para ello, se aplicó una metodología de investigación basada en el diseño de un artefacto en el máster de profesorado (N=43). Los resultados demostraron que el empleo de la cultura audiovisual mejora la adquisición de competencias en alfabetización crítica feminista. Como conclusión, destacamos cómo el profesorado es clave para generar una ciudadanía comprometida con la igualdad de género.

Palabras clave: Feminismo, formación docente, vídeo musical, alfabetización, interseccionalidad.

Resumo

O videoclip *Formation* de Beyoncé para a formação feminista interseccional de docentes

Este artigo aborda a necessidade de incorporar a teoria feminista na formação inicial de docentes, face aos discursos mediáticos de ódio contra as mulheres e à influência do pós-feminismo e do pós-machismo. Assim, propomos a utilização da cultura mediática, especificamente o videoclip *Formation* de Beyoncé, como ferramenta de literacia, com o objetivo de testar se o videoclip facilita o ensino da teoria feminista. Para tal, foi aplicada uma metodologia de investigação baseada na conceção de um artefacto no mestrado em ensino (N=43). Os resultados mostraram que a utilização da cultura audiovisual melhora a aquisição de competências de literacia crítica feminista. Em conclusão, destacamos como as/os docentes são fundamentais para gerar uma cidadania comprometida com a igualdade de género.

* Universidad de Málaga – Facultad de Ciencias de la Educación, Campus de Teatinos, 29010 Málaga, España.
Dirección postal: Boulevard Louis Pasteur, 25, 29010 Málaga, España.
Correo electrónico: laura.trivino@uma.es

Palavras-chave: Feminismo, formação de docentes, vídeo musical, literacia, interseccionalidade.

Abstract

Beyoncé's *Formation* Video Clip for Intersectional Feminist Teacher Training

This paper addresses the need to incorporate feminist theory in initial teacher training in the face of media discourses of hatred against women and the influence of post-feminism and post-machismo. Thus, we propose the use of media culture, specifically the video clip *Formation* by Beyoncé, as a literacy tool, with the objective of testing whether the video clip facilitates the teaching of feminist theory. To this end, a research methodology based on the design of an artefact was applied in the master's degree in teaching (N=43). The results showed that the use of audiovisual culture improves the acquisition of feminist critical literacy skills. In conclusion, we highlight how teachers are key to generating a citizenry committed to gender equality.

Keywords: Feminism, teacher training, music video, literacy, intersectionality.

1. Introducción: la profesora feminista 'aguafiestas'

Teniendo en cuenta nuestra profesión como profesorado investigador feminista del futuro profesorado, nos preguntábamos cómo afrontar las dificultades para tratar la violencia machista, la discriminación y la desigualdad entre mujeres y hombres en las aulas universitarias. Este inicio puede dejar perplejas/os a quienes no sean especialistas en estudios de género y/o feministas; pero para quienes lo sean, no les será nada extraño nuestro planteamiento (Bricker-Jenkins & Hooyman 1986; Maher & Rathbone 1989; Carillo 2007). Las profesoras que se atreven a mencionar la palabra 'feminismo' asumen el efecto 'ojos en blanco' de sus estudiantes o, lo que es lo mismo, la exasperación colectiva de estar ante una profesora 'aguafiestas', como bien explica Ahmed (2018).

¿Cómo era posible que quienes tenían la enorme responsabilidad social de formar a generaciones ciudadanas rehuyeran e incluso rechazaran abordar una cuestión tan esencial y prioritaria, como es el compromiso con la igualdad de género? Un interrogante que asumimos como un hecho constatable y 'normalizado', curso tras curso, a lo largo de nuestra experiencia docente y que decidimos hacerle frente con otro interrogante: ¿Cómo lograr que quienes tenían la enorme responsabilidad social de formar a generaciones de estudiantes se interesasen por la igualdad de género y la lucha contra la violencia machista?

En España, la aprobación de la Ley Orgánica 1/2004, de 28 de diciembre, de Medidas de Protección Integral contra la Violencia de Género, y la Ley Orgánica 3/2007, de 22 de marzo, para la igualdad efectiva de mujeres y hombres, ha constituido todo un avance para el reconocimiento de la situación discriminatoria por razón de género y la implantación de medidas para conseguir una igualdad real entre hombres y mujeres en todos los ámbitos de la sociedad. Sin embargo, coincidiendo con el avance de los movimientos feministas a nivel nacional e interna-

cional y sus respectivos lemas ('MeToo', 'The Time is Now' o 'Hermana, yo sí te creo'), las dos últimas leyes relativas a la libertad sexual – una conocida como la 'Ley del Sí es Sí' (Ley Orgánica 10/2022, de 6 de septiembre), y a de los derechos de la comunidad LGTBIQ+, o denominada 'Ley Trans' (Ley 4/2023, de 28 de febrero) – provocaron una enorme reacción patriarcal que encontró su mejor aliado en los *mass media*.

La desinformación, las *fake news*, los bulos machistas habían conseguido propagar discursos de odio y prejuicios contra las mujeres, así como han expandido el negacionismo de problemáticas sociales de primer orden, como la violencia machista y los feminicidios (Bernal-Triviño 2019). La misoginia en redes sociales constituye un retroceso en los derechos humanos de las mujeres (Jane 2017), ya que se corrobora la relación directa entre la propagación de estos dañinos mensajes en redes sociales y el aumento del rechazo a políticas de igualdad, reforzando la discriminación y la violencia contra las mujeres (Herrero-Diz *et al.* 2020). Esta situación llega a calar ente la población adolescente española, alcanzando un porcentaje del 36,3% de las chicas y los chicos que piensa que la violencia de género es un invento ideológico, según un informe reciente de la FAD (Rodríguez *et al.* 2023, 12).

Entonces, ¿qué podíamos hacer como docentes frente a la hegemonía de la cultura mediática patriarcal? La respuesta es clara: utilizar esa misma cultura como estrategia didáctica para la formación feminista del futuro profesorado. Y es así cómo comenzamos a trabajar la incorporación de videoclips en la formación inicial docente (Triviño 2022). Así pues, tras varias experiencias educativas, esbozamos una investigación que probara si el videoclip *Formation* de Beyoncé facilita la incorporación de la teoría feminista en la formación inicial docente. Para ello, se fijan dos objetivos de investigación:

- Identificar el tipo de conocimiento de la teoría feminista del profesorado en formación inicial a través del videoclip *Formation* de Beyoncé.
- Comprobar si el videoclip *Formation* mejora la incorporación de la teoría feminista en la formación inicial docente.

1.1. La 'distancia feminista' entre profesoras y alumnas

Angela McRobbie (2004) habla de una 'distancia feminista' entre profesoras y alumnas, teniendo como consecuencia directa un choque generacional en torno a los objetivos del movimiento feminista. Profesoras enseñan un feminismo académico que no terminaba de convencer a unas alumnas, que se identifican más con los planteamientos del 'postfeminismo', definido como "una postura crítica ante los movimientos feministas anteriores, al tiempo que reivindicaban la diversidad de identidades" (Varela 2019, 69). El postfeminismo se concibe como

un enfoque desde el que las mujeres consideran que adquieren libertad en su trayectoria profesional, sobre su sexualidad y sobre la construcción de su propia imagen asociada a un prototipo de mujer consumidora empoderada joven, blanca y de clase media (McRobbie 2004; 2009; Gill 2007; Tasker & Negra 2007). Por tanto, las referentes postfeministas provienen de las redes sociales y de las plataformas de entretenimiento.

Al mismo tiempo que se consolida un ‘feminismo mediático’ entre las más jóvenes, el machismo también encuentra en el universo *mainstream* una alianza perfecta para hacer frente al ‘tsunami feminista’ (Varela 2020), e incluso construye su propio espacio mediático, la ‘manosfera’ (Marwick & Caplan 2018), desde el que constituirse como colectivo ‘víctima’ de las feministas y expandir los bulos machistas. Es así como surge el ‘postmachismo’, en el contexto mediático. Lorente (2013) define el postmachismo como un conjunto de estrategias orientadas a presentar a los hombres como víctimas de las vindicaciones feministas que demandan medidas para corregir la desigualdad que las mujeres sufren y sus perjudiciales consecuencias. Así pues, continúa sobresaliendo la identidad masculina basada en estereotipos mediáticos que promueven relaciones de género basadas en la dominación patriarcal que desde las propias escuelas quedan fortalecidas (Connell 2001).

De tal modo, teniendo dificultades para introducir la teoría feminista entre estudiantes que niegan las problemáticas sociales relevantes por razón de género y alumnas a las que no les entusiasman debatir cuestiones que consideraban superadas en Occidente, dando lugar a una visión etnocéntrica sobre la situación de las mujeres, nos propusimos incorporar videoclips de millones de visualizaciones de cantantes pop a nivel mundial, seguidas por numerosas personas entre las que se encuentran algunas de nuestras alumnas. Y así es como nos decantamos por la figura de Beyoncé, puesto que la artista y la industria cultural que está tras ella inauguran un fenómeno inaudito hasta el momento, el “feminismo como producto mediático” (Fernández 2017, 462): la entrada del feminismo en el sistema neocapitalista que parece tener una alianza inseparable con el patriarcado.

Justamente, Beyoncé se puede considerar una referente postfeminista que, al posicionarse como feminista, ejerce una enorme influencia *mainstream* en numerosas chicas de todo el mundo – incluyendo nuestras estudiantes, futuras docentes – que también se suman a su declaración feminista (Durham 2012).

Recordemos una imagen icónica que queda para la historia visual del feminismo, cuando Beyoncé realiza su performance *Flawless* (2014) delante de una pantalla en la que aparece la palabra *feminist* en mayúscula. Precisamente, la letra de *Flawless* incorpora la definición de feminismo de Chimamanda Ngozi Adichie, para que, en palabras de Beyoncé, hubiera una claridad sobre lo que realmente el término significa (Gottesman 2016).

Figura 1

Pancarta con la frase “Ok. Ladies now let’s get in formation!” extraída de la letra de *Formation* (Beyoncé 2016) – Women’s March for America – Boston, MA – January 21, 2017



Fuente: Wikipedia¹.

1.2. De la cultura audiovisual a la alfabetización feminista

Es ineludible que la cultura audiovisual tiene que ser contemplada en todos los niveles educativos, ante una “sociedad multipantalla” (Gamito, Aristizabal & Vizcarra 2019) que nos expone continuamente a un sinfín de estímulos multimodales y mensajes mediáticos, a través de los cuáles se expanden discursos misóginos, machistas, xenófobos, LGTBIQA+fóbicos... (Faloppa *et al.* 2023). Como bien explica Freedman (2006), la cultura visual tiene un alto impacto en la formación de la identidad de quienes la consume. De hecho, se apunta la paradoja que supone la brecha en torno a una experiencia cotidiana audiovisual constante y la nula atención de la cultura audiovisual en el ámbito educativo.

Así pues, se han incrementado los estudios sobre alfabetización mediática para abordar el impacto de la cultura *mainstream* / audiovisual en la formación docente (Junguitu-Angulo & Osuna-Acedo 2024). El propio concepto de alfabetización se aplica a programas de formación docente a través del desarrollo de pedagogías feministas (Villar Varela *et al.* 2023). De hecho, cabe destacar el concepto de ‘alfabetización crítica feminista’ (Triviño 2022) que propone cómo usar los videoclips como herramienta metodológica para la formación feminista del profesorado. En lo que se refiere a trabajos previos que hayan abordado la cultura audiovisual desde un enfoque feminista, destacamos el proyecto Filosooclips (Triviño *et al.* 2021), que incorporó la educación audiovisual en la asignatura de

¹ Disponible en [https://en.wikipedia.org/wiki/File:Boston_2017_Women%27s_MarchIMG_0167_\(32511371285\)_\(cropped\).jpg](https://en.wikipedia.org/wiki/File:Boston_2017_Women%27s_MarchIMG_0167_(32511371285)_(cropped).jpg)

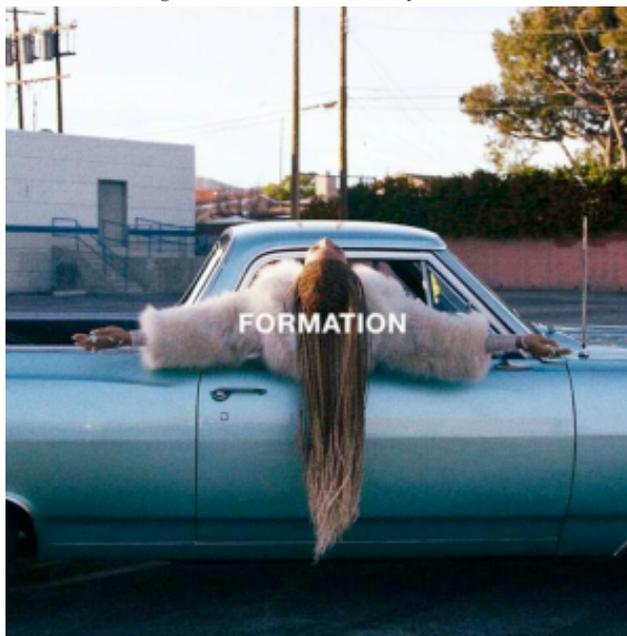
Filosofía en primero de bachillerato, con el propósito de enseñar las obras de filósofas y la filosofía feminista a través de los videoclips.

1.3. 'Beyoncé en la intersección' para formar en el feminismo interseccional

Una reciente investigación aborda cómo podemos situar a 'Beyoncé en la intersección' (Herrera 2022), convirtiéndose en un icono feminista, un icono anti-racista y una artista pop célebre. Probablemente, todas estas dimensiones nos llevaron a elegir a Beyoncé porque teníamos que definirnos por un enfoque específico dentro del feminismo, y nos decantamos por la interseccionalidad (Crenshaw 1989). Como bien señala bell hooks (2020b, 70), si el movimiento feminista pretende terminar la opresión sexista, tiene que contemplar los sistemas de dominación y la interrelación de la opresión de sexo, raza y clase. Se ha aplicado a este estudio la interseccionalidad como una "una forma de entender y analizar la complejidad del mundo, de las personas y de las experiencias humanas" (Collins & Bilge 2019, 14-15).

Figura 2

Fotograma de *Formation* (Beyoncé 2016)



Fuente: *Wikipedia*².

² Disponible en https://en.wikipedia.org/wiki/File:Beyonce_-_Formation.png

Para abordar la teoría feminista desde la interseccionalidad, nos decantamos por el videoclip *Formation* (2016), primer single y videoclip de su segundo álbum visual denominado *Lemonade* (2016). El videoclip ha logrado, hasta el momento, más de 312 millones de visualizaciones en *YouTube*. El vídeo impactó de tal manera que se hablaba de que Beyoncé en dicho vídeo llamaba “a las armas a todas las mujeres jóvenes, afroamericanas y cabreadas” (Ceballos 2016). Por tanto, desde este videoclip se pueden tratar las siguientes categorías interseccionales: Beyoncé como mujer empoderada (género); afroamericana mostrando su *black power* (raza); con alto poder adquisitivo (clase); y como objeto sexual (cuerpo).

2. Metodología de la investigación *Formation* de Beyoncé para la formación feminista del futuro profesorado

Se utiliza una metodología de investigación cualitativa, concretamente, la investigación basada en el diseño – conocida como *Design Based Research* (en adelante, DBR) (Barab & Squire 2004) – considerada un enfoque metodológico dirigido a la práctica que permita la resolución eficaz de los problemas educativos reales del profesorado y del alumnado en las aulas y la mejora de los procesos de enseñanza, en nuestro caso, las dificultades para la formación feminista de nuestro alumnado, futuro profesorado. Para ello, se procede al diseño, a la implementación y a la evaluación de una investigación educativa a partir de la introducción de un artefacto cultural mediático como es un videoclip que permita entender cómo resulta ser el proceso de aprendizaje de la teoría feminista y, de este modo, llegar a la configuración, ampliación o validación de teorías para la mejora de la práctica educativa.

Con respecto a sus participantes, la investigación se desarrolla en las asignaturas ‘Diseño y desarrollo de programaciones y actividades formativas’ y ‘El currículum de Historia, Geografía y Filosofía’ del máster de profesorado en educación secundaria y bachillerato. Se trata de una muestra por conveniencia de N=43 estudiantes (27 alumnos y 16 alumnas), entre 22 y 24 años en su mayoría, de nacionalidad española, con un perfil académico variado, cuya titulación universitaria mayoritaria es el Grado en Historia, aunque también se identifican Historia del Arte y, en menor medida, Filosofía.

Se configuran tres fases de la investigación, siguiendo la metodología DBR (Plomp & Nieveen 2013): investigación preliminar, desarrollo y evaluación final. En la fase de investigación preliminar, se prueba hasta en dos cursos anteriores el uso de diferentes videoclips, tanto en Grado en Educación Primaria como en Máster de Profesorado en Educación Secundaria. De esta manera, el diseño incorpora el primer ciclo experimentado previamente, centrado en la recepción e interpretación didáctica del videoclip *Formation*; y un segundo ciclo basado en la emisión y planificación didáctica, que quedó dividido en cinco momentos (Tabla

1): observación del videoclip *Formation*, diseño de actividad didáctica interdisciplinar, creación de artefacto didáctico, diseño e implementación de un taller didáctico y evaluación.

Para la realización del análisis cualitativo de los resultados, se utiliza el programa de *software* ATLAS.ti 8. A lo largo de todo el proceso, analizaremos narrativas individuales y grupales de todos los productos resultantes, basándonos en los estudios de la profesora portuguesa Maria do Céu Melo (2003), partiendo de la determinación de una serie de categorías cerradas. Se elige un sistema de categorías cerradas, atendiendo a dimensiones interseccionales, definidas de la siguiente manera por el *Dicionário da Crítica Feminista* (Macedo & Amaral 2005):

- Género: todos los planteamientos que hacen referencia a la construcción socio-cultural de la categoría sexual.
- Raza: Todos los planteamientos que hacen referencia a la categoría raza en los estudios feministas, centrándose, específicamente, en las opresiones que sufren las mujeres afrodescendientes.
- Clase: Todos los planteamientos que hacen referencia a un sistema jerárquico, mediante el que los grupos de clase no son igualitarios en términos de poder.
- Cuerpo: Todos los planteamientos que hacen referencia a la cuestión del cuerpo, tanto en su representación y autorrepresentación, como en la problematización de la identidad.

3. Análisis de resultados: del artefacto cultural mediático postfeminista al artefacto didáctico feminista interseccional

3.1. El conocimiento de la teoría feminista del profesorado en formación inicial

Para responder al primer objetivo de investigación, centrado en identificar el grado de conocimiento de la teoría feminista del profesorado en formación inicial a través del videoclip *Formation* de Beyoncé, nos basamos en las narrativas individuales del alumnado sobre sus percepciones al visualizar *Formation*. En primer lugar, se observa que *Formation* facilita comprender el tipo de conocimiento feminista del alumnado, evitando mencionar el feminismo de forma directa en clase y, por tanto, propiciando que el alumnado se expresa en torno a la cuestión sin sentir incomodidad y sin forzar su opinión públicamente, al tratarse de una actividad individual y escrita.

La mayoría de los estudiantes varones no refleja interés en cuestiones feministas en sus narrativas abiertas, optando por centrarse en las problemáticas raciales en Estados Unidos: “Desde mi punto de vista creo que la cantante trata de hacer una reivindicación de las personas de origen afroamericano” (N_alumno25).

En general, en la narrativa abierta, las alumnas presentan un mayor interés por las cuestiones de género, seguidamente de las de raza, clase y el cuerpo; y los alumnos resaltan fundamentalmente las problemáticas en torno a la raza, tras las categorías clase, género y cuerpo.

A partir de las narrativas sobre *Formation*, establecimos cuatro tipos de percepciones sobre el feminismo:

- *Feminismo académico*. Tipología atribuida a aquellos/as estudiantes que consideran que Beyoncé refleja un falso feminismo dada la representación de las mujeres como objeto sexual. Para los estudiantes varones, no se aprecia ningún atisbo de empoderamiento feminista – o más bien, hay una falsa apariencia feminista –, prevaleciendo la imagen de la mujer-objeto y la reproducción de los estereotipos de género. Este tipo de reflexiones también fueron propias de teóricas como bell hooks (*The New School* 2014), quien tilda la performance de Beyoncé como antifeminista y terrorista para las chicas negras por su sexualización. Además, se enmarcan aquí las reflexiones sobre cómo el feminismo de Beyoncé responde a objetivos comerciales (Kiene 2010).
- *Postfeminista*. Tipología atribuida a aquellos/as estudiantes que consideran que Beyoncé refleja el empoderamiento feminista: “reivindica el papel de la mujer y las insta a estar informadas y a luchar por reivindicar su sitio en la sociedad. Es un mensaje claro de empoderamiento ciudadano. Sólo me queda decir ¡viva Beyoncé!” (N_alumna27). En este sentido, Durham (2012) explica cómo esa supuesta libertad sexual expresada en sus sensuales bailes y recriminada por las feministas académicas, suponía una oportunidad para considerar a Beyoncé como una figura donde convergen las cuestiones de raza, sexualidad y cuerpo de forma positiva y empoderada, frente a la habitual idea de que los cuerpos negros sexualizados son desviados.
- *Feminismo blanco*. Tipología atribuida a aquellos/a estudiantes que no se percatan de la doble discriminación que sufren las mujeres negras, o incluso que el propio empoderamiento de mujeres negras en *Formation* también se extiende a todas las mujeres. Las alumnas identifican un mensaje feminista en *Formation* para las afroamericanas, aunque éste no era extensible para ellas mismas: “En esta canción, Beyoncé está haciendo un llamamiento a todas las mujeres afroamericanas, que días tras días tienen que soportar todo tipo de estereotipos raciales” (N_alumna11). En este sentido, nos parece interesante el pensamiento de Zakaria (2021, 20) sobre ser una ‘feminista blanca’, como “persona que acepta los beneficios que confiere la supremacía blanca a expensas de las racializadas, al tiempo que reivindica la igualdad de género y la solidaridad con ‘todas’ las mujeres”, obviando lo decisivo que presenta el privilegio de la blanquitud en las agendas feministas. Desde una ideología racista blanca, se permite que las mujeres blancas asuman que la palabra ‘mujer’ es sinónima de ‘mujer blanca’, “porque a las

mujeres de otras razas se las percibe como ‘las otras’, como seres deshumanizados que no encajan bajo la categoría de mujer” (hooks 2020a, 198). A sus problemas como personas negras, se les añade los propios de su pertenencia al sexo femenino y como mujeres y negras ante las personas blancas.

- *Desinterés feminista*. Tipología atribuida a aquellos/as estudiantes que no contemplan en sus argumentos ninguna referencia a cuestiones feministas. Mayoritariamente, se trata de alumnos que centran su atención en la situación de la población afroamericana: “Creo que el videoclip pretende ser un mensaje de reivindicación por parte de la población afroamericana de los Estados Unidos, probablemente para denunciar los últimos casos de abusos policiales hacía dicho colectivo que tuvieron lugar en Nueva Orleans” (N_alumno14). También, se ubican alumnos que no reflejan interés por el feminismo.

3.2. *El videoclip como herramienta alfabetizadora para la incorporación de la teoría feminista en la formación inicial docente*

Con respecto al segundo objetivo, comprobar si el videoclip *Formation* mejora la incorporación de la teoría feminista desde una perspectiva interseccional en la formación inicial docente, podemos afirmar que el dinamismo de la secuencia y el motivador vídeo son claves para propiciar un clima favorable a la discusión sobre el currículum desde una perspectiva feminista interseccional.

En primer lugar, se propuso el desarrollo de una propuesta didáctica interdisciplinar y grupal, utilizando *Formation* como artefacto didáctico y atendiendo al currículum oficial para Geografía e Historia y Filosofía en Educación Secundaria y Bachillerato. Las propuestas giran en torno a dos temáticas fundamentales: la historia del *black movement* y la ruptura de roles y estereotipos de género en la cultura.

En segundo lugar, se organiza una tertulia dialógica – inspirada en el modelo TLD de Flecha (1997) –, en el que, partiendo del texto multimodal *We Should All Be Feminists* (2014) de Chimamanda Ngozi Adichie (disponible en vídeo TED y en libro), se genera un diálogo desde el cuál podemos observar las distintas maneras de entender el feminismo, estableciendo tres tipos de estudiantes. Una mayoría del grupo-clase apenas tiene una formación feminista y no considera que se trate de una cuestión prioritaria para el currículum antes del inicio de la asignatura. Un pequeño grupo que no llega a la decena de estudiantes (3 alumnas y 3 alumnos) conocía los principios básicos del feminismo como movimiento, a través de asignaturas previas durante su carrera universitaria. Por último, tenemos dos alumnos que cuentan con un bagaje realmente importante sobre la teoría feminista, incluyendo corrientes como la teoría *queer* y los estudios de nuevas masculinidades. Durante la tertulia, dos alumnos y una alumna manifiestan reticencias sobre el movimiento feminista por su discriminación contra los hombres. Los

alumnos expresan que “se hablaba de que todos los hombres son malos y violentos” (TD_alumno13) y “existían muchas denuncias falsas contra los hombres” (TD_alumno28). Por su parte, la alumna indica que “ellos tienen que pagar en las discotecas; nosotras, no” (TD_alumna33).

En estos momentos, nos encontramos ante la siguiente tesitura, descrita por bell hooks (2022, 217): “el estereotipo de la mujer feminista como mujer que odia a los hombres hace que muchas maestras y profesoras se sientan incómodas a la hora de hacer comentarios críticos acerca de los hombres”. Sin embargo, pese al silencio de gran parte del grupo-clase ante estos comentarios, lo cierto es que la proyección e interpretación del vídeo, la creación de propuestas y la tertulia, empiezan a surtir efecto, cuando el alumnado pasa al reto de crear un videoclip que se inspire en *Formation* y sirva para enseñar cuestiones candentes del feminismo en educación secundaria y bachillerato. Por consiguiente, en tercer lugar, se establecen cuatro grupos de 9/10 estudiantes que trabajen en la creación de un relato audiovisual utilizado como artefacto didáctico para la enseñanza de cuestiones feministas a estudiantes de educación secundaria y bachillerato. El primer paso es la formación feminista del alumnado. Para ello, el profesorado proporciona un dossier de elaboración propia con una selección de textos escritos y audiovisuales que facilitan la aproximación a un marco teórico feminista plural. El segundo paso es la elaboración del guión o *storyboard* del vídeo que requiere una justificación teórica, basada en la elección de los textos del dossier. Se realizan cuatro vídeos que son utilizados como artefactos didácticos para la enseñanza de diferentes cuestiones feministas, a través de talleres didácticos dirigidos a estudiantes de educación secundaria y bachillerato. La estructura del taller es la siguiente: visualización del vídeo, planteamiento de diferentes actividades y desarrollo final de una asamblea. He aquí los vídeos, su descripción y las categorías empleadas.

Rompiendo espejos se centra en la construcción cultural de las identidades de género y el cuerpo como situación. De este modo, se están dando principalmente las categorías género y cuerpo desde las teorías de Simone de Beauvoir (2008 [1949]) y Judith Butler (2007): “El género es un elemento de identidad, pero no el único, para definir el sujeto ‘mujeres’. Otros elementos como la raza, la clase o la etnia son imprescindibles para captar lo que es una mujer. Y, además, el género no es sólo dual, como lo quiere una cultura que ha universalizado la heterosexualidad como lo natural” (grupo A).

Ponte en mi lugar... y así entenderás explica los micromachismos y la complicidad machista acaecidas en la vida cotidiana, basándose en la ‘pedagogía del opresor’ de Michael Kimmel (2017) y en la teoría de la solidaridad del machismo de Miguel Lorente (2013): “El machismo es algo más, es sistema, es privilegio. Para poder llegar a la violencia antes el agresor ha de haber erigido una pirámide a menudo invisible, especialmente para otros hombres” (grupo B). Se emplean las categorías género y raza para explicar la necesidad de aislar la solidaridad del machismo.

Figura 3
Fotograma de *Rompiendo espejos*



Figuras 4 y 5
Fotogramas de *Ponte en mi lugar... y así entenderás*



Que no te digan lo que tienes que ser despierta conciencias sobre la cosificación de las mujeres en la cultura (tanto museística como mediática) y la falta de referentes de mujeres en éstas, utilizando los textos de Griselda Pollock (1988) y Guerrilla Girls (1985): “Pensando en el público al que va dirigido este formato de videoclip, principalmente adolescentes, creímos necesario hacerles despertar de su realidad y con ello teníamos que transmitirles aquello que pasaba desapercibido o ya no era considerado para ellos como elemento principal del cambio” (grupo C). Se emplean las categorías género y cuerpo para explicar la denuncia sobre la cosificación de las mujeres y la demanda sobre su empoderamiento como sujetos.

Figura 6
Fotograma de *Que no te digan lo que tienes que ser*



Emojis plantea como mensaje la influencia de las redes sociales en la configuración de estereotipos de género, la segregación, la homogeneización del fenómeno de la globalización y cómo afrontar esta circunstancia a través de la educación, específicamente a través del desarrollo del pensamiento crítico. Para ello, se utilizan los textos de Martha Nussbaum (2017) y Gianni Lipovetsky (2006). Asimismo, plantea el impacto de *influencers* o *celebrities* en la vida de adolescentes y la forma en la que configuran su identidad: “surgió Emojis como un vídeo donde se contemplan las repercusiones que tienen los medios de comunicación y la publicidad en las personas, sobre todo en los jóvenes, limitando sus propias libertades y pensamientos” (grupo D). Se aplican las categorías género y clase para fomentar la coeducación frente a los estereotipos propagados por las redes sociales.

Figura 7
Fotograma de *Emojis*



En cuarto lugar, se elaboran e implementan talleres didácticos, cuyo recurso educativo principal es el vídeo de producción propia del alumnado. Los talleres

están programados teniendo en cuenta el público al que están destinados: un grupo de estudiantes de primero de bachillerato. Este último momento es uno de los más valorados positivamente por el grupo-clase, al interactuar en un contexto real con estudiantes, utilizando su propio artefacto didáctico: “Los talleres fueron una oportunidad magnífica para la clase. Una actividad que nos permitió aumentar nuestra escasa experiencia impartiendo lecciones. Otro aspecto a destacar consistió en el trabajo en grupo, con los talleres ejercimos notablemente el trabajo en equipo, resultando una experiencia muy positiva”(FM_alumno1).

4. Discusión de los resultados: del silencio de las alumnas al aula feminista

El análisis de los resultados corrobora que el uso del videoclip *Formation* favorece e incrementa el interés por la introducción de la teoría feminista en la formación inicial docente, e incluso, esa mayoría de estudiantes que llega a la asignatura sin formación feminista demuestra tal entusiasmo que hubieran preferido contar con más sesiones sobre el feminismo: “Hubiera incorporado alguna clase teórico-práctica más dedicada a la crítica desde la perspectiva de género y feminista” (FM_alumno36); “con respecto a los vídeos y a su elaboración me hubiera gustado tener más información sobre el feminismo y todo lo que este movimiento trae consigo” (FM_alumna19).

No obstante, la observación de todo el proceso revela aspectos importantes para tener en cuenta para próximas investigaciones.

a) La renuncia de la profesora feminista a la posición de poder. Como docentes feministas, nos encontramos ante el dilema de ejercer el poder para abordar el feminismo, siguiendo un modelo tradicional, o renunciar a éste, con el propósito de romper con sistemas de dominación rechazadas desde la teoría feminista y la interseccionalidad. Sin embargo, ese cambio de paradigma nos produjo inseguridad al no hacer frente a posturas negacionistas y no ser más explícita en hablar de la aplicación de la perspectiva feminista en el desarrollo de las actividades. De hecho, un alumno manifiesta lo siguiente: “Me hubiese encantado ver un contenido feminista mucho más crítico y profundo, pero dado el contexto, las resistencias y lo difundido de muchos argumentos neo-machistas, entiendo que no se hiciera” (FM_alumno18). Se trata de una situación de la que, como docentes, somos conscientes, pero que no hemos trasladado al alumnado y que entra dentro de ese presente currículum oculto. Como docentes feministas, no nos atrevemos a expresar de forma más contundente las problemáticas de discriminación y violencia machista, ejercidas por un sistema patriarcal, a las que las mujeres se enfrentan, situándose como oprimidas, y los hombres como privilegiados (hooks 2020b, 218).

Pese a reducir considerablemente las cuestiones candentes por las que los movimientos feministas luchan, los alumnos – que nos limitan – expresan su desa-

cuerdo con la asignatura, por la imposición de la ideología de género: “Ciertos contenidos que personalmente pienso involucran puntos de vistas parciales y no objetivos, mediatizados por determinadas ideologías” (FM_alumno43).

b) Se pasó de una situación en la que los alumnos ‘nos explican cosas’ – el denominado *mansplaining* – a que las alumnas se atrevieran a hablar, pese a que un gran número de alumnos no manifiestan interés en cuestiones feministas a través de sus narrativas sobre *Formation*. Paulatinamente, conforme avanzan los ciclos de la DBR, se observa un mayor protagonismo de los alumnos frente a un inexistente liderazgo de las alumnas. E incluso, todos los grupos eligen portavoz a un alumno varón. Así pues, se percibe un incremento de la implicación de los alumnos en un proyecto feminista, pero lo que realmente se está dando es lo que se conoce como ‘pedagogía de la vergüenza’ (Bartky 1999) relacionado con la inseguridad de las alumnas en sus intervenciones en el aula. Una situación que evidencia la ‘cultura del silencio’ (Freire 1970) por la que las alumnas no tienen voz y se consigue una tolerancia pasiva hacia un sistema de dominación patriarcal en la escuela. Además, se percibe constantemente el fenómeno del *mansplaining*, mediante el que los alumnos muestran autoridad frente a temas que atañan directamente a las alumnas, mientras que éstas aceptan sus decisiones sin cuestionarlas (Solnit 2015).

Este liderazgo en la toma unidireccional de decisiones de los varones es corroborado cuando uno de los grupos propuso un *storyboard* basado en canciones populares a las que cambiaron las letras. En lugar de promover la igualdad entre hombres y mujeres, las letras de estas canciones producen el efecto contrario, visibilizando de forma cómica situaciones sexistas y machistas, e incluso normalizan la violencia de género. Se trata de textos únicamente escritos por los alumnos del grupo, mientras que las alumnas esperan las instrucciones de sus compañeros. Se promueve la imagen de una mujer frívola y objeto sexual interesada en su unión con un hombre con un alto poder adquisitivo y con un buen físico. Finalmente, el grupo cambia el guion y se reconduce la situación para que las alumnas formen parte activa de la elaboración de un nuevo texto y recuperen su voz. En este grupo, se concentran alumnos cuyos argumentos en las tertulias dialógicas se corresponden con los preceptos del postmachismo.

c) Un aula feminista para la formación inicial docente. Esta investigación logra que ese espacio, en el que impartimos esas asignaturas, se convierta en un ‘aula feminista’, tal y como es concebida por bell hooks (2022, 96), un lugar en el que asuma “ser capaces de agarrar a alguien, de darle la vuelta como un guante y de transformarlo”.

El desafío docente feminista trae consigo importantes logros como es pasar de la formación a la conciencia feminista del profesorado. Además, este despertar feminista del alumnado también va unido a un despertar sobre la importancia de abordar los sistemas de dominación y opresión en el currículum, incluyendo las experiencias de todas las mujeres.

Por último, los resultados demuestran cómo estos temas implican más al alumnado si introducimos la cultura audiovisual como detonante, tal y como demostraron los trabajos de Fueyo Gutiérrez (2017) y Torre-Espinosa (2019).

5. Conclusiones

Entre las principales conclusiones del estudio, se deriva que es importante reconocer la dificultad para generar competencias críticas feministas en todo el alumnado, dado la fuerte impronta de prejuicios ya asentados provenientes del contexto social y mediático en el que los y las estudiantes viven. Esto nos conduce a ser conscientes de que un proceso de esta envergadura no logrará que todo el alumnado adquiera formación y concienciación feministas; no logrará que todo el alumnado adquiera sensibilidad y compromiso social para la lucha contra la desigualdad de género en sus futuros/as estudiantes. No obstante, esta investigación corrobora que hay estudiantes que no tienen la oportunidad de tratar estos temas o darles la prioridad que tienen en sus estudios de grado, por lo que la realización de este proyecto les ayudó a entender que tienen un papel fundamental en el desarrollo de sociedades justas, igualitarias y equitativas, a partir de la propuesta de aulas feministas en los centros educativos. Conseguimos que un gran número de estudiantes se desprendieran de su ‘ceguera de género’, aunque un grupo de estudiantes continuara pensando que hablar de teoría feminista en una clase es una cuestión de adoctrinamiento y de imposición de la ideología de género.

Líneas de investigación futura pasan por incorporar el enfoque del estudio de las masculinidades (Triviño *et al.* 2021). De este modo, consideramos que se consigue involucrar a los varones en las problemáticas de la cultura patriarcal, que demuestren que no es ‘cosa de mujeres’, es un asunto de vital importancia para la eliminación de la violencia de género y el fortalecimiento de la cultura de la paz.

La introducción de la teoría feminista en la formación inicial del profesorado tiene como objetivo provocar un cambio en las maneras de pensar sobre las mujeres, los hombres y la propia condición humana y, por tanto, promover el cambio social (Crocco 2008). Pero para que ese cambio tenga lugar es necesario establecer estrategias didácticas atrayentes para el alumnado. De ahí que la incorporación de la cultura mediática y, concretamente, trabajar referentes pop, pueden ser una oportunidad para acercar el feminismo al futuro profesorado.

Agradecimientos

Este trabajo se enmarca en el proyecto I+D+i FREEDOM (ref. PID202214 1057OB-I00), financiado por el Ministerio de Universidades, Agencia Estatal de Investigación y cofinanciado por la Unión Europea.

Conflicto de intereses

Declaro que no hay conflicto de intereses.

Referencias bibliográficas

- Adichie, Chimanda Ngozi. 2014. *Todos deberíamos ser feministas*. Trad. de Javier Calvo. Barcelona: Literatura Random House.
- Ahmed, Sara. 2018. *Vivir una vida feminista*. Trad. de María Enguix. Barcelona: Ediciones Bellaterra.
- Barab, Sasha, & Kurt Squire. 2004. "Design-Based Research: Putting a Stake in the Ground." *Journal of the Learning Sciences* 13(1): 1-14. DOI: https://doi.org/10.1207/s15327809jls1301_1
- Bartky, Sandra Lee. 1999. "La pedagogía de la vergüenza." En *Feminismos y pedagogías en la vida cotidiana*, comp. por Carmen Luke y traducido por Pablo Manzano, 211-224. Madrid: Morata.
- Beauvoir, Simone de. 2008. *El segundo sexo* (1949). Trad. de Alicia Martorell Linares. Madrid: Cátedra.
- Bernal-Triviño, Ana Isabel. 2019. *No manipuléis el feminismo. Una defensa contra los bulos machistas*. Barcelona: Espasa.
- Beyoncé. 2016. Formation (Official video). *YouTube*. Disponible en https://www.youtube.com/watch?v=WDZJPJV_bQ
- Bricker-Jenkins, Mary, & Nancy Hooyman. 1986. "Feminist Pedagogy in Education for Social Change." *Feminist Teacher* 2(2): 36-42.
- Butler, Judith. 2007. *El género en disputa. El feminismo y la subversión de la identidad*. Trad. de M.^a Antonia Muñoz. Barcelona: Paidós.
- Carillo, Ellen C. 2007. "'Feminist' Teaching/Teaching 'Feminism'." *Feminist Teacher* 18(1): 28-40.
- Ceballos, Noel. 2016. "En 'Formation', Beyoncé llama a las armas a todas las mujeres jóvenes, afroamericanas y cabreadas." *GQ*, 8 de febrero. Disponible en <https://www.revistagq.com/noticias/cultura/articulos/analisis-letra-formation-beyonce/23327>
- Collins, Patricia Hill, & Sirma Bilge. 2019. *Interseccionalidad*. Trad. de Roc Filella. Madrid: Morata.
- Connell, Raewyn W. 2001. "Educando a los muchachos: nuevas investigaciones sobre masculinidad y estrategias de género para las escuelas." *Nómadas* 14: 156-171.
- Crenshaw, Kimberlé. 1989. "Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics." *University of Chicago Legal Forum* 1989(1): 139-168.
- Crocco, Margareth Smith. 2008. "Gender and Sexuality in the Social Studies." In *Handbook of Research in Social Studies Education*, editado por Linda S. Levstik, & Cynthia A. Tyson, 172-197. New York: Routledge.
- Durham, Aisha. 2012. "'Check On It.' Beyoncé, Southern Booty, and Black Femininities in Music Video." *Feminist Media Studies* 12(1): 35-49. DOI: <https://doi.org/10.1080/14680777.2011.558346>
- Faloppa, Federico, et al. 2023. *Study on Preventing and Combating Hate Speech in Times of Crisis. Steering Committee on Anti-discrimination, Diversity and Inclusion (CDADI)*. Strasbourg: Council of Europe.

- Fernández Hernández, Lola. 2017. "El feminismo como producto mediático: la paradoja de Beyoncé." *Investigaciones Feministas* 8(2): 457-474. DOI: <https://doi.org/10.5209/INFE.54975>
- Flecha, Ramón. 1997. *Compartiendo palabras: el aprendizaje de las personas adultas a través del diálogo*. Barcelona: Paidós.
- Freedman, Kerry. 2006. *Enseñar la Cultura Visual. Currículum, estética y la vida social del arte*. Trad. de Àngels Mata Masó. Barcelona: Octaedro.
- Freire, Paulo. 1970. *Pedagogía del Oprimido*. Trad. de Jorge Mellado. México: Siglo XXI.
- Fueyo Gutiérrez, Aquilina. "¿Ya somos iguales? Visibilización de las desigualdades de género en la educación mediática de las estudiantes universitarias." *Feminismo/s* 29: 99-124. DOI: <https://doi.org/10.14198/fem.2017.29.04>
- Gamito Gomez, Rakel, Pilar Aristizabal Llorente, & María Teresa Vizcarra Morales. 2019. "Sociedad multipantalla: un reto educativo para familia y escuela." *Revista Prisma Social* 25: 398-423.
- Gill, Rosalind. 2007. "Postfeminist Media Culture: Elements of a Sensibility." *European Journal of Cultural Studies* 10(2): 147-166. DOI: <https://doi.org/10.1177/1367549407075898>
- Gottesman, Tamar. 2016. "Exclusive: Beyoncé Wants To Change The Conversation." *ELLE*, 4 de abril. Disponible en <https://www.elle.com/fashion/a35286/beyonce-elle-cover-photos/>
- Guerrilla Girls. 1985. Guerrilha Girls 1985-2025. URL: <https://www.guerrillegirls.com/>
- Herrera Quintana, Elena. 2022. *Beyoncé en la intersección. Beyoncé y sus implicaciones en la industria musical, el feminismo y los debates raciales y de clase*. Madrid: Editorial Dos Bigotes.
- Herrero-Diz, Paula, Marta Pérez-Escolar, & Juan Francisco Plaza Sánchez. 2020. "Desinformación de género: análisis de los bulos de Maldito Feminismo." *ICONO* 14 18(2): 188-216. DOI: <https://doi.org/10.7195/ri14.v18i2.1509>
- hooks, bell. 2020a. *¿Acaso no soy yo una mujer? Mujeres negras y feminismo* (1981). Trad. de Gemma Deza Guil. Bilbao: Consonni.
- hooks, bell. 2020b. *Teoría feminista: de los márgenes al centro*. Trad. de Ana Useros Martín. Madrid: Traficantes de Sueños.
- hooks, bell. 2022. *Respondona. Pensamiento feminista, pensamiento negro*. Trad. de Montserrat Asensio Fernández. Madrid: Paidós.
- Jane, Emma. 2017. *Misogyny Online: A Short (and Brutish) History*. London: Sage.
- Junguitu-Angulo, Leire, & Sara Osuna-Acedo. 2024. "She, Her Fostering Gender Equality (SDG 5) Through Audiovisual Fiction: Case Study of the Transmedia Women's Football Series Irabazi Arte! and its Impact on the Generation Alpha." *VISUAL REVIEW Revista Internacional de Cultura Visual* 16(3): 107-131. DOI: <https://doi.org/10.62161/revvisual.v16.5220>
- Kiene, Aimée. 2016. "Ngozi Adichie: Beyoncé's feminism isn't my feminism." *deVolkskrant*, 7 oct. Disponible en <https://www.volkskrant.nl/cultuur-media/ngozi-adichie-beyonce-s-feminism-isn-t-my-feminism~bd0661ea/?referer=https%3A%2F%2Fwww.google.com%2F>
- Kimmel, Michael. 2017. *Hombres (blancos) cabreados. La masculinidad al final de una era*. Trad. de Daniel Esteban Sanzol. Valencia: Barlin Libros.
- Lipovetsky, Gilles. 2006. *La tercera mujer*. Trad. de Rosa Calderaro. Barcelona: Anagrama.
- Lorente Acosta, Miguel. 2013. "Posmachismo, violencia de género y derecho." *Themis. Revista Jurídica de Igualdad de Género* 13: 66-76.
- Macedo, Ana Gabriela, & Ana Luisa Amaral (Eds.). 2005. *Dicionário da Crítica Feminista*. Porto: Afrontamento.

- Maher, Francis A., & Charles Rathbone. 1989. "La formación del profesorado y la teoría feminista. Algunas implicaciones prácticas." *Revista de Educación* 290: 93-112.
- Marwick, Alice E., & Robyn Caplan. 2018. "Drinking Male Tears: Language, the Manosphere, and Networked Harassment." *Feminist Media Studies* 18(4): 543-559. DOI: <https://doi.org/10.1080/14680777.2018.1450568>
- McRobbie, Angela. 2004. "Post-Feminism and Popular Culture." *Feminist Media Studies* 4(3): 255-264. DOI: <https://doi.org/10.1080/1468077042000309937>
- McRobbie, Angela. 2009. *The Aftermath of Feminism: Gender, Culture and Social Change*. London: Sage.
- Melo, Maria do Céu. 2003. *O conhecimento tácito histórico dos adolescentes*. Braga: Universidade do Minho.
- Nussbaum, Martha C. 2017. *Las mujeres y el desarrollo humano*. Trad. de Roberto Heraldo Bernet. Barcelona: Herder.
- Plomp, Tjeerd, & Nienke Nieveen (Eds.). 2013. *Educational Design Research*. Enschede, NL: SLO.
- Pollock, Griselda. 1988. *Vision and Difference. Feminism, Femininity and the Histories of Art*. London: Routledge.
- Rodríguez San Julián, Elena, et al. 2023. *Barómetro Juventud y Género. Avance de resultados: violencia de género*. Madrid: Centro Reina Sofía de Fad Juventud. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.10144138>
- Solnit, Rebecca. 2015. *Los hombres me explican cosas*. Trad. de Paula Martín. Madrid: Capitán Swing.
- Tasker, Yvonne. & Diane Negra. 2007. *Interrogating Postfeminism: Gender and the Politics of Popular Culture*. Durham: Duke University Press.
- The New School. 2014. bell hooks – Are You Still a Slave? Liberating the Black Female Body | Eugene Lang College. *YouTube*. Disponible en <https://www.youtube.com/watch?v=rJk0hNROvzs>
- Torre-Espinosa, Mario de la. 2019. "Propuesta de docencia de Estudios Culturales a través del audiovisual: estudios feministas." En *Recursos educativos para el aula del siglo XXI*, coord. por Karina G. Ramírez Paredes, 20-29. Eindhoven, NL: Adaya Press.
- Triviño-Cabrera, Laura. 2022. *Feminist Critical Literacy. From Mainstream Culture to Didactic Produsage*. Barcelona: Octaedro.
- Triviño-Cabrera, Laura, Asunción Bernárdez-Rodal, & Asunción Velázquez-Felipe. 2020. "The @Filosoclips Project: Teaching Feminist Philosophy Through Popular Culture in Spain." *Gender and Education* 33(6): 707-721. DOI: <https://doi.org/10.1080/09540253.2020.1837348>
- Triviño-Cabrera, Laura, Alejandro Muñoz-Guerado, & Asunción Bernárdez-Rodal. 2021. "El potencial educativo de los videojuegos para la deconstrucción de la masculinidad hegemónica mediante el método VIGLIAM (Video Games Literacy from Alternative Masculinities)." *Profesorado. Revista de Currículum y Formación de Profesorado*, 25(1), 339-357. DOI: <https://doi.org/10.30827/profesorado.v25i1.8602>
- Varela, Nuria. 2019. *Feminismo 4.0. La cuarta ola*. Barcelona: Penguin Random House.
- Varela, Nuria. 2020. "El tsunami feminista." *Nueva sociedad* 286: 93-106.
- Villar Varela, Milena, et al. 2023. "Pedagogías feministas en la universidad, ¿realidad o utopía? Un análisis de la formación de las profesionales y los profesionales del ámbito educativo." *Educación* 59(1): 49-64. DOI: <https://doi.org/10.5565/rev/educar.1571>
- Zakaria, Rafia. 2021. *Contra el feminismo blanco*. Trad. de Matilde Pérez. Madrid: Continta.

Laura Triviño-Cabrera. Profesora Titular de la Universidad de Málaga (Acreditada a Catedrática de Universidad). Profesora tutora de Historia del Arte en la UNED. Investigadora Principal (IP1) del Proyecto I+D+i FREEDOM (Ministerio de Universidades, Agencia Estatal de Investigación y cofinanciado por la Unión Europea). Investigadora del grupo de investigación GAPS (Género, artes e estudios pós-coloniais), Universidade do Minho. X Premio Mujeres Artes Visuales en la categoría 'Investigadora y Teórica del Arte' (2024).

Artículo recibido el 21 de enero y aceptado para su publicación el 14 de marzo de 2025.

Cómo citar este artículo:

[Según la norma Chicago]:

Triviño-Cabrera, Laura. 2025. "El videoclip *Formation* de Beyoncé para la formación feminista interseccional del profesorado." *ex æquo* 51: 216-235. DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2025.51.13>

[Según la norma APA adaptada]:

Triviño-Cabrera, Laura (2025). El videoclip *Formation* de Beyoncé para la formación feminista interseccional del profesorado. *ex æquo*, 51, 216-235. DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2025.51.13>



Este es un artículo de acceso abierto distribuido bajo los términos de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-SinObraDerivada (<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>), que permite la reproducción y distribución no comercial de la obra, en cualquier medio, siempre que la obra original no sea alterada o transformada de ninguna manera, y que la obra sea debidamente citada. Para la reutilización comercial, póngase en contacto con: pem1991@gmail.com



Recensões

Religion, Gender, and Populism in the Mediterranean, organizado por Alberta Giorgi, Julia Garraio e Teresa Toldy. London: Routledge, 2023, 216 pp.

 Monise Martinez

Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap)

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES)

martinezmonise@gmail.com

Religion, Gender, and Populism in the Mediterranean, organizado por Alberta Giorgi, Julia Garraio e Teresa Toldy, foi publicado pela Routledge em 2023. Em consonância com a literatura recente sobre as intersecções entre gênero e religião em contextos de ascensão do populismo de direita e/ou extrema direita, o livro contribui de forma inovadora com os estudos sobre o tema ao colocar em destaque a região do Mediterrâneo: uma região que engloba países europeus, africanos e asiáticos cujas histórias se conectam, como as organizadoras pontuam, por legados do colonialismo e efeitos do pós-colonialismo, mas particularmente pelo papel exercido pela União Europeia (UE) em torno das questões de gênero. Nesse sentido, destacando, a partir de uma abordagem integrada, as semelhanças e as diferenças de oito territórios da região quanto às suas configurações religiosas, história dos movimentos feministas/de mulheres e regimes políticos, a obra evidencia como as intersecções entre religião, gênero e populismo são sistemáticas na região, como também são em outros espaços geopolíticos nas quais vêm sendo examinadas (ver Dietze e Roth 2020; Norocel e Giorgi 2022).

A construção de uma narrativa única, capaz de evidenciar essa sistematização, dá-se ao longo dos capítulos de análise. Comprometidos com a apresentação de casos que ilustram as relações entre religião, gênero e populismo a partir das particularidades históricas e socioculturais que contribuem para a configuração de um *antigenderism* “à moda de”, os capítulos organizam-se, a meu ver, em três grupos principais, de acordo com seus enfoques temáticos: (i) emergência e/ou a disseminação de discursos antigênero por atores religiosos e/ou políticos em momentos de oportunidades políticas (casos de Portugal, Croácia, Grécia e Turquia); (ii) tensões entre ativistas e organizações de mulheres e LGBT+ diante dos desdobramentos do *gender mainstreaming* e sua relação com os interesses de atores religiosos e políticos (casos da Sérvia e Bósnia-Herzegovina); e (iii) subjetividades de mulheres religiosas em contextos nos quais a religião é cooptada na construção de narrativas nacionalistas (casos da Itália e Israel). Partindo desses enfoques, os quais não se pretendem excludentes, os temas de destaque nos casos analisados se entrelaçam, permitindo-nos compreender como, mesmo diante das diferenças históricas, políticas e religiosas entre os países examinados, o populismo¹ se manifesta de forma

¹ Aqui, entendo populismo, em conformidade com Cas Mudde (2004, 543), como “uma ideologia que considera que a sociedade está [...] dividida em dois grupos homogêneos e antagônicos: ‘o

sistemática por meio da mobilização de discursos e atores religiosos (católicos, cristãos ortodoxos, muçulmanos ou judeus), bem como de narrativas sobre gênero alinhadas aos interesses políticos em jogo.

O último capítulo do livro é, então, aquele no qual esse panorama gradualmente construído é colmatado pelas organizadoras, permitindo-nos colocar em perspectiva as particularidades dos casos examinados a fim de pensá-los como partes de um todo. Para este efeito, as autoras começam por pontuar o *status* dos países onde eles ocorrem na UE, diferenciando-os entre Estados-membros (Portugal, Itália, Croácia), associados (Israel), em processo de adesão (Sérvia e Turquia) e candidato (Bósnia-Herzegovina), bem como pontuando as relações de oposição e/ou aderência ao bloco político-econômico que os atravessa. Aqui, o olhar atento ao modo como discursos euroceticistas são ou não mobilizados por atores populistas de direita/extrema direita nos informa como, independentemente da maior ou menor inclinação às narrativas de desconfiança e descrença na UE, a presença dessa é uma referência para os Estados analisados no livro. Nesse sentido, embora haja diferenças no modo de conduzir ideias sobre a pertença/permanência na UE, a percepção dessa como uma presença coerciva quanto às diretivas, legislações e compromissos com a igualdade de gênero e a justiça social é tão unânime quanto a compreensão dos direitos das mulheres e da população LGBT+ como uma “ideologia importada” por ela imposta. E é precisamente por meio do entrelaçamento entre essas percepções e discursos religiosos que atores populistas dão corpo a diferentes narrativas de acordo com a realidade social e os interesses políticos em jogo nos seus países de atuação.

No livro, os casos examinados em Portugal, Itália, Croácia, Grécia e Turquia, por exemplo, evidenciam, respectivamente, como discursos católicos, cristãos ortodoxos e islâmicos servem de base para sustentar narrativas de direita/extrema direita nas quais, independentemente do grau de euroceticismo desses atores, a UE é vista como ameaça ao corpo nacional à medida que subverte a (suposta) ordem natural dos gêneros e da família. Além disso, em Portugal, Itália, Grécia e Israel, a “religião do outro” é uma questão também enquadrada por questões de gênero. As narrativas populistas homo/femonacionalistas, islamofóbicas e anti-imigração nos referidos países europeus são exemplos dessa moldura (ver Farris 2017; Puar 2007), assim como as narrativas do Estado de Israel sobre o Islã — as quais, vale destacar, independem do populismo — combinam religião e gênero com práticas colonialistas. No contraponto dessas tendências, na Sérvia e na Bósnia-Herzegovina, países cuja posição é mais frágil perante a UE e nos quais as narrativas sobre a religião do outro também existem, a relação entre religião, gênero e populismo vai, em partes, por outros caminhos, com a Igreja Ortodoxa (na Sérvia) e diferentes comunidades religiosas (na

povo puro’ versus ‘a elite corrupta’, e que a política deve ser uma expressão da ‘volonté générale’ do povo”.

Bósnia) assumindo posições moderadas/de apoio sobre as questões de gênero para manter uma “democracia de fachada” que não coloque em risco seus processos de adesão/candidatura à UE.

A esse panorama de intersecções entre religião, gênero e populismo traçado a partir das convergências sobre representações discursivas da UE na região mediterrânica soma-se, ainda, a incorporação dos movimentos feministas/de mulheres como elemento relevante para entender o *background* social, histórico e cultural dos casos analisados no livro. Chamo atenção a essa escolha analítica porque não só a compreendo como um ponto diferencial da obra, como também um ponto crucial para tocar em pontos nevrálgicos em torno dos debates sobre os campos feministas a nível global, bem como sobre os debates sobre religião e feminismos. No que diz respeito ao primeiro aspecto, um olhar apurado para processos/fenômenos transnacionais que vêm afetando os campos feministas nas últimas décadas, como a politização de gênero, a partir dos anos 1970, exemplificado por uma série de conferências da ONU, permite, como ocorre no livro, o desenvolvimento de um debate crítico sobre como a UE incorporou (e segue incorporando) as questões de gênero em suas práticas e as ambivalências nos efeitos desse processo para os movimentos feministas em diferentes geografias (ver Alvarez 2014; Walby 2005; Verloo 2005). Nesse fazer, fatores como a institucionalização seletiva de agendas feministas, como a igualdade de gênero, visíveis em ações do *gender mainstreaming* na UE, conectam-se a dois fenômenos que são amplamente discutidos ao longo dos capítulos: o *backlash* contra os feminismos, expresso na reações de partidos de direita/extrema direita como o Chega (Portugal), o Fratelli di Italia (Itália), Aurora Dourada [Χρυσή Αυγή] e o Gregos Independentes [Ανεξάρτητοι Έλληνες] (Grécia) e o Partido Justiça e Desenvolvimento [Adalet ve Kalkınma Partisi] (Turquia), que desacreditam e atacam os feminismos e as agendas do *mainstreaming* usando doutrinas religiosas; e a própria cooptação de agendas feministas por atores populistas de extrema direita, seja por meio de artimanhas retóricas com vistas à defesa de projetos exclusionários, como no caso italiano, ou para promover uma ideia de emancipação que serve para obliterar realidades de iniquidades profundas enquanto o *status quo* patriarcal é mantido, como nos casos sérvio e bósnio.

Em qualquer dos casos, a conversão dos feminismos numa questão *de* política em vez de numa questão política lança não só um alerta sobre os crescentes processos de reenquadramento dos feminismos nos campos de direita/extrema direita (ver Farris & Rottenberg 2017), como também, neste cenário, as relações de tensão entre feminismos e religião, o qual já há algum tempo tematiza debates nas ciências sociais. Em tais debates, os processos de marginalização de mulheres religiosas são colocados em causa, lançando luz ao modo como projetos feministas de sociedade, ancorados em retóricas que questionam a compatibilidade entre feminismos e religião, apresentam o feminismo como unicamente secular, a religião como antiemancipatória *per se* e o secularismo, portanto, como condição para a igualdade de gênero. No livro, os casos de mulheres religiosas que exploram o

potencial emancipatório de suas religiosidades na Itália, na Palestina e na Turquia evidenciam como a religião, embora em muitos casos mobilizada por atores populistas conservadores em seus projetos exclusionários, é um elemento em disputa e um campo no qual mulheres também travam suas lutas pelos seus direitos e por sociedades mais justas, incluindo quando se trata de fazer oposição a atores populistas de direita/extrema direita.

Desse modo, como busquei evidenciar nesta recensão, *Religion, Gender, and Populism in the Mediterranean* contribui significativamente com os estudos sobre religião, gênero e populismos ao prover análises que abordam a região mediterrânea em sua complexidade. Ao evidenciar como religião e gênero podem ser mobilizados por atores populistas de direita/extrema direita para responder a diferentes interesses políticos, mas também como podem ser articulados por mulheres religiosas para tecer resistências, o livro mostra, em primeira análise, os diferentes potenciais da religião quando combinada às questões de gênero. De igual modo, evidencia os efeitos ambivalentes da incorporação seletiva de agendas feministas à gramática da UE para os países da região, inscrevendo-se, por meio deste recorte, no rol dos debates que se têm feito sobre as oposições ao projeto feminista de sociedade na Europa, incluindo a necessidade de pensá-las, para além das ações explícitas e organizadas. Ao articular de forma integrada as diversas configurações discursivas — que vão desde a influência da União Europeia na região mediterrânea até a mobilização da religião e de discursos religiosos e de gênero na construção de narrativas nativistas/nacionalistas — a obra oferece pistas cruciais para repensarmos, desde uma perspectiva feminista, sobre os mecanismos de poder e resistência, contribuindo para a construção de análises críticas e abrangentes acerca dos processos políticos e sociais que marcam o cenário contemporâneo.

Referências bibliográficas

- Alvarez, Sonia E. 2014. "Engajamentos ambivalentes, efeitos paradoxais: movimentos feminista e de mulheres na América Latina e/em/contra o desenvolvimento." *Revista Feminismos* 2(1): 57-77.
- Dietze, Gabriele, & Julia Roth. 2020. "Right-Wing Populism and Gender: A Preliminary Cartography of an Emergent Field of Research." In *Right-Wing Populism and Gender: European Perspectives and Beyond*, organizado por Gabriele Dietze & Julia Roth, 7-22. Bielefeld: Transcript.
- Farris, Sara. 2017. "Introduction: In the Name of Women's Rights." In *In the Name of Women's Rights: The Rise of Femonationalism*, 1-21. Durham: Duke University Press.
- Farris, Sara, & Catherine Rottenberg. 2017. "Introduction: Righting Feminism." *New Formations: A Journal of Culture/Theory/Politics* 91: 5-15. DOI: <https://doi.org/10.3898/NEWF:91.INTRODUCTION.2017>
- Mudde, Cas. 2004. "The Populist Zeitgeist." *Government and Opposition* 39(3): 541-563. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1477-7053.2004.00135.x>

- Norocel, Ov Cristian, & Alberta Giorgi. 2022. "Disentangling Radical Right Populism, Gender, and Religion: An Introduction." *Identities* 29(4): 417-428. DOI: <https://doi.org/10.1080/1070289X.2022.2079307>
- Puar, Jasbir K. 2007. *Terrorist Assemblages: Homonationalism in Queer Times*. Durham: Duke University Press.
- Verloo, Mieke. 2005. "Displacement and Empowerment: Reflections on the Concept and Practice of the Council of Europe Approach to Gender Mainstreaming and Gender Equality." *Social Politics: International Studies in Gender, State & Society* 1(3): 344-365. DOI: <https://doi.org/10.1093/sp/jxi019>
- Walby, Sylvia. 2005. "Gender Mainstreaming: Productive Tensions in Theory and Practice." *Social Politics: International Studies in Gender, State & Society* 12(3): 321-343. DOI: <https://doi.org/10.1093/sp/jxi018>

Como citar este texto:

[Segundo a norma Chicago]:

Martinez, Monise. 2025. "Recensão: *Religion, Gender, and Populism in the Mediterranean*, organizado por Alberta Giorgi, Júlia Garraio & Teresa Toldy. London: Routledge, 2023." *ex æquo* 51: 237-241. DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2025.51.14>

[Segundo a norma APA adaptada]:

Martinez, Monise (2025) Recensão: *Religion, Gender, and Populism in the Mediterranean*, organizado por Alberta Giorgi, Júlia Garraio & Teresa Toldy. London: Routledge, 2023. *ex æquo*, 51, 237-241. DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2025.51.14>



Este é um texto de Acesso Livre distribuído nos termos da licença Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivs (<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>), que permite a reprodução e distribuição não comercial da obra, em qualquer suporte, desde que a obra original não seja alterada ou transformada de qualquer forma, e que a obra seja devidamente citada. Para reutilização comercial, por favor contactar: apem1991@gmail.com



Género, violência e ódio online: conceitos e representações, coordenado por Rita Basílio de Simões. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2024, 220 pp.

 Carla Martins

ICNOVA – Instituto de Comunicação da Nova
carla.martins@erc.pt

Nos nove capítulos em que surge organizado, *Género, violência e ódio online: conceitos e representações* aborda questões críticas e estudos qualitativos “que realçam as relações intrincadas entre as práticas de comunicação *online* e as experiências de abuso vividas em diferentes tipos de plataformas digitais” (pp. 18-19). A obra teve origem no projeto “Violência *online* contra as mulheres: prevenir e combater a misoginia e a violência em contexto digital a partir da experiência da pandemia de COVID-19”, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia e desenvolvido na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, entre 2020 e 2022.

Durante a pandemia intensificou-se o uso das plataformas digitais e as tecnologias tornaram-se essenciais para manter contactos pessoais, profissionais e educacionais. Como sublinha Sara Isabel Magalhães, não se poder ignorar “o acentuar de fragilidades que a situação pandémica veio acrescer sobre vivências particulares das mulheres, acentuando desigualdades existentes, formas de exclusão, marginalização e pobreza” (p. 78). A obra constitui, por isso, um exemplo da configuração da investigação académica como “um espaço abrangente de luta pela realização da justiça” (p. 23).

Preparando o terreno para as discussões oferecidas, o primeiro capítulo, da autoria de Rita Basílio de Simões, “Sexismo, ódio virtual e sofrimento real: a violência e a misoginia *online* à luz dos estudos feministas dos média”, constitui um contributo teórico sobre a violência e o discurso de ódio misógino *online* a partir do lastro da investigação feminista dos média. A investigadora sublinha a complexidade de definir o conceito de “violência perpetrada sobre as mulheres”, ainda que notando como denominador comum na pesquisa “o relevo atribuído à articulação das dinâmicas da violência com a desigual distribuição de poder na sociedade” (p. 10). A expansão das tecnologias digitais permitiu desenvolver a comunicação em rede, nomeadamente ao facilitar a maior participação e representação direta dos indivíduos, mas também que a violência e o ódio histórico às mulheres encontrassem novas vias de expressão.

Neste contexto, a investigação feminista dos média é mapeada em torno de dois domínios de relação ambivalente: um que coincide com “o quadro definitivo da violência nos espaços digitais e abrange interrogações acerca da natureza dos danos causados, mas também sobre as fronteiras dos ambientes *online* e *offline* e o lugar da tecnologia na reprodução das hierarquias sociais”; o outro centrado

“nas oportunidades que a Internet e as tecnologias digitais oferecem de abertura comunicativa, enquanto favorecem o combate à violência de género *online*, que inclui a utilização de plataformas de redes sociais para promover e desenvolver movimentos de resistência contra este tipo de abusos” (p. 9).

Outros quatro capítulos compõem a primeira parte da obra, sobre “Conceitos”, em que se discutem conceitos e problemáticas no campo da violência de género e misoginia *online*.

O capítulo 2, intitulado “Misoginia, racismo e ódio *online*: jovens mulheres, resistência e reação”, de Inês Amaral, examina a complexidade dos comportamentos opressivos enfrentados por jovens mulheres em ambiente digital. A mesma infraestrutura tecnológica que possibilita o empoderamento também é um terreno fértil para formas de opressão profundamente enraizadas, como a misoginia, o racismo e o ódio *online* (p. 29). A autora discute conceitos indissociáveis da misoginia, tais como *body shaming*, *misogynoir*, *gaslighting*, lesbofobia, bifobia e transfobia, realidades que amplificam a desigualdade social e cuja compreensão é instrumental para construir um ambiente digital seguro e inclusivo.

Sofia José Santos e Alexandre de Sousa Carvalho assinam o capítulo 3, “Manosfera, populismo masculinista e pandemia: convergências e declinações digitais da violência do patriarcado em tempos de cuidado e securitização”. Partindo de uma perspetiva crítica e feminista, analisam as formas como a pandemia de Covid-19 foi usada para legitimar e amplificar as agendas misóginas do masculinismo político populista e da manosfera, que representa uma das faces mais visíveis da misoginia *online*, facilitando a propagação e legitimação de masculinidades tóxicas com impacto na violência *online* contra as mulheres.

No capítulo 4, “Da fragilidade dos dias: confinamento, contingência e luta em tempos de pandemias”, Sara Isabel Magalhães discute os impactos da pandemia nas considerações sobre violência de género. A autora examina como as restrições impostas durante o confinamento exacerbaram as desigualdades de género, acentuando fragilidades e criando desafios para a luta feminista contra a violência de género.

Júlia Garraio, no capítulo 5, intitulado “#MeToo: potencialidades, limites e desafios na luta contra a violência sexual”, explora as complexidades e as dinâmicas sociais geradas pelo #MeToo. Escreve a autora que este movimento, pelo menos num primeiro momento, reposicionou “a violência sexual como fenómeno integrado em relações e estruturas de poder mais vastas e nas desigualdades económicas que enquadram as interações laborais e sociais quotidianas na ordem neoliberal” (p. 98). A investigadora discute de igual modo as limitações do #MeToo em demonstrar a violência sexual, nas suas distintas manifestações, como parte de um padrão de hegemonia masculina mais vasto. Problematiza ainda que o movimento terá contribuído para perpetuar hierarquias de privilégio branco e de classe impregnadas na tradição dos feminismos hegemónicos anglo-saxónicos (pp. 99-100). A chegada do movimento a Portugal foi tardia e o modo e as figuras

associadas à denúncia terão dificultado o combate estrutural ao assédio e à violência sexual.

A segunda parte da obra, “Evidências”, é dedicada a um leque de estudos conduzidos a partir do recurso a metodologias participativas, interrogando-se as experiências e percepções de quase sete dezenas de participantes em diferentes qualidades.

O capítulo 6, “Violência e misoginia *online* durante a pandemia de COVID-19: percepções da sua natureza e consequências para as mulheres em Portugal”, de Rita Basílio de Simões, Inês Amaral, Juliana Alcantara e Sílvio Santos, centra-se em entrevistas a 30 mulheres vítimas e sobreviventes de violência, tendo como horizonte construir um quadro interpretativo da violência *online*, com destaque para o assédio e a perseguição *online*.

O capítulo 7, de Rita Basílio de Simões, Ana Jorge, Marisa Torres da Silva e Juliana Alcantara, “Tecnologias digitais, violência e ódio *online* aos olhos de figuras públicas”, incide sobre as percepções de 21 figuras públicas femininas sobre o papel das tecnologias digitais nas manifestações de violência e de ódio *online* durante a pandemia. As tecnologias fomentaram práticas de intimidação, desqualificação ou humilhação, tendo em vista silenciar e limitar a participação, sobretudo quando suscitados temas de violência sexual, questões feministas e agendas desafiadoras do *status quo*.

O capítulo 8, “Educação, regulamentação e inovação tecnológica: percepções de *stakeholders* da violência *online* contra as mulheres”, de Inês Amaral e Rita Basílio de Simões, investiga o período da pandemia a partir das percepções de 11 *stakeholders* portugueses, entre ativistas, agentes do sistema jurídico, representantes de associações de apoio a vítimas e organizações não-governamentais, sobre a natureza, prevalência e impactos da violência *online* contra as mulheres. Parte dos entrevistados sugeriu ampliar a definição de violência contra as mulheres para incluir novas formas de abuso e desenvolver respostas sociais e institucionais para o enfrentar. Os quadros legais exigem atualização urgente e deve ser reforçada a literacia digital (pp. 167-168).

O capítulo 9, “Experiências de abuso *online* de mulheres jornalistas e os riscos para o livre exercício da profissão”, de Juliana Alcantara, Rita Basílio de Simões e Liliana Carona, discute a natureza e os impactos da violência *online* durante a Covid-19, bem como as formas adequadas de a combater, a partir das percepções de seis mulheres jornalistas. Também estas profissionais vivenciaram a violência digital e o discurso de ódio *online* como ferramenta de silenciamento de natureza “genderizada”, questionando-se a presença das mulheres no jornalismo.

Em síntese, os capítulos apontam para o modo como a crise pandémica veio visibilizar, na esfera digital, mecanismos e estratégias de opressão baseados no sistema patriarcal e misógino. São assinaladas consequências da violência digital relacionadas com a saúde mental, mas também de ameaça aos valores democráticos, de inibição da participação cívica e política e de empobrecimento da plurali-

dade de perspetivas no espaço público. A persistência de ameaças e assédios *online* levou muitas mulheres a autocensurarem-se ou a abandonarem completamente as plataformas digitais (p. 119). O silenciamento digital reforça barreiras estruturais à igualdade de género. Porém, vários dos estudos indicam, de modo problemático, a tendência para a normalização das agressões e das violências *online*, como já sucede no espaço *offline*.

Uma linha de força que atravessa a obra é a ideia do *continuum*, em particular na aceção de que a violência de género *offline* se estende aos espaços *online*, ainda que aí adquirindo configurações específicas. As respostas institucionais e legais ainda não abarcam estas novas realidades e a sua complexidade.

Referências bibliográficas

Simões, Rita Basílio de (coord.). 2024. *Género, violência e ódio online: conceitos e representações*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Como citar este texto:

[Segundo a norma Chicago]:

Martins, Carla. 2025. "Recensão: *Género, violência e ódio online: conceitos e representações*, coordenado por Rita Basílio de Simões. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2024." *ex æquo* 51: 242-245. DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2025.51.15>

[Segundo a norma APA adaptada]:

Martins, Carla (2025). Recensão: *Género, violência e ódio online: conceitos e representações*, coordenado por Rita Basílio de Simões. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2024. *ex æquo*, 51, 242-245. DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2025.51.15>



Este é um texto de Acesso Livre distribuído nos termos da licença Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivs (<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>), que permite a reprodução e distribuição não comercial da obra, em qualquer suporte, desde que a obra original não seja alterada ou transformada de qualquer forma, e que a obra seja devidamente citada. Para reutilização comercial, por favor contactar: apem1991@gmail.com



ESTATUTO EDITORIAL

- A *ex æquo* é uma publicação semestral, fundada pela Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres – APEM, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento, visibilização e legitimação do conhecimento produzido no âmbito dos Estudos sobre as Mulheres/Estudos Feministas/Estudos de Género. É um veículo de intercâmbio entre quem faz investigação sob a égide das perspetivas destes estudos, ao nível académico, governamental ou das organizações cívicas e culturais. Assim, destina-se a investigadores/as e a estudantes nestas áreas, procurando dirigir-se também ao público em geral no sentido da sensibilização para estes campos do saber.
- Reconhecendo que os Estudos sobre as Mulheres, do Género e Feministas se têm caracterizado pelo alargamento e entrosamento disciplinar, pela diversidade temática e pela pluralidade de perspetivas teóricas e epistemológicas, a revista assume-se interdisciplinar e multidisciplinar, aberta ao contributo das diversas disciplinas e correntes. Dado que a estrutura matricial da revista é a APEM, é objetivo da *ex æquo* contribuir para a alteração de práticas e representações estereotipadas e discriminatórias em função do sexo ou de outras pertenças identitárias, adotando, nomeadamente, uma linguagem não discriminatória, inclusiva e promotora da igualdade. No mesmo sentido, as investigações empíricas podem e devem sustentar artigos que incluam uma reflexão teórica e contribuam para a problematização das principais questões que afetam as relações sociais entre mulheres e homens na sociedade. A *ex æquo*, sem prejuízo da pluralidade e multiplicidade das perspetivas presentes nos textos que publica, reserva-se o direito de só aceitar textos que no respeito pelo princípio de defesa dos Direitos Humanos fundamentais, traduzam a valorização da diversidade da condição humana, bem como da sua integridade e dignidade.
- As áreas de interesse da revista são os Estudos sobre as Mulheres, os Estudos de Género e os Estudos Feministas.
A *ex æquo* publica trabalhos originais em Português, Espanhol, Francês e Inglês, provenientes de todas as áreas científicas, que se inscrevam no quadro dos Estudos sobre as Mulheres ou dos Estudos de Género ou dos Estudos Feministas. Publica, ainda, resenhas sobre obras publicadas nos referidos domínios.

PROCESSO DE APRECIÇÃO DOS ARTIGOS

- Os artigos submetidos à revista são objeto de uma primeira triagem (realizada pela Equipa Editorial) para verificação de que cumprem todas as regras aqui apresentadas e de que são originais, com recurso a programas de deteção de plágio. Depois desta primeira apreciação, seguem para arbitragem científica.
- No caso de submissões feitas por membros da Equipa Editorial ou por editor/as de dossiers temáticos, o processo usual de dupla revisão anónima por pares da revista é conduzido por outros membros da Equipa Editorial.
- Os artigos apresentados à *ex æquo* para publicação são submetidos à emissão de pareceres por duas pessoas (*double blind peer review*), especialistas na área em que o texto se enquadra. Os textos são enviados sob anonimato aos/às *referees*, a quem é solicitado que o parecer emitido tenha em conta os seguintes aspetos: a adequação e enquadramento do artigo nos objetivos da revista; a sua qualidade

científica; a pertinência, originalidade, clareza e coerência de conteúdos; a adequação e atualidade; a pertinência, adequação e explicitação da metodologia e da informação; a clareza da escrita e a coerência e o equilíbrio formais. Os pareceres deverão incluir uma recomendação em relação a possível publicação, entre as seguintes: aceite; aceite com restrições (indicando quais); rejeitado. Será ainda solicitada a indicação de sugestões e sua justificação, para melhoria da qualidade científica do artigo submetido a parecer, a ser enviadas, sob anonimato, à(s) pessoa(s) autora(s).

- A Equipa Editorial pode sugerir aos/às autores/as a revisão dos artigos propostos, mediante as indicações constantes dos pareceres recebidos dos/das *referees* e condicionar a sua publicação a uma nova apreciação das versões revistas.
- A Equipa Editorial pode ainda comunicar aos/às autores/as que os artigos propostos foram aceites sem restrições ou rejeitados, baseando-se nos pareceres recebidos dos/as *referees*.

NORMAS DE PREPARAÇÃO, PUBLICAÇÃO E SUBMISSÃO DE ARTIGOS

1. INTRODUÇÃO

A *ex æquo* publica textos de múltiplas áreas disciplinares que contribuam para o conhecimento no âmbito dos estudos sobre as mulheres, estudos feministas e estudos de género. Os textos podem ser redigidos em português, espanhol, francês ou inglês, devendo adotar uma linguagem não discriminatória, inclusiva e promotora da igualdade.

2. TIPOS DE TEXTOS

i. Os textos propostos para publicação podem ser:

- Artigos científicos, com um limite máximo de 40.000 caracteres (incluindo espaços, tabelas, notas e referências bibliográficas, excluindo os resumos);
- Recensões críticas de obras, com um limite máximo de 10.000 caracteres (incluindo espaços, notas e referências bibliográficas). A referência bibliográfica da obra deve ser incluída no final do texto;
- Outros tipos de texto, tais como ensaios críticos, revisões de literatura, entrevistas ou biografias, poderão ser publicados se a Equipa Editorial considerar que se enquadram nos objetivos da revista. A revista encoraja propostas neste sentido, as quais serão avaliadas caso a caso e poderão ser debatidas entre autoras/es e editoras/es previamente à submissão.

ii. Os artigos propostos para publicação devem ser inéditos, não tendo sido publicados nem se encontrando em qualquer outro processo de avaliação para publicação. Excetuam-se os trabalhos publicados em atas de eventos académicos ou decorrentes de teses e dissertações. Nesses casos, o/a primeiro/a autor/a do artigo deverá ser o/a mesmo/a que o/a do projeto original. O texto proposto deve conter indicação das suas versões anteriores sempre que existam, com os devidos elementos (autor/a, título e data da conferência, instituição e ano de defesa da tese ou dissertação, etc.). Os artigos apresentados para publicação são da total e exclusiva responsabilidade dos/as autores/as, garantindo estes/as que não infringem qualquer direito de autor ou outro direito de terceiras pessoas ou entidades.

iii. Só muito excepcionalmente, e mediante justificação expressa, a *ex æquo* aceita a submissão de artigos ou outros textos com mais de 4 autoras/es.

3. PREPARAÇÃO DE MANUSCRITOS

Cada artigo proposto para publicação deve ser formatado de acordo com o modelo disponibilizado [aqui](https://exaequo.apem-estudos.org/files/2022-05/modelo-artigos-pt-final.docx?9bc99d31f8) <https://exaequo.apem-estudos.org/files/2022-05/modelo-artigos-pt-final.docx?9bc99d31f8>. A proposta deve incluir:

a) Ficheiro de texto com a identificação da autoria, incluindo para cada autor/a:

- i. Nome;
Indicação de ORCID ID (<https://orcid.org/>);
- ii. Nome completo e sigla das instituições de pertença (máximo duas) e respetivo endereço postal completo, com indicação do código postal e país;
- iii. Endereço de e-mail;
- iv. Nota biográfica, com um limite máximo de 500 caracteres;
- v. Especificar agradecimentos (onde deverão ser incluídas as referências a quaisquer colaboradoras ou colaboradores e/ou financiamentos);
- vi. Incluir declaração de interesses ou da sua inexistência.

Identificação do contributo de cada autor/a, com base na taxonomia CRediT (<https://credit.niso.org/>), sempre que seja submetido um texto de autoria coletiva. Deverá preencher-se a seguinte tabela, incluída no modelo para formatação de artigos disponível no *website* da revista.

Contributo	Nome de autor/a 1	Nome de autor/a 2	Nome de autor/a 3	Nome de autor/a 4
Concetualização: ideias, formulação ou evolução de objetivos e metas abrangentes da investigação.				
Análise formal: aplicação de técnicas estatísticas, matemáticas, computacionais ou outras técnicas formais para analisar ou sintetizar os dados do estudo.				
Investigação: realização da investigação, executando especificamente as experiências e a recolha de dados/evidências.				
Metodologia: desenvolvimento ou desenho da metodologia e/ou criação de modelos.				
Software: programação, desenvolvimento de <i>software</i> , conceção de programas de computador, implementação do código de computador e algoritmos de suporte, teste de componentes de código existentes.				
Validação: verificação, seja como parte da atividade ou separadamente, da replicabilidade geral dos resultados e das experiências e outros resultados da investigação.				
Redação do rascunho original: preparação, criação e/ou apresentação do trabalho publicado, redação específica do rascunho inicial (incluindo tradução substantiva).				
Redação – revisão e edição: preparação, criação e/ou apresentação do trabalho publicado por pessoas do grupo de pesquisa original, revisão crítica, comentário ou revisão, incluindo as etapas de pré ou pós-publicação.				
Outra. Especifique				

b) Ficheiro de texto anonimizado, revisto de gralhas, em formato Word. Os artigos devem incluir:

- > Um título e um resumo com o máximo de 750 caracteres. Quer o título, quer o resumo devem ser traduzidos para três línguas (sendo o português e o inglês obrigatórios; a terceira língua pode ser o espanhol ou o francês).
- > Indicação de 4 ou 5 palavras-chave, traduzidas nas mesmas línguas dos resu-

mos, apresentadas em minúsculas (com exceção da 1.^a da lista), separadas por vírgula e terminadas em ponto final.

- > Um título abreviado (no máximo 4 palavras), destinado ao cabeçalho.

c) Na **composição e formatação dos textos**, deve tomar-se em conta as seguintes orientações:

- Os textos devem ser formatados de acordo com o modelo disponibilizado.
- Sugere-se a utilização de, no máximo, dois níveis de titulação, sem numeração ou com numeração árabe.
- As transcrições deverão abrir e fechar com aspas, quando não excederem 40 palavras (ou 4 linhas); no caso de citações mais longas, devem ser entalhadas e transcritas sem aspas e sem itálico.
- Os vocábulos noutras línguas que não aquela em que o artigo está escrito devem ser formatados em *itálico*, sem aspas.
- Todas as citações devem ser traduzidas para a língua em que o texto é publicado. O texto original, no entanto, deve ser incluído em nota de rodapé.
- No caso de textos na língua portuguesa, deve ser usada a grafia do Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990. Em caso de dúvida, consultar: <http://www.portaldalinguaportuguesa.org/?action=lince>
- Os elementos não textuais devem ser organizados em quadros, gráficos ou figuras, identificados com numeração árabe contínua para cada um destes tipos de elementos; todos devem ter um título e indicar a respetiva fonte. As tabelas devem ser compostas com recurso à função “inserir tabela” do Word. Usar espaços ou tabulações criará problemas quando a tabela for composta e poderá resultar em erros. Em paralelo, todas as imagens ou tabelas devem ser enviadas em ficheiro à parte, em formato png ou jpg, com clara identificação da sua inserção no texto.
- Nas chamadas de notas de rodapé deve utilizar-se apenas números sem parênteses.

d) A *ex æquo* adota o estilo de referência Chicago (sistema Autor-Data), cujas regras podem ser consultadas aqui: https://www.chicagomanualofstyle.org/tools_citationguide/citation-guide-2.html. Referem-se e exemplificam-se a seguir algumas dessas regras.

Normas de inclusão de referências bibliográficas no corpo do texto

- **Entre parênteses, de acordo com o seguinte padrão (sem vírgula entre o apelido e a data de publicação e com vírgula a anteceder a indicação das páginas):** (Leach 1993, 103); (Balibar e Wallerstein 1991, 80-84); (Yuval-Davis 1997a); (Yuval-Davis 1997b).
- Quando se citam autores/as ou obras diferentes sobre uma mesma questão, deve respeitar-se a **ordem cronológica, elencando as referências da mais antiga para a mais recente e a ordem alfabética dos apelidos, quando se trata de obras com a mesma data**. Ex: (Rosende 2002; Miller e Clark 2008; Lo Sasso *et al.* 2011; Riska 2011).

No final do artigo deve ser incluída a lista de todas as obras referidas ao longo do texto (e apenas estas), por ordem alfabética, organizadas de acordo com o **Chicago Manual of Style**. **Alguns exemplos:**

- **Livro com um/a autor/a:** Apelido, Nome próprio. Ano. *Título do livro* (em itálico). (edição) (se for relevante). Local de edição: Editora.

Ex: Lamas, Maria. 1948. *As Mulheres do Meu País*. Lisboa: Actuaália Lda.

- **Livro com duas/ois ou três autoras/es:** Apelido, Nome próprio, Nome próprio Apelido, e Nome próprio Apelido. Ano. *Título do livro* (em itálico). (edição) (se for relevante). Local de edição: editora.

Ex: Pimentel, Irene Flunser, e Helena Pereira de Melo. 2015. *Mulheres Portuguesas – História da vida e dos direitos das mulheres num mundo em mudança*. Lisboa: Clube do Autor.

- **Livro com quatro ou mais autoras/es:** Apelido, Nome próprio (da/o 1.^a) et al. Ano. *Título do livro* (em itálico). (edição) (se for relevante). Local de edição: editora.
- **Capítulo ou parte de livro:** Apelido, Nome próprio. Ano. “Título do capítulo.” In *Título do livro* (em itálico), editado (ou organizado) por Nome Próprio Apelido, Nome Próprio Apelido, e Nome Próprio Apelido, números das páginas unidos por hífen. Local de edição: editora.

Ex: Piscitelli, Adriana. 2009. “Gênero: a história de um conceito.” In *Diferenças, igualdade*, organizado por Heloísa Buarque de Almeida, e José Szwako, 116-149. São Paulo: Berlendis & Vertecchia.

- **Artigo de revista:** Apelido, Nome próprio. Ano. “Título do artigo entre aspas.” *Título da revista* (em itálico) volume (número): números das páginas unidos por hífen.

Ex: Guimarães, Elina. 1986. “A mulher portuguesa na legislação civil.” *Análise Social* XXII(92-93): 557-577.

No caso de o artigo ter DOI, a referência deve ser incluída do seguinte modo, sem parágrafo:

Crenshaw, Kimberle. 1993. “Mapping the margins: Intersectionality, identity politics, and violence against women of color.” *Stanford Law Review* 43(6): 1241-1299. DOI: <https://doi.org/10.2307/1229039>

- **Sempre que a publicação tenha associado um DOI, este deve ser impreterivelmente incluído nas referências bibliográficas, como no exemplo anterior.**
- **Artigo com duas/ois ou três autoras/es:** Apelido, Nome próprio, Nome próprio Apelido, e Nome próprio Apelido. Ano. “Título do artigo entre aspas.” *Título da revista* (em itálico) volume (número): números das páginas unidos por hífen.
- **Documento na Internet:** Apelido, nome próprio. Ano. Título do documento. Disponível no endereço ... [Consultado em (data segundo a fórmula dia de mês de ano)]
- **Publicações em revistas na Internet:** Apelido, Nome próprio. Ano. “Título do Artigo (entre aspas).” *Título da Revista* (em itálico) volume (número): números das páginas unidos por hífen. Disponível em DOI: (se não estiver disponível, acrescente o URL).
- **Locais na Internet e páginas pessoais ou de instituições sem data:** Nome. Título do Documento. Disponível em [Consultado em (data segundo a fórmula dia de mês de ano)].
- **Em caso de dúvidas ou para outro tipo de referências,** consultar: http://www.chicagomanualofstyle.org/tools_citationguide/citation-guide-2.html

4. SUBMISSÃO DE ARTIGOS

- O ficheiro informático (em Word) deve ser submetido através da plataforma OJS, disponível em <https://apem-estudos.org/ojs>. Para tal, bastará criar uma conta nesta plataforma clicando em “Registo” (canto superior direito) e seguir os passos indicados. Caso já possua uma conta na plataforma, clique em “Acesso” (canto superior direito) e autentique-se com o seu nome de utilizador/a e senha.

- Na plataforma, aquando da submissão, ser-lhe-á pedido que indique, no campo intitulado “Comentários à equipa editorial”, pelo menos 4 especialistas que tenham no seu *curriculum* trabalho/publicações na temática tratada no artigo, com o intuito de poderem ser contactados/as para avaliar o texto, caso passe a triagem inicial (ver secção 4 acima). Caso seja autor/a de recensão, por favor valide este item para poder prosseguir, mas sem necessidade de indicar especialistas.

5. INCLUSÃO DE MATERIAIS SUPLEMENTARES ONLINE

A revista pode colocar materiais suplementares *online*, disponíveis através do artigo publicado no seu *website*. Decisão tomada caso a caso.

Sempre que solicitado pela autoria dos artigos, poderão ser incluídos *links* para materiais suplementares que se encontrem alojados em repositórios de dados em regime de *acesso aberto*. Todos os dados em *acesso aberto* são geridos pelas/os autoras/es dos artigos, estando sujeitos às condições das plataformas em que se encontram alojados. Esta informação deverá ser incluída em secção própria, antes das referências bibliográficas.

A revista não se responsabiliza pelo acesso e/ou manutenção dos dados/*links* disponibilizados nesta secção.

DIREITOS DE PUBLICAÇÃO

- Os/as autores/as dos textos publicados na *ex æquo* autorizam a transferência dos direitos de edição, publicação, distribuição e reprodução dos artigos para a revista, tanto nos suportes em papel como eletrónico. A transferência destes direitos é feita a título gratuito, não cabendo à *ex æquo* outra retribuição para além da oferta aos/as autores/as de 2 exemplares do número da revista em que o seu texto tenha sido publicado.
- No caso de os/as autores/as pretenderem republicar, reutilizar, distribuir ou depositar num repositório institucional um artigo aceite para publicação na *ex æquo*, poderão fazê-lo, sendo apenas obrigatória a referência à publicação original na *ex æquo*, tal como definido pela licença Creative Commons Atribuição CC BY NC, que a revista adotou.

DECLARAÇÃO DE ÉTICA E DE BOAS PRÁTICAS DA *EX ÆQUO*

A Revista *ex æquo* é uma revista com arbitragem científica, interdisciplinar e multidisciplinar, aberta ao contributo das diversas disciplinas e correntes. A *ex æquo*, sem prejuízo da pluralidade e multiplicidade das perspectivas presentes nos textos que publica, reserva-se o direito de só aceitar textos que respeitem os Direitos Humanos fundamentais, traduzam a valorização da diversidade da condição humana, bem como da sua integridade e dignidade.

A *ex æquo* é uma publicação da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres (APEM) estando por conseguinte vinculada à sua missão de apoiar, promover e dinamizar os Estudos sobre as Mulheres / Estudos de Género / Estudos Feministas em todas as áreas do saber.

Na Revista *ex æquo* são defendidos os princípios da declaração de ética e de boas práticas na publicação de acordo com o Código de Conduta e Normas de Boas Práticas para Editores de Revistas do Comité sobre Ética na Publicação – COPE (disponível em <http://publicationethics.org/>).

RESPONSABILIDADES DA EQUIPA EDITORIAL (EDITORAS E EDITORES DE SECÇÕES)

Decidir quais os artigos submetidos à revista que devem ser publicados. Esta decisão é orientada pelas normas da revista (Normas para apresentação e publicação de textos da *ex æquo*, disponíveis em <http://www.apem-estudos.org/pt/page/submissao-de-artigos>) e pelos requisitos legais em matéria de difamação, violações de direitos de autoria e plágio;

Orientar a/o(s) organizador/a(s) convidada/o(s), autor/a(s) e avaliador/a(s) sobre o seu papel, bem como esclarecer sobre o processo de arbitragem científica por pares;

Informar os novos elementos do corpo editorial sobre as suas funções, práticas em vigor e projetos em lançamento;

Avaliar os artigos exclusivamente com base no seu mérito científico e intelectual, independentemente de fatores como: raça, idade, sexo, orientação sexual, deficiência, origem étnica, crença religiosa, nacionalidade, orientação política ou classe social da/o(s) autor/a(s);

Assegurar que o processo de arbitragem científica dos artigos é anónimo (*double-blind peer review*), justo, rigoroso e isento e que toda a informação a eles relativa permanece confidencial. Assegurar, ao mesmo tempo a proteção da identidade das autoras e dos autores e das avaliadoras e avaliadores;

Constituir e manter uma base de dados de avaliadoras/es pertinentes nas diferentes áreas disciplinares, sempre atualizada;

Garantir uma seleção adequada das avaliadoras/es em cada nova edição da revista;

Garantir que os materiais não publicados não são utilizados na investigação realizada por membros do Corpo Editorial sem consentimento expresso por escrito da(s) autora(s) ou autor(es);

Responder atempadamente a eventuais reclamações apresentadas sobre um artigo submetido ou publicado. Perante suspeita de má conduta, seguir os fluxogramas do COPE, disponíveis em <http://publicationethics.org/files/Full%20set%20of%20flowcharts.pdf>;

Publicar correções, esclarecimentos, retratações e pedidos de desculpa sempre que necessário.

Boas práticas a observar pela equipa editorial

Auscultar a visão de autoras/es, leitoras/es, avaliadoras/es, revisoras/es e membros do corpo editorial sobre a forma de melhorar a revista *ex æquo*.

Encorajar e estar consciente da investigação levada a cabo pela revisão por pares e publicar e reavaliar os processos da *ex æquo* à luz de novas investigações.

Apoiar iniciativas para informar e sensibilizar as/os investigadoras/es sobre as regras de ética da *ex æquo*.

Avaliar os efeitos das suas políticas editoriais sobre autoras e autores e avaliadoras/es, incentivando um comportamento responsável e desencorajando as más condutas.

Garantir que todos os relatórios de investigação e revisão de investigação foram revistos por avaliadoras/es com a devida qualificação (incluindo análise estatística quando apropriado), capazes de julgar os textos propostos e livres de desqualificar interesses concorrentes.

Respeitar os pedidos de autoras/es para excluir alguém de rever os textos submetidos, se estes forem bem fundamentados.

Incentivar avaliadoras/es a fazer comentários sobre a originalidade do manuscrito e estar alerta para publicações redundantes e plágio e tomar medidas para garantir um elevado nível de qualidade.

RESPONSABILIDADES DO CONSELHO CIENTÍFICO

Apoiar o Conselho de Redação na interpretação e orientação da política editorial da revista;

Assegurar a arbitragem de propostas de artigos desde que inseridos nas respetivas áreas de especialização;

Estabelecer a ligação a potenciais avaliadoras/es [*referees*] para o processo de arbitragem científica e em situações em que as propostas originaram pareceres antagónicos ou outro tipo de dúvidas, analisar pareceres e, com base neles, recomendar a rejeição ou publicação de originais;

Divulgar os apelos a contributos na sua rede de contactos;

Contribuir para a divulgação da revista *ex æquo*;

Participar em reuniões da Comissão Científica que eventualmente venham a ser convocadas.

RESPONSABILIDADES DE QUEM FAZ A AVALIAÇÃO [*peer review*]

Contribuição para a decisão editorial

A revisão por pares ajuda a equipa editorial na decisão e pode também contribuir para a melhoria do manuscrito submetido.

Prontidão

Cada avaliador/a convidada/o que considere não possuir a qualificação para avaliar o manuscrito submetido ou que antevêja a impossibilidade de comunicar a sua avaliação em tempo oportuno deverá informar de imediato a equipa editorial ou a pessoa que fez o convite para que possam ser encontradas alternativas em tempo útil.

Confidencialidade

Quaisquer trabalhos recebidos para avaliação devem ser tratados como documentos confidenciais. Não devem ser mostrados ou discutidos com outras pessoas, exceto se for autorizado pela equipa editorial.

Padrões de objetividade

Os comentários devem ser apresentados de forma objetiva. Críticas pessoais são inaceitáveis. As opiniões devem ser claras com argumentos justificativos adequados.

Conhecimento das fontes

Devem identificar obras publicadas relevantes e que não tenham sido citadas. E devem, também, chamar a atenção da equipa editorial para qualquer semelhança substancial ou sobreposição entre o manuscrito em questão e quaisquer outras informações ou publicações sobre as quais tenham conhecimento pessoal.

Conflito de interesses

Informações privilegiadas ou ideias obtidas através da avaliação por pares devem ser mantidas confidenciais e não usadas para vantagem pessoal. Quem avalia não deve aceitar participar quando existem conflitos de interesse resultantes da concorrência, colaboração, ou outros relacionamentos ou ligações com as/os autoras/es, empresas ou instituições ligadas à submissão.

RESPONSABILIDADES DO/A AUTOR/A*Autoria do manuscrito*

A autoria diz respeito a quem fez contribuições significativas para o estudo. Todas as pessoas que contribuíram significativamente devem ser listadas como co-autoras. Outras que tenham participado em certos aspetos substantivos do projeto de pesquisa devem ser listadas nos agradecimentos ou contributos. Cada autora e/ou autor deve garantir que toda a co-autoria devida está incluída no manuscrito, e que viu e aprovou a versão final do documento e concordou com a sua apresentação para publicação.

Padrões de apresentação

Os resultados de pesquisas originais devem ser acompanhados da apresentação clara e precisa do trabalho realizado, bem como de uma análise objetiva do seu significado. Um documento deve conter detalhes e referências suficientes para permitir que outras pessoas possam replicar o trabalho. Declarações fraudulentas ou intencionalmente imprecisas são inaceitáveis. As regras da revista devem ser escrupulosamente observadas.

Originalidade e plágio

Cada autora e cada autor deve garantir que escreveu obras inteiramente originais, devendo o trabalho e/ou as palavras de outras autoras e autores ser objeto da devida citação ou referência.

Declarações e conflito de interesses

Cada autora e cada autor deve divulgar no manuscrito qualquer contradição significativa financeira ou outra de interesse que possa ser interpretada no sentido de influenciar os resultados ou a sua interpretação no manuscrito. Todas as fontes de apoio financeiro para o projeto devem ser divulgadas.

Publicação múltipla, redundante ou concorrente

É considerado um comportamento não ético de publicação descrever a mesma pesquisa em vários artigos e submeter o mesmo artigo a mais de uma revista.

Erros fundamentais em obras publicadas

Quando um/a autor/a descobre um erro significativo ou imprecisão no manuscrito submetido, deve notificar imediatamente a equipa editorial.

Remoção

Os artigos publicados serão removidos se avaliadoras/es, leitoras/es, bibliotecárias/os, equipa editorial ou outras entidades detetarem erros significativos ou plágio. Antes de retirar um artigo, o conselho editorial contactará de imediato as/os respetivas/os autoras/es, estabelecendo um prazo suficiente para obter as explicações devidas. Se for decidido que o artigo deve ser retirado então ele deve sair de imediato das bases de dados em linha onde esteja, incluindo o website da APEM, e na versão impressa deve ser referida a sua retirada no número seguinte de forma visível.

RESPONSABILIDADES DA EMPRESA EDITORA*Autonomia editorial*

A Empresa Editora garante a autonomia de decisões editoriais, sem influência de anunciantes ou de outros parceiros comerciais.

Propriedade intelectual e direitos autorais

A Empresa Editora protege a propriedade intelectual e direitos de autoria, o material impresso, autoras/es e parceiros de publicação promovendo e mantendo o registo de cada versão publicada. Defende a transparência de cada artigo publicado no que diz respeito a: conflitos de interesse, de publicação e de financiamento da investigação, de publicação e de ética em investigação, má conduta de publicação e investigação, confidencialidade, autoria, correções do artigo, esclarecimentos, e publicação atempada de conteúdo.

Má conduta científica

Em casos de alegada ou provada má conduta científica, publicação fraudulenta, a entidade responsável pela publicação em estreita colaboração com a equipa editorial, tomará todas as medidas adequadas para esclarecer a situação e para alterar o artigo em questão. Isso inclui a publicação rápida de um comunicado, correção ou errata ou, nos casos mais graves, a retração da obra afetada.

CONSELHO CIENTÍFICO/SCIENTIFIC BOARD

- Louise ACKERS (U. Salford, UK)
Tindara ADDABBO (U. Modena e Reggio Emilia, ITA)
Teresa ALVAREZ (U. Aberta, PRT)
Lígia AMÂNCIO (ISCTE – IUL, PRT)
Ana Luísa AMARAL (U. Porto, PRT)
Helena Costa ARAÚJO (U. Porto, PRT)
Madeleine ARNOT (U. Cambridge, UK)
Adriana BEBIANO (U. Coimbra, PRT)
Chiara BERTONE (Inst. Piemonte Orientale ‘Amedeo Avogadro’, ITA)
Josefina BIRULES BERTRAN (U. Autònoma Barcelona, ESP)
Gisela BOCK (Freie Universität Berlin, DEU)
Carolyn BYERLY (Howard U., USA)
Erica BURMAN (U. Manchester, UK)
Rosa CABECINHAS (U. Minho, PRT)
Pat CARLEN (U. Leicester, UK)
Nuno CARNEIRO (U. Porto/U. Complutense Madrid, ESP)
Sara Falcão CASACA (U. Lisboa, PRT)
Fernando CASCAIS (U. Nova Lisboa, PRT)
Richard CLEMINSON (U. Leeds, UK)
Zowie DAVY (U. Lincoln, UK)
Jonathan DEAN (U. Leeds, UK)
Maria Angeles DURAN (Higher Council for Scientific Research, ESP)
Antonia FERNANDEZ VALENCIA (U. Complutense Madrid, ESP)
Juana GALLEGO (U. Autònoma Barcelona, ESP)
Silvana Vilodre GOELLNER (U. Federal do Rio Grande do Sul, BRA)
Jack HALBERSTAM (U. Southern California, USA)
Jeff HEARN (U. Örebro, SWE)
Tone HELLESUND (U. Bergen, NOR)
Fernanda HENRIQUES (U. Évora, PRT)
María Jesús IZQUIERDO (U. Autònoma Barcelona, ESP)
Elisa JATO (U. Santiago Compostela, ESP)
Celia JENKINS (U. Westminster, UK)
Jane JENSON (U. Montreal, CAN)
Teresa JOAQUIM (U. Aberta, PRT)
Maria KARAMESSINI (Panteion U. Social and Political Sciences, GRC)
Maria José MAGALHÃES (U. Porto, PRT)
Barbara MERRILL (U. Warwick, UK)
Sofia NEVES (Instituto Universitário da Maia, PRT)
Áine Ní LÉIME (National U. Ireland, IRL)
Conceição NOGUEIRA (U. Porto, PRT)
Karen OFFEN (U. Stanford, USA)
João Manuel de OLIVEIRA (Inst. Universitário de Lisboa, PRT)
Joanna OSTROUCH-KAMIŃSKA (U. Warmińsko-Mazurski Olsztynie, POL)
Heloísa PERISTA (Centro Estudos para Intervenção Social, PRT)
Teresa PINTO (U. Aberta, PRT)
Vânia C. PINTO (Universidade de Brasília, BRA)
Adriana PISCITELLI (U. Estadual Campinas, BRA)
Lucas PLATERO (U. Rey Juan Carlos, ESP)
Sílvia PORTUGAL (U. Coimbra, PRT),
Marco Aurélio PRADO (U. Federal Minas Gerais, BRA)
Alicia PULEO (U. Valladolid, ESP)
Rebecca ROGERS (U. Paris-Descartes, FRA)
Karen ROSS (U. Northumbria, UK),
Jill RUBERY (U. Manchester, UK)
Ana Cristina SANTOS (U. Coimbra, PRT)
Gina dos SANTOS (U. Minho, PRT)
Joan W. SCOTT (Institute for Advanced Study – Princeton, USA)
Lynne SEGAL (U. London, UK)
Paula SILVA (U. Porto, PRT)
Teresa TAVARES (U. Coimbra, PRT)
Filomena TEIXEIRA (Inst. Politécnicco Coimbra, PRT)
Teresa TOLDY (U. Fernando Pessoa, PRT)
Juracy TONELI (U. Federal Santa Catarina, BRA)
Anália TORRES (U. Técnica Lisboa, PRT)
Miguel VALE DE ALMEIDA (ISCTE – IUL, PRT)
Paola VILLA (U. Trento, ITA)
Karin WALL (U. Lisboa, PRT)
Claire WALLACE (U. Aberdeen, UK)
Michelle ZANCARINI-FOURNEL (U. Lyon-1, FRA)



DOSSIER: PERSPETIVAS INTERSECCIONAIS SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA POPULAÇÕES ESPECIALMENTE VULNERÁVEIS

MACHISMOS VIRTUAIS: DISCURSOS MASCULINISTAS EM CANAIS RED PILL BRASILEIROS DE YOUTUBE. *Verónica Ferreira*

MEDO DE ASSÉDIO SEXUAL EM CONTEXTO DE TRANSPORTE PÚBLICO. *Tatiana Lopes, Samuel Moreira e Inês Sousa Guedes*

DOMINIO MASCULINO Y DISCRIMINACIÓN EN EL DEPORTE. REFLEXIONES DESDE LAS TEORÍAS DE MASCULINIDADES Y CORRIENTES FEMINISTAS. *Loreto Chihuailaf-Vera, Carlos Matus-Castillo y Bárbara Álvarez-Olavarría*

DE CASAS GRISES A HOGARES ARCOÍRIS. UNA REVISIÓN DE LOS ALOJAMIENTOS DE APOYO ESPECÍFICOS PARA PERSONAS LGTBIQ+ EN SITUACIÓN DE SINHOGARISMO EN EUROPA. *Tamara Gámez Ramos y Ana Alcázar-Campos*

EXPRESSÃO DE GÉNERO E UTILIZAÇÃO DE CASAS DE BANHO E BALNEÁRIOS ESCOLARES: PERCEÇÕES DE ESTUDANTES DE UM CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORAS/ES. *Marcus Pereira Junior, Filomena Teixeira e Ana V. Rodrigues*

ESTUDOS E ENSAIOS

LINGUAGEM SENSÍVEL AO GÉNERO – OU A LÍNGUA REINTERPRETADA. *Antónia Coutinho*
Militância no feminino no movimento sindical português: a persistência das desigualdades de género 50 anos depois de abril. *Paulo Marques Alves*

TRANSIÇÕES E RESISTÊNCIAS DE GÉNERO NO ESPAÇO DE OPINIÃO: TEMÁTICAS E PERCEÇÕES DE MULHERES COLONISTAS DOS JORNAIS EXPRESSO E PÚBLICO. *Bárbara Carvalho e Maria João Cunha*

INTERROMPER O ESTIGMA: IMAGÉTICA DO ABORTO NAS OBRAS DE ARTISTAS PORTUGUESES. *Teresa Melo e Dalila Cerejo*

O CINEMA DE TILA CHITUNDA COMO AUTOETNOGRAFIA. *Catarina Sales Oliveira*

LA INCLUSIÓN DE MUJERES MATEMÁTICAS RELEVANTES EN EL AULA. UNA EXPERIENCIA CON FUTURO PROFESORADO DE EDUCACIÓN PRIMARIA. *María Santágeda-Villanueva y María José Madrid Martín*

EL VIDEOCLIP FORMATION DE BEYONCÉ PARA LA FORMACIÓN FEMINISTA INTERSECCIONAL DEL PROFESORADO. *Laura Triviño-Cabrera*

RECENSÕES

RELIGION, GENDER, AND POPULISM IN THE MEDITERRANEAN, ORGANIZADO POR ALBERTA GIORGI, JULIA GARRAIO E TERESA TOLDY. LONDON: ROUTLEDGE, 2023. *Monise Martínez*

GÉNERO, VIOLÊNCIA E ÓDIO ONLINE: CONCEITOS E REPRESENTAÇÕES, COORDENADO POR RITA BASÍLIO DE SIMÕES. COIMBRA: IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 2024. *Carla Martins*